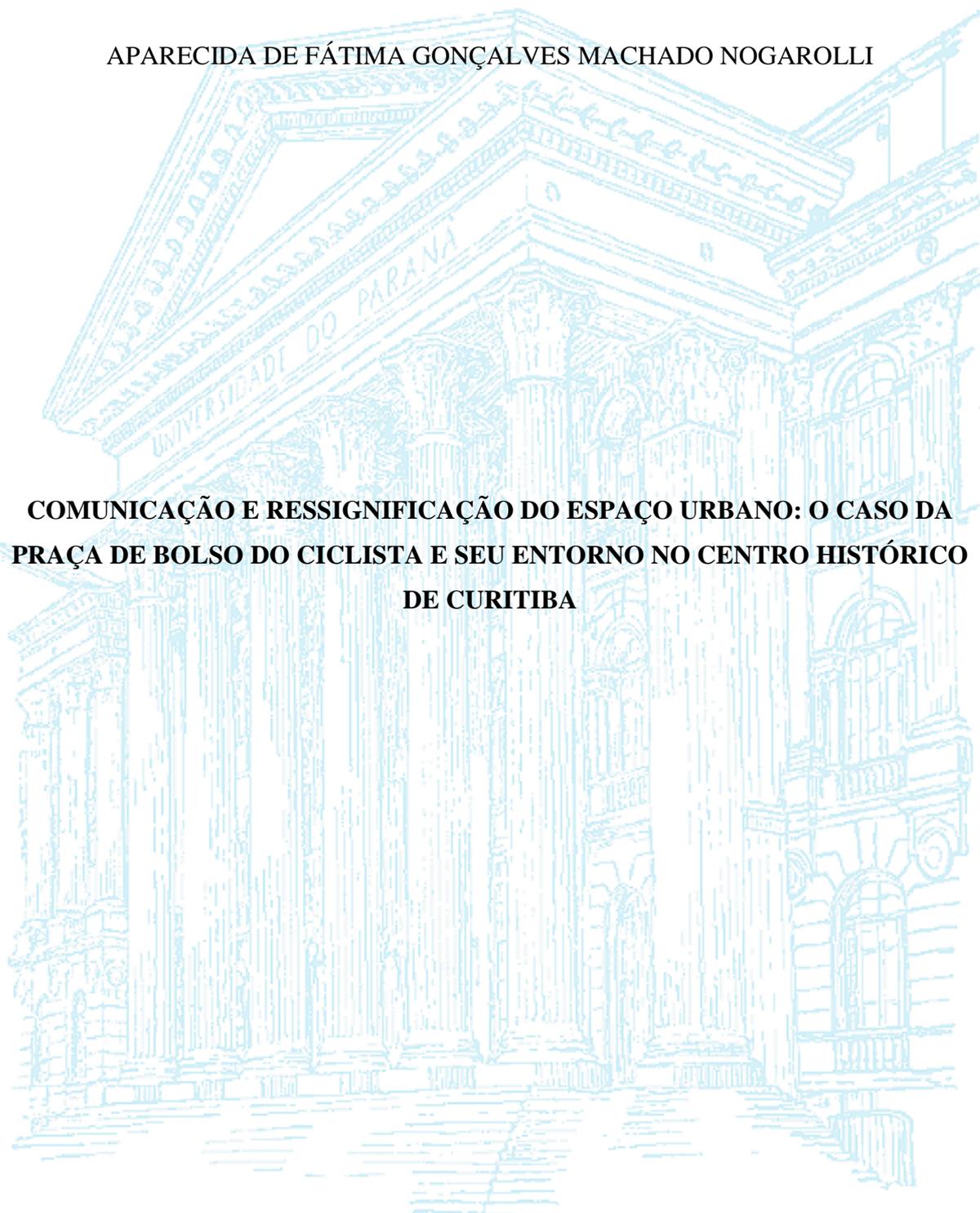


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

APARECIDA DE FÁTIMA GONÇALVES MACHADO NOGAROLLI

**COMUNICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA
PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA E SEU ENTORNO NO CENTRO HISTÓRICO
DE CURITIBA**



CURITIBA

2016

APARECIDA DE FÁTIMA GONÇALVES MACHADO NOGAROLLI

**COMUNICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA
PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA E SEU ENTORNO NO CENTRO HISTÓRICO
DE CURITIBA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

APARECIDA DE FÁTIMA GONÇALVES MACHADO NOGAROLLI

COMUNICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA E SEU ENTORNO NO CENTRO HISTÓRICO DE CURITIBA

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Myrian Regina de Lima Del Vecchio
Orientadora – Departamento de Comunicação, UFPR

Prof.^a Dr.^a Celsi Brönstrup Silvestrin
Departamento de Comunicação, UFPR

Prof. Dr. José Carlos Fernandes
Departamento de Comunicação, UFPR

Prof. Dr. Evandro Vieira Ouriques
Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência, UFRJ

Curitiba, 29 abril de 2016.

*Aos meus filhos, Gustavo Adolfo, Guilherme Henrique, Gabriela.
E ao meu neto, Pedro.*

*... e, com eles, a todas as crianças e jovens,
para que tenham um futuro com direito de sonhar!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Agradeço aos meus pais, em especial à minha mãe, pelo seu ensinamento de que aprender era o melhor caminho.

Agradeço a todos os muitos que me auxiliaram e foram essenciais para que encontrasse meu ser aprendiz.

Agradeço a chance de ter conhecido duas montanhas incríveis, Machu Picchu e as Rochosas, em razão deste trabalho.

E, para celebrar a terceira montanha, que é chegar aqui, peço licença para tocar o meu tambor: o som do coração!

Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?

FERNANDO PESSOA

RESUMO

Esta pesquisa analisa, sob o viés da comunicação, um processo social, participativo e cultural no âmbito da revitalização urbana realizada no Centro Histórico da cidade de Curitiba, capital do Paraná. Por meio da observação e outras técnicas de pesquisa, aferiu-se como ocorreu a mobilização social para a apropriação desse espaço pelos cidadãos, especialmente com relação à construção coletiva da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, a Rua São Francisco, iniciada por um grupo ativista local ligado à causa da bicicleta como modal de transporte urbano. Parte-se do conceito de urbanidades para refletir as estratégias comunicativas utilizadas com a intenção de criar a interação dos cidadãos, de modo a favorecer os laços sociais e a participação da comunidade no processo. A pesquisa teve como objetivo compreender quando e como ocorre a mobilização social na apropriação de um espaço público e nos usos subsequentes desse espaço, entendendo-se a comunicação como fenômeno que permite a interação e a resignificação da experiência coletiva urbana, por meio também de certas formas de ativismo. Assume-se o pressuposto de que a comunicação praxiológica seria a forma de sustentação de uma intervenção urbana feita pela comunidade, e que também essa ação é um processo de mobilização com repercussões culturais, políticas e educativas nas formas de ocupação e uso do espaço urbano e público. Uma das perguntas norteadoras da pesquisa é: como ocorre o processo de comunicação/interação e de que maneira ele vem contribuindo para a resignificação de espaços urbanos no Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno? Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e constituiu-se a partir de percurso etnográfico no espaço em questão, realizado em diferentes momentos, na coleta de entrevistas em profundidade e na aplicação de questionários, utilizados de forma complementar aos dois primeiros. Buscou-se ainda, mediante a construção de vínculos referentes ao processo de mobilização social, proposta por Henriques et al. (2007), verificar como tais vínculos se apresentam no processo em estudo, de modo a aferir a mobilização realizada. O conceito de experiência (FRANÇA, 2010; QUÉRÉ, 2010) foi incluído nesta apuração como vínculo complementar à mobilização social, pelo entendimento de que os processos comunicacionais devem reforçar o diálogo e a cooperação. Conclui-se que, em sua essência, a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista apresenta forte relação com os propósitos relacionados à causa do ciclismo urbano, mas que, em sua continuidade, ocorrem no local outros usos por grupos diversos, estabelecendo-se novas territorialidades culturais e afetivas. A ambivalência revela, dentre outras questões, uma disputa de interesses de mercado, que restringe o olhar de cidadania a respeito de tudo que a cidade e seus espaços têm, bem como a necessidade de se reforçar, nos processos de mobilização social, a comunicação pelo viés dialógico e inclusivo.

Palavras-chave: Comunicação. Diálogo e cultura. Revitalização urbana. Mobilização social. Praça de Bolso do Ciclista. Centro Histórico de Curitiba.

ABSTRACT

This research analyses, under the perspective of communication, a social, participative and cultural process that occurred in the urban revitalization realized in the Historical Center in the city of Curitiba, the capital city of the state of Paraná, Brasil. Through observation and other research techniques, it demonstrates how social mobilization occurred for the appropriation of this place by the citizens, especially in relation to the collective construction of the “Praça de Bolso do Ciclista” (Pocket square of the Cyclist) and its surroundings, the São Francisco street, initiated by a group of local activists engaged in the cause of the bicycle as a model of public transportation. It begins from the concept of urbanities to reflect the communication strategies that were used with the intention of creating an interaction between the citizens, in order to support the social relationship and the participation of the community in the process. The research had the goal of comprehending when and how the social mobilization occurs in the appropriation of a public space and its subsequent use, understanding the communication as a phenomenon that allows interaction and resignification of the urban collective experience, also through certain ways of activism. It is assumed that the praxiological communication would be the way to sustain an urban intervention made by the community, and also that this action is a mobilization process with cultural, political and educative repercussion in the sense of occupation and use of the public and urban space. One of the guiding questions of this research was: how does the communication/interaction process occur and how is this contributing to the resignification of urban spaces in the Historical Center of Curitiba, more specifically in the “Praça de Bolso do Ciclista” (Pocket Square of the Cyclist) and its surroundings? Methodologically, the research is characterized as qualitative and was constituted from an ethnographic route in this area, which was conducted at different moments; in the collection of interviews and in the application of questionnaires, which were used in a complementary way in relation to the first two. The intention was acquiring, still, through the construction of entailments related to the social mobilization, proposed by Henriques et al. (2007), verifying how those entailments appear in the process under study, in a way to get to the realized mobilization. The concept of experience (FRANÇA, 2010; QUÉRÉ, 2010) was included in this examination as a complementary entail to the social mobilization, through the understanding that the communicative process should reinforce the dialogue and cooperation. It is concluded that, in its essence, the mobilization for the Pocket Square of the Cyclist shows strong relation with the proposal that are related to the urban cyclism cause, but in its continuity, occur in the place other uses by diverse publics, stablishing news cultural and affective territorialities. The ambivalence reveals, through other points, a disput of interest in the market, which restricts the look of citizenship in relation to everything the city and its spaces have and are, as well as the need of reinforcing, in the process of social mobilization, the communication in an inclusive and dialogical way.

Keywords: Communication. Dialogue and culture. Urban revitalization. Social mobilization. Praça de Bolso do Ciclista (Pocket Square of the Cyclist). Historical Center of Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	ESCALA DOS NÍVEIS DE VINCULAÇÃO.....	52
FIGURA 2 –	MAPA TRIDIMENSIONAL DOS PÚBLICOS.....	65
FIGURA 3 –	MAPA DOS EIXOS ESTRATÉGICOS.....	80
FIGURA 4 –	DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS DA TERCEIRA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO.....	87
FIGURA 5 –	DESENHO DO PLANEJAMENTO DE REVITALIZAÇÃO DA RUA SÃO FRANCISCO.....	90
FIGURA 6 –	DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS PRESENTES NA SEGUNDA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO.....	93
FIGURA 7 –	DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS PRESENTES NA PRIMEIRA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO.....	97
FIGURA 8 –	ESCALA DOS NÍVEIS DE VINCULAÇÃO.....	176
FIGURA 9 –	PROPOSTA DE NÍVEIS DE VINCULAÇÃO PARA PROCESSOS DE MOBILIDADE SOCIAL.....	190

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	DIMENSÕES DA URBANIDADE.....	42
QUADRO 2 –	QUADRO ANALÍTICO-COMPARATIVO DAS DIMENSÕES DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	64
QUADRO 3 –	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	72
QUADRO 4 –	CATEGORIAS E UNIDADES DE SIGNIFICADO.....	75
QUADRO 5 –	REVITALIZAÇÕES NO ENTORNO DO PAÇO DA LIBERDADE	79
QUADRO 6 –	DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE VINCULAÇÃO.....	177

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	PERÍODO DO DIA EM QUE OS QUESTIONÁRIOS FORAM APLICADOS.....	162
GRÁFICO 2 –	FREQUENTADORES POR GÊNERO.....	162
GRAFICO 3 –	FAIXA ETÁRIA DOS FREQUENTADORES.....	163
GRAFICO 4 –	FREQUENTADORES SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	163
GRAFICO 5 –	RAZÕES PARA FREQUENTAR A RUA SÃO FRANCISCO.....	164
GRÁFICO 6 –	PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA NA RUA SÃO FRANCISCO	165
GRÁFICO 7 –	FREQUÊNCIA CONFORME O DIA DA SEMANA.....	166
GRÁFICO 8 –	PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE FREQUENTAVAM A RUA SÃO FRANCISCO ANTES DA REVITALIZAÇÃO.....	167
GRÁFICO 9 –	PORCENTUAL DE PESSOAS QUE PASSARAM A FREQUENTAR MAIS A RUA SÃO FRANCISCO APÓS A REVITALIZAÇÃO.....	167
GRÁFICO 10 –	PORCENTAGENS DE FREQUENTADORES QUE SABIAM DA MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	168
GRÁFICO 11 –	PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE PARTICIPARAM DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	168
GRÁFICO 12 –	PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE CRIARAM VÍNCULO COM A PRAÇA DE BOLSO E SEU ENTORNO.....	169
GRÁFICO 13 –	PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LOCAL.....	170
GRÁFICO 14 –	PORCENTAGEM DOS FREQUENTADORES QUE JÁ PARTICIPARAM DE ALGUMA INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO.....	170

GRÁFICO 15 –	COMPARATIVO ENTRE QUADRAS DOS FREQUENTADORES QUE CRIARAM, OU NÃO, VÍNCULO COM O LUGAR.....	171
GRÁFICO 16 –	COMPARATIVO ENTRE QUADRAS DOS FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LUGAR.....	172
GRÁFICO 17 –	COMPARATIVO ENTRE FAIXA ETÁRIA DOS FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSOS DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LUGAR.....	173

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 –	[sem título].....	77
FOTOGRAFIA 2 –	[sem título].....	78
FOTOGRAFIA 3 –	[sem título].....	80
FOTOGRAFIA 4 –	[sem título].....	81
FOTOGRAFIA 5 –	[sem título].....	82
FOTOGRAFIA 6 –	[sem título].....	84
FOTOGRAFIA 7 –	[sem título].....	85
FOTOGRAFIA 8 –	[sem título].....	86
FOTOGRAFIA 9 –	[sem título].....	88
FOTOGRAFIA 10 –	[sem título].....	89
FOTOGRAFIA 11 –	[sem título].....	92
FOTOGRAFIA 12 –	[sem título].....	94
FOTOGRAFIA 13 –	[sem título].....	94
FOTOGRAFIA 14 –	[sem título].....	95
FOTOGRAFIA 15 –	[sem título].....	95
FOTOGRAFIA 16 –	[sem título].....	95
FOTOGRAFIA 17 –	[sem título].....	95
FOTOGRAFIA 18 –	[sem título].....	96
FOTOGRAFIA 19 –	[sem título].....	96
FOTOGRAFIA 20 –	[sem título].....	98
FOTOGRAFIA 21 –	[sem título].....	98
FOTOGRAFIA 22 –	[sem título].....	98
FOTOGRAFIA 23 –	[sem título].....	99
FOTOGRAFIA 24 –	[sem título].....	100
FOTOGRAFIA 25 –	[sem título].....	100
FOTOGRAFIA 26 –	[sem título].....	102
FOTOGRAFIA 27 –	[sem título].....	103
FOTOGRAFIA 28 –	[sem título].....	104
FOTOGRAFIA 29 –	[sem título].....	105
FOTOGRAFIA 30 –	[sem título].....	105
FOTOGRAFIA 31 –	[sem título].....	105
FOTOGRAFIA 32 –	[sem título].....	106
FOTOGRAFIA 33 –	[sem título].....	106

FOTOGRAFIA 34 –	[sem título].....	106
FOTOGRAFIA 35 –	[sem título].....	107
FOTOGRAFIA 36 –	[sem título].....	107
FOTOGRAFIA 37 –	[sem título].....	108
FOTOGRAFIA 38 –	[sem título].....	108
FOTOGRAFIA 39 –	[sem título].....	109
FOTOGRAFIA 40 –	[sem título].....	109
FOTOGRAFIA 41 –	[sem título].....	109
FOTOGRAFIA 42 –	[sem título].....	109
FOTOGRAFIA 43 –	[sem título].....	110
FOTOGRAFIA 44 –	[sem título].....	110
FOTOGRAFIA 45 –	[sem título].....	110
FOTOGRAFIA 46 –	[sem título].....	110

LISTA DE SIGLAS

CHC	– Centro Histórico de Curitiba
CEAD	– Centro de Educação Aberta Continuada à Distância
CEEBJA	– Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
COMEC	– Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONSEG	– Conselho de Segurança
FAS	– Fundação de Ação Social
FECOMÉRCIO	– Federação do Comércio do Paraná
IPPUC	– Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	– Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ONG	– Organização Não Governamental
PBC	– Praça de Bolso do Ciclista
SANEPAR	– Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	– Serviço Social do Comércio
URBS	– Urbanização de Curitiba S.A.
US	– Unidade de Significação
USs	– Unidades de Significação

LISTA DE INFORMANTES

- IQ1 – Ativista e integrante da ONG Ciclo Iguaçu.
- IQ2 – Ativista, ex-integrante do Interlux e empresário na região.
- IQ3 – Ativista e empresária na região.
- IQ4 – Ativista com experiência na área audiovisual.
- IQ5 – Ativista com experiência na área de construção civil.
- IQ6 – Empresária com empreendimento localizado há X anos na segunda quadra da Rua São Francisco.
- IQ7 – Empresária com empreendimento localizado na primeira quadra da Rua São Francisco.
- IQ8 – Empresário e morador com empreendimento localizado na primeira quadra da Rua São Francisco.
- IQ9 – Representante do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA-CEAD Polo Poty Lazzarotto. Caracterizada como vizinha da praça.
- IQ10 – Moradora com empreendimento localizado há 9 anos na primeira quadra da Rua São Francisco.
- IQ11 – Representante da ONG Grupo Liberdade que atuou por 7 anos na primeira quadra da Rua São Francisco. Em novembro de 2015, a ONG transferiu sua sede para a Av. Marechal Floriano. Caracterizada como vizinha da praça.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	CIDADES, URBANIZAÇÃO E URBANIDADES	27
1.1	CIDADES: DA ORIGEM AO CONTEMPORÂNEO.....	27
1.2	PARA ENTENDER A CIDADE E SEU PLANEJAMENTO.....	31
1.3	URBANIDADE E SUA DINÂMICA DE EXPERIÊNCIAS.....	40
1.4	PROCESSO DE INTERVENÇÃO NA CIDADE.....	42
2	COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO	48
2.1	PERCURSO DIALÉTICO.....	48
2.2	A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO INTERACIONAL E DE EXPERIÊNCIA.....	49
2.3	IDENTIDADE E MOBILIZAÇÃO.....	58
3	METODOLOGIA	68
3.1	O ESTUDO ETNOGRÁFICO.....	69
3.1.1	Observação participante.....	70
3.2	ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	71
3.3	QUESTIONÁRIOS.....	73
3.4	ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA DA ANÁLISE DOS CONTEÚDOS OBSERVADOS E COLETADOS.....	74
4	CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO URBANA DE CURITIBA	76
4.1	RUA SÃO FRANCISCO.....	81
4.2	A PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	83
4.3	APRESENTAÇÃO DESCRITIVA DO PERCURSO ETNOGRÁFICO.....	85
4.4	DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA PRAÇA.....	101
5	ANÁLISE DOS DADOS	111
5.1	ANÁLISE INTERPRETATIVA DAS ENTREVISTAS.....	111
5.2	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E PÚBLICO.....	161
5.3	ANÁLISE DOS VÍNCULOS.....	174
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	193
	REFERÊNCIAS	201
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ATIVISTAS	207
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – MORADORES	208
	APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESÁRIOS	209
	APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO	210

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é observar a significação de um processo social, participativo e cultural, de revitalização urbana do Centro Histórico de Curitiba, capital do Paraná, pela ótica da comunicação. Entende-se que é importante compreender em que condições a comunicação pode contribuir na construção de processos de intervenção urbana, bem como na reconstrução de sentidos do espaço urbano coletivo. Outro aspecto essencial é identificar que aspectos comunicativos foram usados no processo de criação de uma nova territorialidade coletiva da Praça de Bolso do Ciclista, alvo principal do estudo, e seu entorno nessa região da cidade.

Vive-se desde 2005, em Curitiba, uma fase importante para conter a degradação da área central da cidade, ocasionada por diversos fatores históricos e contemporâneos, tais como desinvestimento e abandono público, pichações, deterioração de prédios em função do tempo e clima, entre outros. A área do Centro Histórico foi redefinida pela Prefeitura Municipal no projeto de lei denominado *Marco Zero* (2009), que concede incentivos fiscais, como a redução de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para comerciantes e moradores que restaurem imóveis na região do Paço Municipal (*site* da Prefeitura Municipal de Curitiba¹). A definição do projeto foi feita a partir de diagnóstico realizado pela gestão municipal, que destaca espaços considerados problemáticos do ponto de vista urbano-social, como a Praça Tiradentes, marco na história da cidade, bem como a Rua Riachuelo, que foi o ponto inicial do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Curitiba, iniciado em 2005.

No âmbito desse projeto municipal, vários pontos estratégicos da cidade foram contemplados. A Rua Riachuelo foi o espaço escolhido para seu início. A partir de então, outras transformações sucederam-se. O Paço Municipal, único edifício de Curitiba tombado como patrimônio histórico nas esferas nacional, estadual e municipal, foi entregue recuperado em 2009, assim como a restauração da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz, concluída em 2012, e o restauro no prédio histórico da Universidade Federal do Paraná.

A Rua São Francisco, de apenas três quadras, uma rua estreita que segue ainda o traçado histórico original, também foi objeto dessa tendência de renovação do denominado bairro Novo Centro. É nessa rua que se localiza a chamada Praça de Bolso do Ciclista, um pequeno espaço apropriado pela comunidade de Curitiba, por meio de um grupo de ativistas,

¹ <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projeto-marco-zero-de-reducao-do-iptu-incentiva-recuperacao-do-centro/18231>>.

que desencadeou uma série de ações, analisadas nesta pesquisa. É nessa praça e no seu entorno que se localiza o recorte espacial que reportará ao *corpus* da investigação.

O processo de revitalização determinou mudanças físicas e materiais para a área urbana central e tem influenciado nas relações comerciais, turísticas e de lazer ali instaladas, o que faz com que várias instâncias críticas sejam levadas a repensar a cidade e seus significados. A revitalização inclui, além do resgate da beleza arquitetônica nos prédios históricos, a possibilidade de renovação do uso de espaços degradados e a retomada ou criação de novas funções e processos de sociabilidade cultural urbana, o que tem sido acompanhado pela imprensa local.

Observar os esforços para a recuperação do Centro Histórico de Curitiba instiga à releitura dos processos sociais e culturais, e das formas possíveis do “existir” de uma sociedade que se transforma no tempo. É possível, do ponto de vista acadêmico, refletir sobre a ideia de apropriação da cidade, realizada não apenas por meio da conservação e da revitalização do desenho estético original, mas também por intermédio de uma estratégia comunicativa que privilegie a experiência, a interação e o diálogo, de modo a favorecer os laços sociais e de memória, ao mesmo tempo que podem ser criadas novas formas de vivência da região pela população, estabelecendo-se até mesmo outras territorialidades culturais e afetivas.

De modo geral, as tendências de revitalização se refletem não somente na dinâmica dos centros urbanos, mas também na configuração da própria cidade e na qualidade de vida dos cidadãos, à medida que uma região central, como a de Curitiba, mesmo que degradada, se integra cotidianamente à vida de milhões de cidadãos, interferindo em suas práticas de morar, trabalhar, estudar, transitar, negociar, fazer turismo, etc. Uma rua como a Riachuelo, por exemplo, importante eixo de acesso para a circulação e a mobilidade urbana, não poderia ser mantida como um endereço que remetesse ao medo ou à insegurança, inclusive pela imprensa local. O mesmo pode-se afirmar sobre a Rua São Francisco e outras que compõem o entorno do Centro Histórico da cidade.

Prostituição, tráfico de drogas, homicídios e assaltos a pedestres fazem parte da rotina das Ruas Riachuelo e São Francisco, no centro de Curitiba. A criminalidade presente nos locais tem afastado clientes de estabelecimentos comerciais e está fazendo com que pessoas desviem caminho para não passar entre o cruzamento das duas ruas. (VÉGAS, 2004, não paginado).

Ressalta-se que esses espaços de circulação, mas também de vivência de experiências urbanas as mais diversas, estão sendo trabalhados, oficialmente, a partir da

compreensão de que são áreas imobiliárias de alto valor agregado (se devidamente cuidadas) para que se caracterizem cada vez mais como espaços de circulação urbana e convívio mesclado por negócios, residências e patrimônio histórico. Essa vitalidade, trazida para o Centro em uma perspectiva de desenvolvimento econômico, social e cultural, e de mudanças estruturais, revela também o não observado, aquilo que não é facilmente visível no processo de revitalização do Centro Histórico de Curitiba. Também leva à reflexão sobre como ultrapassar o limite de um espaço restaurado em sua parte estrutural e que pode rapidamente voltar a ser degradado, ou seja, de que forma deve-se pensar em um espaço pós-reatalizado sustentado, que se mantenha gerador de novas sociabilidades e novas experiências culturais urbanas.

É preciso notar que o processo de modificação do espaço urbano é colocado em xeque por alguns críticos, que questionam a serviço de quem realmente essa ação se realiza (quem se beneficiará com tudo isso?). Essa questão tem sido recorrente na maioria das referências técnicas ou acadêmicas sobre ações de revitalização, uma vez que tais intervenções devem ser consideradas muito mais do que uma medida higienista, que irá conferir a possibilidade de formatação de novos negócios e lugares mais rentáveis. Tais processos deveriam conter o olhar integrador de diversos atores urbanos, permitindo sua participação na história local e na reconstrução dos espaços públicos, de forma a se assegurar a chance de uma mudança benéfica e culturalmente coerente, com ganhos duradouros do ponto de vista político, social e ambiental – e não apenas econômico para alguns poucos. Nem sempre a revitalização é pensada em prol do bem coletivo:

[...] em alguns casos, esse processo levou a uma marginalização de culturas locais; noutros, a esperada nova prosperidade não se concretizou com a estetização do espaço e o resultante do enobrecimento urbano (*gentrification*). A cidade criativa é uma cidade socialmente fragmentada na qual se valoriza a cultura entendida como as artes, em detrimento da cultura enquanto articulação de valores partilhados no cotidiano [...]. Poderá existir uma cidade pós-reatalizada? Poderá a imaginação criativa de uma diversidade de grupos urbanos levar a novas formações sociopolíticas e culturais? Isso constituiria possivelmente em outra revolução urbana (MILES, 2012, p. 1).

Essa citação permite refletir a respeito da ideia de revitalização urbana, reforçando aspectos críticos, mesmo tendo sido elaborada originalmente para o conceito de cidade criativa, que, de acordo com Miles (2012, p. 13), é baseada em uma economia cultural, onde “[...] as estratégias urbanas de base cultural estribaram-se, em grande medida, numa seleção de imagens das cidades e não no conjunto de experiências e percepções sensoriais que refletem um urbanismo social e etnicamente diverso”. Apesar de se referir a uma realidade

francesa, o entendimento amplia a compreensão do processo de revitalização, porque no Brasil as experiências ainda se dão em uma etapa superficial, com exceção de experiências poucas que revelam avanços em algumas cidades. Alguns exemplos são os processos ocorridos em Salvador, no caso do Pelourinho, e no Recife, no caso do Bairro do Recife Antigo. Esses processos, embora tenham trazido mudanças na parte estrutural, com a proposta de novos usos, apresentam ainda dilemas e contradições, tanto no desenho original quanto na sua manutenção.

No Brasil, as pesquisas acerca da revitalização das cidades têm sido realizadas sob diferentes ângulos, mas, de forma geral, pode-se concordar com José (2007), que aponta para a necessidade de avançar no conhecimento sobre a produção da cidade, buscando nas entrelinhas aquilo que está implícito, mas apresenta consequências concretas de um projeto político.

A interferência da política oficial na dinâmica dos centros urbanos, na configuração da própria cidade e na qualidade de vida pode interferir no cotidiano de muitos cidadãos, não devendo, portanto, ignorar-se o diálogo com a comunidade para permitir a legitimação de seus anseios de participação e intervenção no processo. Tal processo se constitui como forma de lidar com o novo, não se limitando à transformação arquitetônica e à renovação de equipamentos, mas abrangendo tudo que pode ser manifestação da cultura urbana, em seu sentido mais amplo. Miles (2012, p. 10) destaca que o problema “é que apesar das estratégias culturais serem apresentadas como sendo capazes de regenerar espaços degradados o que as determina não é o interesse na renovação cívica [...], mas motivos econômicos e comerciais [...]”.

Esse aspecto parece ser um desafio permanente para os processos de revitalização urbana em todas as cidades. Em Curitiba, no caso em estudo, a própria Rua Riachuelo apresentou, após a intervenção oficial, seus focos de resistência em razão do interesse comercial e do controle dos imóveis, que se sobrepunham à conservação do patrimônio ou à busca pelo respeito ao coletivo. Isso demonstra que o interesse de mercado não reside apenas na esfera dos gestores públicos e seus parceiros privados, mas também nas comunidades diretamente envolvidas no processo, como é o caso de comerciantes e residentes que têm seu cotidiano alterado devido às novidades do entorno.

O interesse por este tema decorre inicialmente da trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, por ter atuado na fase inicial de planejamento da Revitalização do Centro Histórico de Curitiba, no período de 2008, por meio de projeto ligado ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A motivação profissional foi, entretanto,

ultrapassada pelo interesse social e acadêmico, que resulta da formação básica da pesquisadora como Assistente Social e atuação na área de Comunicação e *Marketing*.

A ênfase no desenvolvimento desta pesquisa, ao se fazer uma leitura comunicacional sobre uma área urbana degradada do ponto de vista socioambiental, que deu lugar à construção de uma praça emblemática, no sentido de construir um novo sentido e gerar um novo processo de circulação de outras tribos urbanas, na rua onde se localiza, no centro da cidade de Curitiba, decorre de reconhecer-se uma problemática que, simultaneamente, pode ser entendida, pesquisada e analisada, de forma a se permitir atuar e vivenciar mudanças socioculturais no âmbito da cidade contemporânea e em seus fluxos de comunicação, envolvendo diversos atores da esfera pública. Sob esta ótica, a proposta de pensar o processo de mobilização social relativo à construção da Praça de Bolso do Ciclista e à revitalização realizada na Rua São Francisco e seu entorno, pela via da comunicação, foi referenciada, estruturalmente, por uma palestra de Michel Maffesoli², denominada *O Reencantamento do Mundo*, realizada em Curitiba, em 5 de setembro de 2005, cujas ideias aguardavam um instante de aplicação, talvez pela sedução que o significado apreendido encerrava enquanto orientador de possibilidades. Privilegia-se, portanto, o ângulo da participação das comunidades locais em espaços públicos e de que forma a comunicação se constitui neste espaço social, permitindo a visibilidade e a transformação da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno como espaço de convergência da vida pública da cidade, mas também a organização sociocultural dos grupos presentes, como alternativa e crítica de uma realidade negociada.

A escolha deste tema de pesquisa também é adequada e atraente para uma dissertação de mestrado em Comunicação, pois, além dessa via comunicacional se situar em um campo de negociações políticas entre agentes institucionais públicos e privados, e segmentos da comunidade, a linha do mestrado na qual este trabalho se insere (*Comunicação, Educação e Formações Socioculturais*) permite ampla leitura de todo o caso, como um leque de possibilidades de comunicação como processo educativo, no sentido de uma educação transformadora e que propicia mudanças concretas sobre a vivência da cidade, seus espaços e possibilidades socioculturais. Na trama de significados que vamos encontrar no processo de revitalização-apropriação pela comunidade de um espaço público no Centro Histórico, é necessário reconhecer a importância dessa intervenção, caracterizada por ações comunicativas

² Palestra *O Reencantamento do Mundo*, proferida pelo filósofo e sociólogo francês Michel Maffesoli, promovida pelo Mestrado em Comunicação e Linguagens e Curso de História, das Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, Letras e Artes, no dia 15 de setembro de 2005.

do cotidiano e pela circulação de sentidos que vão tomando forma nas diversas interfaces de um cenário de relações em construção.

É nesse contexto, no qual comunicação, cidade e cultura se mesclam, que se acredita ser importante refletir sobre como os processos de comunicação e de mobilização das comunidades envolvidas acontecem e se tornam determinantes para que não se dependa somente de parcerias público-privadas, e para que a participação cidadã, com seus diversos atores e o envolvimento de um pensamento crítico, seja um ponto definidor e legitimador para efetivas melhorias urbanas que resultem em mais qualidade de vida e no aumento de pertencimento urbano. O envolvimento das comunidades locais em espaços públicos, por meio de mobilização e vínculos afetivo-culturais, é um dos focos desta pesquisa. Entende-se que, ao se lidar com a intervenção e apropriação da comunidade, torna-se imprescindível entender, descrever e analisar os processos de mobilização estabelecidos, considerando que demandam estratégias de comunicação que favoreçam a interação entre os atores envolvidos.

Desse modo, o *objetivo geral* deste trabalho é compreender quando e como há a mobilização social na apropriação de um espaço público, entendendo-se a comunicação como fenômeno que permite a interação e a ressignificação cultural coletiva urbana. Também se leva em conta que toda mobilização requer estratégias de comunicação, como afirmam Toro e Werneck (1997). De forma *específica*, pretende-se: 1) Descrever etnograficamente o espaço de revitalização urbana em estudo e os atores sociais envolvidos no processo, 2) Identificar que ações comunicacionais foram utilizadas para se criar uma nova territorialidade coletiva no Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, 3) Verificar os conflitos ocorridos entre os diferentes atores envolvidos no processo (neste caso, empresários, ativistas e moradores/vizinhos), e 4) Compreender em que condições a comunicação pode contribuir para o processo gerador de circulação de sentidos nesse espaço urbano coletivo, de forma a favorecer novos usos e manifestações no local.

O entendimento até aqui explicitado sobre a situação empírica em exame conduziu a elaboração do seguinte *pressuposto* de pesquisa: a comunicação praxiológica seria a forma de sustentação de uma intervenção urbana feita pela comunidade, *pressupondo-se* também que essa ação é um processo de mobilização social com repercussões culturais, políticas e educativas nas formas de ocupação e uso do espaço urbano e público.

É a partir da compreensão da comunicação como fenômeno que se permite a interação e a ressignificação cultural coletiva urbana, e também das características empíricas do recorte espacial de uma cidade marcada pela construção de um imaginário coletivo

(associado à qualidade de vida, a um modelo a ser seguido) – mesmo que bastante desgastado nos últimos anos – que se listam as várias perguntas centrais neste trabalho:

- Como se dá o processo de comunicação/interação e de que maneira ele vem contribuindo para a ressignificação de espaços urbanos no Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno?
- Quais as interações que se estabelecem nesse espaço urbano e como os grupos de sujeitos envolvidos (ativistas, empresários e moradores/vizinhos, bem como os frequentadores/circulantes), vivenciam a ressignificação do lugar?
- O processo de apropriação, pela comunidade, da Praça do Bolso e seu entorno vem tornando aquele espaço um território com novas significações para quem o habita (vivência e experiência), mesmo que temporariamente? Estabelece-se aí um sentido de territorialidade para vários segmentos da comunidade?
- Os vínculos estabelecidos pelo processo de mobilização social permitiram o estabelecimento de experiências urbanas significativas?
- Quais conflitos emergiram do processo e como eles poderiam ter sido contornados ou pelo menos minimizados no âmbito da mobilização social?
- O processo de revitalização nas áreas do Centro Histórico de Curitiba, mesmo que estabelecido para atender, principalmente, a objetivos de mercado (empresariais e turísticos), pode conduzir a novas formas de arranjos políticos, educativo-culturais e sociais?

Essas perguntas nortearam uma possível abordagem de um espaço definido, como lugar de convivência coletiva para moradores, proprietários, comerciantes, enfim, cidadãos que possam ser capazes de funcionar como agentes construtores de uma identidade e que desenvolvam vínculos de pertencimento.

O que se deseja, ao se levantar essas questões, é aprofundar a análise do processo de comunicação e mobilização, tendo a Praça de Bolso do Ciclista e os atores envolvidos em sua apropriação como o objeto da pesquisa. O *corpus* se traduz na composição da coleta de dados e os modos da investigação da problemática comunicacional em suas interfaces com as dimensões urbana e comunicativa-interacional. Entende-se que o processo de mobilização, enquanto ato comunicacional, pelos seus mecanismos, pode sustentar a continuidade das ações, que está relacionada à qualidade das interações.

Para isso, a abordagem teórica exigiu revisão de literatura interdisciplinar, que considerasse os muitos cruzamentos existentes na complexidade deste processo. As

observações realizadas permitiram compreender que essa ação traz interfaces sociais, urbanas, econômicas e culturais e que a comunidade, caracterizada por diversos atores, apresenta fluxo comunicativo do qual emergem significados e sentidos.

A forma de apropriação do espaço em estudo se caracteriza com a tessitura de vínculos propostos por Henriques et al. (2007), que traz como ponto central o entendimento de como as relações e as interações favorecem a compreensão de significado e lugar, com objetivos múltiplos. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade da abordagem teórica de comunicação relacional e dialógica, envolvendo a transformação de estruturas urbanas e de cidadãos, moradores ou em trânsito no local, ao atuar sobre determinado espaço público. Essa abordagem de comunicação é explicitada também a partir de França (2003, p. 27): “[...] como processo de produção e compartilhamento de sentidos entre os sujeitos interlocutores, realizado por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos”.

Em consonância com esse olhar, evidencia-se a necessidade de um agir comunicativo (HABERMAS, 1984) que favoreça a existência de processos dialógicos para compreender a comunicação como propulsora de toda a mobilização social. Mafra (2006) destaca que é na esfera pública que os sujeitos, a partir de sua ação comunicativa, conseguem articular-se e explicitar argumentos que resultem em forças ou esforços coletivos.

Metodologicamente, a pesquisa tem caráter predominantemente qualitativo, sendo executada a partir de pesquisa bibliográfica e documental a respeito do projeto de revitalização do Centro Histórico de Curitiba (CHC) e das ações ativistas relativas à construção da Praça de Bolso. Abrange um percurso etnográfico do lugar e a identificação dos principais atores envolvidos no processo; a realização de entrevistas abertas e em profundidade para coleta de depoimentos; a observação participante e a aplicação de questionários para os frequentadores do lugar, nas quais dois aspectos são essenciais – a experiência e maturidade da escuta e a necessidade de se ter clara a questão desafiante da subjetividade.

Para as entrevistas, utiliza-se a técnica de *snowball*, de modo a identificar os atores que tenham informações e papéis relevantes no processo. A partir das informações obtidas nas entrevistas, faz-se uso de análise interpretativa, dividida em categorias e unidades de significado que focam em aspectos ligados às interações ocorridas no espaço público, às práticas comunicativas dos atores envolvidos e ao processo ideológico e prático da mobilização em si. Ao final, utilizam-se os resultados dessas análises para estabelecer a

existência ou não de determinados vínculos para o processo de mobilização social existente, bem como seu entendimento, como vínculos que se estabelecem de maneira forte ou frágil.

Em síntese, o primeiro capítulo desta dissertação se propõe a apresentar uma perspectiva sobre a cidade e as diversas relações que os sujeitos estabelecem no interior desse constructo social. Traça-se um panorama das origens à contemporaneidade e, em seguida, esmiúçam-se alguns conceitos-chave da área, de modo a facilitar a compreensão da análise que é feita. O entendimento das urbanidades é trazido no sentido de aproximar os estudos da cidade com a perspectiva comunicacional adotada. Por fim, expõem-se algumas contradições e interesses inerentes aos processos de revitalização.

Já no segundo capítulo privilegiam-se os estudos da Comunicação, partindo de discussão epistemológica sobre o que seria o objeto do campo, passando para a abordagem relacional, que considera as experiências possíveis nas trocas entre os sujeitos. Segue-se com uma relação entre alguns postulados de Habermas e a teoria da mobilização social de Bernardo Toro, pressupondo nesta fusão a efetiva participação dos atores envolvidos, para concluir com uma discussão do lugar como espaço de pertencimento, de onde emergem as relações experienciais e comunicativas dos sujeitos com a cidade.

O terceiro capítulo dedica-se à exposição metodológica da pesquisa, com o detalhamento da organização analítica das entrevistas por meio das Unidades de Significado, bem como os critérios e procedimentos metodológicos do percurso etnográfico, da observação participante e dos questionários. Por sua vez, o quarto capítulo traz o contexto do processo de revitalização do Centro Histórico de Curitiba, com ênfase para a Rua São Francisco e a Praça de Bolso do Ciclista, onde o percurso etnográfico se explicita. É nessa parte que o objeto empírico da pesquisa é apresentado e detalhado.

O quinto capítulo apresenta o aspecto analítico dividido em três etapas, sendo a primeira a partir dos depoimentos coletados nas entrevistas, a segunda com base nos dados levantados nos questionários e a terceira que se traduz na análise dos vínculos afetos ao processo de mobilização social, bem como na proposição da experiência como componente complementar à escala de vinculação. Assim, tais reflexões conduzem às conclusões e considerações finais.

1 CIDADES, URBANIZAÇÃO E URBANIDADES

Iniciar um trabalho de comunicação apresentando um contexto das cidades e das urbanidades é detectar a importância desses conceitos, tendo em vista que seu entendimento favorece ou inclui as experiências de viver e sentir o cotidiano no urbano, ou seja, de viver a cidade. Este capítulo apresenta os conceitos geográficos e sociológicos que tratam do contexto urbano e irão dialogar com a discussão proposta pelo viés da comunicação.

O caminho traçado inicia com as origens do conceito de cidade, passando por outros, de importância complementar, até chegar à ideia de urbanidades, que traz o sujeito e a noção de interação, para fazer a ponte com os estudos de comunicação apresentados no capítulo seguinte.

1.1 CIDADES: DA ORIGEM AO CONTEMPORÂNEO

Os entendimentos de cidade e urbano são importantes neste primeiro capítulo para depois se analisar o processo específico de ressignificação espacial, marcado por determinadas práticas de comunicação, a ser estudado nesta dissertação.

O conceito de cidade remete às materialidades desse constructo social e histórico – estruturas, equipamentos, dinamismo impresso nas diversas maneiras que a fazem se mover, como a mobilidade urbana, fator estrutural para o reconhecimento do que é a cidade. Já as urbanidades – relativas a um conjunto de características do urbano – se referem às possíveis tramas, interações, trocas que este lugar incentiva, favorece, propicia, estabelecendo um modo de ser, de agir, de viver, trabalhar e morar. Sendo assim, cidade e urbanidade são conceitos que se complementam e interagem entre si. Para Graeml (2007, p. 33), “a cidade é uma estrutura dinâmica, em constante mutação, onde o antigo e o novo, o passado e o presente convivem lado a lado em um permanente diálogo histórico.” A mesma autora aponta a definição de Carlos (1992), para quem “a cidade é um espaço no qual as relações sociais que as pessoas desenvolvem ao longo da vida são reproduzidas e, por esse motivo, representa um espaço de historicidade” (CARLOS, p. 36, apud GRAEML, 2007).

Tal historicidade, da qual fala Graeml (2007), é o pano de fundo desta pesquisa, observado por meio do processo de revitalização em Curitiba, constituindo nesta perspectiva uma contínua atualização das direções da cidade, reservando-se às relações e interações entre seus moradores o papel central da comunicação. Assim, é justamente nesta via que a

comunicação é trazida para pensar as cidades e, de forma mais específica, o processo de revitalização do Centro Histórico de Curitiba (CHC) e da Praça de Bolso do Ciclista.

A partir de suas origens, a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transformar os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo para as necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada (MUMFORD, 1998).

A colocação acima destaca claramente o processo presente numa realidade e o quanto uma cidade, ao favorecer este ambiente de interação, revela as múltiplas camadas de um processo urbano. Para avançar nessa ideia, segue-se o pensamento de Mumford (1998), que, ao discutir as origens da cidade, faz um trabalho quase “arqueológico”, ao investigar suas estruturas, da pequena povoação e das aldeias às grandes cidades. Observa-se que o desenvolvimento das cidades aconteceu a partir da reunião, no interior de uma mesma área, de várias funções, sujeitos e estruturas que até então estavam espalhados e desordenados. Essa reunião possibilitou um processo dinâmico de interações, proporcionando o desenvolvimento das comunidades. Nesse ponto é importante trazer ainda como Mumford situa o estado de evolução citadina:

[...] a reclusão rigorosa dentro das muralhas da cidade tornou quase compulsória, as partes já bem estabelecidas da protocidade – santuário – fonte – aldeia – mercado – fortificação – participaram no alargamento e concentração geral dos números e sofreram uma diferenciação estrutural que lhe deu formas reconhecíveis em todas as fases subsequentes da cultura urbana. (MUMFORD, 1998, p. 39).

Com a intensificação dessas interações, a cidade ultrapassa o que seria associado ao poder e ao sagrado e alcança dimensão ampliada do possível e criativo. Nesse cenário do possível se configuram as infinitas leituras que podem ser feitas ou estimuladas porque a cidade “ampliou também todas as dimensões da vida” (1998, p. 39). Entende-se por essa ampliação o sair dos limites estabelecidos pelas muralhas, situadas entre espaços delimitados e limitados, com regras e procedimentos, para um lugar de infinitas possibilidades para os sujeitos que vivem nesse ambiente urbano.

A partir desse contexto é que Mumford traz a utopia na cidade como:

[...] parte integrante da sua constituição original e precisamente porque tomou forma no início como uma projeção ideal, a cidade trouxe à existência realidades que poderiam ter permanecido latentes durante um tempo indefinido, em pequenas comunidades mais sobriamente governadas, presas a expectativas mais mesquinhas

e não dispostas a fazer esforços que transcendessem tanto os seus hábitos de trabalho cotidiano quanto suas experiências mundanas. (MUMFORD, 1998, p. 39).

Milton Santos (2014) também mostra o surgimento da cidade a partir da transição entre o feudalismo e o capitalismo, no qual ela aparece como o lugar do trabalho livre, que reúne os comerciantes e artesãos, diferenciando-se, assim, do campo. O autor coloca que a cidade pode ser compreendida como “uma semente de liberdade” (p. 59), que gera produções sociais que favorecem o fim do feudalismo. Nesse mesmo sentido, como visto anteriormente, pode-se se associar a questão da liberdade do processo criativo com aquilo que Mumford (1998, p. 39) destaca ao trazer a cidade “como símbolo do possível”.

Embora as cidades já existissem (3.500 a. C.) antes do Feudalismo, Santos (2014) expõe que é a partir da necessidade de escoamento dos excedentes da produção agrícola e das trocas estabelecidas que as cidades se reconfiguram, se tornam novos espaços e ampliam as relações, assim como o número de atividades de modo a atender essa demanda econômica. Desse modo, a cidade revela-se como “lugar de ebulição permanente.” (p. 60). É importante ressaltar que as cidades contemporâneas, além de manterem as características sempre presentes nas urbes como um espaço marcado pelo intenso fluxo de trocas, disputas, demandas, tensões, reconstruções, passa a ser também um espaço privilegiado de interação humana contínua, em razão da intensificação da técnica e da tecnologia, que vai além de sua concretude material.

O século XX também foi o cenário de grandes transformações, com reflexos significativos sobre a organização e a vida nas cidades. A consolidação dos avanços tecnológicos proporcionados pela Revolução Industrial ao longo do século anterior e novos avanços decorrentes em especial dos esforços de Guerra, adaptados para fins pacíficos e apropriados pela sociedade urbana, contribuíram para o início da “desmaterialização” das cidades como espaço de vida e interação humana. (GRAEML, 2007, p. 2).

De outro modo, Magnani e Torres (2008) relacionam o surgimento das cidades com as ideias de sociedade e de comunidade. Os autores afirmam que a comunidade antes existente no Feudalismo, é definida pela consanguinidade, pela proximidade, e que está associada a um forte controle social, enquanto a sociedade que emerge com o capitalismo vincula pessoas mais distantes e estabelece normas sociais mais difusas, abertas, de modo a que as pessoas possam ter suas opiniões preservadas. Essa discussão pode ser vista pelo viés da ecologia:

Trata-se de explicar a dinâmica urbana através de conceitos como dominação, invasão, sucessão, dominância e outros – diferentes formas que adquirem a competição por espaço, recursos, controle político – que delimitam as “áreas

naturais”, produzindo as diferentes “zonas” concêntricas da cidade. Aqui comunidade é entendida como resultado de relações simbióticas, ao passo que sociedade depende da comunicação entre seus membros, que compartilham atitudes, sentimentos e ideias comuns. (MAGNANI e TORRES, 2008, p. 23-24).

Entretanto, na maioria das vezes, a interação propiciada pela tecnologia, agora também intensificada pelas redes digitais, apresenta-se deslocada de sentidos, uma vez que o que predomina nas cidades contemporâneas é o viés de produção do espaço e do uso intensivo do solo marcado pelos interesses econômicos, o que contribui para uma interação deslocada de sentidos em muitos momentos. Isso ocasiona o distanciamento aparente do sujeito em relação à cidade. Um dos caminhos que pode se materializar e se sobrepor à hegemonia dos interesses econômicos que produzem o espaço urbano é o da comunicação – em rede tecnológica, interpessoal, grupal e coletiva – que pode alimentar as trocas entre os sujeitos na criação de um espaço urbano possível. Essa é a ênfase escolhida neste trabalho, o das práticas relacionais entre os sujeitos que habitam a cidade.

Nesta perspectiva inicial, há a intenção de se destacar a característica da mudança presente no ambiente urbano, por marcar o quanto a cidade é um organismo vivo, em suas interações e funcionalidades, e o quanto é essencial entender tal complexidade.

A reflexão sobre cidades é aqui ampliada por ela ser entendida como uma grande plataforma de experiências, na medida em que “nossa experiência do mundo e do outro é frequentemente mediada pela cidade como uma estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e espacialidades” (NETTO, 2012, p. 35). Essa espacialidade conduz para a questão de como os lugares são acessados, sem esquecer que, segundo Lefebvre (2008, p. 81), as formas de uso é que vão determinar o valor de um lugar, o que reforça como o fenômeno urbano pode ser visto em três níveis, de acordo com o autor: 1) no processo global de industrialização e de urbanização; 2) no da sociedade urbana, plano específico da cidade; 3) nas modalidades do habitar e das modulações do cotidiano no urbano, o que dimensiona a questão da cidade enquanto estrutura pensada e construída pelo homem em suas demandas e exigências do desenvolvimento, bem como um espaço constituído de relações e interações que tornam o lugar um espaço de significados.

Com relação ao que se chama “direito à cidade”, e na compreensão de como a sociedade se organiza para o enfrentamento da intensa dinâmica urbana, afirma Lefebvre:

A sociedade urbana por dissolução dessa cidade submetida a pressões que ela não pode suportar tende, então, a se fundir, de um lado, na disposição planificada do território, no tecido urbano determinado pelas coações de circulação e, por outro lado, em unidades de habitação tais como os setores dos pavilhões e dos grandes conjuntos. (LEFEBVRE (2008, p. 83).

Pode-se, no entanto, ir além na questão do direito à cidade. Harvey (2014, p. 14) destaca que o direito à cidade “tem de ser atribuído ao poder e à importância dos movimentos sociais urbanos”. Segundo ele, tais movimentos surgem basicamente das ruas e bairros das cidades doentes, o que confirma que movimentos de grupos diversos vêm ao encontro de uma demanda coletiva e específica da busca pelo melhor, “e surgem basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (p. 15). A ideia geral de movimentos sociais urbanos engloba desde os próprios movimentos sociais até arranjos mais simples e menos amplos, como os coletivos de ações e grupos de ativistas organizados que atuam sobre a dinâmica cidadina.

A questão que se torna então presente é o quanto as cidades passam a revelar “um desejo que ultrapassa o sentido reformista em direção a uma perspectiva revolucionária” (HARVEY, 2014, p. 17), numa manifestação de que é na direção de construir a cidade e de se reconhecer quem a produz que se busca um alinhamento com os reais interesses da população no âmbito da gestão urbana, ou seja, cada vez mais será fundamental a atenção aos sinais que definem o que esse ambiente precisa trazer, para quem e por quê. Esse enfoque será revisitado no capítulo 3, no qual a proposta de planejamento urbano, da revitalização e da definição das áreas consideradas como de interesse e necessidade de melhorias será apresentada, favorecendo a melhor compreensão do recorte empírico e os aspectos essenciais destacados na abordagem teórica.

1.2 PARA ENTENDER A CIDADE E SEU PLANEJAMENTO

Com o intuito de esclarecer alguns conceitos importantes no contexto das cidades, discute-se seu entendimento a partir dos objetivos da pesquisa. Vamos situar alguns que são essenciais: espaço, lugar, território, territorialidade e paisagem.

Inicia-se com a compreensão do que é *espaço* e de como ele se configura em uma dimensão mais ampla em relação aos demais. Conforme Santos (2014), o *espaço* não é dado, ele se constrói numa dimensão relacional que se configura como “[...] um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2014, p. 31). O autor completa a definição de espaço ao incluir a característica processual e sistêmica onde nada pode ser considerado de forma isolada, “[...] mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

O detalhamento sobre o conceito de *espaço*, conforme a citação a seguir, se faz necessário pela característica da pesquisa que situa o Centro Histórico de Curitiba, a Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno nesses três modos de concretização do espaço.

É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser concretizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional; especialmente as latitudes e longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe mas dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. Em terceiro lugar, há o espaço relacional onde o espaço é percebido como conteúdo e representa, no interior de si mesmo, outros tipos de relação que existem entre objetos. (MABOGUNJE³, 1980, apud SANTOS, 2014, p. 30).

Ao citarmos essa especificidade do dado empírico, a questão que se procura trazer desde já é o quanto a situação de uma cidade como Curitiba, repleta de pluralidades, exige o aprofundamento dessa interseção de conceitos e destaca o complexo da dimensão urbana. Assim, este percurso de entendimento teórico é que vai permitir o avanço na compreensão do que ocorre durante a fase de revitalização de determinada parte da cidade (no caso pertencente à região central), e nas ações subsequentes. E esse fator torna-se então estratégico e essencial em toda análise a ser feita, em que pese a ênfase na comunicação – mas é nesta *ágora* que ela ocorre e se constrói ou não.

Por essa razão, acredita-se ser importante apresentar a proposta de Villaça (2012) a respeito da particularidade de que somente as áreas centrais das grandes cidades brasileiras têm. “Tudo o que está no centro atende melhor o conjunto da cidade, e vice-versa: só atende melhor o conjunto da cidade aquilo que está no centro. É por isso que o centro é a mais justa e democrática localização para os equipamentos únicos, raros e/ou mais importantes da cidade” (VILLAÇA, 2012, p. 92). Ou seja, o pioneirismo, a unicidade e a relevância são aspectos presentes particularmente nos centros das grandes cidades, não que eles não apareçam nos bairros ou nas periferias, mas sua presença é mais marcante e evidente na região central.

Ao analisar o centro de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, o autor define a importância do centro em relação à cidade como um todo, bem como as funcionalidades que esta oferece a seus habitantes.

³ MABOGUNJE, A. L. **The development process**: a spatial perspective. London, Hutchinson, 1980.

Os equipamentos que estão no centro atendem a maior parte da população da metrópole. Isso não significa que atendem a uma parte maior do que atenderiam se estivessem em qualquer outra localização da metrópole. Isso não significa que atendem a maioria da população da metrópole. Isso significa que o centro é o ponto de acessibilidade máxima de uma metrópole. [...] apenas essa característica já é suficiente para mostrar a posição democrática do centro. (VILLAÇA, 2012, p. 94).

Esse entendimento de Villaça (2012) permite estabelecer uma conexão com a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista, uma vez que, se as mesmas pessoas tivessem se reunido, com o mesmo propósito, porém em outra região da cidade de Curitiba, que não o centro, as realizações, dilemas, conquistas e conflitos ali ocorridos seriam diferentes pela particularidade existente naquele lugar. As próprias dinâmicas de trabalho e envolvimento poderiam ser outras, os perfis de pessoas que atuaram nos mutirões poderiam ser outros, e assim sucessivamente. Desse modo, é o conjunto de variáveis presentes naquele contexto que transformou aquele espaço em lugar.

Mais um passo se dá nesta extensão de conceitos ao localizar as noções de *espaço* e *lugar* de maneira interligada, mas podendo destacar seus diferenciais. O *espaço* alcança a condição de *lugar* na medida em que passa a ser o “lócus da vida cotidiana” (GRAEML, 2007, p. 37), em que os sujeitos realizam suas atividades, traduzem em objetos intervenções e relações à sua maneira de agir, transformando este *espaço* em *lugar* ou, como afirma Prosser, (2009, p. 81) o “lócus da afetividade, dos significados e das relações”.

Tuan, por sua vez, adota uma dimensão mais abstrata de *espaço* e estabelece, quando o mesmo se transforma em *lugar*, “Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde ao de lugar. [...] O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar na medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 2013, p. 14).

A partir do exposto, reconhece-se a complexidade de criar limites definidos de tais conceitos e avança-se nessa constatação ao se incluírem as definições sobre *território* e *territorialidade*. Para Graeml (2007, p. 38), “à primeira vista percebe-se semelhanças entre os termos lugar e território, pois tanto um como o outro são resultantes de uma produção e ambos se formam a partir do espaço.” Tal afirmação revela de novo a imbricação desses conceitos e das relações que eles estabelecem entre si, considerando que à medida que o sujeito age neste espaço, apropriando-se dele, ele o “territorializa” (RAFFESTIN, 1993 apud GRAEML, 2007, p. 38).

No diálogo que segue a referência trazida por Haesbaert, de que o território tem uma via dupla caracterizada pelo aspecto material e pelo simbólico, destaca-se que o “território, assim em qualquer acepção, tem a ver com o poder” (HAESBAERT, 2007, p. 20). O poder

referido não se restringe ao poder conhecido de domínio, está também localizando todos os aspectos que fundem o processo de significação do simbólico traduzido pela “apropriação” (HAESBAERT, 2007). De toda forma, o autor retoma, constantemente, a análise de Lefebvre, que faz a diferenciação de *apropriação*, que tem a ver com a conotação de valor próprio do uso simbólico e das relações culturais estabelecidas no *território*, em contraposição ao que se refere ao material, que se caracteriza pela funcionalidade pura, típica do sistema político-econômico vigente. Ao avançar em seu raciocínio, Haesbaert (2007) detalha as similaridades e distanciamentos entre *território* e *territorialidade*, sendo o segundo conceito entendido não apenas como a dimensão simbólica, mas, principalmente, o caráter de identificação proporcionado pelas relações sociais, culturais e emotivas. Tal condição proposta pelo autor torna-se mais clara no exemplo exposto por ele: “o da ‘Terra Prometida’ dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente” (HAESBAERT, 2007, p. 25). Ou seja, para o autor, ainda que haja *territorialidade*, ela não terá, necessariamente, algum vínculo a um *território* construído.

Com uma definição mais direta, Albagli (2004) reforça os aspectos multidimensional e simbólico da *territorialidade* e destaca seu caráter identitário ao afirmar que:

[...] territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p. 28).

Tal abrangência de conceitos e usos mostra a imbricação entre espaço, lugar, território e territorialidade, não permitindo a possibilidade de limites tão definidos. De todo modo, eles trazem sempre a possibilidade de observar a cidade na perspectiva de natureza e sociedade, interligando a este contexto os aspectos simbólicos, culturais e emotivos. Há ainda que se levar em conta que todo aspecto simbólico é único e, portanto, varia de pessoa para pessoa, conforme explicitado a seguir:

Cada sujeito, percebe, vivencia e ordena o espaço, paisagem ou lugar de acordo com a própria vivência, o que gera uma superposição de territorialidades, de representações e de significações. Como as superfícies mudam constantemente, quer pela ação do tempo, quer pela ação das pessoas, e como cada indivíduo as guarda na memória e em um tempo diverso, torna-se claro porque há descontentamentos quando alguém interfere sobre a paisagem, alterando-a, ressignificando-a. (PROSSER, 2009, p. 81).

A ideia de *paisagem*, segundo Santos (2014, p. 75), “como um conjunto de formas heterogêneas de diferentes idades, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” entra neste momento para fechar e abrir a dimensão do sujeito presente na cidade e que a cada momento a acolhe e a ressignifica. A condição da *paisagem* em constante movimento e mudança ocorre em função das questões econômicas, sociais e culturais. É importante reconhecer como esta *paisagem*, esta “apreensão visual”, a cada instante, pode trazer, para os que com ela interagem, um resgate do sujeito em sua conexão com o momento de viver e experimentar a cidade.

Nesse entendimento, quando Santos (2014) cita as diferentes apreensões de uma rua, uma praça, um logradouro, nas variadas horas do dia, ou semanas, caracterizando a dinâmica vibrante impressa nesse cotidiano, pode-se depreender que, no caso analisado, da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, apresentam-se as peculiaridades de uma paisagem em constante mutação, apesar dos elementos físicos e fixos que também a compõem.

Não é propósito desta pesquisa aprofundar-se na questão do planejamento urbano. No entanto, evidencia-se a crítica, por parte do autor, sobre essa questão, que discute o direito à cidade. Lefebvre (2008, p. 30) afirma que “de fato não existe uma marcha única ou unitária da reflexão urbanística, mas diversas tendências referenciáveis em relação a esse racionalismo operacional”. O autor segmenta tais tendências em três perspectivas distintas, sendo: a) “o urbanismo dos homens de boa vontade”, que seria aquele praticado por arquitetos e escritores que possuem uma visão mais humanista do planejamento urbano e se veem “como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais”; porém, sua ideologia não corresponde às reais necessidades “do cidadão/cidadão” (LEFEBVRE, 2008, p. 31); b) “o urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal)”, que seria muito mais pautado pelo cientificismo, que determina formas mais racionais no processo decisório, não priorizando o fator humano em suas análises, de modo que essa perspectiva de um urbanismo “tecnocrático e sistematizado” pode trazer filtros de diferentes ciências, mas se correndo o risco de que esses modelos elaborados apaguem “da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade” (p. 31); e c) “o urbanismo dos promotores de vendas”, no qual não há uma venda do imóvel, mas do urbanismo em si, e dessa forma esse “torna-se valor de troca”, colocado como uma alternativa de compra da felicidade, numa “cotidianidade de contos de fadas”. Essa última tendência se destaca como forma de edificar centros de interesses diversos que concentram poder, persuasão e coação, como “centros de consumo privilegiados: a cidade renovada”, que se caracteriza como mecanismo de controle, visando “consumidores de espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 33).

Com a mesma criticidade, porém com menor ênfase, Mongin sugere que o urbanismo faça o exercício do autoquestionamento:

Dado que o tipo ideal da cidade isola traços correspondentes em níveis distintos de experiências negativas (retraimento dentro do privado, ausência de mobilidade corporal, desvio do espaço público pelo mercado, ausência de participação pública), o urbanismo deve, ele mesmo, ser interrogado em função do que ele torna possível, ou não, quanto à experiência urbana. Se não existe um bom urbanismo universal, aquele da cidade utópica, suscetível de desenhar a “boa cidade”, então um urbanismo que toma partido dos lugares contra os fluxos quase não tem mais sentido. (MONGIN, 2009, p. 108).

A crítica de Mongin (2009) foca-se, principalmente, no planejamento urbano que pensa a cidade, porém não considera como ela pode realmente ser vivenciada, ou seja, priorizam-se as formas racionais de ordem e estrutura, ao invés de pensar esse espaço no contexto dos fluxos que ali ocorrem; para Mongin (2013, p. 11) “não importa tanto a qualidade da arquitetura, mas se a cidade é acessível aos habitantes, tornando viável a experiência urbana. Minha tese é a de que a experiência urbana passa pelo corpo, pelo cenário e pelo espaço público.” Assim, ao desprezar tais conexões, ignoram-se, também, as experiências vividas pelos sujeitos nesse lugar complexo e repleto de histórias e vivências.

Situa-se nessa reflexão teórica a importância de que os sujeitos compreendam seu papel na prática social como atuantes de uma nova metodologia de intervenção na cidade, no sentido de se apropriar do direito de construir territorialidades. Por isso, acredita-se que “não se recompõe a cidade e o urbano a partir dos signos da cidade [...] ainda que a cidade seja um conjunto significante. A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática” (LEFEBVRE, 2008, p. 101). A reflexão se aprofunda na afirmação de que para a compreensão de que o ponto possível da apropriação do direito de intervir nos rumos da cidade está mais afinado com o conceito de práxis.

Apenas uma práxis, em condições a serem determinadas, pode se encarregar da possibilidade e da exigência de uma síntese, da orientação na direção desse objetivo: a reunião daquilo que se acha disperso, dissociado, separado e isso sob a forma de simultaneidade e dos encontros. (LEFEBVRE, 2008, p. 102).

A práxis é aqui apresentada sem a intenção de aprofundar ou destacar um ou outro autor, mas apenas preservando o entendimento de que pode ser interpretada como ação voluntária sobre um processo, visando mudanças, permitindo que se reflita o quanto esta abordagem se fará presente nesta pesquisa. Outrossim, os conteúdos teóricos até aqui apresentados permitem que se situe um trajeto de entendimento de como a cidade se configura

como espaço dinâmico e de relações e sensibilidades, e que o avanço da abordagem será o de trazer o contexto das relações do sujeito com si próprio e com a alteridade.

Essa via representa a inclusão da vivência e da experiência no que então se ousa denominar de ambiente urbano, que necessariamente estabelece a relação com os sujeitos, que assim fazem a transição de um ambiente meramente territorial para uma configuração que permite que “uma experiência singular se desenvolva em outros níveis além do da poética, da troca comercial ou do saber do urbanista, [...] a do espaço público que remete à experiência de pluralidade, mas também a da política que remete à participação, da igualdade e do conflito” (MONGIN, 2009, p. 36).

Seguindo essa ideia de cidade construída a partir de significados e da experiência, Ferrara indica que:

Manipulado pela imagem que adere à massa, aquele vínculo [comunicativo] transforma, de um lado, o espaço social em espetáculo mas, de outro, aponta-lhe a possibilidade de ultrapassar a técnica, na medida em que inventa ou propõe alternativas para a ela responder. Para estudar essa transformação, o geógrafo Milton Santos criou duas categorias epistemológicas que se tornaram matrizes para a análise e interpretação do espaço social: trata-se da tecnosfera e da psicofera. (FERRARA, 2008, p. 45).

De acordo com o autor, ambas as esferas coexistem cada qual à sua maneira, se configurando numa dinâmica ampla e complexa.

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2006, p. 172).

Nessa linha de pensamento, é possível uma aproximação entre a teoria e o empírico da Praça de Bolso do Ciclista, que reforça a ideia de como um lugar, com suas variáveis opostas e complementares, vai aparecer de diversas maneiras durante todo o processo de análise, por trazer a oportunidade de conjugar a intersecção de vivência e experiência. Como continuidade, Mongin afirma que:

[...] ao mesmo tempo que a experiência urbana concilia linguagens heterogêneas remetendo a diversas camadas de experiência, ela coloca em relação, em uma espécie de dialética “interminável”, elementos opostos: o interior e o exterior, o

dentro e o fora, o centro e a periferia, o privado e o público. (MONGIN, 2009, p. 37).

Ainda a respeito da ideia da experiência da cidade, Ferrara (2008, p. 65) defende que “a representação do espaço mudou. Ao mesmo tempo visual e tátil, a cidade cosmopolita é desenhada no corpo, pois é usufruída nas suas cores e sentida com a planta dos pés nos longos percursos a pé, no caminhar inconsequente e obrigatório para todos, a fim de ver e ser visto”. Ou seja, o espaço dialoga, a todo momento, com os atores que ali passam, marcando e sendo marcado por eles, de modo a estabelecer fluxos que definem a cidade cosmopolita.

É interessante pensar que as camadas não são somente de experiências como citado, mas também de conceitos, que vão numa circularidade de sentidos, evidenciando que os sujeitos, na relação que têm com os lugares ou de que forma dão significado a um lugar, pela maneira que este os envolve, vão evoluindo para o que Graeml destaca:

[...] dentre o que foi apresentado percebe-se que um aspecto perpassou todos os conceitos: o de que a ideia de lugar está diretamente ligada à questão social, à necessidade de que os atores sociais estejam juntos, vivendo o cotidiano, realmente envolvidos com aquele lugar e se sentindo parte dele. (GRAEML, 2007, p. 41).

Sobre esses aspectos que dão significado ao lugar é que emerge também a questão da identidade. No caso em estudo, apresenta-se de duas maneiras: a) a identidade coletiva do lugar, a Praça de Bolso do Ciclista, e b) a identificação dos sujeitos com este lugar, a ponto de desejarem intervir e agir para a ele pertencer. Este pertencimento, ao concretizar a ligação entre sujeito e lugar, vai determinar novos modos de entender a situação em análise.

As maneiras de decidir pelo uso e a forma desta área urbana ocupada por meio de uma intervenção da comunidade urbana, que se apresenta como um fato recorrente na atualidade, percebido em vários exemplos ao redor do mundo, podem também caracterizar uma forte onda de “ocupações”, que têm sido destacadas pela mídia nacional e mundial. Esses novos modos de agir diante do desejo de viver a cidade definem um jeito de ser, organizar, trabalhar e viver. Essas manifestações podem evidenciar como os sujeitos intervenientes são compostos “não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2014, p. 11). Sem adentrar os conceitos de ocupação/intervenção, que serão trabalhados na sequência, a questão das identidades aparece como fio condutor para desafiar certamente a própria compreensão de como o lugar de análise e as identidades ali presentes durante o tempo devem ser retomadas.

Assim, é importante ressaltar a visão de Claval (2001, p. 296) sobre a formação cultural espacial, ao afirmar que “os espaços humanizados superpõem muitas lógicas: eles são

em parte funcionais, em parte simbólicos”. O que ocorre é que a cultura vai trazendo a modelagem de muitas facetas que esses espaços começam a mostrar, quer seja pelas tecnologias inerentes aos processos necessários para determinados formatos possíveis, quer pelos desenhos diante de preferências e valores que vão sedimentando a vida e o convívio social, delineando-se sempre pelo viés do significado para os diversos sujeitos em suas inúmeras representações. A cultura deixa marcas, como bem ressalta o autor, ao afirmar que “os espaços mais ou menos extensos explicam o lugar atribuído às facetas da vida social; ajuda, enfim, a concebê-los por meio das representações que dão um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um” (p. 296).

Claval (2001) reflete também sobre o desenho original do espaço e sobre a temporalidade, ao mostrar que a sociedade desempenha o papel de reinterpretá-lo, redesenhá-lo. E vai além, ao acentuar que é por meio de um evento, de uma celebração, que se concretiza tal reinterpretação, como uma oportunidade da reconstrução do sentido dessas mudanças urbanas.

Essa reflexão permite identificar uma aproximação com o trabalho de recuperação da área do Centro Histórico de Curitiba, em sua fase inicial, com as investidas estruturais que marcaram as reformas de equipamentos históricos e as Ruas Riachuelo e São Francisco, previstas como marcos importantes de toda a revitalização. E traz, ainda, a importância de compreender em que dimensão o papel da cultura se destaca, provavelmente, como fio de reinterpretação do simbólico e funcional desses lugares: uma “geração nova de monumentos destaca os valores que dominam a sociedade atual; o uso dos espaços públicos não se submete mais às mesmas regras” (CLAVAL, 2001, p. 310). Ou ainda, quando afirma que, num *continuum* da sociedade, a questão da temporalidade vem atualizada na integração de discursos que aparecem na população de hoje “criando intertextualidades indispensáveis”, (p. 312) para viver lugares transformados em uma apropriação simbólica.

Dessa forma, o autor ainda localiza os novos movimentos sociais, que não trazem mais em seu escopo de reivindicações as questões relacionadas com classe e renda, mas sim “a organização do espaço, a qualidade da cidade e o direito aos serviços que somente uma forma de urbanidade pode assegurar” (CLAVAL, 2001, p. 403).

Ainda assim é preciso lembrar que a questão do uso de um território não está somente ligada ao poder de compra ou de herança, ela também perpassa a esfera política na qual são feitos os direcionamentos que estabelecem, determinam ou influenciam como os cidadãos podem atuar sobre o espaço. Essas definições de planejamento urbano significam para a população como vão ser traduzidas as métricas que estabelecem onde, no final das

contas, as pessoas vivem, encontram-se e trocam, ou seja, as “expressões espaciais das preferências culturais só se tornam possíveis por meio da instauração, pelas instâncias políticas, de um ambiente legal favorável” (CLAVAL, 2001, p. 300). A cidade apresenta então o potencial de permitir que seus espaços e seus recursos possam interferir na integração dos sistemas sociais ou, ao contrário, que esses emerjam para criar dissoluções e até conflitos – o espaço como chave para a prática das ações nas ruas, nas praças, traduz, no encontro inclusive das diferenças, a comunicabilidade e a alteridade.

Escolhe-se ainda ressaltar o entendimento de Tuan ao fazer uso do conceito de “topofilia”, em um contexto de meio ambiente urbano:

[...] um neologismo útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética. Em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem em uma vista até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. (TUAN, 2012, p. 135-136).

Essa citação permite a passagem para o tema das *urbanidades*, construindo-se um diálogo de autores, à medida que traz para as relações os laços, o afeto, a sensibilidade, que é uma das formas de conhecimento e de intervenção.

1.3 URBANIDADES E SUA DINÂMICA DE EXPERIÊNCIAS

A partir desse ponto, inicia-se a abordagem das *urbanidades*, de forma a localizar o contexto urbano e as interações que este permite numa dinâmica repleta de experiências. As urbanidades trazem uma possibilidade dialógica entre autores e, mais que isso, uma via de entendimento de como as relações que acontecem na cidade são também uma proposta de experimentá-la, como explica Netto:

[...] para entender o modo de experiência de um mundo que se apresenta imediatamente urbano, devemos entender o cruzamento entre a espacialidade particular das cidades – como estruturas e projeções de ações conjuntas, seu papel como meio da ação coletiva – e a temporalidade singular da experiência urbana, em encontros e interações, de outro modo impossíveis de serem produzidos. A espacialidade urbana tem, portanto, relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas às ações das pessoas e de suas experiências. Conjuntamente, constituem urbanidades. (NETTO, 2012, p. 39).

A decisão por incluir tal conceito neste trabalho ocorre pela correlação existente entre a geografia e a arquitetura em sua interface comunicacional, que permite destacar a

relação entre cidade, interação e experiência, conformando-se assim um tecido, uma trama urbana, a ser decodificada em seus meandros e significados naquilo que se torna a partir de sua visão pela ótica da comunicação e da alteridade. De todo modo, o consenso sobre o conceito é controverso, adotando-se então o entendimento de Netto (2012) e Aguiar (2012).

Netto (2012) situa as urbanidades como a maneira de abordar o modo de vida urbano, aqui destacadas por traduzirem um processo que favorece a compreensão da revitalização e da intervenção no Centro Histórico de Curitiba e a Praça de Bolso, e como forma de apresentar o que se propõe efetivamente nesta pesquisa: a ideia de que, ao se reconhecer a mediação que a cidade permite em nossas vidas, pode-se conceber uma comunicação necessária para que este estágio interativo ultrapasse a vivência e se estabeleça como experiência e como caminho de uma comunicação sensível, colaborativa, que possibilite a autonomia dos sujeitos nela participantes. Compreende-se assim a cidade como modo de estruturar a experiência de cada um, “um *framing* de nossa experiência, de uma estrutura que converge práticas de temporalidades distintas e da experiência de alteridade.” Essas proposições fecham e abrem uma janela na análise da vida urbana, que “envolve uma ambiguidade fundamental: ela ampara diferentes experiências individuais e as relaciona como modos de experiência em comum sob a forma de convívio” (NETTO, 2012, p. 38).

O autor ressalta ser possível reconhecer em três dimensões da urbanidade – fenomenológica, comunicativa e ontológica – conforme o Quadro 1, a cidade como forma de integração do mundo social. Na dimensão fenomenológica, destaca-se a questão da alteridade: “a experiência da urbanidade, como aspecto da integração do mundo social [...] na esfera do sujeito”. Na segunda dimensão, a comunicativa, revela-se a confirmação de “que a cidade representa a possibilidade de densidade de comunicação e relação entre práticas, de compressão das interações, tecido da conectividade dos nossos atos e de estruturação social – uma urbanidade efetivada como entrelaçamento de atores e espaços na produção da troca linguística”. E na dimensão ontológica, evidencia-se a urbanidade “como condição de ligação entre o humano e o material” (NETTO, 2012, p. 49).

QUADRO 1 – DIMENSÕES DA URBANIDADE

	SOCIAL	ESPACIAL
Dimensão Fenomenológica	Copresença Encontro	A rua, espaços públicos, Lugares do reconhecimento dos diferentes.
Dimensão Comunicativa	Atores em interação	O lugar As modalidades A arquitetura
Dimensão Ontológica	Cognição Conexões e referências <i>ato-espaço-ato</i>	A rede de espaços públicos, lugares e edificações

FONTE: NETTO (2012).

Por sua vez, Aguiar (2012, p. 10), ao redefinir um projeto de pesquisa em arquitetura, chega à reflexão de que foi “a percepção das pessoas sentindo-se em casa no espaço público que me encaminhou ao estudo de urbanidade, como categoria específica de cidade”. Essa conclusão reforça o interesse de incluir neste trabalho a integração de conceitos e reflexões no sentido sensível de acessar “a civilidade reinante vinda do conjunto arquitetônico-espacial, [...] *civitas* como condição de cidade, [...] da cidade como casa, a grande morada, [...] foi este o modo como cheguei ao conceito de urbanidade, vivenciando na pele o espaço público do Rio [...] e acolhimento para todas as pessoas que ali habitam transitoriamente” (AGUIAR, 2012, p. 10).

Esse relato de Aguiar está presente pela identificação com o conceito de urbanidades, permitindo um diálogo entre autores. A intenção com esta escolha é que, ao final desta análise, seja possível avançar na contribuição do melhor uso deste conceito na gestão urbana em Curitiba, compondo a interação comunicativa no âmbito das urbanidades, representada em um pequeno espaço, uma praça, uma rua, como um microcosmo.

1.4 PROCESSO DE INTERVENÇÃO NA CIDADE

Abordar a problemática em torno dos processos de intervenção no meio urbano requer um esclarecimento a respeito de conceitos que fundamentam tais ações, como revitalização e ocupação, ainda mais quando estas alterações são realizadas na área central, e muitas vezes histórica, das cidades. A esse respeito, Silva afirma que:

A revitalização configura, portanto, uma nova postura que se opõe aos processos devastadores da renovação, assim como às atitudes exageradamente conservacionistas. [...] O conceito de revitalização traz à tona a discussão de

conciliar a preservação do patrimônio cultural, adaptando-o à conjuntura atual. As necessidades vigentes e os valores passam a ser considerados tanto quanto a conservação e o resgate da memória dos lugares. (SILVA, 2002, p. 27-28).

O autor reforça ainda o caráter integrador inerente ao conceito de revitalização, que deve considerar as mudanças estruturais e estéticas, os aspectos socioeconômicos e ainda promover uma adaptação à realidade social atual do lugar.

A revitalização urbana não se limita a produzir belas imagens, mas estruturar áreas degradadas em seus aspectos sociais e econômicos, considerando a sua salvaguarda e integração na vida contemporânea como elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial. (SILVA, 2002, p. 29).

Essas intervenções exigem, na visão do autor, um poder de articulação entre os diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com o espaço em questão. Dessa forma, Silva (2002, p. 29) afirma que “cabe destaque, ainda, para as parcerias do poder público com segmentos organizados da população na elaboração de políticas públicas e com o setor privado, como características marcantes dos projetos de revitalização urbana”.

A lógica de um processo de revitalização na cidade se define por diversos aspectos, entre eles: o estético, o turístico, o mercadológico, o histórico e o inclusivo, no sentido de novas formas de consumo de espaço urbano. A esse respeito, Rosa e Kauchakje afirmam que o:

[...] discurso para a imagem de Curitiba – cidade humana, produz a diluição das desigualdades e diferenças sociais, estabelecendo unidade em torno de interesses parciais em determinado espaço urbano, atribuindo uma leitura dominante e homogeneizada do real, tendo como prioridade o cidadão genérico diante da ação urbanística. (ROSA e KAUCHAKJE, 2007, p. 107).

Miles (2012) traz o pensamento de Landry (2000)⁴ para discutir questões políticas, econômicas e culturais que estão interligadas nesses processos de intervenção, que aparecem frequentemente em razão dos filtros do valor, do cuidado com o patrimônio histórico. Essa perspectiva da conservação e restauro legitimam e justificam as ações de revitalização.

O patrimônio cultural e as suas expressões contemporâneas proporcionam um foco para a renovação urbana em nível mundial. Em pleno processo de desenvolvimento econômico, encontramos inspiração em edifícios, artefatos, tradições, valores e saberes do passado. A cultura ajuda-nos a adaptarmo-nos à mudança, ao ancorar nosso sentido de existência: mostra-nos que procedemos de algum lado e temos uma história para contar; pode dar-nos confiança e segurança para enfrentar o futuro. O patrimônio cultural não se confina aos edifícios – é toda panóplia de recursos culturais que demonstram que um lugar é único e singular. (LANDRY, 2000, p. 39 apud MILES, 2012, p. 13).

⁴ LANDRY, C. **The Creative City: a Toolkit for Urban Innovators**. London: Earthscan Publications Ltd., 2000.

Entender a cidade e um processo de revitalização requer que sejam também identificados os focos de resistência como um desafio a ser decifrado na dinâmica que se estabelece. Miles (2012, p. 10) afirma que “apesar de estratégias culturais serem apresentadas como tendo a capacidade de regenerar os centros degradados”, o interesse cívico, público, não é o que, de fato, predomina, mas sim os interesses de mercado. Em linhas gerais, isso significa que os projetos e suas ações podem disfarçar o interesse mercadológico e ter um reduzido viés de cidadania e respeito a tudo que a cidade e seus espaços têm e são, sendo este também o entendimento de Harvey:

Mas essas tentativas de criar novos tipos de comuns urbanos [ciclovias, miniparques como espaços de lazer, etc.] podem ser facilmente capitalizadas. Na verdade, podem ser projetadas justamente com essa finalidade. Os parques urbanos quase sempre aumentam o preço dos imóveis nas áreas vizinhas (desde que, claro, o espaço público do parque seja controlado e patrulhado de modo a manter a ralé e os traficantes à distância). (HARVEY, 2014, p. 147).

Em suas considerações sobre o direito à cidade, agora mais especificamente quando se traz a questão das dimensões públicas e privadas do espaço, Harvey (2014) afirma que “embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades” (p. 144).

Revitalizar é também compreender o valor e como isso se torna possível, quando um lugar tem, em síntese, falta de sentido, causado pelo abandono, descaso, e que ao ser esquecido, devolve para a sociedade perdas de segurança, utilidade, beleza e história. A forma possível de estabelecer esses significados para o espaço urbano, as ruas, está associada na forma como os cidadãos se relacionam com o lugar. Sodré (2006) aponta que os sujeitos, aos estabelecerem vínculos de convívio, trabalho, vida, estão se inserindo socialmente e desenvolvendo relações que envolvem desde o imaginário até a construção de valores.

O incentivo para que os cidadãos assumam e ocupem um lugar de interação com os espaços tem sido feito em vários lugares, com objetivos semelhantes, inclusive na cidade de Curitiba por meio de diferentes iniciativas⁵, de modo a incentivar seu uso público e cotidiano. Entretanto, a conciliação a respeito do uso de determinado espaço público por parte de diferentes públicos se torna um desafio, como indica Moura et al. (2006, p. 18), ao afirmar que “a lógica da intervenção urbana nesses espaços muda no tempo, mas também opõe ideologias face à cidade, nem sempre reconciliáveis, dada a diversidade e interesses”.

⁵ Um exemplo é o projeto “Ocupe o Passeio”, promovido pelo jornal local Gazeta do Povo <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/>>.

Por essa razão, os processos de revitalização e intervenção realizados no meio urbano requerem exercício árduo de articulação entre os diferentes atores, de modo a superar os desafios intrínsecos do ato de ocupar o espaço público com as dinâmicas igualmente provocadoras, próprias do uso da cidade, conforme afirma Matos:

A problemática dos espaços públicos também resulta de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços metropolitanos. A distinção entre público/privado, exterior/interior, coletivo/individual, é reajustada pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização quase generalizada do automóvel. (MATOS, 2010, p. 19).

Assim, sublinha-se que a revitalização dos espaços urbanos, do ponto de vista físico, estrutural, arquitetônico-visual, representa um esforço de planejamento, implementação e ações concretas realizadas por agentes públicos e privados nas cidades contemporâneas, no sentido de melhorar, resgatar ou criar diversos aspectos, geralmente interdependentes, que se refletem no cotidiano da população em seus fluxos de circulação e comunicação urbana para a realização das atividades de trabalho, comércio, estudo, turismo, lazer, ou seja, nos usos que se fazem no meio urbano, mas vai ainda mais além, pois, ultrapassando as práticas materiais, a revitalização urbana implica alterações superficiais ou profundas na cultura urbana, em aspectos de interação e coesão social, na qualidade de vida da população ou segmentos dela, na promoção socioambiental, na valorização de áreas degradadas, em hábitos, trajetos, modos de uso do espaço e dos lugares, etc.

Os exemplos desse processo de gestão urbana são vários. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob o impacto de transformações econômicas e políticas, e com a inserção de urbanistas na administração pública, muitas intervenções no espaço urbano foram realizadas – primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos, até atingir os países chamados “em desenvolvimento”. O mais recorrente exemplo talvez seja o da grande intervenção realizada na cidade de Paris, por Hausmann, na segunda metade do século XIX. Hausmann criou um modelo interconectado que formava um verdadeiro “espetáculo inédito” (CHOAY, 1999), com espaços verdes públicos (até então raridade), e os sujeitos eram convidados a participar, como atores e espectadores, não apenas de jardins e equipamentos, mas também de desfiles de cidadãos.

Sánchez (2010) trata desses processos sob a perspectiva da cidade como mercadoria, da cidade como algo que possa ser vendido como marca, imagem, valor em um mercado internacional. Ao analisar a implementação de políticas urbanas dos anos 1990, que alteraram

o espaço de Curitiba e Barcelona, seu recorte empírico, ela questiona como os sujeitos passam a ser meros espectadores da cidade – ao invés de cidadãos ativos no processo. Sob a mesma crítica, Lefebvre (2008) caracteriza o perfil da cidade enquanto fenômeno.

Apenas hoje é que começamos a apreender a *especificidade* da cidade (dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediate, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc.); [...] ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, suprassensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediate. A cidade é uma *mediação* entre as mediações. (LEFEBVRE, 2008, p. 51-52).

Assim, ao se pensar a cidade, há de se considerar de modo primordial as relações entre ela e a sociedade, incluindo as dinâmicas de transformações que indivíduos e grupos sociais, ao estabelecer essa relação, provocam no meio. Como bem coloca o autor, esta condição própria da cidade se configura por meio das duas ordens (próxima e distante), cada qual com uma característica específica, que interagem entre si num jogo de retroalimentação, de modo que a atuação de uma influencia a outra, e assim por diante, exercendo, cada uma à sua maneira, uma relação complexa entre a sociedade e a cidade. Isso implica observar que:

[...] a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com um simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2008, p. 52).

Ou seja, o planejamento e a gestão das cidades em hipótese alguma podem negligenciar o fator humano intrínseco a este processo de vivência e transformação que os cidadãos imprimem no meio ambiente urbano, seja em seu cotidiano, seja em projetos de intervenção que surgem por iniciativas individuais ou coletivas, porém a partir da “ordem próxima”. Assim, essa forma estratégica de gestão urbana, a revitalização, não tem

significação se não fizer parte de um processo social, participativo e cultural. Tal junção de fatores se torna fundamental, porque sem ela não há interação, apropriação, coletivização. E, portanto, a revitalização se torna vazia, despida de sentido.

[...] paradoxalmente, a cidade dos mercadores e dos banqueiros continua a ser para nós o tipo e o modelo de uma realidade urbana onde o *uso* (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o proveito, sobre o valor de troca, sobre os mercados e suas exigências e coações. Ao mesmo tempo, a riqueza devida ao comércio das mercadorias e do dinheiro, o poder do ouro, o cinismo desse poder também se inscreve nessa cidade e aí prescrevem uma ordem. De modo que ainda nesta qualidade ela continua a ser, para alguns, modelo e protótipo. (LEFEBVRE, 2008, p. 53).

Um fator importante, embora não exclusivo, que propicia potencialmente a criação de sentido e significado em processos de revitalização, é o fato de que, além das ações oficiais, de instituições públicas e suas parceiras privadas, a participação direta da população, representada por determinados segmentos da comunidade, constitui um fenômeno urbano que pode conferir legitimidade e criar/reforçar laços sociais, de pertencimento a determinado território urbano, além de estabelecer até mesmo redes de sociabilidade, cultura e afeto. Nesses contextos, ao se mobilizarem e, com isso estabelecerem formas e fluxos de comunicação, determinadas comunidades têm criado perspectivas de ressignificação urbana que atingem mudanças socioculturais e vivências diferenciadas, embora isso não ocorra sem conflitos com outros atores/agentes sociais envolvidos.

A questão crucial que se destaca em todo o percurso feito para situar a cidade como um conjunto de estruturas e relações, como “território usado” (SILVEIRA, 2011, p. 35), que abriga todos os mais diversos atores, traz como tema recorrente o direito à cidade, reforçando que essa “não é uma coisa inerte, um palco onde a vida acontece, mas um quadro da vida, híbrido de materialidade e interação social, em que surgem as cooperações e as disputas ou o que concorre para a definição de poder”.

Neste imbricado de lugares, identidades, diferenças e poder, situa-se a comunicação como tema determinante que pode conduzir ao refinamento de um processo efetivo de intervenção urbana, por meio da ação da comunidade.

2 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO

Neste capítulo, parte-se de uma perspectiva em que o percurso dialético da comunicação favorece e acompanha o próprio estudo etnográfico da pesquisa. Simultaneamente, configura-se como mecanismo de reforço para estabelecer a interação e os processos comunicacionais. Em seguida, volta-se especificamente para a compreensão da comunicação como um “momento fundador da vida coletiva” (FRANÇA, 2003, p. 42), ou seja, o enfoque que se pretende destacar pressupõe a integração entre os meios de comunicação e as práticas sociais, integrando o saber e o fazer com a práxis. Por fim, relaciona-se este viés da comunicação com a mobilização social, a partir do referencial teórico de Toro e Werneck (1997) e outros autores, criando-se assim um sentido praxiológico.

2.1 PERCURSO DIALÉTICO

A comunicação é um campo de estudos com constantes discussões epistemológicas, em razão da própria pluralidade de seu conceito. Diversos autores com olhares diversos travam discussões contraditórias sobre o campo, em especial sobre seus objetos de estudo e pesquisa. A própria palavra comunicação contém diversos sentidos e continua sendo conceitualmente ambígua. Ainda é vista como um campo fluido, como um objeto “cambiante, frouxo, indeciso e [que] se altera ao acompanhar a dinâmica daqueles valores e expectativas sociais” (FERRARA 2008, p. 181).

Vera França (2014) traz uma revisão das matrizes críticas que pensam o objeto da comunicação, mostrando as lacunas de teorias e os modismos e idiossincrasias presentes no campo da comunicação. A autora, ao final da discussão, aponta para a necessidade de uma leitura mais abrangente dos processos comunicativos. Isso faz sentido para reforçar a via integradora possível da comunicação, em qual meio e processos se inter-relacionam na sua interdependência, para trazer a possibilidade de os sujeitos, em suas práticas, poderem caminhar para sua emancipação, por meio da consciência crítica.

O campo da comunicação neste debate entre o que é, de fato, seu objeto, pede do pesquisador da área uma observação criteriosa dos avanços e recuos presentes nesses processos, o que traz a ideia desse percurso dialético. Rüdiger (2014, p. 395) discute que a comunicação, como objeto, ainda gera confusão, tendo em vista “seu caráter e meio como pensamento”. Para o autor, a tentativa de atribuir uma singularidade a esse campo tem ignorado as próprias práticas do campo ou ainda tem focado apenas no aspecto midiático,

desconsiderando o processo comunicacional de forma ampla. Há uma distância entre a teoria, abstrata, e as práticas estudadas empiricamente.

Martino (2014, p. 14) traz o objeto da comunicação como aquele associado ao próprio olhar comunicacional: “qualquer relação social se estrutura sobre ações recíprocas diversas, e há um componente de comunicação em todas elas”. Essa é uma perspectiva aceita no meio acadêmico por integrar, ao mesmo tempo, a ideia de um objeto único e múltiplo.

Por ser interdisciplinar, a comunicação possui múltiplos atravessamentos de outros campos, mas sua constituição transversal não é apenas uma justaposição de saberes e processos, e sim reflexo de sua onipresença na sociedade.

Além disso, a comunicação, contemporaneamente, reveste-se por dois principais enfoques: o dos meios e o das mediações ou processos interacionais. Wolton (2004) compreende a comunicação por meio de duas dimensões: uma é a funcional, que está relacionada à parte instrumental da comunicação, no sentido de difusão e transmissão, e a outra é a normativa, que tem sentido de partilha, comunhão e diálogo. De forma semelhante, Maldonado coloca dois aspectos para tratar do fenômeno comunicativo:

[...] a midiaticização do mundo por meio de sistemas técnicos de informatização, controle e produção de bens simbólicos, nos quais o campo das mídias é chave para a problemática da comunicação contemporânea; e a compreensão dos processos de produção de sentido nos contextos múltiplos das mediações [...]. (MALDONADO, 2002, p. 212).

Esses aspectos não são necessariamente excludentes, pois eles rebatem uns nos outros: há aproximação em alguns momentos, até intersecção, mas eles permanecem com suas singularidades.

2.2 A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO INTERACIONAL E DE EXPERIÊNCIA

É fundamental trazer o resgate dos fenômenos comunicativos a partir do meio cultural. França (2003, p. 38) aponta que “o modelo praxiológico está fundado na reflexividade inerente às trocas sociais e busca compreender a comunicação enquanto prática constituidora da vida social”. É a partir dessa perspectiva que se entende o ato comunicativo como ação, que resgata a historicidade da troca social.

[...] a compreensão da comunicação enquanto atividade organizante, de construção (modelagem) de um mundo comum (de pontos de vista partilhados), é o viés que nos permite apreender em que medida as interações comunicativas, instaurando um espaço público (uma relação de troca e partilhamento simbólico entre diferentes

sujeitos) são lugares que constroem estes sujeitos – e os constroem num mundo. (FRANÇA, 2003, p. 51).

Ferrara (2008) traz a concepção de comunicação como redes comunicantes, dentro da perspectiva de processos e interações. Ao localizar Ferrara nesse diálogo de autores, é possível falar da comunicação também a partir da construção de espaços que:

[...] exige perceber que, na história das relações criativas dos homens e entre eles, se estabelece um vínculo que, em teia ou rizoma, entretece todas as manifestações humanas que vão da arte à técnica, do tempo ao espaço, do isolamento da cultura à comunicação e diálogo entre suas manifestações, da comunicação como relação através de uma mensagem à transmissão que se processa através dos meios comunicativos. (FERRARA, 2008, p. 41).

Numa abordagem que se integra, Ferrara (2008) vê o espaço entre comunicação e cultura como aquele que permite compreender de que forma as interações podem ocorrer, tendo na sua essência os mecanismos de uma lógica de sentidos que circulam entre os sujeitos em suas práticas relacionais, favorecendo possíveis trocas entre comunicação e cultura – que pode ser estendida à cultura urbana.

Por outro lado, Valverde (2010) coloca que a comunicabilidade pode ser vista como o vínculo básico da sociabilidade. Para Sodré (2006, p. 64) “a sociabilidade – conceito cunhado por Simmel para designar a forma espontânea da interação social, livre de conteúdos específicos – resulta da tensão entre a forma *a priori* e o vivido multiforme, logo é feita de interação e da dinâmica dos valores de uma individualidade qualitativa”.

É por meio da comunicabilidade que se estabelecem as relações sociais e a constituição daquilo que Maffesoli (2003) chama de “cimento social”. Silva (2004), ao tratar das ideias desse sociólogo francês, sublinha que a comunicação não pode ser reduzida aos meios ou à mídia. Baseado na obra de Maffesoli, Silva afirma:

A comunicação é um laço social. Michel Maffesoli tem mostrado que, ao contrário do imaginado, o principal da comunicação é o contato, o simples, “colocar em relação”. [...] responder à questão “o que é a comunicação?” significa apostar numa leitura global de uma época fragmentada e marcada por tudo quanto é tipo de contato e de relações. Este é um mundo no qual tudo se toca, cruza, mistura, liga, confunde e faz fronteira. Mesmo os antagonismos podem ser complementares. (Silva, 2004, p. 43-44).

O esforço de esmiuçar o objeto da comunicação, numa perspectiva abrangente, vem da lógica de que, para se entender os processos comunicacionais de maneira sistêmica, que o objeto desta análise demanda, é necessário investir nesta complementaridade. Um espaço e suas possibilidades de relações, a expressão de opiniões e ideias ou a estruturação de modos

de ser permitem a compreensão do objeto da comunicação e são as manifestações presentes neste cotidiano urbano da praça em questão.

Esta justificativa fica respaldada na afirmação de Braga (2011), quando discorre amplamente sobre o objeto da comunicação e suas especificidades no que se refere à interação social ou comunicacional, ou seja, “considerar que se trata aí dos processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos em que se veem engajados [...] e toda e qualquer atuação que solicita coparticipação”. Esse campo da circularidade processual da comunicação traz a reflexão e o desafio na relação comunicativa, que vai além do universo da informação e chega ao reconhecimento das subjetividades entre falantes.

Tal interação fundada na relação comunicativa se configura como um dos pilares dos processos de mobilização social, considerando que a comunicação enquanto campo é complexa e vasta, porém, seu aspecto agregador e interacional é fundamental para que toda e qualquer ação de mobilização seja efetiva.

Compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado, desejável aos projetos mobilizadores, o fazer comunicativo, mais do que informar, toma por tarefa criar uma interação própria entre esses projetos e seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e valores. Deseja-se, assim, que sejam fortalecidos os vínculos desses públicos com os movimentos e que sejam capazes de tomar iniciativas espontâneas de contribuir à causa dentro de suas especialidades e possibilidades. (HENRIQUES et al., 2007, p. 39).

Desse modo, é pela via da comunicação, que permeia a interação, o diálogo, o entendimento e a ação, que a mobilização pode estabelecer relações de vínculo com a causa, de forma que esta experiência se torne marcante aos sujeitos. A identificação com a causa pode se expandir para a identificação com o outro, que, além de proporcionar entre os atores tal vinculação com o lugar e com o projeto em si, também permite a produção de um sentido coletivo, comum.

A complexidade dos próprios movimentos de ação social impõe, portanto, a necessidade de transcender os métodos clássicos de identificação e análise de públicos, considerando as relações sistêmicas que eles estabelecem entre si e com os projetos institucionalizados. Sendo que os públicos, nesses casos, não possuem unicamente uma existência por si próprios, identificável por sua gênese e localização, mas também – e principalmente – pelos tipos de relacionamentos que configuram os seus vínculos com o projeto, torna-se necessário rastrear os caminhos e circuitos por meio dos quais o processo comunicativo em movimento proporcionará uma produção de sentido comum. (HENRIQUES et al., 2007, p. 41).

A esse respeito, apresenta-se a escala de níveis de vinculação (FIGURA 1) proposta por Henriques et al. (2007), na qual são definidas as diferentes etapas pelas quais o sujeito

passa, de modo que possa estabelecer um vínculo com determinada causa ou projeto por meio da mobilização.

FIGURA 1 – ESCALA DOS NÍVEIS DE VINCULAÇÃO



FONTE: HENRIQUES et al. (2007).

É possível observar que, na proposta trazida pelos autores, o vínculo é definido a partir de uma escala de profundidade, de modo que, ao passar em cada etapa – da localização espacial à participação institucional –, os sujeitos podem estabelecer um vínculo crescente. A fase decisiva de um processo de vinculação é da coesão à corresponsabilidade, que demonstra de que forma o processo gerou adesão a ponto de sustentar o projeto.

Neste ponto, é possível situar o conceito de experiência. “Tem-se experiência de ‘alguma coisa’, ele [Dewey] ressalta, e essa ‘coisa’ comparece com suas características e capacidades de agenciamento e afetação; o ambiente é aquilo que coopera, que resiste, que suscita tensões e conflitos” (FRANÇA, 2010, p. 42). Tal transformação, conforme indica a autora, não é unilateral, mas sim um processo de simbiose, no qual sujeito e ambiente são afetados mutuamente, muito embora de maneiras bem diferentes, pois:

[...] a intervenção do agente humano é bastante distinta da intervenção do ambiente e das coisas, porque dotada da capacidade de organizar e se orientar com relação a fins. Experimentar ou vivenciar (*experiencing*), para um sujeito [...] compreende um duplo movimento: um sofrer (ser afetado) e um agir (reagir ou agir em consequência). A experiência inclui uma dimensão de passividade: eu ‘sofro’ a afetação do outro sobre mim; aquilo a que sou exposto me afeta, suscita minha emoção. Ao mesmo tempo, ativa minha energia e a coloca a serviço de minha faculdade de reação. (FRANÇA, 2010, p. 42).

Partindo do pressuposto que a ação comunicativa se baseia na troca entre os sujeitos, a experiência que daí resulta reflete a condição dialógica da comunicação.

Assim, se a experiência não se resume aos estados internos de um indivíduo e não pode ser explicada nem reduzida a uma esfera individual e subjetiva, se é social, impessoal, ela está, por outro lado, intimamente relacionada com o processo de constituição e posicionamento dos sujeitos. Numa dinâmica reflexiva, ela ‘re-flete’ e ‘in-flete’ no seu processo de subjetivação. (FRANÇA, 2010, p. 43).

Observa-se que a intenção de localizar a experiência na escala de vínculos, em um processo de mobilização, enquanto ato comunicativo, é ir para além das ações mais pontuais, marcadas por eventos, espetáculos e outros modos utilizados para as chamadas de um processo de mobilizar. A experiência que permite ultrapassar essa fase, capaz então de agenciar o sujeito para uma ação continuada, vem na clareza da perspectiva de uma comunicação dialógica. Uma comunicação que sustente a cotidianidade de um projeto e de uma causa, das relações aí inerentes.

A crítica de Dewey ao modelo mecânico de estímulo-resposta e sua substituição por um processo de reflexividade forneceram as bases para se pensar o ato global que se realiza por meio de ‘gestos significantes’, gestos simbólicos capazes de afetar tanto aquele para quem se orienta quanto aqueles que os produzem. (FRANÇA, 2010, p. 45).

Desse modo, a coletividade materializa-se justamente na troca entre os sujeitos, momento no qual o individual abre espaço para que, na alteridade trazida nos processos comunicacionais dialógicos, transforme dois indivíduos em um grupo dotado de diferenças, porém permeado pela unidade, conforme esclarece França, ao indicar que:

[...] a existência e o pertencimento a um grupo constituem um dos fatores determinantes das ações e comunicações de pessoas individualmente, ou seja, uma interação entre duas pessoas na verdade se estende para além delas e coloca em cena seu contexto de vivência e aprendizado. Mas é importante ressaltar que a comunicação, o estar em comunicação, estabelece um contexto distinto: a situação de interação e a consciência da percepção do outro cria um novo coletivo – na relação com o outro, já não se trata de um e de outro, mas dos dois tomados em conjunto. (FRANÇA, 2010, p. 16).

Nesse sentido, a proposta da autora é incorporar o conceito de experiência nas pesquisas sobre comunicação, uma vez que uma ação comunicativa – reservados os devidos aspectos do diálogo e do entendimento – pode se configurar como uma experiência capaz de favorecer a transformação dos sujeitos frente a seus atos.

Assim, [...] se o conceito de experiência é dotado de uma potencialidade analítica rica e interessante para os estudos da comunicação, devemos atentar para a forma de

promover sua confluência. Nem toda experiência é atravessada por práticas comunicativas; nem toda comunicação chega a constituir uma experiência. No entanto, com frequência, uma situação de comunicação – um acontecimento, uma obra, vivenciados através de uma dimensão discursiva – se constitui claramente como experiência. (FRANÇA, 2010, p. 47).

Acredita-se que a comunicação, enquanto ato, pode proporcionar a condição de experiência, desde que ela esteja fundada nos princípios habermasianos do diálogo aberto, ponderado, enraizado na argumentação e que posiciona para o entendimento. Por essa razão, a questão que se coloca agora é como compreender a fusão da lógica argumentativa ou do agir comunicativo em Habermas (1990) como um modo de permitir avanço efetivo nos processos comunicacionais, por favorecer a interação entre dois modos de pensar – que têm seus limites. Nos processos de mobilização social ou na intenção de uma educação política para tomadas de decisão e participação em assuntos de interesse público, a busca é por um sujeito que seja capaz de transitar entre o público e o privado, com atitudes mais pertinentes no sentido de participar, entender sua parte neste complexo jogo de participação, no deliberar e construir uma realidade mais adequada para si e para o coletivo.

Essa intenção pressupõe a disposição de se incluir nas relações, de se colocar a serviço de uma troca mais profunda. É este o grande desafio dos processos de mobilização: manter a continuidade de uma ação e conseqüentemente de um grupo ativo, conectado na ação e no imaginário que move. Destaca-se assim a importância do entendimento desse enfoque sobre as relações, nos processos interativos, que se referem exatamente ao quanto os sujeitos se constroem nas trocas, nas diferenças, no encontro com o outro, devido às experiências que se estabelecem nesses encontros. Pinent, ao analisar a obra de Habermas, afirma que:

[...] a relação intersubjetiva propiciada pela linguagem é o fundamento desse novo redirecionamento filosófico, surge a seguinte questão: a linguagem não é usada para a construção de frases assertivas correspondentes a um mundo ontológico, a um *mundo objetivo* das coisas, mas também para o uso de sentenças com outras finalidades, como solicitações dirigidas a terceiros e descrições de experiências pessoais. Dessa forma, além de um mundo objetivo das coisas, é razoável se pensar em outros dois mundos, que não gozam de estatuto ontológico e que Habermas chama de *mundo social* das normas e *mundo subjetivo* dos afetos. (PINENT, 2004, p. 50). (destaques do autor).

O sentido que se pretende reforçar com essas articulações de autores no entorno das relações é buscar elementos que permitam entender essa perspectiva. Reconhece-se que os sujeitos precisam construir relações dialógicas, de modo a favorecer a melhor compreensão entre duas vozes. E assim se destaca a questão da vinculação como aspecto fundamental nos

atos de mobilização, que não podem prescindir da emoção e da paixão para se sustentarem ao longo do tempo.

Também se esclarece a noção de vínculo aqui empregada, utilizada a partir de Sodré:

Vincular-se (diferentemente de apenas relacionar-se) é muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores. A vinculação é propriamente *simbólica*, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto, dentro de uma lógica profunda de *deveres* para com os *socius*, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade societária. (SODRÉ, 2006, p. 93). (destaques do autor).

A comunicabilidade por si só já traz um caráter transcendental para Valverde, que, de outro modo, retoma o mesmo entendimento da comunicação enquanto caminho do que é do comum, da comunidade, ao afirmar que:

[...] a comunicação é uma comunhão sensível, pela qual compartilhamos formas, sentidos e valores, que nos antecedem e nos constituem. A interação, a relação e a empatia aparecem então como aspectos fundamentais de uma sociabilidade que cabe cada vez menos num modelo contratual. Concebida não mais a partir da consciência, mas da conduta, a experiência da comunicação surge, assim, como inscrição do sujeito no âmbito operante de uma compreensão partilhada, que não se reduz à mera reiteração de um discurso consensual, mas envolve igualmente uma dimensão axiológica, que enraíza o sentido e suas formas num senso comunitário de valor, que traduz uma disposição afetiva comum anterior a regras, normas e leis. (VALVERDE, 2010, p. 63-64).

Retomando ainda ao olhar de Sodré (2006), por meio de dois planos (o da comunicabilidade e o da compreensibilidade), entende-se que eles podem ser associados aos conceitos de vivência e experiência trabalhados por Quéré (2010) e França (2010). A vivência, para Quéré, não é sinônimo de experiência. Para o autor (2010, p. 21), “a ‘vivência’ é incontestavelmente um componente da experiência”. Pode-se relacionar essa questão com a perspectiva de que a comunicabilidade faz parte da compreensibilidade, da mesma forma que a vivência da experiência. Tanto a comunicabilidade como a vivência são “portas de entrada” para uma interação mais sensível, seja a experiência dita por Quéré, seja a compreensibilidade conceituada por Sodré.

A respeito do entendimento de experiência indicado pelo autor, França afirma que:

A reflexão trazida por L. Quéré toma outro caminho, apontando e enfatizando o caráter impessoal, social das nossas experiências, a sua dimensão objetiva e externa. [...] A reflexão apresentada por Quéré retira a experiência do domínio interno ou subjetivo do sujeito para, no mesmo movimento, retornar a ele e ao processo de subjetivação, indicando como a experiência – que objetiva e duplamente social – é também o lugar onde um sujeito se constitui, é uma dinâmica que não prescinde, mas ativa e desenvolve sua capacidade de discernimento e de escolha. É por isso que

ao título “o caráter impessoal da experiência” poderíamos acrescentar um complemento: o papel da experiência no agenciamento dos sujeitos. (FRANÇA, 2010, p. 39-40).

E neste ponto acentua-se que a cidade enquanto ambiente que permite a experiência urbana e comunicacional e que sedia uma ação – a intervenção no espaço público – é onde se estabelecem as relações plenas de significado e o afeto, que pode, então, ser compreendida como “lugar” (TUAN, 2013).

França então reforça a condição do ambiente, onde é possível localizar a ação comunicativa. Para ela:

Se abandonamos o modelo de uma sociedade compartimentalizada, em direção ao resgate e compreensão da unidade da realidade social, o viés da comunicação deve ultrapassar sua face mais evidente (sua dimensão empírica, que se realiza sobretudo no espaço dos meios de comunicação), para se oferecer enquanto um outro lugar de conhecimento dirigido ao conjunto da vida social. Em outras palavras, estudar a comunicação não equivale a separar fatos particulares da sociedade (objetos comunicativos), mas apreender o social pelo viés das dinâmicas comunicativas que constituem. (FRANÇA, 2003, p. 43).

Neste mesmo sentido, Sodré destaca de que modo é necessário este entendimento, quando estabelece que:

O desafio epistemológico e metodológico da comunicação enquanto práxis social, entretanto, é suscitar uma compreensão, isto é, um conhecimento e ao mesmo tempo uma aplicação do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se nas situações concretas pelo sentido comunicativamente obtido. (SODRÉ, 2006, p. 15).

Essa citação remete ao agir comunicativo de Jürgen Habermas, ao propor que os sujeitos, na sua possibilidade de agir comunicativamente, vivenciem um processo que tem como pré-requisitos quatro aspectos: liberdade, participação, pluralidade e argumentação (MATOS e NOBRE, 2013). Habermas atribui à comunicação um espaço central para a democracia, porque entende que os sujeitos, diante da possibilidade de uma interação com as diferentes formas de pensar, tendo o direito de externar esse livre pensar, podem encontrar um fio “ideal” para um pensamento o mais próximo possível daquilo que seria consensual. Com outras palavras, Tesser (2001, p. 110) explica o agir comunicativo como a tentativa de uma prática comunicativa cotidiana que objetiva a integração social, a socialização: “O agir comunicativo, proposto por Habermas, [...] está fundamentado na linguagem dirigida ao entendimento cooperado e compartilhado intersubjetivamente através da argumentação”.

Segundo Habermas (1997, p. 92), os sujeitos que agem comunicativamente encontram-se em situação de negociações de interpretação de forma cooperativa: “Qualquer

encontro que não se limita a contratos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído por meio da linguagem”. Desse modo, o agir comunicativo se apresenta como um momento de negociação e diálogo, realizado por meio de processos interpretativos racionalizados.

Também de Habermas (1997, p. 92) é o conceito de esfera pública, que “pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos”. A “esfera pública”, em Habermas (1984), se refere ao espaço em que é possível estabelecer debates e todo processo argumentativo no qual os sujeitos poderiam, em público, manifestar seu agir comunicativo. Ou, nas palavras do autor, “a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Nesse sentido, o autor [Habermas] expõe que, para a resolução de problemas que afetam a todos, tais sujeitos, mesmo possuindo papéis, competências cognitivas e saberes diferenciados, devem entrar em cooperação comunicativa para coordenar suas ações e buscar a solução para as questões que lhes afligem. (MAFRA, 2006, p. 25).

Em Mafra (2006), um dos autores que trabalha com mobilização social, observa-se que os sentidos de argumentação necessários nos processos dialógicos e de cooperação são claramente pautados em Habermas (1984). É necessário reconhecer que a esfera pública é efetivamente o espaço onde os sujeitos, no uso de sua racionalidade para a ação, trazem os argumentos que explicam e justificam seus posicionamentos diante de uma determinada situação, assunto, interesse.

As tomadas de posição dos sujeitos, de acordo com Mafra (2006, p. 28), somente se formam como resultado de uma controvérsia “mais ou menos ampla”, que é capaz de suscitar uma forma “mais ou menos racional”. A partir disso, ele questiona o que seria uma controvérsia “mais ou menos ampla”, reforçando seu entendimento de que se relaciona à importância da amplitude de atores envolvidos na discussão e na exposição pública dos argumentos. À medida que essa discussão é pública, o agir comunicativo torna-se a via dessa manifestação. Em relação ao segundo aspecto, a forma “mais ou menos racional”, Mafra (2006) destaca o nível de racionalidade necessário para que o agir comunicativo se efetive, promovendo debate público e favorecendo a manifestação de outros sujeitos.

2.3 IDENTIDADE E MOBILIZAÇÃO

Para que se possa adentrar nos conceitos de mobilização, no sentido de união de vontades com objetivo de mudança, faz-se necessário refletir, primeiramente, a respeito do conceito de identidade, de modo a compreender como é possível estabelecer interesses individuais em causas comuns que possam promover o processo de mobilização.

O conceito de identidade está atrelado às ideias de significado e cultura, como bem define Castells ao afirmar que:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (CASTELLS, 1999, p. 22).

O autor compreende que há uma sobreposição entre a identidade do indivíduo (ou grupo) e o(s) papel/papéis por ele desempenhado(s). Tais papéis se configuram como “as funções” que cada um exerce no seu dia a dia, e aqui vale citar os ciclistas ativistas, a associação de empresários ou a ONG que presta serviços de apoio e suporte a prostitutas, que estão presentes na área em análise. Ainda segundo Castells (1999), as organizações e instituições sociais é que definem as funções exercidas de cada um, uma vez que o sujeito passa a integrar determinado grupo.

Faz-se importante ressaltar que Castells (1999, p. 23) pondera que, diferentemente dos papéis, as identidades “constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização”. Tais funções só se tornam identidade “quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (CASTELLS, 1999, p. 23). Essa visão auxilia no entendimento de como diferentes indivíduos se identificam com o mesmo significado, estabelecendo neste lugar diferentes relações e modos de ocupação e uso, o que gera, ocasionalmente, algum tipo de conflito.

Assim, para o autor, o conteúdo simbólico que fomenta a construção de identidades coletivas pode ser classificado em três grupos distintos, a saber: (i) identidade legitimadora, (ii) identidade de resistência e (iii) identidade de projeto, sendo essa última a que mais interessa observar sob o aspecto da Praça de Bolso do Ciclista. O primeiro grupo (identidade legitimadora) está ligado ao conteúdo simbólico de dominação exercido pelas instituições dominantes com o intuito de reforçar e ampliar sua atuação dominadora. Por sua vez, o segundo grupo (identidade de resistência) possui justamente o perfil de enfrentamento ao

primeiro, ou seja, sua característica em outra dimensão simbólica, diferente daquela imposta pelas instituições. Já o terceiro grupo (identidade de projeto) se configura na materialidade cultural, com o intuito de construir um novo papel naquela sociedade, de modo que também altere uma estrutura social mais ampla, mais complexa e de maior impacto.

A identidade de projeto se configura no exemplo da Praça de Bolso do Ciclista à medida que os ativistas da causa ciclística se mobilizaram na construção da praça, com o objetivo de estabelecer um diálogo com a cidade e, ao mesmo tempo, colocar em pauta a discussão da mobilidade urbana, uma questão latente nos grandes centros, que envolve não apenas a disponibilização de espaços para a bicicleta, mas também questões de maior grandeza, como a postura político-histórica de priorização do carro nas vias públicas e até mesmo as políticas governamentais de incentivo ao transporte individual motorizado.

De acordo com Castells (1999), cada grupo de identidade coletiva resulta em um produto, e a identidade de projeto produz *sujeitos*, considerando o sentido sociológico do termo. “Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 1999, p. 26); por essa razão é que a identidade de projeto, enquanto coletiva, traz transformações na sociedade como todo. No caso dos ativistas que participaram da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista, sua intervenção no espaço público não consiste apenas em criar uma área na qual os ciclistas possam estacionar a bicicleta, ou proporcionar aos demais cidadãos um espaço de descanso e lazer, ou ainda tornar mais verde a área central de Curitiba. Trata-se, na verdade, de provocar na sociedade a reflexão sobre o respeito (ou a falta dele) presente no trânsito das grandes cidades brasileiras quando se fala de ciclistas e pedestres, ou sobre a cultura do automóvel que está enraizada na população em geral, ou ainda em como as grandes empresas ligadas ao setor automobilístico reforçam tal mensagem para a sociedade, por meio de seus comerciais, nos quais o automóvel é frequentemente associado à condição de *status*.

No âmbito da reflexão a respeito da construção das identidades, Martín-Barbero (2006) estabelece uma conexão entre os pensamentos de Habermas, Hall e Harvey, referências importantes em toda esta pesquisa, ao evidenciar que a perda de referencial, ocasionada pela ausência “de uma instância central”, como uma característica da pós-modernidade, promove a fragmentação de grupos claramente definidos no passado, apresentando a fragilidade dessa multiforme proposta de presenças no cotidiano, abrindo as portas para os conflitos e inclusive para que o mercado se apodere do espaço, restabelecendo

a unidade conforme seus próprios interesses, sendo especialmente essa a reflexão de Harvey em suas obras.

O processo recente de ocupação da Praça de Bolso também pode ser observado sob o ponto de vista da demarcação territorial de reconhecimento da identidade proposto por Martín-Barbero (2006), ao criticar o fato de a globalização provocar a perda de referencial. Tal condição força indivíduos e grupos a adentrar numa “alucinação das identidades que lutam para ser reconhecidas, mas cujo reconhecimento só é completo quando expulsam de seu território todos os outros, fechando-se em si mesmas” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 62). Ou seja, ocupar determinado espaço público, demarcá-lo com seus símbolos, promover eventos com o intuito de reforçar um uso específico, promove um caráter legitimador para a identidade de determinado grupo.

Entretanto, essa questão de apropriação de território apresenta contradições, principalmente no que tange à disputa do espaço pelo outro (seja individual ou coletivo), gerando exclusão e o reforço das diferenças ao invés das similaridades.

E então cada qual, cada país ou comunidade de países, cada grupo social e até cada indivíduo precisarão evitar a ameaça que significa a proximidade do outro, dos outros, em todas suas formas e figuras, restabelecendo a exclusão, agora não mais sob a forma de fronteiras, que seriam obstáculo ao fluxo das mercadorias e das informações, porém de distâncias que voltem a colocar “cada qual em seu lugar”. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 62).

Assim, um processo de mobilização social, como o da construção da Praça de Bolso do Ciclista, pode desenvolver o aspecto agregador que é capaz de criar identidades coletivas, que não segrega e não rejeita o desigual, mas que convive com os diferentes e lida com o conflito na busca do entendimento daquilo que é comum a todos. Nas palavras de Henriques et al.:

A participação na mobilização social não é excludente ou discriminatória, de forma que as identidades que as pessoas assumem em suas perspectivas individuais não as impede de participar do processo mobilizatório, estabelecendo uma identidade coletiva. Em segundo lugar, o consenso necessário para a criação de uma identidade comum não implica a inexistência do conflito. As pessoas devem ser capazes de preservar suas diferenças e conviver com elas e, mesmo que não estejam de acordo entre si, sempre podem entrar em acordo sobre alguma coisa. Isso porque, por mais que as identidades estejam fragmentadas, existem alguns sentimentos e valores comuns, capazes de estimular a participação. Se fôssemos incapazes de estabelecer identidades coletivas, não viveríamos em sociedade. (HENRIQUES et al., 2007, p. 78-79).

Considerando tal compreensão, ressalta-se o aspecto cultural na composição da trama que constitui a identidade coletiva, uma vez que esta tem como fundamento as relações de

pertencimento e comunidade. A esse respeito, Henriques et al. afirmam que as identidades coletivas:

[...] não possuem um formato pré-definido; são parcialmente formadas no processo comunicativo de interação com os outros. Os atores sociais estão envolvidos em um processo contínuo de construção e reconstrução através de autoidentificações, signos advindos de suas experiências e valores culturais. A identidade coletiva pode reunir em seu conceito tanto a igualdade quanto a diferença. Ela é o que nos une ao que é comum e semelhante, ao que está próximo, ao que reconhecemos e nos sentimos pertencentes, possibilitando a criação de um “nós”. (HENRIQUES et al., 2007, p. 79).

Assim, a ocupação e a intervenção no espaço público, quando feitas por um determinado grupo, ainda que realizadas por meio de um processo de mobilização, desde que este agregue diferentes públicos ou tribos, acabam sendo marcadas pela presença, mesmo que imaginária, de uma identidade coletiva, que essa representa, de algum modo um perfil que não abrange todos os cidadãos, tornando tal espaço como próprio ou de uso majoritário de um determinado público, ainda que este não seja o propósito.

O aspecto de unidade presente nesse conceito de identidade permite a conexão com a ideia de comunidade, ainda que essa tenha uma característica dicotômica em virtude do próprio avanço das pesquisas em ciências sociais que ocorreu na América Latina nos últimos anos (YAMAMOTO, 2014). Ainda que o autor traga essa dualidade do comunismo *versus* o capitalismo, cultura popular *versus* cultura de massa, etc. como ideias norteadoras do conceito de comunidade (também presente nos estudos da comunicação), ele propõe que:

[...] o significado de comunidade abará um conjunto de objetos, de suposta mesma natureza (internamente unificados), [...] evidencia a exigência de um forte engajamento político e o desejo inadiável de um projeto de sociedade a longo prazo, isto é, que não se esgota em conquistas políticas pontuais ou imediatistas dos anos de 1970 e 1980, todas de caráter combativo: cultura popular x cultura dominante (ideologia), campesinato x burguesia e favela x cidade. (YAMAMOTO, 2014, p. 131).

Ao buscar o entendimento do conceito de comunidade nos dias atuais, Bauman (2003) reflete sobre a sensação que o termo desperta nas pessoas, remetendo ao caráter acolhedor, dialógico, que conforta e traz segurança.

Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir – mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem. (BAUMAN, 2003, p. 8).

Ainda, o autor indica o aspecto utópico deste entendimento de comunidade, ressaltando que no mundo real ela está muito mais ligada à ideia de diferenciação entre “nós” e “eles”, na qual os comuns se unem para se distinguir dos demais. Esta postura presente na realidade quase dizima a sensação etérea, imaginária de comunidade (BAUMAN, 2003).

Assim, quando se traz à tona a questão da mobilização e compreendendo o pensamento dos autores aqui trabalhados, reflete-se a respeito do quanto esse processo vai exigir de entendimento das muitas faces da dinâmica interativa humana, para de algum modo elucidar as tênues fissuras que permitem efetivamente que o ato de mobilizar aconteça, e mais, que pontualmente, em sua continuidade, de modo dialógico, possa sustentar mudanças no contexto em que ocorrem.

A partir da compreensão de Toro e Werneck (1997), mobilizar é convocar vontades para um objetivo determinado, para uma mudança. Para esses autores, a comunicação se faz fundamental nesse processo, trazendo a vitalidade do chamado que denomina “imaginário convocante”, reforçando que deve “mover a paixão”. O trajeto teórico até agora já permite que se situe esse viés como central no processo de mobilizar quando destaca o imaginário que permite trabalhar a emoção. Desse modo, apenas com o propósito de elucidar esta questão, entende-se a comunicação como um campo abrangente que suscita diferentes abordagens, inclusive aquela feita a partir da ideia de mobilização social que se apoia no entendimento da comunicação, enquanto ato que provoca e convoca, ou como define Mafra ao afirmar que:

[...] para que seja “social”, a mobilização pressupõe algum tipo de acordo em relação à determinada causa pela qual se deseja lutar e deve possuir indivíduos envolvidos, que visam transformar a realidade. Para que haja esse acordo, e, principalmente, para que o interesse coletivo seja definido, é necessário que entendimentos sejam negociados e trocados a partir de um processo comunicativo. Isso significa que a mobilização, como prática social, constitui-se, eminentemente, pela comunicação. (MAFRA, 2006, p. 34).

Henriques et al. (2007, p. 36) conceituam a mobilização social como “uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação à determinada causa de interesse público”. Os autores colocam que esse processo não implica a retirada do papel do Estado, mas está associado ao fato de que há questões com as quais o Estado por si só não consegue lidar e reivindica outras soluções. Para Mafra (2006, p. 36), “a mobilização social tem o intuito de deflagrar processos de emancipação social, dotando os indivíduos de liberdade e autonomia na configuração de suas redes de relações e

interações”. Essa característica de independência pode ser observada no caso da Praça de Bolso do Ciclista.

A definição de movimentos sociais proposta por Henriques et al. (2007, p. 61) estabelece que esses sejam “em um contexto amplo, ações coletivas orientadas para a mudança”, ou seja, a organização de um determinado grupo social que se mobiliza tem por essência a busca pela transformação, seja de uma condição, de um espaço, ou de um comportamento. Toro e Werneck defendem a capacidade do autoconhecimento da sociedade como mecanismo que permite movimentos transformadores, ao afirmarem que:

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os ‘males’ da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar. (TORO e WERNECK, 1997, p. 16).

No entanto, tais soluções não são simples. Trazer uma causa para a esfera pública apresenta-se como um permanente desafio, considerando a complexidade dos problemas que aparecem no contexto social, no qual os sujeitos farão revisões contínuas de suas próprias posições e argumentos. Esse é um ponto essencial para que se entenda a dinâmica do processo de mobilização social, que prevê, necessariamente, a passagem do individual para o coletivo, tendo em vista que uma causa passa a ser de todos na proporção em que foi amplamente exposta para dar o corpo necessário para esse fazer coletivamente (HENRIQUES, 2010).

Os mesmos autores trazem ainda o processo de coletivização como a base para qualquer projeto de mobilização social. É importante refletir que o processo de coletivização se faz por meio de um grupo, organizado e fortalecido, que se propõe a tratar a questão-problema, de modo a iniciar e manter o processo coletivo e, por consequência, de mobilização. “Em outras palavras, a participação num processo de mobilização social é, antes de tudo, criada por uma determinada relação comunicativa estabelecida” (MAFRA, 2006, p. 36), uma vez que projetos que envolvem aspectos de coletividade, cooperação, organização e ação não podem prescindir de uma prática comunicativa baseada no diálogo.

Assim, com o intuito de compreender como os processos de mobilização tornam-se visíveis, Mafra (2006) propõe uma metodologia de análise das estratégias de comunicação que dão visibilidade às ações mobilizadoras. Ou seja, “a principal ideia implicada nesta proposta é entender as estratégias comunicativas a partir de vários ângulos, várias *dimensões*, que, juntas, formam o *todo* de um processo de mobilização social” (MAFRA, 2006, p. 54). Assim, apresenta-se a seguir o Quadro 2, que especifica as características, os principais atributos, os públicos e as modalidades de participação comunicativa de cada dimensão.

QUADRO 2 – QUADRO ANALÍTICO-COMPARATIVO DAS DIMENSÕES DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

	ESPETACULAR	FESTIVA	ARGUMENTATIVA
Características	Criação de um âmbito extraordinário, encenação e tentativa de visibilidade pública.	Reforça os vínculos dos sujeitos, permite um envolvimento “corpóreo”; cerimônia, divertimento e partilhamento de um sentido simbólico coletivo.	Elementos para justificar a ação; estímulo ao debate e à interlocução.
Principal atributo	Capturar a atenção.	Envolver sentimental e afetivamente.	Mobilizar racionalidade.
Público	Público como audiência.	Público como participante.	Público como interlocutor.
Modalidade de participação comunicativa	Contemplação.	Convivência.	Diálogo.

FONTE: MAFRA (2006).

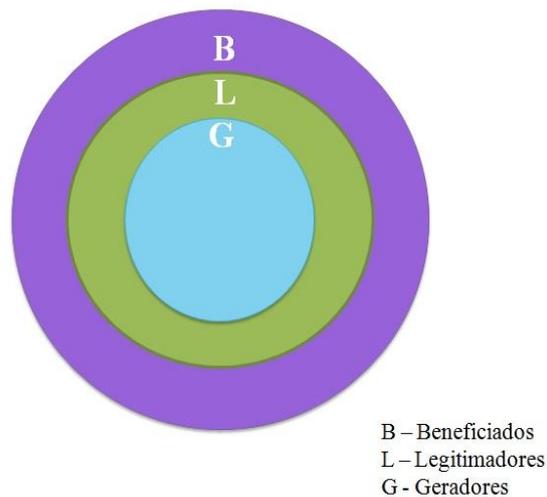
O autor ressalta ainda que as dimensões espetacular, festiva e argumentativa não são lineares ou estanques, elas justapõem-se; porém, permitem elucidar os meios pelos quais projetos de mobilização tornam-se existentes perante o público. “Por tal razão, um de nossos principais desafios é compreender quais *modalidades de participação* essas dimensões são capazes de estabelecer com os sujeitos nas relações comunicativas que tentam instaurar” (MAFRA, 2006, p. 54-55).

A esse respeito de comunicar para mobilizar, Toro e Werneck destacam a questão do “imaginário convocante”.

Esse propósito deverá estar expresso sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário ‘convocante’ que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Ele deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Ele deve tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. (TORO e WERNECK, 1997, p. 35).

A reflexão de Toro e Werneck, expressa acima, tem aderência com o entendimento da dificuldade da comunicação em seu caráter mobilizador trazido por Henriques et al. (2007, p. 37), ao afirmarem que “o grande desafio da comunicação, ao mobilizar, é tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las, porque se assim for feito, ela será autoritária e imposta”. Essa afirmação vai dando mais corpo ao processo de se estabelecer os vínculos necessários para que uma ação de mobilização atinja seus objetivos.

FIGURA 2 – MAPA TRIDIMENSIONAL DOS PÚBLICOS



FONTE: HENRIQUES et al. (2007).

Como pode se observar, o mapa tridimensional (FIGURA 2) é utilizado para sistematizar os processos de vinculação entre os diferentes atores de modo a compor uma escala de responsabilidades diante da mobilização da causa. Henriques et al. (2007) estabelecem três grupos de atores, a saber: beneficiados (B), legitimadores (L) e geradores (G). Os primeiros são todos os sujeitos e as instituições inseridos na área de abrangência do projeto; os segundos ultrapassam a condição de beneficiados ao terem acesso a aspectos estratégicos do projeto e, dessa forma, podem se transformar em participantes mais ativos; por fim, os geradores são aqueles que estão localizados no núcleo do projeto e, assim, assumem papel ativo, de conseguir os resultados a que o projeto se propõe. É importante notar que não há limite preciso entre os grupos.

Para Mafra (2006, p. 168), “quando se fala em qualificar um processo de mobilização social, a questão principal que julgamos estar envolvida se relaciona não à quantidade de pessoas, mas às modalidades de participação e interação que são instituídas”, ou seja, não se pode avaliar um projeto de mobilização sob o aspecto quantitativo, mas se deve observar as variações de envolvimento dos participantes diante da causa. Assim, é a condição de entrega, de abarcamento, possivelmente presente nos processos de mobilização, que faz com que os atores de diferentes perfis transitem entre os públicos.

De outro modo, Toro e Werneck (1997) definem quem seriam – e quais papéis desempenhariam – os atores responsáveis pelo princípio de um processo de mobilização social. Com perfis definidos e objetivos claros, produtores, reeditores e editores sociais são

peças centrais no contexto da mobilização. Segundo os autores, o produtor social é aquele com o perfil de executor, que, por sua atuação, possui, num primeiro momento, a legitimação do grupo (que será confirmada conforme sua atuação). O produtor social pode ser tanto uma única pessoa, quanto uma instituição, ou ambos ao mesmo tempo. Sua característica principal é o propósito da mudança, que se manifesta num processo coletivo, no qual o produtor social compartilha tais intenções modificadoras com o grupo e vai auxiliar (e ser auxiliado por seus pares) a atingir os objetivos que se pretendem.

Por sua vez, o reeditor social é aquele que naturalmente, por sua posição na sociedade, exerce a interpretação das mensagens e conteúdos e a repassa a seu público cativo, de modo que ele consiga compreendê-la. Toro e Werneck (1997, p. 42) afirmam que o reeditor social é aquele indivíduo “reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar”. Com tais características, se enquadram nessa categoria os professores, padres, líderes comunitários, entre outros (TORO e WERNECK, 1997).

Já o papel do editor consiste em instigar os reeditores a promoverem transformações em suas áreas de atuação. “Por isso a mobilização requer que as mensagens sejam editadas, quer dizer, que se convertam em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação do reeditor para que ele possa usá-los, decodificá-los, recodificá-los segundo sua própria percepção” (TORO e WERNECK, 1997, p. 42-43), sendo este o papel do editor. Este trabalho pode ser desempenhado tanto por um indivíduo como por uma instituição.

Matos e Nobre (2013) pensam a mobilização dos cidadãos a partir dos conceitos de capital social e capital comunicacional. De certa forma, é como se os autores atualizassem esse contexto de participação em assuntos públicos, onde se amplia a “esfera pública” e todas as interações argumentativas presenciais, trazendo a comunicação pública e política. O capital social, nesse sentido, pode ser entendido como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligadas à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo” (BOURDIEU⁶, 1980, p. 2 apud MATOS e NOBRE, 2013, p. 13). Esse fator, dentro do escopo da mobilização, é necessário para se entender o quanto se efetiva numa ação como a que está sendo analisada. Avança-se ainda na reflexão das esferas de poder que podem se estabelecer para que seja possível observar as relações de disputas que emergem dos processos de apropriação de territórios.

⁶ BOURDIEU, P. **Le capital social**: performance, équité et réciprocité. Paris: La Découvert/Mauss, 2006.

Ou ainda, de outro modo, situar a dimensão de como os grupos se encontram, quando Maffesoli (2014, p. 46) afirma “trata-se de todos esses lugares da conversação ou de maneira mais ampla, da convivialidade, como cabarés, cafés e outros espaços públicos, que são “regiões abertas”, quer dizer, lugares onde é possível dirigir-se aos outros e, por isso mesmo, dirigir-se à alteridade em geral”, nessa articulação de autores que segue da comunicação à mobilização, chegando ao conceito do encontro, do estar junto, da “proxemia”, como reforça Maffesoli (2014). Apesar de os assuntos não se esgotarem, devido a suas complexidades e imbricações, entende-se que a discussão é consistente a ponto de permitir avançar na pesquisa, de modo a apresentar o capítulo metodológico, conforme segue.

3 METODOLOGIA

Pode-se afirmar que, de forma ampla, o Interacionismo Simbólico embasa este trabalho, por ser uma teoria estruturante que propõe compreender os sujeitos em sua dinâmica de interação social, enquanto mediação simbólica. Adota-se esta abordagem ao se buscar compreender a implantação de um projeto de intervenção, com interfaces sociais, urbanas, econômicas e culturais em que a participação da comunidade deveria ser garantida por meio de diversos atores (institucionais ou não, individuais ou coletivos), por intermédio de um fluxo de informações e significados.

Esclarece-se ainda que esta pesquisa busca conectar as formas de sociabilidade urbana e a experiência comunicacional, isto é, as práticas de comunicação que acontecem para além dos aparatos midiáticos, aquela comunicação que é intrínseca ao ser humano, no seu relacionamento com os outros e aqui, particularmente, com a cidade, o que implica também dinâmicas complexas com a cultura e a sociedade. Geertz (2008, p. 33) destaca que “a perspectiva da cultura como ‘mecanismo de controle’ inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade”.

A pesquisa norteia-se a partir do olhar de Vera França (2003; 2010; 2014), que evidencia a relação da comunicação com o Interacionismo Simbólico. Braga e Gastaldo (2009) sublinham que o ponto principal do trabalho de França é a ênfase para o contexto, onde ocorrem as relações entre as condições de produção e a experiência. Para eles: “[...] a comunicação seria inseparável do ato social no qual participa na realização. A comunicação seria a mediação que viabiliza atividades cooperativas em uma sociedade” (BRAGA e GASTALDO, 2009, p. 80).

Busca-se o entendimento de como a vivência e a experiência se fazem presentes no âmbito da pesquisa, de antemão reforçando que cada sujeito já traz um pensar da história vivida, que faz parte desse processo contínuo de retroalimentação da sua compreensão de melhorar o mundo, por meio da comunicação, “enquanto *prática constituidora* da vida social” (FRANÇA, 2003, p. 37).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são expressos em distintos instrumentos, de modo a se permitir a consecução dos objetivos traçados, articulando-os com a teoria abordada nos capítulos anteriores. Dessa maneira, os procedimentos metodológicos de coleta utilizados se traduzem na pesquisa bibliográfica atualizada, como ponto de partida teórico-metodológico; nas entrevistas em profundidade, realizadas com atores considerados

“privilegiados” pela sua proximidade com a parte empírica do estudo; nos questionários realizados entre circulantes do espaço pesquisado; e no estudo etnográfico realizado (que inclui o percurso, a observação participante e a análise documental). Considera-se, de antemão, que a pesquisa qualitativa exige uma contínua sensibilidade analítica, para uma retroalimentação entre os dados coletados e a análise em si, e que os procedimentos escolhidos se constituem, neste momento de pesquisa, na melhor opção de análise do objeto (processo de mobilização social para a construção da Praça de Bolso do Ciclista).

De modo a organizar a estrutura metodológica, opta-se por dois caminhos de abordagem: conceitual e instrumental. A primeira consiste em três categorias analíticas, a saber: (A) Urbanidades e Experiências; (B) Mobilização Social; e (C) Comunicação, todas articuladas com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa. A abordagem instrumental, que consiste na coleta de dados, foi delineada em quatro etapas: (i) observação participante; (ii) pesquisa documental; (iii) realização de entrevistas em profundidade; e (iv) aplicação de questionários. Ambas as abordagens são a base para, ao final, efetivar-se a análise de vínculos, desenvolvida de acordo com a “escala de níveis de vinculação” de Henriques (2010, p. 44). Apresenta-se na sequência a metodologia empregada em cada instrumento, iniciando pelo estudo etnográfico, bem como os demais procedimentos.

3.1 O ESTUDO ETNOGRÁFICO

Ao analisar a etnografia, como método, Fino (2008) visita a obra de diversos autores e articula tais pensamentos de modo claro. Com o intuito de interpretar o trabalho de Michael Genzuk, Fino (2008, p. 47), explica que a “etnografia é um método de olhar muito perto, que se baseia em experiência pessoal e em participação, que envolve três formas de recolher dados: entrevistas, observação e documentos”. O autor afirma também que as técnicas de coleta “produzem três tipos de dados: citações, descrições e excertos de documentos, que resultam num único produto: a descrição narrativa” que inclui gráficos, diagramas e artefatos, que ajudam a contar “a história” (FINO, 2008, p. 47-48).

Do mesmo modo, ainda interpretando o pensamento de Michael Genzuk, Fino (2008) discorre sobre o que vêm a ser os três princípios da análise racional do processo etnográfico, a saber: naturalismo, compreensão e descoberta. O primeiro, segundo Fino (2008), refere-se à análise do comportamento humano no ambiente “natural” do sujeito, de modo que ao estar num espaço familiar, próprio do contexto da história que está sendo contada, a fala do sujeito mostra-se mais fiel, mais próxima de sua essência. Já o segundo princípio, de acordo com o

autor, consiste no distanciamento do objeto analisado bem como do sujeito, de modo a compreender o seu contexto cultural. Por sua vez, a descoberta, como terceiro princípio, vem reforçar a importância de não se restringir o olhar sobre o objeto observável, sem o fechamento em hipóteses definidas. Estas são necessárias, mas não devem ser limitantes.

No sentido ainda de ampliar a reflexão sobre o tema que norteia este procedimento metodológico, Magnani (1999) reforça que a etnografia possui perfil microscópico, de modo que o foco é direcionado na compreensão do sentido da ação social. Embora possa parecer excessiva, ainda se reforça que este procedimento é compreendido na forma exaustiva de um detalhamento a partir de um trabalho de campo obstinado, majoritariamente qualitativo, que exige olhar sensível e criatividade, associados a uma compreensão real e concreta do objeto analisado (MAGNANI, 1999).

Esta abordagem reforça a atitude aqui proposta do refinamento dos dados que surge, no entendimento do autor, como forma de estabelecer uma tessitura criativa de composição de pontas muitas vezes não conectadas que podem desvendar possibilidades a serem analisadas.

Este procedimento alinha-se à pesquisa em questão, considerando o tempo ampliado de observação participante da autora na região. Assim, a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista é investigada nas suas peculiaridades, tanto na fase do pensar a ação até a realização da tarefa proposta e suas implicações.

3.1.1 Observação participante

A observação participante pressupõe uma preocupação com os elementos do cotidiano e as interações visando construções de significados. Neste sentido, o âmbito organizacional (no qual estão inseridos produção, circulação e consumo de diferentes formas simbólicas), “é situado a partir das relações que os atores sociais estabelecem entre si e os sentidos que atribuem às suas atividades (diferentes discursos que suportam essas interações)” (PEREIRA, 2012, p. 34).

Na etnografia, destaca Travancas (2014), há dois instrumentos principais de coleta de dados: as entrevistas abertas em profundidade e a observação participante. A observação participante permite a sustentação do exercício “de dentro”, diferenciado e que pode trazer novas perspectivas para o objeto.

O percurso etnográfico reflete o entorno da Praça e Bolso do Ciclista, em aspectos estruturais e os modos estabelecidos por diferentes atores para esta modelagem do espaço; e

ao ser apresentado como texto, dá corpo ao ambiente que sedia um processo de mobilização social num espaço urbano e as suas implicações de uso.

O percurso etnográfico a seguir permite que se apresente de maneira criativa e diferenciada uma cronologia de dados e fatos, considerando um processo temporal marcado de significados, que refletem em síntese a própria observação.

3.2 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

A escolha pela realização de entrevistas em profundidade permite trazer os sujeitos da pesquisa como informantes-chave à medida que eles revelam seus olhares expressos em conteúdos. Essa abordagem essencialmente microssociológica pode ser ampliada para o entendimento das dinâmicas coletivas (PEREIRA, 2012). A questão da subjetividade presente nos depoimentos é abordada por Duarte (2004), ao afirmar que aquele é mais um ponto de vista entre muitos. Por esta razão,

Tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem no interior dos grupos sociais. (DUARTE, 2004, p. 219).

Para a realização das entrevistas em profundidade, foram elaborados roteiros semiestruturados (Apêndices 1, 2 e 3), previamente elaborados de acordo com o perfil do entrevistado (conforme se esclarece a seguir). Entretanto, os roteiros não restringiram as entrevistas, apenas serviram de caminho lógico para o aprofundamento do depoimento, de modo que novas perguntas instigadoras foram realizadas para diferentes entrevistados com o intuito de melhor compreender suas reflexões. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2015 e janeiro de 2016.

Para a seleção dos entrevistados, utilizou-se a técnica conhecida como *snowball* (ou Bola de Neve), que consiste em “uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 50). Uma das vantagens dessa técnica é a possibilidade de encontrar a heterogeneidade presente na rede de informantes, pois permite a integração à amostra de “perfis diferentes de sujeitos, econômica e socialmente, bem como das atividades por eles praticadas” (p. 53). Considerando tais critérios, os entrevistados foram divididos em três diferentes grupos: ativistas (com participação e envolvimento na mobilização da construção

da praça), empresários (com empreendimentos localizados no entorno da praça e que em alguns casos também residem no mesmo imóvel) e moradores/vizinhos (no caso um representante do Centro de Educação Aberta Continuada à Distância – CEAD Poty Lazzarotto e outro da ONG Grupo Liberdade).

No total, foram realizadas onze entrevistas, sendo cinco com ativistas, três com empresários e três com moradores/vizinhos, realizadas em locais definidos pelos entrevistados, porém sempre no entorno da Praça de Bolso ou da Rua São Francisco. O maior número de entrevistados no grupo ativistas se justifica pelo fato do objeto desta pesquisa consistir em uma ação de mobilização para a construção da praça, que foi liderada por pessoas ligadas à causa da mobilidade urbana e do uso da bicicleta como meio de transporte urbano.

QUADRO 3 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADO	PERFIL
IQ1	Ativista e integrante da ONG Ciclo Iguaçu.
IQ2	Ativista, ex-integrante do Interlux e empresário na região.
IQ3	Ativista e empresária na região.
IQ4	Ativista com experiência na área audiovisual.
IQ5	Ativista com experiência na área de construção civil.
IQ6	Empresária com empreendimento localizado há anos na segunda quadra da Rua São Francisco.
IQ7	Empresária com empreendimento localizado na primeira quadra da Rua São Francisco.
IQ8	Empresário e morador com empreendimento localizado na primeira quadra da Rua São Francisco.
IQ9	Representante do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA-CEAD Polo Poty Lazzarotto. Caracterizada como vizinha da praça.
IQ10	Moradora com empreendimento localizado há 9 anos na primeira quadra da Rua São Francisco.
IQ11	Representante da ONG Grupo Liberdade que atuou por 7 anos na primeira quadra da Rua São Francisco. Em novembro de 2015 a ONG transferiu sua sede para a Av. Marechal Floriano. Caracterizada como vizinha da praça.

FONTE: A autora (2016).

3.3 QUESTIONÁRIOS

Com o propósito de identificar o perfil dos frequentadores da Rua São Francisco, bem como compreender o seu entendimento em relação às transformações ocorridas nos últimos anos naquela região, utilizou-se como instrumento metodológico a aplicação de questionários, técnica interessante por possibilitar um número vasto de coleta de dados (NOVELLI, 2014). Um dos principais pontos positivos desta técnica é “a viabilidade de realização de análises estatísticas de variáveis como dados sociodemográficos, de atitude, dentre outras” (p. 165), o que se enquadra no objetivo de se conhecer, mesmo que por meio de um pequeno número de pessoas, quem frequenta o entorno da Praça de Bolso do Ciclista, bem como o que estas pessoas pensam a respeito das mudanças ocorridas na região.

Como bem esclarece Triviños (1987, p. 132), a pesquisa qualitativa “procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem”. Assim, a pesquisa baseia-se neste critério de seleção, ao considerar “[...] sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar pessoas; tempo dos indivíduos” (p. 132) para estabelecer a amostra. A opção pela aplicação dos questionários mostrou-se a mais adequada para o propósito de identificação e opinião dos frequentadores, de modo que os materiais quantitativos obtidos por meio deste procedimento metodológico desempenham o papel absolutamente complementar à pesquisa qualitativa.

Os 41 questionários utilizados nesta pesquisa foram aplicados durante o mês de janeiro de 2016, em dias e horários aleatórios, contemplando dias úteis e finais de semana, bem como em dois períodos do dia (manhã e tarde). Com o intuito de evitar o eventual direcionamento não intencional das respostas por parte do pesquisador – como alguns autores relatam – os questionários foram aplicados por duas pessoas, orientadas pela pesquisadora apenas a respeito do comprometimento e do rigor inerentes à pesquisa científica.

Elaborados com perguntas abertas e fechadas, conforme o modelo (Apêndice 4), os questionários foram respondidos por pessoas escolhidas aleatoriamente no momento em que circulavam pela primeira ou pela segunda quadra da Rua São Francisco. Informações sobre gênero, faixa etária, nível de escolarização, ocupação e local da moradia compõem o cabeçalho do questionário, porém não são dados colhidos com objetivos de comparação ou equiparação, mas sim com a intenção de identificar o perfil das pessoas que frequentam o lugar.

3.4 ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA DA ANÁLISE DOS CONTEÚDOS OBSERVADOS E COLETADOS

A análise interpretativa tem como base as unidades de significado, a análise dos questionários, a observação participante e a análise documental, que oferecem o conjunto de dados para as inferências possíveis e necessárias. Estes dados em seu uso integrado compõem a base qualitativa para as análises. A estrutura analítica das entrevistas consiste na técnica de fragmentação e classificação em unidades de significado, que se configura como “o mínimo texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa” (DUARTE, 2004, p. 221). Este método exige “um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-se entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado” (p. 221).

De modo a organizar metodologicamente a análise das entrevistas, após a sua transcrição, fragmentaram-se os depoimentos e eles foram agrupados primeiramente em três grandes categorias: A) Urbanidades e Experiências; B) Mobilização; e C) Comunicação. Do mesmo modo, cada categoria possui duas unidades de significado (US), sendo que para a categoria A, as USs são: 1) Revitalização e mudanças estruturais antes do processo de mobilização e 2) Interações possíveis no espaço urbano; para a categoria B, as USs são: 1) Causas da mobilização e aspectos político-ideológicos e 2) O processo da mobilização em si; para a categoria C, as USs são: 1) Ações comunicativas e 2) Diálogos e conflitos ligados à comunicação. As categorias e as unidades de significado foram assim definidas, a partir das reflexões de maior destaque presentes em grande parte dos depoimentos, conforme detalhado abaixo (QUADRO 4). As fontes de registro utilizadas como base da análise se configuram nas entrevistas com os informantes.

QUADRO 4 – CATEGORIAS E UNIDADES DE SIGNIFICADO

CATEGORIAS		UNIDADES DE SIGNIFICADO	DIMENSÃO	FONTES DE REGISTRO
A	Urbanidades e Experiências	1) Revitalização e mudanças estruturais antes do processo de mobilização	As transformações urbanas na área promovidas pelo setor público e as intervenções do setor privado no entorno da Praça de Bolso.	Entrevistas
		2) Interações possíveis no espaço urbano	As formas pelas quais os atores sociais se relacionam e fazem uso do espaço em estudo.	Entrevistas
B	Mobilização Social	1) Causas da mobilização e aspectos político-ideológicos	As causas dos ativistas: suas características, aspectos, história, motivações e visões político-ideológicas.	Entrevistas
		2) O processo da mobilização em si	O processo de construção da praça e as ações de mobilização desenvolvidas; seus resultados.	Entrevistas
C	Comunicação	1) Ações comunicativas	Os eventos promovidos na praça, as publicações e comunicados feitos no Facebook e em outras mídias, as peças de comunicação expostas no local.	Entrevistas
		2) Diálogos e conflitos ligados à comunicação	O que resultou do diálogo (ou falta deste) ocorrido entre os diferentes atores envolvidos na ressignificação do espaço urbano.	Entrevistas

FONTE: A autora (2016).

O capítulo a seguir situa, a partir de um contexto geral, a condição do ambiente histórico e da revitalização e avança para, por meio do percurso histórico, trazer o processo de mobilização que caracteriza, por meio da ação, o processo de ressignificação de um espaço urbano.

4 CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO URBANA DE CURITIBA

Ao longo de sua história, Curitiba passou por inúmeras transformações de ordem estrutural, arquitetônica, ambiental e cultural, que valorizaram sua trajetória. A fundação de Curitiba ainda como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais data de 1693 e, em 1721, a Vila passou a se chamar Curitiba, mas só em 1853, com a emancipação do Paraná é que a cidade passou à condição de capital.

Por questões de objetividade e foco da pesquisa, não é o propósito desta dissertação detalhar a evolução histórica da capital paranaense, por esta razão há marcante intervalo de tempo, de modo que se destacam os fatos principais de acordo com os objetivos propostos.

Na década de 1960, com o expressivo aumento populacional, Curitiba passa a ter bairros com funções próprias, além daquelas desempenhadas no Centro. Com isso, o planejamento urbano exige uma revisão por parte do poder municipal. Medidas legais como a Lei Municipal n.º 2828, de 31 de julho de 1966, que instituiu o Plano Diretor de Curitiba, e o Decreto n.º 774 de 1975, que oficializou a nova composição de bairros, foram adotadas. Tais medidas de planejamento urbano possuíam objetivos claros de desenhar os usos do espaço público, como bem define Ferrara:

Atingem-se, com isso, as necessidades básicas do habitar, trabalhar e circular, três dos pressupostos básicos para a cidade modernista. A essas condições estruturais aliam-se, na década de 90, os elementos de impacto visual que promovem a legibilidade da cidade, necessária para completar o objetivo de qualidade de vida e atender ao quarto pressuposto da cidade modernista, o lazer funcional onde se relacionam, definitivamente, a forma e a função. Uma fruição estética que orienta uma recepção dupla: constrói-se a funcionalidade urbana que permite qualidade de uso, mas impõe-se, também, uma imagem que estabelece um impacto perceptivo e, no tempo, transforma-se em hábito. (FERRARA, 2008, p. 161).

Contudo, é em 1971 que o Decreto Municipal n.º 1.160 cria o denominado Setor Histórico, com o objetivo de olhar para as edificações mais antigas e históricas com propósitos de valorização e revitalização.

A intenção da proposta era de preservar as antigas construções do núcleo central de Curitiba. Incluíam-se nesse Setor Histórico a Praça João Candido, a Avenida Jaime Reis, a Rua Doutor Keller a Praça Garibaldi, a Alameda Doutor Muricy, a Rua do Rosário, a Rua Claudino dos Santos, o Largo Coronel Enéas, a Rua Mateus Leme, a Rua São Francisco, a Travessa Júlio de Campos, a Praça José Borges De Macedo, a Praça Generoso Marques e a Rua Riachuelo. (MÄNNICH, 2013, p. 45).

Iniciativas de conservação do Setor Histórico se seguiram ao longo das últimas décadas. A Lei n.º 9.800, de 2000, dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo em Curitiba e define o que vem a ser o Setor Histórico.

Art. 23 – O Setor Especial Histórico – SH, parte da área central, engloba um grande número de edificações originárias do processo de ocupação da cidade do fim do século XIX e início do século XX, caracterizando o núcleo urbano com maior expressão histórica e cultural. (CURITIBA, 2000).

Os processos de revitalização determinam mudanças físicas e materiais para a área urbana central e influenciam nas relações comerciais, turísticas e de lazer ali instaladas. Neste roteiro, a Praça Tiradentes, as Ruas Riachuelo e São Francisco (FOTOGRAFIA 1) são destacadas como espaços marcantes em toda a história recente desta intervenção, em que pese muitos outros empreendimentos na região, como o Passeio Público, também citado, como espaços públicos ou privados, que aproveitam a proposta de renovação para buscar recursos e razões para uma mudança mais estrutural, com uma proposta de integrar os usos para esta região. A Catedral Metropolitana e a praça ao seu redor, no marco zero da cidade, são símbolos desta fase, que podem revelar o esforço da gestão urbana de trazer um novo jeito de o cidadão poder viver o lugar.

FOTOGRAFIA 1 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Assim, tais relações têm levado várias instâncias críticas ao repensar da cidade e seus significados, o que inclui, além do resgate arquitetônico nos prédios históricos, a possibilidade estética do reencantar pela revitalização do uso de espaços degradados e pela

retomada ou criação de novas funções e processos de sociabilidade cultural urbana, que tem sido acompanhado pela imprensa local.

Os esforços de revitalização do Centro de Curitiba vêm gerando grande movimento na área conhecida como o “entorno do Paço” (Paço da Liberdade, antiga sede da prefeitura e atual centro cultural administrado pelo Sesc Paraná). Em um mesmo mês, a Rua São Francisco e a histórica Casa Hauer passam por reformas. Além disso, foi anunciada a liberação de recursos para a construção do Cine Passeio, no antigo Quartel de Curitiba, na Rua Riachuelo. (SIMÕES, 2012⁷).

O ponto inicial dessa renovação, conforme destaca a reportagem acima citada, foi o Paço da Liberdade, restaurado por meio de uma parceria entre o poder público municipal e a Fecomércio-PR. Fundado em 1916 como sede da Prefeitura, esta edificação é o único monumento do Paraná tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O Paço foi restaurado e reinaugurado em 2009. “A proposta adotada para a refuncionalização do Paço da Liberdade foi torná-lo um espaço cultural, em que comunidade e turistas pudessem ter contato com a história de Curitiba” (SOUZA, 2013, p. 90). A partir desse primeiro passo, buscou-se trabalhar com o entorno do emblemático edifício histórico, como bem destaca Souza, ao afirmar que:

[...] além da preocupação com este bem patrimonial, a Prefeitura Municipal de Curitiba direcionou o olhar para o entorno do Paço da Liberdade assim, com o auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR), desenvolvem o Projeto de Revitalização do Entorno do Paço da Liberdade, buscando a qualificação do comércio da região. (SOUZA, 2013, p. 91).

FOTOGRAFIA 2 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

⁷ Reportagem disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/centro-historico-ganha-novos-ares-3sbu0lifd771pxtbhe856i826>>.

Desse modo, os executores do projeto de revitalização tinham uma expectativa de que “a revitalização e refuncionalização do Paço da Liberdade agisse como um efeito multiplicador para o entorno, contribuindo para a renovação da área central de Curitiba” (SOUZA, 2013, p. 91). Sob certa ótica, tal expectativa se confirmou. A partir da revitalização do Paço da Liberdade é que a Prefeitura Municipal e a Fecomércio-PR seguiram a parceria com projetos de revitalização nas Ruas Riachuelo e São Francisco (FOTOGRAFIA 2). Neste contexto, faz-se interessante destacar o Quadro 5 elaborado por Souza (2013), com a compilação dos diferentes projetos de revitalização promovidos no Setor Histórico de Curitiba, assim como seus principais objetivos.

QUADRO 5 – REVITALIZAÇÕES NO ENTORNO DO PAÇO DA LIBERDADE

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS	ATORES SOCIAIS
2007/ 2009	Programa “Marco Zero” Revitalização das praças Tiradentes, Generoso Marques e José Borges de Macedo.	Consolidar a área central como um centro turístico e de lazer; melhorar a qualidade do patrimônio paisagístico, histórico e cultural; ampliar a circulação e o uso da região.	Poder Público
2007/ 2009	Revitalização do Paço da Liberdade.	Preservar, valorizar e refuncionalizar a edificação.	Poder Público Iniciativa Privada
2009/ 2010	“Nova Rua Riachuelo – A Rua do Reciclar, do Reinventar, do Reencantar”.	Revitalizar um dos eixos de varejo mais antigos da cidade; resgatar a memória e a importância histórica da rua; favorecer a segurança; estimular o uso turístico.	Poder Público Iniciativa Privada Comunidade Local
2011/ 2012	Revitalização da Rua São Francisco.	Fortalecer a rua como eixo gastronômico; resgatar sua importância histórica.	Poder Público Iniciativa Privada Comunidade Local
2011/ 2012	Restauração da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz.	Preservar as características arquitetônicas da construção.	Poder Público

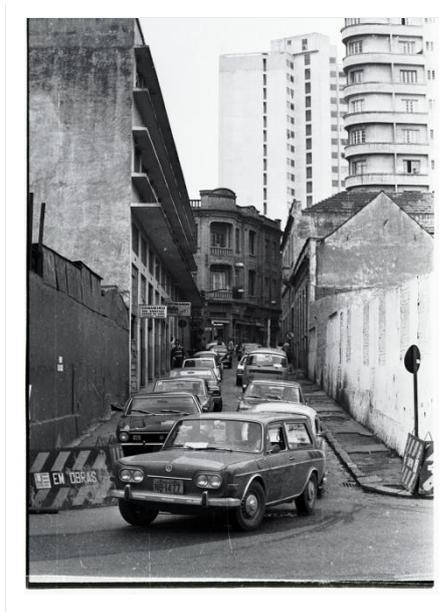
FONTE: Adaptado de SOUZA (2013).

Em visita realizada à sede do IPPUC, em busca de documentos que pudessem dar subsídios para a construção deste contexto, realizou-se uma entrevista com a arquiteta Carla Choma Frankl, ainda que sem procedimentos metodológicos definidos, mas que trouxe informações relevantes para esta etapa da pesquisa. De acordo com Carla, “[...] o Programa Novo Centro teve uma parceria muito forte com o Sebrae. Eles fizeram todo o diagnóstico dessa área em relação à vocação da região, [...] e a Rua São Francisco teve um diagnóstico também, e foi apontada com uma vocação mais gastronômica”, sendo este levantamento a base para o projeto de intervenção realizado pelo IPPUC. Assim, a vocação gastronômica associada ao lazer (FOTOGRAFIA 3) deu o tom para os usos da rua e da praça.

4.1 RUA SÃO FRANCISCO

A Rua São Francisco (FOTOGRAFIA 4), com apenas três quadras, é uma rua estreita, e parte dela (as duas primeiras quadras) se tornou objeto dessa tendência de renovação. Ela já foi chamada de Rua do Fogo (nomeação mais antiga, datada de 1786), do Hospício, do Riachuelo e do Terço, e recebeu sua atual denominação em 1867. Pensar esta rua é de certa maneira recordar da Curitiba colonial, com os cavalos amarrados nas argolas fincadas nas calçadas.

FOTOGRAFIA 4 – [sem título]



FONTE: IPPUC (197-).

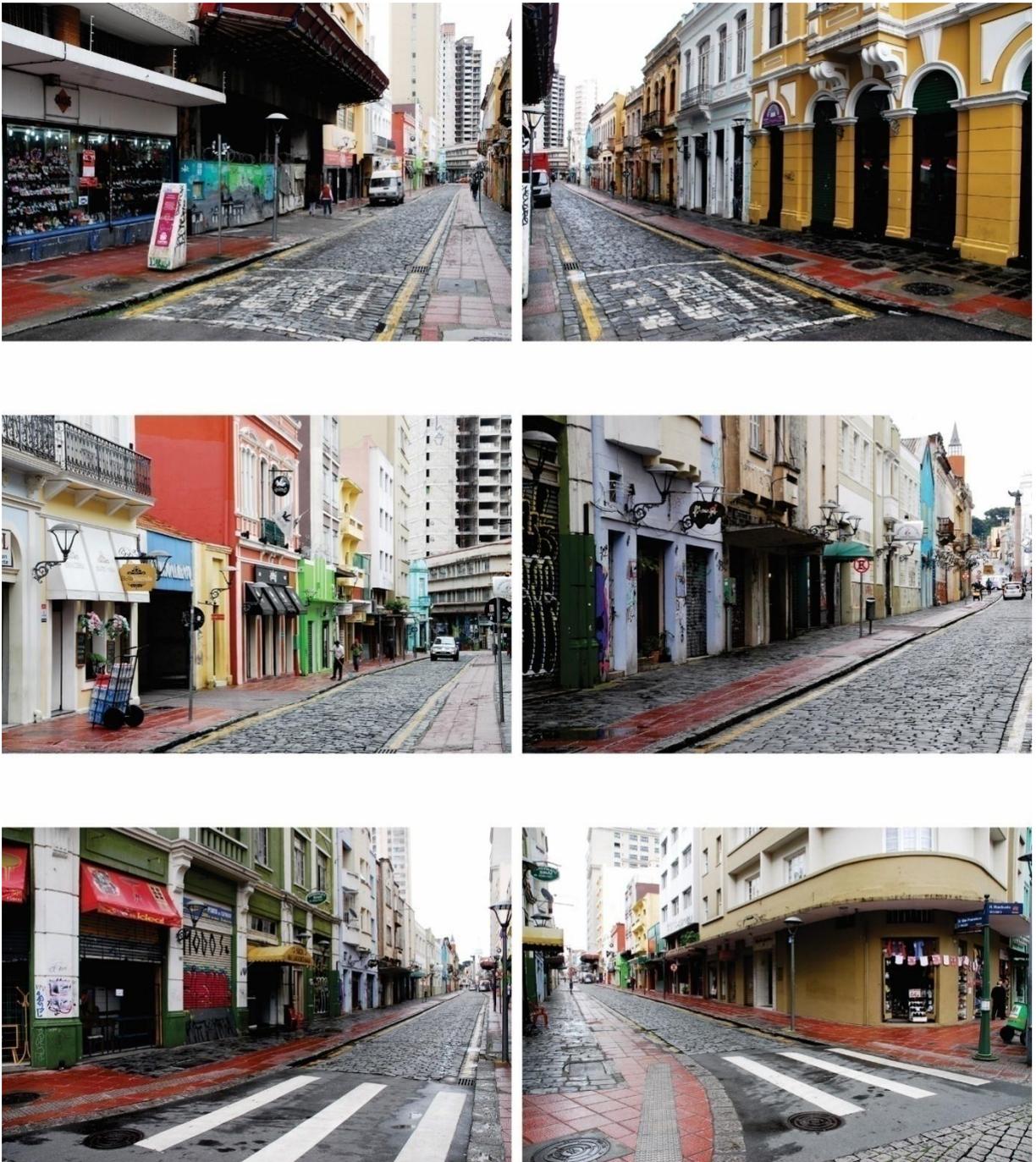
A situação de degradação na Rua São Francisco antes da revitalização apresentava questões sociais relacionadas à segurança e ao uso de drogas, sendo uma área de circulação perigosa, principalmente à noite, conforme relatado por alguns dos informantes entrevistados. Essa seria uma das razões de entendimento da necessidade de que esta área fosse revitalizada, para que as melhorias pudessem favorecer, inclusive, essas questões sociais.

A fase de revitalização traz então mudanças estruturais, porém com características que são mantidas, como a paisagem original, sendo a única rua de Curitiba a manter a “caixa de rua”, o meio fio de pedra e o paralelepípedo, como um fragmento das calçadas antigas, o matacão colonial.

A Prefeitura iniciou, no final de junho, o trabalho com a retirada das antigas pedras, que serão reaproveitadas no alargamento da calçada, dando mais segurança aos pedestres e valorizando o comércio local. O trabalho acontece no trecho entre a Presidente Faria e a Rua Riachuelo, mas as melhorias na São Francisco serão feitas até a Barão do Serro Azul. [...] O projeto prevê a preservação de uma faixa do piso da rua, de blocos de pedras. (BOLETIM Paço da Liberdade, 2009, p. 4).

Nas modificações estruturais houve, como afirmado, a intenção de manter características históricas da rua (FOTOGRAFIA 5), que hoje ainda abriga pontos comerciais antigos, instalados no local há cerca de 30 anos, e estabelecimentos novos que iniciaram suas atividades a partir do projeto de revitalização, principalmente na primeira quadra, onde também está localizada a Praça de Bolso. Estes aspectos são abordados com maior detalhamento, no percurso etnográfico.

FOTOGRAFIA 5 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

4.2 A PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA

É na esquina das Ruas São Francisco (FOTOGRAFIA 6) e Presidente Faria que se localiza a chamada Praça de Bolso do Ciclista, um pequeno espaço apropriado pela comunidade de Curitiba, por meio de um grupo de ativistas, numa série de ações que são objeto deste estudo.

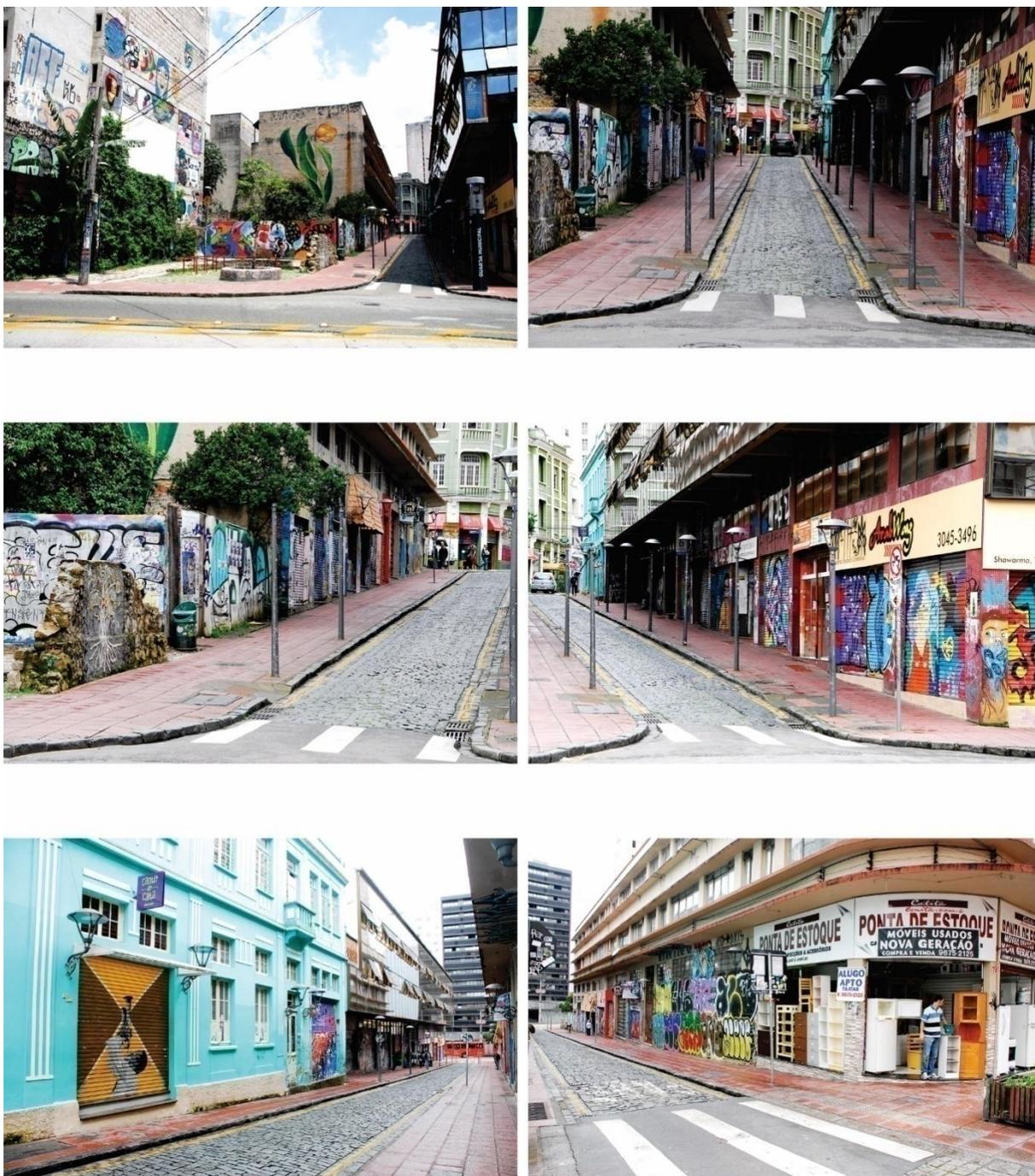
A Praça de Bolso do Ciclista, nesta fase mais avançada de revitalização do Centro Histórico de Curitiba, pode ser pensada como possibilidade ou efeito de um processo sistêmico de atuação, tendo em vista o ambiente, o contexto que provocou melhorias no entorno e permite que as pessoas possam desejar participar desta ressignificação. Essa percepção vem do processo de observação participante do que acontece na região e de que forma tem sido compreendido ou não pelos diversos atores envolvidos, a razão e o significado dessas mudanças.

A Praça de Bolso do Ciclista traz em seu escopo diversas faces a serem analisadas porque inicia com o movimento da revitalização, considerando-se que sem esse projeto é provável que não fosse possível essa ação localizada. O contexto se configura como uma maneira de qualificar e estabelecer a questão temporal do processo, tendo em vista a dinâmica de uma cidade e dos espaços públicos em suas interações, como também a fase em que a análise ocorre, tendo na apropriação e na ocupação duas formas de se compreender o uso do espaço público e as urbanidades como destacado no referencial teórico do capítulo 1, sobre cidades.

Assim, poder observar os esforços para a recuperação da área central de Curitiba instiga à releitura dos processos sociais e culturais, e as formas possíveis de uma sociedade que se transforma no tempo. É possível, do ponto de vista acadêmico, refletir sobre este rumo ao coletivo da região da cidade aqui abordada, que, por meio da conservação e da revitalização do desenho estético original, conduz a novos usos e experiências urbanas, por meio de uma estratégia comunicativa que privilegie a interação. Esta via ainda pode favorecer os laços sociais, de continuidade e memória, ao mesmo tempo em que criam novas formas de vivenciar a região pela população, estabelecendo-se até mesmo outras territorialidades culturais, afetivas e urbanidades.

Desse modo, caminha-se na contextualização avançando no olhar mais detalhado sobre o ambiente por meio do percurso etnográfico realizado na Rua São Francisco e da descrição da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista.

FOTOGRAFIA 6 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

4.3 APRESENTAÇÃO DESCRITIVA DO PERCURSO ETNOGRÁFICO

A Rua São Francisco, brevemente descrita por seus espaços históricos, passa a ser este lugar que permite uma narrativa entremeada de fatos e reapresenta uma fase importante de seu tempo recente por meio do percurso etnográfico aqui realizado que será traduzido para caracterizar, com a sensibilidade desejada (como bem descreve IQ3 a respeito da vista, única, do pôr do sol por parte de quem passa pela rua), a força de uma história de planejamento urbano e os desdobramentos de intervenção.

Então, a Rua São Francisco é a rua que tem o pôr do sol mais lindo, de toda Curitiba, seis horas da tarde ali você consegue ver. O sol se encaixa assim no meio da rua e aí as fachadas são lindas, assim, e tem os postes ainda antigos, tem no final uma igreja, você vê o perfil de todas as construções. É lindo. Todo o paralelepípedo no chão fica dourado, principalmente se acabou de chover, é a coisa mais linda que tem, eu acho. Então ela sempre teve essa luz, sempre teve essa paisagem. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Andar pela Rua São Francisco em muitos momentos, antes e durante o tempo relativo a esta pesquisa, para observar o cenário em processo de transformação e os atores envolvidos diretamente nesta ação, além dos transeuntes em geral e gente que ali vive, estuda, trabalha ou consome, foi a forma de observação escolhida para reconhecimento desse espaço urbano nos últimos sete anos, pela autora desta pesquisa. Essa ação continuada permitiu que se observasse a fase inicial das mudanças ocorridas na região desde a revitalização da Rua Riachuelo, da Praça Tiradentes, da Catedral Metropolitana, além do Paço da Liberdade na Praça Generoso Marques e do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, entre outros pontos do Centro Histórico de Curitiba, bem como a transformação da Rua São Francisco antes (FOTOGRAFIAS 7 e 8) e depois da revitalização.

FOTOGRAFIA 7 – [sem título]



FONTE: GUIMARÃES (2011).

FOTOGRAFIA 8 – [sem título]

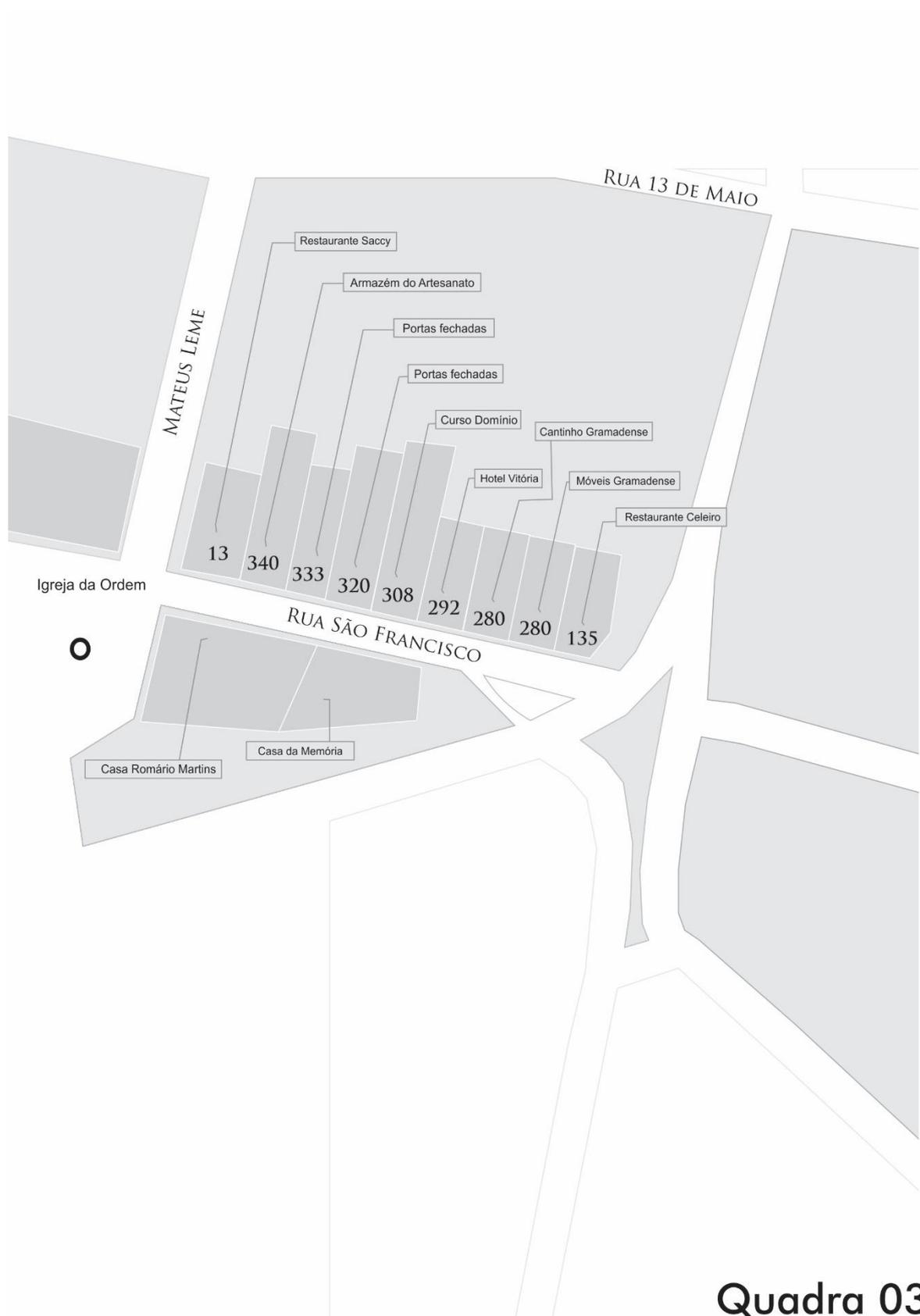


FONTE: GUIMARÃES (2011).

As várias intervenções em todos estes lugares definiram a fase de revitalização que passou a ocorrer na própria Rua São Francisco, a partir do início de 2011, e que se encerra, do ponto de vista oficial, em dezembro de 2012, quando da inauguração desse processo de revitalização pela gestão municipal, destacando também pela visão dos empresários como o início de uma nova fase da rua, como o encerramento de um ciclo. Esse período foi contextualizado por meio de um diário de anotações da pesquisadora sobre processos de melhorias propostas para a região e permitiu a visão deste conjunto arquitetônico, histórico e de vivências e experiências.

A terceira quadra (FIGURA 4) não integra este percurso etnográfico, pois seus aspectos não só visuais – relativos à sua paisagem – mas também seus estabelecimentos são mais próximos das características presentes no Largo da Ordem (uma vez que esta quadra é quase uma continuidade do próprio largo), do que da realidade existente nas duas primeiras quadras da Rua São Francisco.

FIGURA 4 – DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS DA TERCEIRA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO



Ver descrição e memória sobre o Centro Histórico já apresentado neste trabalho permite compreender a importância da intervenção estrutural (ver também FIGURA 2) ali ocorrida sob alguns aspectos, como a instalação de melhor iluminação, a tentativa de estetizar a aparência dos imóveis, ou sua recuperação pelos proprietários. Um exemplo é o caso da Bella Vivenda (FOTOGRAFIA 9), um estabelecimento que se instalou em 2013, na expectativa das melhorias e novas oportunidades de negócios atrelados diretamente ao imobiliário direcionado para moradores com poder aquisitivo mais elevado para residir na área central.

Com uma proposta conceitual de moradia em áreas centrais, o prédio Green Center Residence tem a entrega prevista para julho de 2016. Este empreendimento representa a movimentação imobiliária havida na região como parte integrante dos modelos de revitalização. Assim, traz para esse circuito uma galeria comercial que o liga à Rua Treze de Maio, e reforça a proposta de integrar moradia, pequenos espaços e negócios, onde a área de convívio está também relacionada aos espaços de lazer do espaço público. Os prédios mais altos já estão ali desde 1940, e o novo prédio mantém o estilo já instalado e é aqui citado por ser o empreendimento imobiliário que está sendo finalizado e teve o seu lançamento na reinauguração da Rua São Francisco. Outros empreendimentos também planejados no entorno no mesmo período não tiveram continuidade, o que destaca os desafios do setor em projetos de revitalização.

FOTOGRAFIA 9 – [sem título]



FONTE : OLIVEIRA (2016).

Essa fase de revitalização da área é justificada pela necessidade de um organismo vivo que apresentasse aspectos deteriorados do ponto de vista estrutural-urbano e social. A gestão do planejamento urbano da Prefeitura Municipal de Curitiba à frente do processo buscou reforçar a importância de se recuperar, cuidar, preservar ou incentivar o melhor ou os mais interessantes usos para estes lugares e seus equipamentos, como forma de manter a cidade alinhada com premissas de desenvolvimento, embora não aceitos por todos, conforme destaca a ficha técnica do Programa Marco Zero, disponibilizado, no site do IPPUC. De acordo com o documento, o programa consiste na:

[...] promoção de uso e ocupação democrática dos espaços urbanos, pretende incentivar a permanência da população residente e atrair a população não residente por meio de ações integradas, que promovam a reabilitação urbana e funcional, a diversidade social, a identidade cultural e a vitalidade econômica da área central. (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC), 2016, não paginado).

Com o intuito de concretizar os propósitos acima citados, o documento também apresenta os objetivos estratégicos da atual gestão municipal para área central, a saber:

Ampliar e diversificar o movimento de usuários e melhorar a capacidade de atração da região central; consolidar a área central como um Centro Turístico e de Lazer; assegurar a preferência para os deslocamentos de pedestres e veículos não poluentes; melhorar a qualidade do patrimônio paisagístico, histórico e cultural; garantir acessibilidade aos usuários da área central; recompor a estrutura urbana de forma sustentável. (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC), 2016, não paginado).

FOTOGRAFIA 10 – [sem título]

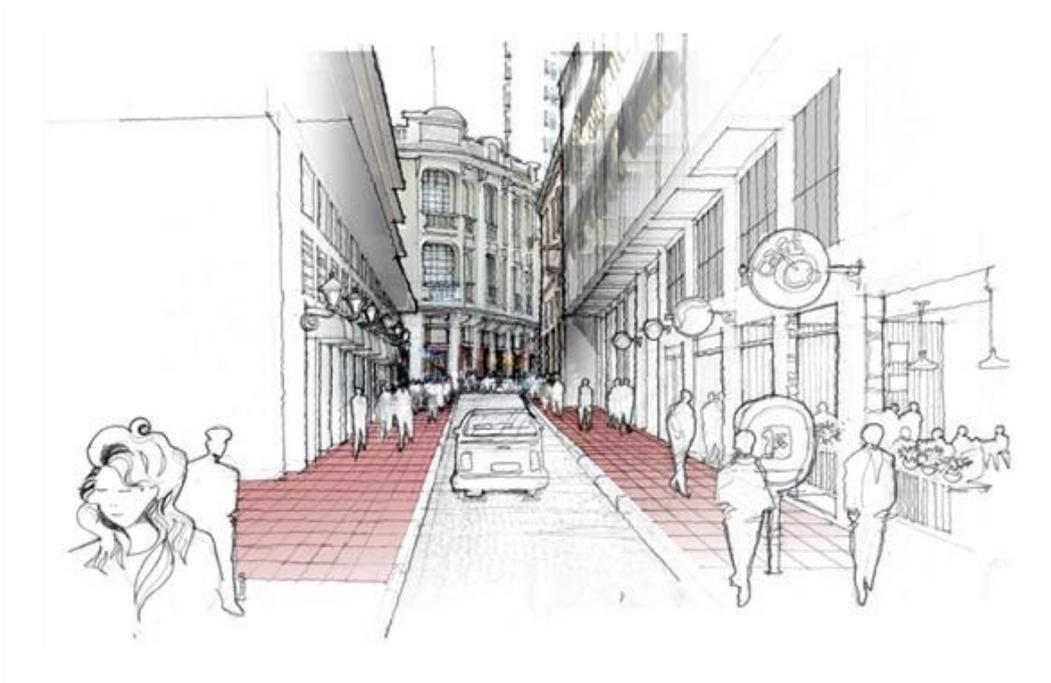


FONTE: OLIVEIRA (2016).

Em outras palavras, os interesses oficiais no local foram dirigidos para modos de recuperação e aplicações frequentemente comuns nos modelos de revitalização atuais em cidades de todo o mundo, cujas reflexões fazem parte do referencial teórico desta pesquisa, a partir de autores que destacam os ganhos, perdas e desafios destes processos. Assim, a Rua São Francisco entra neste trabalho como o entorno (FOTOGRAFIA 10) a ser integrado no grande ambiente da Praça de Bolso do Ciclista e suas interações, que são o objeto central da pesquisa.

Os desenhos iniciais que nós vimos da rua eram do tipo *boulevard*, com os comércios abrindo as portas para a rua e mesinhas para fora na calçada. Uma certa civilidade que acontecia por ali, mas quando a rua foi aberta e aumentou o calçamento, as pessoas começaram a utilizar a rua e [esta ocupação] tornou-se algo incontrolável, [mas foi] um uso natural, [o uso] humano é natural. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

FIGURA 5 – DESENHO DO PLANEJAMENTO DE REVITALIZAÇÃO DA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: IPPUC (2009).

A rua em questão é composta de três quadras, das quais duas podem ser observadas na ilustração fornecida pelo IPPUC na fase de revitalização (FIGURA 5) e nos desenhos ilustrativos organizados pela autora (FIGURAS 4, 6 e 7), que destacam diferenças arquitetônicas do contexto urbano histórico entre uma quadra e outra.

A rua apresenta características que foram preservadas ainda na última intervenção feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba, finalizada em dezembro de 2012, conforme depoimento do coordenador de projetos urbanos do IPPUC, Mauro Magnabosco (2012):

A Rua São Francisco manterá sua paisagem original. Ela é a única que ainda mantém a caixa de rua, o meio fio de pedra, o paralelepípedo. Uma réstia, um fragmento das calçadas antigas de cem, duzentos anos. O matacão colonial. Para o restauro, ao matacão colonial – os grandes blocos de basalto preto – foi adicionada uma faixa de 1,20 metros em piso nivelado antiderrapante para melhorar a acessibilidade, integrada ao piso colonial, preservando a história da rua. Ainda, a intensificação da iluminação com arandelas em padrão colonial, voltada para as pessoas, uma proteção para andar no espaço com segurança. (BOLETIM Paço da Liberdade, 2012, p. 3).

A segunda quadra, que se inicia na Rua Barão do Cerro Azul e vai até a Rua Riachuelo, mescla prédios de diferentes épocas, como o prédio histórico que abriga a Papelaria João Haupt, que data de 1911. O empreendimento teve seu início como uma tipografia e segue até hoje como uma papelaria. Este é um exemplo de negócio que se sustentou no tempo e nas transformações havidas na região. Em contrapartida, o Espaço Guairacá (FOTOGRAFIA 11), no número 179, é um imóvel que estava abandonado e que inclui em sua trajetória uma antiga ferraria e fundição; na sequência, abrigou o ateliê de artes do avô e do pai do escultor Ricardo Tod. O artista foi o criador da escultura *Cavalo Colossal* da Fonte da Memória, mais conhecida pela população como *Cavalo Babão*, na Praça Garibaldi, também no Centro Histórico. O Espaço Guairacá foi estruturado para oferecer alternativas de utilização, com dois auditórios, com capacidades distintas, bem como escola de artes e área com função multiuso, e ainda um restaurante. O espaço, instalado por empreendedores que reconhecem a importância e a necessidade de integrar história e criatividade, traz para a cidade arte, cultura, economia e lazer e responde à fase renovadora de empreendimentos na Rua São Francisco, sendo inaugurado em 2014.

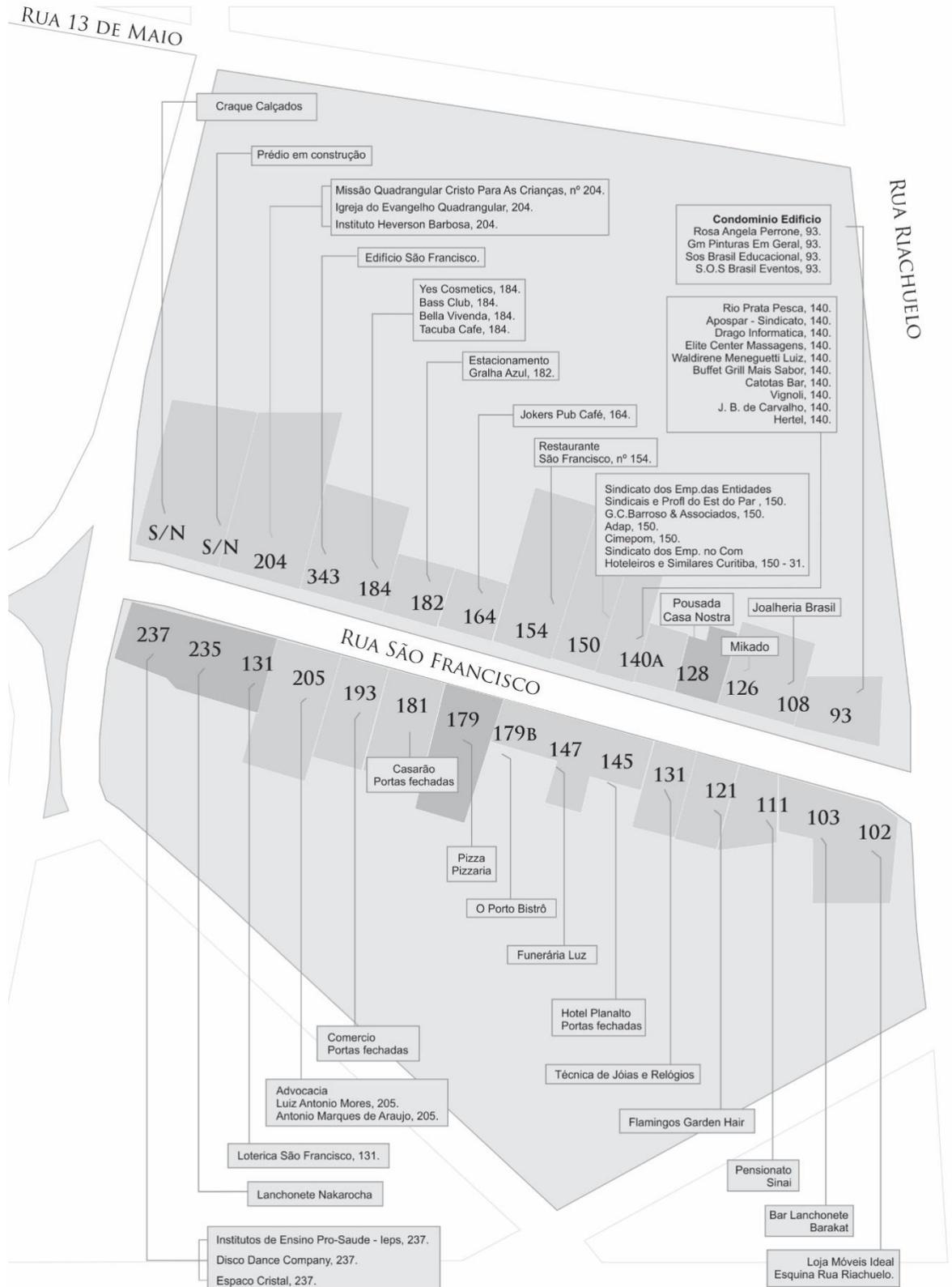
FOTOGRAFIA 11 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Seguindo por este lado da segunda quadra (FIGURA 6), encontra-se a Funerária da Luz, no número 147, instalada no prédio que foi a Casa de Saúde São Francisco, até 2000. Ainda se observa o Hotel Planalto e a Relojoaria Técnica de Joias e Relógios, que oferece serviços tradicionais de consertos de relógios há 35 anos no mesmo endereço. Segundo a responsável pelo atendimento, a rua apresenta ainda os dilemas antigos e o empreendimento ali se mantém mais por uma questão de dar continuidade a um negócio que herdou do que por escolha.

FIGURA 6 – DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS PRESENTES NA SEGUNDA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO



Quadra 02

FONTE: A autora (2016).

Na sequência, dois empreendimentos sinalizam as mudanças em processo: o ateliê de *design* Suiane Maria, que atende às demandas de um consumo mais dirigido ao público jovem e ligado a uma área que hoje pode ser denominada de economia criativa. Direcionado à produção de bens para atender aos turistas, como sacolas e bolsas ecológicas e *souvenirs* que remetem à cidade, o ateliê já existia antes das obras de revitalização. Este, ao contrário do empreendimento Bella Vivenda citado anteriormente, é um exemplo que caracteriza os objetivos embutidos nos processos de revitalização, que visam reforçar destinos turísticos como potenciais nos quais as áreas com equipamentos históricos estão ligadas. O segundo empreendimento, que também se instala para atender a novos formatos de negócios na região, é o salão de beleza Flamingo Golden Hair, no número 121, que chega à rua em 2014.

FOTOGRAFIA 12 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 13 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Na esquina da Rua Riachuelo, um prédio histórico tem o importante papel de representar, embora de forma decadente, a época dos casarões na região, que ocorreu no início do século XX. Chamado de Palácio Riachuelo, a edificação atual, inaugurada em 1929, foi planejada para uso comercial no andar térreo e moradia nos dois andares superiores. O prédio também abriga bares e uma pensão (FOTOGRAFIA 12), que parece atender às demandas de prostituição para a região, segundo depoimentos coletados e gravados. Uma das lojas (FOTOGRAFIA 13) deste prédio caracteriza a fusão com um perfil de negócios relacionado aos móveis usados, a principal característica comercial da Rua Riachuelo. Voltando ao início da quadra, na esquina com a Rua Barão do Cerro Azul, percorrendo-se a calçada oposta, pode-se observar a placa da revitalização descerrada em 2012, como marco da mudança na calçada. Fazem parte deste trecho da rua, a escola CVQ Ensino com Propósito (voltada para tecnologia, aperfeiçoamento, pós-graduação e escola de negócios), alguns bares mais populares, as obras do edifício Green Center Residence (FOTOGRAFIA 14) – aos moldes dos

empreendimentos imobiliários atrelados a processos de revitalização de grandes centros urbanos, já citados como tendência, que recebem críticas de vários autores, como Harvey (2005).

FOTOGRAFIA 14 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 15 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Há ainda, na mesma quadra, um estacionamento, que representa proprietários de imóveis ou empreendedores, tal como o Jokers (FOTOGRAFIA 15) – um bar café que se mantém há 14 anos na região, desde antes da revitalização. Este estabelecimento caracteriza-se por receber um público de poder aquisitivo mais elevado, uma vez que estabelece regras que condicionam os frequentadores, como a cobrança de taxa de consumação e a proibição do consumo de bebidas do lado de fora, na calçada. Tais condições determinam o tipo de público que frequenta o local e evita um eventual descontrole no uso do espaço público, no caso a própria rua.

FOTOGRAFIA 16 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 17 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Dois restaurantes tradicionais situados há muitos anos nesta quadra, o Nonna Giovanna (FOTOGRAFIA 16) – com a segunda geração da mesma família liderando o negócio e buscando se adaptar às mudanças da região – e o Mikado (FOTOGRAFIA 17) –

que encerrou suas atividades no final de 2015, por conta da aposentadoria dos proprietários – conviviam com a Rua São Francisco não revitalizada. Assim como uma loja de material de pesca (Rio Prata Pesca), outra de serviços de costura e uma pensão. Então, chega-se a um tradicional prédio modernista de 15 andares, que marca a outra esquina da Rua Riachuelo, como que estabelecendo um diálogo temporal urbano, e sendo um prédio onde ainda residem, há muitos anos, famílias tradicionais. O edifício Rosa Ângela Perrone (FOTOGRAFIA 18) data de 1950 e foi projetado pelo arquiteto Romeu Paulo da Costa.

FOTOGRAFIA 18 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 19 – [sem título]



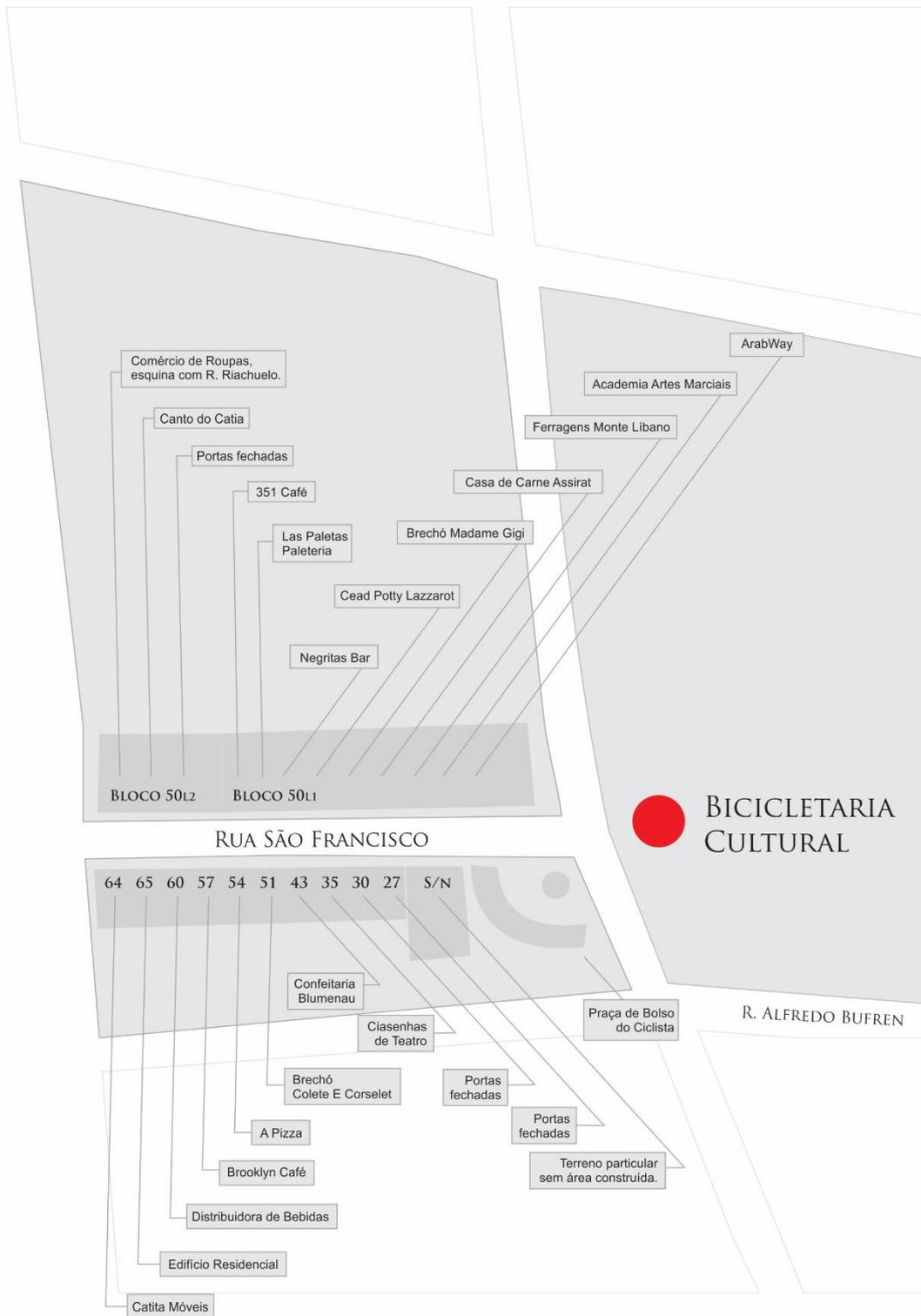
FONTE: COSTA (2012).

O entrevistado IQ1 relata que sua infância e adolescência foram vividas neste prédio e justifica, inclusive, sua compreensão dos dilemas ali instalados, como também as características de uma região com uma história significativa para a cidade.

O meu pai morou 30 anos na esquina da Riachuelo com a São Francisco, no prédio Rosa Perrone. Eu cresci lá, todo final de semana eu ficava ali com ele. Eu lembro quando na adolescência eu tinha uma banda de *hardcore*, *punk*, e o primeiro *show* nosso eu tinha 14 ou 15 anos e foi no cabaré que era na São Francisco, na esquina com a Riachuelo. [...] Eu lembro da minha época de criança que passava o expresso ali na Riachuelo e eu ficava em cima da varanda olhando. [...] Mas eu acho que na São Francisco e na Riachuelo também tem uma conexão do eixo boêmio, cultural, que está muito claro, com esse eixo do Centro Histórico, do Largo da Ordem, Trajano Reis, Paula Gomes, então essa é a nossa Lapa Curitibana, essa é a nossa praia, a vida boêmia, enfim, dos malucos, dos poetas, de tudo da vida. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

A primeira quadra incluiu na fase da inauguração da revitalização da rua um tapume (FOTOGRAFIA 19), onde se relatava – por meio de arte gráfica que remetia às construções antigas, como o desenho de um portão de ferro e o perfil de uma distinta senhora acompanhada de sua sombrinha – a história da Rua São Francisco, no terreno vazio que hoje é a Praça de Bolso do Ciclista.

FIGURA 7 – DESENHO ILUSTRATIVO DOS ESTABELECIMENTOS PRESENTES NA PRIMEIRA QUADRA DA RUA SÃO FRANCISCO



Quadra 01

FONTE: A autora (2016).

FOTOGRAFIA 20 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Esta quadra, então, passou por mudanças no perfil de seus empreendimentos, que fizeram a transição de uma fase inicial da revitalização da rua, e caracterizam as maneiras como o entorno vai sendo modelado pelas interações entre uma dinâmica social e temporal. O tapume que apresentava a história da rua, de alguma maneira, ao ser retirado, marca uma outra história para este lugar. Este trecho da rua apresenta como destaque arquitetônico o primeiro prédio histórico à esquerda, que sedia um brechó instalado há muitos anos e um bar, chamado Canto do Caita (FOTOGRAFIA 20), que se instala já na fase de mudanças em 2014.

Cada lado desta quadra apresenta um prédio, de estilo modernista, como um grande bloco. Ambos possuem estabelecimentos comerciais antigos e novos no primeiro piso, que não têm ligação direta com o piso superior. No lado direito da rua, seguindo para a Presidente Faria, situa-se um prédio residencial (FOTOGRAFIAS 21 e 22), cujo síndico é citado por alguns informantes desta pesquisa, conforme é destacado na análise a seguir.

FOTOGRAFIA 21 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 22 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Uma ação nesta quadra, feita após a revitalização, ocorreu em maio/junho de 2013, com o intuito de criar, por meio da elaboração de grafites (FOTOGRAFIA 23), uma linguagem urbana contemporânea nas portas dos empreendimentos. Esta intervenção teve o sentido de incentivar o cuidado com o lugar, por meio desta linguagem, que não será aqui analisada com profundidade, mas que se situa como uma abordagem cultural de comunicação urbana contemporânea.

FOTOGRAFIA 23– [sem título]



FONTE: LOPES (2013).

A ação foi conduzida pela Associação Comercial do Paraná em parceria com a Sanepar e sob a coordenação de Elisabeth Prosser, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, com apoio da Mucha Tinta, na qual 14 grafiteiros e *designers* trabalharam nas portas dos estabelecimentos comerciais, cobrindo-os com grafites criativos, como forma de se contrapor aos atos de pichação ali existentes. A arte ali autorizada não está impregnada apenas com a manifestação artística, mas também, e principalmente, dos fatores sociais que ela abarca, a começar pela denominação dos próprios artistas.

Apesar de empregada na literatura e na mídia, a palavra *grafiteiro* é apreciada apenas por uma parte dos artistas de rua. Estes, em geral, preferem a expressão *escritores de graffiti*, uma tradução literal do termo *graffiti writers*, do inglês, ou *escritores urbanos*, *artistas de rua*, *artistas urbanos*, *interventores urbanos*. [...] Já o *pichador* (que inclui a si mesmo na arte de rua e se autodenomina *interventor urbano*) considera-se autor de um estilo específico de *graffiti*. [...] O uso quase indiscriminado dos espaços urbanos transformados em mídia alternativa fez o artista de rua emergir como sujeito e ator social, cuja ação tem efeitos sobre a paisagem urbana e sobre a sociedade. (PROSSER, 2009, p. 19).

O entendimento de Prosser (2009), com as duas formas de compreender esta linguagem urbana, é uma maneira de perceber os movimentos que houve na quadra que recebeu a intervenção. No dia da ação foi possível para a autora desta pesquisa conversar com os artistas que estavam fazendo o grafite e um deles reforçou a importância dessa arte que traz a dimensão simbólica para o lugar; outra artista ali presente argumentou que não concordava

com um eventual *briefing* feito no sentido de orientar os artistas a priorizar um visual mais leve na arte das portas, pois tira a liberdade dos processos criativos, o que não era correto, no seu entendimento, que se desejasse uma divisão entre os dois perfis de artistas, considerando ambos (o grafite e a pichação) como manifestações iguais de arte e expressão. Esta manifestação sobre as pichações aparece durante as análises a partir de citações dos entrevistados, por demonstrar o modo de pensar de alguns grupos, mas aqui se inclui a citação abaixo que caracteriza bem este conflito.

Porque existia um grafite feito na praça e a pichação tomou conta do grafite, riscaram tudo, daí foi levantado como uma forma de arte, daí um menino levantou e falou que não tem nada de arte é uma voz da periferia e vocês podem apagar a gente vai gritar. Então vocês querem pôr a arte, a gente quer falar, a gente é da periferia, a gente não vai se calar, aí já começou um *hip hop* na hora. Eu acho válido eu entendo essa necessidade porque são reprimidos em outras partes, não tem um dia que eles não vêm aqui. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

A situação descrita caracteriza um dos momentos da observação participante quando o diálogo com os grafiteiros evidenciou o conflito nas formas de entender esta expressão, e de alguma forma esta marca da quadra com os grafites representa uma disputa recorrente pelo espaço, pelo poder e territorialização do lugar.

FOTOGRAFIA 24– [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

FOTOGRAFIA 25 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2016).

Nesta quadra, ainda, alguns empreendimentos são marcantes por suas peculiaridades. Pode-se citar a Confeitaria Blumenau (FOTOGRAFIA 24) que está ali desde 1966 e tem em seu proprietário atual, filho da fundadora, um crítico de todo o processo de revitalização. Seu argumento está baseado na ausência de diálogo entre os as instituições que lideraram a revitalização com todos os antigos empresários e moradores, para que fossem avaliados de forma conjunta os objetivos e resultados das mudanças propostas, que incluem a Praça de Bolso do Ciclista. Alguns empreendimentos estão ali há mais de cinco anos, como a casa de

Ferragens Monte Líbano e o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA-CEAD Polo Poty Lazzarotto (FOTOGRAFIA 25). Ainda nesta quadra encontra-se a Academia Personalizada MS e o núcleo de teatro Companhia Senhas de Teatro. Até novembro de 2015, esta quadra abrigava a sede da ONG Grupo Liberdade, que atua entre as profissionais do sexo. Em função da revitalização da região, a representante da ONG afirmou que teve que deixar o local devido ao aumento expressivo do valor do aluguel.

De outro modo, houve a instalação de investimentos por conta do incentivo ao estabelecimento de um possível polo gastronômico na área, como foi o caso do Restaurante Brasilino, mas que fechou as portas após num breve período de permanência. A característica era a de um restaurante com foco principal no almoço, tendo sido instalado na fase da revitalização desta rua. Nesta quadra ainda se observam empreendimentos que são instalados já em paralelo à ação de construção da Praça de Bolso, como o Brooklyn Coffee Shop, no número 57, “apostando na nova identidade da rua” (DORFMAN, 2014), bem como o Negrita Bar, com uma temática latina, e o Canto do Caita, que se autodenomina um Restô Lúdico.

Situar este roteiro com o foco nos empreendimentos se justifica para evidenciar a via escolhida do processo de revitalização, atrelada aos negócios. A própria construção da Praça de Bolso do Ciclista, ponto central da pesquisa, só foi possível como consequência indireta deste processo na região que traz a alternativa de transformar um espaço com tapumes num lugar de uso compartilhado.

Essa iluminação que fez uma grande diferença, a iluminação dessa rua fez viver pós o pôr do sol, então esse perfil essa rua pavimentada com essas pedras ficou linda mesmo, é ali que tinha uma polêmica, tiraram a argolinha do cavalo porque é um marco histórico perto do marco zero da cidade, tem aqui uma história muito forte desde a Rua do Fogo, Rua da Liberdade, Rua São Francisco. Então, ela é bastante curiosa e talvez ela sintetize essa metrópole. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Assim sendo, dar início a seguir na parte descritiva do processo de mobilização, considerando-se essa afirmação da cidade como obra e mediação, acredita-se que deve favorecer a continuidade da análise.

4.4 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA PRAÇA

Para compreender a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista faz-se necessário descrever o modo como se deu esse processo. Assim, tal descrição tem como base inicial as informações obtidas em uma entrevista realizada em julho de 2014, ainda sem procedimentos metodológicos previamente definidos, com um dos personagens centrais

(IQ1), considerado líder/articulador que esteve à frente para construção da Praça de Bolso do Ciclista.

FOTOGRAFIA 26 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

As entrevistas que compõem o material analítico também subsidiaram a elaboração desta descrição, da mesma maneira que as imagens captadas por Douglas Oliveira – fotógrafo e ativista da causa ciclística. Contudo, é importante ressaltar que tais fotografias incluídas nesta etapa da dissertação foram utilizadas com o propósito de ilustrar e destacar como se deu o processo de mobilização. Não há o intuito de analisar as referidas imagens, mas sim favorecer com o recurso visual – como no caso da arte de Mona Caron (FOTOGRAFIA 26) – a melhor compreensão das interações e da mobilização.

O processo teve, então, seu início com um grupo de ativistas que já se reuniam em frente ao tapume, na esquina da Rua São Francisco com a Presidente Faria, terreno da Prefeitura, vizinho à sede da Bicicletaria Cultural, uma base da Associação dos Cicloativistas. A intenção inicial era que a própria Prefeitura assumisse a reforma deste espaço, que seria inaugurado por ocasião do Fórum Mundial da Bicicleta.

A gente teve ali principalmente um núcleo de ativistas, quem era esse núcleo? Eram os mesmos que fizeram o fórum mundial em 2013. Esse núcleo que passou 2013 inteiro se organizando, se conhecendo conversando pra organizar o fórum e o que ia acontecer. Em fevereiro de 2014, esse mesmo grupo, passado o fórum, continuou junto pra fazer a construção da organização da praça. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Este relato evidencia como esse coletivo já vinha percorrendo um caminho em direção à participação mais ativa de viver a cidade. Um exemplo disso foi a iniciativa adotada

pelo grupo em dar sequência ao projeto, como conta IQ1 (2015) ao lembrar que “a ideia era que a Prefeitura entregasse a Praça no Fórum, mas isso não aconteceu. E aí pensamos ‘vamos nós fazermos a praça’. Aí apresentamos a proposta e a Prefeitura aceitou”. Outro ativista, Gabriel Gallarza, também conta como essa etapa se concretizou e qual foi a sua contribuição a este processo. “Sou arquiteto-urbanista e ciclista também associado à Ciclo Iguaçu. Quando surgiu a demanda em finalizar o projeto arquitetônico da praça assumi a coordenação e colaborei nos mutirões da obra” (BOLETIM Paço da Liberdade, 2014, p. 3).

Mona Caron, artista plástica que atua com expressões gigantes em cidades, uma das palestrantes vinda da Suíça, para participar do Fórum em Curitiba, foi convidada, na ocasião, para manifestar sua arte na parede da área que abrigaria a Praça de Bolso do Ciclista. Assim, uma tulipa gigante com uma bicicleta alada saindo do miolo da flor (FOTOGRAFIA 27), na parede de fundo, como um grande mural da praça, simboliza a primeira prática comunicativa, a imagem integradora, trazendo a específica ideia de urbanidades, ou seja, a experiência possível de ser vivida no lugar, como bem relata IQ1 (2015) ao afirmar que “a bicicleta alada saindo da flor é uma semente e a praça também é uma semente”.

FOTOGRAFIA 27 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

O ponto inicial da praça, bem como de todo o projeto, começa com a Bicletaria Cultural, que tinha como objetivo criar um espaço de apoio para o ciclista; no entanto, a articulação do grupo ativista é bem anterior. Em 2005, começam as Bicletadas em Curitiba, movimento da massa crítica de ciclistas que se reúne mensalmente para pedalar pela cidade.

Em setembro de 2007, ocorre a instituição do Mês da Bicicleta com uma proposta de ser um período com potencial cívico cultural, aproveitando a comemoração do Dia Mundial sem Carro. O mesmo grupo promove também o Festival ArtBiciMobi, um calendário de atividades culturais com pedaladas, cinemas, encontros, para tratar de temas da cultura na cidade, sendo que o tema de 2014 foi *Somos Todos Pedestres*, considerando que pedestres e ciclistas não são devidamente respeitados pelas políticas públicas de mobilidade.

FOTOGRAFIA 28 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Esta breve descrição sobre a forma de pensar e atuar deste grupo vem demonstrar o potencial de mobilização presente em todo o cenário. A ideia de praça, que deixa de ser um projeto a ser executado pelo poder público e se torna híbrido, ao integrar os interesses e a atuação da população com a gestão urbana do município, começa a tomar forma e ser desenhada em reuniões de planejamento com um grupo mobilizado, nas dependências da Bicletaria Cultural, em frente ao espaço de tapume da futura praça (FOTOGRAFIA 28), conforme relatado pelo entrevistado.

A praça vem então deste substrato, de um grupo organizado, ativo, que é consultado para saber se havia uma ideia para este lugar e neste momento o arquiteto do IPPUC discutiu o conceito da praça junto, ainda com a intenção que tudo fosse feito pelo IPPUC e trouxe a ideia de Praça de Bolso do Ciclista, exemplos de pequenos espaços, como frestas urbanas. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Os primeiros aspectos de mobilização se apresentam desta forma, com a evidência de um grande “imaginário convocante” (TORO e WERNECK, 1997), pelo próprio grupo de

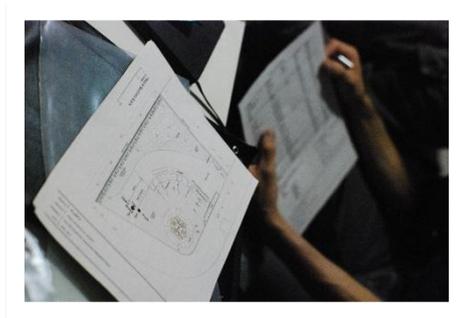
ativistas. O processo de construção da praça ocorreu durante dez meses, incluindo reuniões (FOTOGRAFIAS 29, 30 e 31) de planejamento do que seria, efetivamente, esse processo de construção, com a mobilização envolvida. Essa etapa será relatada por meio das entrevistas em profundidade com os atores definidos. A produção de um espaço urbano, com as características de apropriação, com o apoio dos órgãos públicos, através de um grupo organizado, com visão crítica e política sobre a cidade, traz para este processo de ressignificação espacial, muitas interfaces da comunicação na praça e seu entorno. Estas serão analisadas por meio da Categoria C na Unidade de Significado 1 – Ações Comunicativas.

FOTOGRAFIA 29 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 30 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 31 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

A partir do momento que se define o planejamento, aquela área pública torna-se um espaço urbano, e o primeiro passo dessa mudança é a retirada dos tapumes. Ainda na etapa de planejamento, decidiu-se que a construção efetiva da praça seria feita por meio de mutirões voluntários (FOTOGRAFIAS 32, 33 e 34), com alguma liderança por parte do núcleo ativo que coordenava o projeto, porém sem o estabelecimento de níveis hierárquicos, conforme conta IQ3 (2015) ao relatar que “existia um coletivo anônimo, ninguém era responsável por uma coisa, as coisas eram compartilhadas”.

FOTOGRAFIA 32 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 33 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 34 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Os mutirões tiveram início, em maio de 2014, sempre nos finais de semana, envolvendo pessoas, construindo relações, com o apoio do poder público favorecendo o empoderamento do cidadão, aliado a um sentimento de amor pelo espaço público. O grupo do mutirão promoveu encontros para estabelecer um núcleo de trabalho organizado, ativo e responsável, efetivamente disposto a “fazer acontecer”. “Durante a semana que antecedia os mutirões, a equipe Cultural, da qual eu fiz parte, ia atrás de atrações culturais para serem realizadas em paralelo à obra”, conta Yasmin Reck (BOLETIM Paço da Liberdade, 2014, p. 2).

Na construção do Petit, na construção do muro que diferenciou a praça para aquele terreno ali dentro, o adobe que é aquele terreno em volta, aquele banquinho em volta do Ipê. Depois as oficinas de mosaico, sempre tinha uma pessoa que assumia essa liderança, que chegava mais cedo, trazia o material e que era responsável e depois

sinalizava para as outras pessoas que quisessem participar abertamente como se fazia. Então, as questões micropessoais de não estar fazendo direito o que tinha que fazer, alguém dizia “ah eu desisto” e ia embora. Aí voltava porque o tempo da praça foi muito curto, mas ele foi cíclico, ele tinha momentos de pessoas que se afastavam, depois voltavam e concluíam, se transformavam durante sua participação e começavam e ver de fora e conseguiam falar como era de dentro. A praça foi um fenômeno, mesmo pra quem estava acompanhando e quem estava participando. E as crianças eram as que mais curtiam você tinha que levar as crianças se você viesse. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A fala do IQ3 descreve bem como se deu o fluxo de participação nos mutirões, os desafios de execução de um trabalho voluntário, no qual, nem sempre as pessoas que dispõem de tempo e vontade conhecem todas as técnicas para desempenhar corretamente determinada tarefa, além das dificuldades inerentes a qualquer processo que exija um convívio harmonioso entre pessoas com histórias, personalidades e hábitos distintos.

Por contar com diferentes perfis profissionais e pessoais, os mutirões tiveram uma característica bastante específica, conforme relata IQ1 (2015) ao afirmar que “teve gente que só ia lá pra fazer o que precisava ser feito, mas tinha gente que buscava trazer para si mais responsabilidade”. As chamadas eram feitas pelas redes sociais, em um grupo aberto, dando visibilidade às ações e reforçando a convocação dos interessados em cooperar. A participação nesse processo se materializou tanto na construção da obra em si, quanto no exercício profissional conforme a habilidade de cada um, como foi o caso do arquiteto Gabriel Gallarza (que finalizou o projeto) e do fotógrafo Douglas Oliveira. “Logo que soube da iniciativa da praça, quando ainda era uma ideia, aderi ao projeto. Participei desde as primeiras reuniões e fiz o registro fotográfico dos mutirões e até hoje [dezembro de 2014] quando ocorre algum evento” (BOLETIM Paço da Liberdade, 2014, p. 3).

FOTOGRAFIA 35 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 36 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Considerando o aspecto prático dos mutirões (FOTOGRAFIAS, 35, 36 e 37), a Bicicletaria Cultural, até por estar situada em frente à praça, exerceu o papel de quartel

general, de área de apoio. O local não só serviu de depósito para as ferramentas, como também era utilizado como refeitório, uma vez que “o almoço era feito no começo na base da contribuição, mas isso passou a não funcionar mais e as pessoas passaram a trazer marmitas”, conforme afirma IQ3 (2015). Outra característica marcante dos mutirões era o tipo de interação que ocorria entre os envolvidos, como relata IQ4 (2015), ao afirmar que “as pessoas vinham para interagir e às vezes guiavam o ritmo, mas a maioria das pessoas vinha para se divertir”. Esse clima, descontraído e motivador (FOTOGRAFIA 39), também é relatado por Gabriel Gallarza ao refletir que “agir coletivamente pela construção de realidades de escalas urbanas, e promover uma onda de bem-estar por toda a vizinhança é muito inspirador, revela que podemos criar a cidade que queremos mais humana e gentil” (BOLETIM Paço da Liberdade, 2014, p. 3).

A experiência vivida por aqueles que participaram da mobilização para a construção da praça é profunda, conforme explica Yasmin Reck ao declarar que “o processo de construir um espaço para as pessoas, contando com a força de trabalho das mesmas é inovador e transformador” (BOLETIM Paço da Liberdade, 2014, p. 2). A praça, em suas dimensões de território e territorialidade, pode então ser observada nesta etapa como um forte motivo para mobilizar um grupo em torno de uma causa. Ainda, segundo IQ1 (2015), pode-se falar que “a praça simboliza a escala humana do caminhar de uma cidade onde é possível caminhar com total conforto. A praça no coração com amor por um lugar”.

FOTOGRAFIA 37 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 38 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

A construção da praça (FOTOGRAFIAS, 38, 39 e 40) retirou o tapume de um espaço que ficou por anos fechado e o fez ressurgir, a partir de um grupo de atores, que podem ser observados como “produtores sociais”, “reeditores” e “editores”, e que fizeram acontecer essa mudança, revelando o quanto é possível trazer a chance da experiência urbana na cidade.

FOTOGRAFIA 39 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 40 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Estas imagens (FOTOGRAFIAS 41 e 42) mostram as práticas comunicativas utilizadas pelos ativistas, não só para explicar aos transeuntes o que estava sendo feito ali, mas também, e principalmente, para convidar a qualquer um que se interessasse a participar daquele processo. Tais avisos, juntamente com postagens nas redes sociais, foram os principais meios de comunicação empregados pelos ativistas na tarefa de convocar a participação popular, de modo a ampliar as ações, ultrapassando o público mais direto (ciclistas) em direção à população como um todo, interessada em colaborar.

FOTOGRAFIA 41 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 42 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

A especificação das práticas, através dos cartazes, *banners* (FOTOGRAFIAS, 43 e 44), grafites, oficinas para as crianças e outros modos fazem a comunicação no próprio espaço urbano e se caracterizam como as estratégias de visibilidade necessárias para essa fase de sensibilização da causa.

FOTOGRAFIA 43 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 44 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Com a inauguração da praça, as mensagens da causa da bicicleta e da mobilidade se mantêm presentes no espaço urbano, seja por meio da arte empenhada nas paredes (FOTOGRAFIA 45) ou pela placa inaugural (FOTOGRAFIA 46), o que configura um instrumento de característica formal por parte do poder público em relação àquele lugar. Também é possível observar como a intervenção feita pelos ciclistas neste espaço buscou marcá-lo com uma mensagem (FOTOGRAFIA 44) que representa o sentimento que esteve presente durante todo o processo de mobilização.

FOTOGRAFIA 45 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

FOTOGRAFIA 46 – [sem título]



FONTE: OLIVEIRA (2014).

Inaugurada a praça, inicia-se uma nova etapa que se refere à ocupação desse espaço público (FOTOGRAFIA 46). Como um todo, esse processo de apropriação e de mobilização para a construção da praça tem como impacto uma trama complexa, com dilemas e transformações nas pessoas e na cidade, trazendo questões que exigem uma reflexão cuidadosa e que são o propósito da análise a seguir.

5 ANÁLISE DOS DADOS

De modo a avaliar os dados obtidos no trabalho de campo, constrói-se este capítulo que consiste em três momentos analíticos distintos. Primeiramente, é apresentada a análise interpretativa das entrevistas, iniciando pela categoria A) Urbanidades e Experiências, seguida pelas categorias B) Mobilização Social e C) Comunicação. O segundo momento traz uma forma de compreender o mapa tridimensional dos públicos a partir dos questionários e alguns trechos das entrevistas, de modo a compor uma base de análise qualitativa e quantitativa, que vai permitir um melhor entendimento dos possíveis beneficiados da ação. Por fim, o terceiro momento consiste na análise da escala de níveis de vinculação, conforme o entendimento da autora, de modo que possa contribuir com um novo elemento nessa escala.

5.1 ANÁLISE INTERPRETATIVA DAS ENTREVISTAS

Este tópico apresenta a análise das onze (11) entrevistas realizadas de acordo com os critérios já nominados no capítulo metodológico. Os textos foram transcritos e fragmentados em unidades de significado, agrupadas nas categorias como segue: A) Urbanidades e Experiência, B) Mobilização Social e C) Comunicação. A sequência estabelecida busca observar o critério do percurso teórico do trabalho que aborda primeiramente as questões relacionadas aos conceitos de cidade e urbanidades, quadro teórico em que também se encontra a discussão sobre o conceito de experiência.

A observação participante realizada no âmbito desta pesquisa permitiu perceber que o Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente a Rua São Francisco e o seu entorno, onde se encontra a Praça de Bolso, objeto empírico desta dissertação, constitui um mosaico de mudanças ocorridas durante o período temporal em exame, que destaca a dinâmica prevista ou não pelos planejadores, uma vez que existe um desafio implícito em toda a intervenção planejada e realizada em um espaço urbano. A intenção deste trabalho é compreender como as propostas colocadas e as ações efetivamente realizadas estão alinhadas ou não com modo de ver e pensar dos que ali vivem, trabalham e circulam, ressignificando o lugar com sua presença. Levando-se em conta a importância de um planejamento com critérios e parâmetros compartilhados entre instituições oficiais, organizações representativas da população e a própria população, buscou-se, por meio das entrevistas, verificar se as ações de intervenção ocorridas no espaço em estudo puderam se aproximar da uma condição urbana mais favorável ao público a ser beneficiado.

Ao se iniciar esta etapa de análise das unidades 1) Revitalização e mudanças estruturais antes e durante o processo de mobilização e 2) Interações possíveis com o espaço urbano, o que se pretende é destacar, pelas falas colhidas, as reflexões de como esta região se apresentava antes da revitalização e outras formas de interferência e o que acontece após estes processos, sob a ótica dos entrevistados. Desse modo, é possível tentar melhor compreender a visão dos entrevistados sobre como tais processos se deslocaram do âmbito apenas físico-estrutural e estético para interferir também em seus modos de vida. A seleção de algumas falas coletadas nas entrevistas compõe assim o que se configura como pano de fundo das interações que acontecem em tal espaço, configurando um ambiente que tornou possível, ou “exigiu” de alguma forma o início da fase de mobilização para a construção da Praça de Bolso.

A análise interpretativa ocorre então a partir das informações coletadas de maneira a estabelecer inferências e sínteses analíticas, conforme o Quadro 2 apresentado no capítulo 4.

Categoria A: Urbanidades e Experiência

Esta primeira categoria – urbanidades e experiências – reflete o ambiente, o contexto, onde todo o processo em estudo ocorre, como também explicita os desafios da gestão urbana e os diferentes interesses que regem as peculiaridades de se viver a cidade.

A ideia de urbanidade está ligada ao caráter cultural de viver o meio urbano, de modo a favorecer aos moradores novas posturas de civilidade e de respeito ao outro (SENNET, 2006), e está norteando as análises e as unidades de significado propostas para análise:

- a) US 1) *Revitalização e mudanças estruturais antes e durante o processo de mobilização*: quais seja, as transformações urbanas na área promovidas pelo setor público e as intervenções do setor privado no entorno da Praça de Bolso;
- b) US 2) *Interações possíveis com o espaço urbano*: quais sejam as formas pelas quais os atores sociais se relacionam com o espaço em estudo.

US 1: Revitalização e mudanças estruturais antes e durante o processo de mobilização

Nesta unidade de significado busca-se a compreensão dos atores envolvidos e selecionados sobre se o processo de revitalização empreendido traz novas condições de vida

ao lugar. Ao se perguntar como era a situação da Rua São Francisco e seu entorno antes da revitalização, a maioria dos informantes relatou que havia falta de iluminação e que isso gerava sensação de insegurança nos circulantes. “Sim, a gente ficou feliz, é bom ver aquelas coisas. Porque antigamente era feio, não sei se a senhora lembra? Muito escuro, quando vim pra alugar aqui, eu falei não quero ficar aqui.” (IQ10, 2016). Os trechos abaixo também exemplificam esta percepção:

Era um lugar mais *groupe*, mais escuro, com muitos carros estacionados, uma pequena viela para os automóveis, e nos espaços entre os automóveis podiam acontecer coisas exclusivas que acontecem ali agora, um pouco mais abertas. A Confeitaria Blumenau já estava ali, tivemos um carro assaltado ali com vidro quebrado. Naquela região [tínhamos] notícias de assalto, até um ano antes da revitalização da rua. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

O que atrapalhava muito era a escuridão da rua. Então a gente iluminou todo lado aqui. A escola fez uma iluminação, ela colocou iluminação nas marquises pra iluminar pelo menos esse lado de cá. Existia sim uma situação que a gente ficava com medo, assim de assalto, mas era muito difícil acontecer... (Informação Verbal, IQ9, 2016).

Como se pode observar, a questão da iluminação se destaca como um fator marcante na Rua São Francisco e sugere que com esta modificação as pessoas passaram a se sentir mais seguras. Na revitalização, de forma geral, a iluminação é um dos pontos estratégicos do processo – até porque gera um efeito imediato e não depende de investimentos vultosos.

Outro aspecto trazido pelos informantes se refere à questão física das calçadas. “Mudou essa aparência das calçadas vermelhinhas, as luzes, estreitou-se mais o espaço do carro trazendo uma coisa mais reduzida mesmo de velocidade, é algo histórico isso aqui é o centro histórico da cidade de Curitiba.” (IQ5, 2015). “Esteticamente com certeza, as calçadas ficaram mais bonitas, a iluminação melhorou, mas acho que talvez os urbanistas apostem muito nessa coisa que a gente muda esteticamente e vai mudar tudo.” (IQ4, 2015). Neste ponto já se notam as contradições relativas às mudanças derivadas do alargamento das calçadas e, conseqüentemente, da perda de vagas de estacionamento, mesmo que seja para embarque e desembarque:

Eu discordo de algumas mudanças arquitetônicas e paisagísticas em especial: assim eu achei descabido tirar todos os paralelepípedos da Rua São Francisco, pra recolocá-los com uma qualidade bem inferior, mexer nos matacões. Mas eu gostei muito da restrição ao carro com o aumento da calçada no caso da São Francisco. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Pra nós, comerciantes, não trouxe muita benfeitoria, porque veja nem carro pode estacionar. Não tem embarque e desembarque. Não pode subir nas calçadas. Se pedir um negócio tem que vir cedo para não atrapalhar ninguém, porque não tem mais desembarque e embarque que tinha antigamente. Quando podia parar e descarregar as coisas. Agora não tem mais. (Informação Verbal, IQ10, 2016).

As duas primeiras falas remetem à forma como as calçadas receberam um cuidado que tem também uma função visual e já trazem alguma visão mais crítica, ao se deixar implícito que apenas a questão estética não supre as necessidades da rua. De outra forma, o entrevistado IQ10 destaca a perda de função das calçadas pela falta de logística para o comércio ali instalado, porque não permite o acesso dos carros, o que de certa forma é também uma visão de cidade tradicional que quer sempre priorizar o automóvel e até mesmo uma visão mais contemporânea de cidade já colocada em prática em muitos lugares, em que os estabelecimentos comerciais e turísticos funcionam bem em espaços sem acesso ao carro. Mesmo assim, essas observações sobre o planejamento de revitalização revelam o modo como os cidadãos começam a perceber e entender os movimentos estabelecidos na cidade e que podem ser caracterizados por esta dimensão da “cidade espetáculo” ou da cidade como mercadoria (SÁNCHEZ, 2010), onde os cidadãos são colocados mais como espectadores e coadjuvantes.

Por essa razão, um dos entrevistados sinaliza que “é importante que a comunidade traga o questionamento do que está proposto neste ‘revitalizar’ um lugar com as perguntas: É colocar vida neste centro sempre cheio de vida? É trazer densidade populacional através do avanço imobiliário?” (IQ5, 2015). Algumas falas também situam o termo “revitalização”, colocando as interpretações que outros entrevistados também têm sobre tal conceito:

No começo, a gente não gostou muito do nome revitalização, porque pra mudar uma vida é preciso dar uma vida, porque estava sem vida. Acho que é mais uma reestruturação, uma reforma. Mas acho que o objetivo do poder público seria realmente melhorar o comércio e o fluxo de pessoas no centro da cidade. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Qualquer interferência que você faz, ainda mais com o propósito de revitalização, ou seja tá aí um grande desafio: O que é revitalizar um espaço que sempre existiu? O que é colocar vida neste centro, neste centro cheio de vida? Então eu acho que sim que ele altera, ele modifica e ele coopera com todas as ações que veem depois. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A expectativa das obras na Rua São Francisco era a de se ter novos encanamentos, coisas de luz (instalações elétricas) que teriam que ser por baixo não por cima, revitalizar os prédios que patrimônio histórico tombado, todo mundo entendeu isso, mas não foi isso que aconteceu. Eles tombaram foi o povo. (Informação Verbal, IQ11, 2016).

Pode-se observar nestes trechos das entrevistas que os informantes questionam o significado do conceito de revitalização e os reais efeitos desse processo para os cidadãos. Tendo em vista que o processo foi estabelecido por um grupo de entidades parceiras do poder público municipal e foi apenas apresentado para os moradores e empresários da região, nota-

se que faltou um trabalho de gestão partilhada sobre o que fazer e sobre os resultados esperados dessa ação. Essa observação é evidenciada nos depoimentos que seguem:

Bom isso é uma opinião, eu acho que é a nossa realidade enfim acho que sim, houve essa revitalização que trouxe essa diferença do que era antes. Revitalizou, mas eles não esperavam que a revitalização trouxesse a alma da cidade em sua essência. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Talvez o objetivo da revitalização tenha sido trazer mais comércio para a região. Tinham muitos usuários de *crack*, traficantes e as pessoas tinham medo de passar nessa rua. Apesar de ter alguns restaurantes antigos, Blumenau e alguns públicos, a maioria dos imóveis estava fechado. Talvez a intenção da prefeitura foi essa. Foi trazer comércio e aumentar a circulação na rua. Para que a rua voltasse a ter vida. E eu acho que, de certo modo, funcionou. (Informação Verbal, IQ6, 2015).

Continuando nessa mesma linha reflexiva, mas explicitando a sua forma de compreender a revitalização, o entrevistado IQ4 amplia o olhar ao apresentar as interfaces de um espaço urbano e de um espaço público (LEITE, 2002), que, a partir do desenvolvimento desta pesquisa, evidencia-se como um dos aspectos principais.

Eu acho que ela (a Rua São Francisco) é o exemplo de uma tentativa muito positiva. [...] Não só a prefeitura ir lá e deixar tudo asséptico, bonitinho, padrãozinho até porque isso ali não acontece, qualquer tentativa de fazer isso ali seria através da força e, ao mesmo tempo, não dá pra largar. E a revitalização é você conseguir fazer esses atores conviverem pacificamente e também não é determinar quem vai, se um ou outro, que vai utilizar o lugar e esse processo está sendo um aprendizado pra cidade toda, pra quem está envolvido. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

A fala acima apresenta a maneira de entender o espaço urbano e suas formas de uso, o que está diretamente relacionado às críticas que apontam para os modos de planejamento que têm o objetivo de “povoar” áreas fragilizadas apenas pela revalorização dos imóveis e a possibilidade de inserir outros perfis circulantes e residentes. Quando essa situação se apresenta, existem expectativas de aumento no consumo, tanto dos equipamentos turísticos quanto das ofertas de produtos e serviços, desenhados para acompanhar estas melhorias sob o ângulo estético e dos negócios. Nesse “enobrecimento” da região é possível identificar o processo de *gentrification*⁸.

Gentrification é um tema recorrente em ações de revitalização em diferentes localidades, porque redefine os usos dos lugares ao promover o afastamento de determinados grupos que não fazem parte do novo sentido que se busca para o lugar. De todo modo, esta movimentação para inserção de novos grupos marca também as novas produções urbanas e

⁸ A diferença entre os conceitos de gentrificação e *gentrification* é apresentada na nota do tradutor ao afirmar que o termo em inglês “é um processo que envolve a mudança de pessoas de maior renda para uma área anteriormente desvalorizada da cidade, deslocando as pessoas de menor renda dessa área” (HARVEY, 2005, p. 178).

interações que ali se estabelecem e destaca a dinâmica social da cidade. Mas, ao se considerar especificamente a Praça de Bolso e a Rua São Francisco como entorno, afirmação acima de IQ4 destaca a modo como um ativista envolvido no processo de mobilização ali ocorrido compreende as ações que podem sinalizar para os acontecimentos e alterações no local.

De forma complementar ao que já foi dito, o entrevistado IQ3 percebe estas configurações de revitalização marcadas pelos interesses econômicos, ou seja, o avanço imobiliário e do turismo, e traz sua preocupação sobre a ausência de valorização humana:

Eu acho que o objetivo é trabalhar, sim, com a valorização regional tanto envolvendo a parte imobiliária quanto fazendo valer que este é um espaço de grande visibilidade da cidade pra estrangeiros, pra turistas e até pra circulação comercial da cidade – o centro é sempre um lugar de trânsito, de deslocamento, então eu acho que o objetivo é valorizar essa região. Não se pode pensar em valorizar este espaço sem pensar em tratar ele de forma humana, humanizada. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Essas formas de revitalização vinculadas a um desempenho de melhores negócios refletem uma visão empreendedora de cunho apenas econômico, que revela os objetivos públicos e privados estabelecidos pelas parcerias institucionais que atuaram neste processo e que definem a mirada dos negócios para esta região. A movimentação citada pelo entrevistado IQ8 no “ir e vir” diante de melhores oportunidades reforça esta abordagem:

A gente saiu daqui, foi morar em outra região, mas ficou o contato aqui. Aí veio a revitalização da São Francisco, da Riachuelo, todo aquele processo da esperança, a Thá (grande incorporadora imobiliária) e outras empresas que investiram em um, dois ou três ou quatro prédios aqui. Polo cultural, gastronômico e cultural primeiro, mas não tem uma lixeira na rua. (Informação Verbal, IQ8, 2015).

Ressalta-se que a observação feita por IQ8 é possível, pois este é um dos informantes que já residiu na Rua São Francisco antes da fase da revitalização, tendo conhecimentos das questões sociais da região, afastando-se do local no período das transformações locais. Após a revitalização, este morador retorna ao lugar: primeiro como funcionário de um dos novos estabelecimentos da rua e, depois, como empresário e morador da mesma rua.

Essa circulação de moradores que mesclam a moradia e uma atividade profissional pode revelar os modos de relações com os lugares pelo que trazem para sua vida. Também permite que se compreenda o quanto este “ir e vir” expressam interesses diversos e difíceis de serem definidos como os mais adequados para os grupos alvo de uma revitalização. Ainda se refere à maneira de incentivar diferentes jeitos de habitar a região, mesmo que o resultado não garanta o sucesso desejado.

Já o empreendedorismo cultural trazido para espaços públicos no meio urbano (HARVEY, 2014), no qual eventos e festivais, como a *Virada Cultural* ou a *Corrente*

*Cultural*⁹ e outros, presentes no espaço em estudo após a revitalização, incentivados pela própria gestão do Paço da Liberdade, tornam a Rua Riachuelo e a Praça Generoso Marques, onde se realizam, um grande palco a céu aberto. Também a Praça de Bolso do Ciclista vai evidenciar a busca pelas manifestações culturais populares para favorecer fluxos de melhoria no uso de regiões estagnadas, possibilitando novos rumos, como é o que se observa ainda neste trecho de entrevista:

Mas o processo das pessoas virem todo final de semana, a galera ali trabalhando a rua fechada, as crianças ali brincando... E não é uma rua qualquer, foi a rua do *crack*, da violência, da sujeira. Durante esses dez meses a gente ganhou um respeito em geral. A gente começa a ver isso e isso é bem claro ali por setembro (2014) já que tem outros bares na rua, a gente tem a rua fechada todo final de semana, com música. A gente tem uma ação maluca ali, a gente faz música pra sair da bolha. “Todo dia na praça” é uma proposta de intervenção no mês da bicicleta (setembro), quando a gente chamou músicos pra tocarem na praça todo dia, só que a ideia era pra ser das 17 às 19 horas, pra não incomodar a escola. Mas teve um dia que era 20h da noite estava tocando um *heavy metal* na praça. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

A maneira como os eventos se fazem presentes e favorecem as descobertas de mecanismos e caminhos para incentivar a circulação, o consumo, o turismo, ações integradoras também ligadas à mobilização e à educação, mostram a importância dessas ações no cenário da gestão urbana. Tais articulações culturais também permitem a descoberta de talentos e auxiliam as comunidades a interagirem.

A realização dos eventos públicos, em contrapartida, pode trazer também um modo utilitarista do espaço, sem o efetivo compromisso com a manutenção e o cuidado. Essa reflexão é encontrada na fala abaixo:

Acho que na verdade a ocupação é persistência [...], a revitalização é persistência, eu acho que hoje em dia as pessoas, ninguém persiste em mais nada, ficou difícil, as pessoas abandonam e vão pra outro lugar, e a gente vai pra outro lugar. Que é essa cultura de moda, não é? Que é legal é importante, mas nada se fortalece em lugar nenhum. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

O que essa fala demonstra é o quanto uma ação de planejamento deve prever a sustentação ou a continuidade de um processo, justificando os investimentos estruturais, financeiros e subjetivos envolvidos em uma mudança dessa ordem. O grande risco do incentivo contínuo de eventos para manter a presença de pessoa nos lugares, pode trazer, paradoxalmente, a ausência do vínculo com este mesmo lugar, sublinhando a visão do espetacular e momentâneo como o único caminho de significado.

⁹ Movimento criado em 2009 a partir da união de instituições públicas e privadas, bem como artistas e produtores culturais, cujo objetivo é valorizar e promover a diversidade cultural na cidade de Curitiba. Com uma semana de duração, a iniciativa promove uma programação artística tanto na região central quanto nos bairros.

É necessário também refletir o quanto a revitalização baseada nessas formas de intervenção e ações contínuas envolvendo os diversos atores de um dado espaço urbano passa a destacar uma complexa rede de valores que se estabelecem para mover esse circuito. Uma maneira é interpretar as razões que inicialmente movem os interesses e as definições de como um espaço urbano pode ser repensado; mas tão logo as primeiras faces da mudança se fazem, outras facetas se candidatam para esse espetáculo e algumas não previstas. No espaço em estudo, a forma primária da proposta trouxe a revitalização como uma maneira de “ocupação democrática dos espaços urbanos” (IPPUC, 2016), e, posteriormente, começam outras formas a emergir, provocadas ou espontâneas, que se fazem aparentes nas falas dos respondentes e colocam o imprevisto e o planejado em igualdade para nortear as experiências possíveis dos diversos públicos que ali circulam, além de revelar como a dinâmica social e urbana é intensa e foge a determinados enquadramentos prévios.

A gente precisa aprender a cuidar do espaço público se não a gente vai acabar sendo tutelado pelo Estado. Acho que o processo da praça mostrou que a gente não quer prescindir do Estado, a gente quer que o Estado capacite e empodere, compartilhe a responsabilidade da cidade com a gente. Tem uma frase que eu vi no disco do Bob Dylan: “Lembrem-se bons anarquistas que para sermos livres é necessário sermos responsáveis”, uma coisa assim. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Ao se considerar os aspectos estruturais destacados nas diversas falas dos entrevistados, chega-se neste ponto da análise US 1 com o entendimento do quanto a revitalização e os seus desdobramentos neste espaço urbano remetem ao fato fundamental de que as questões relacionadas ao urbanismo e ao ambiente urbano, quando transitam na esfera do espaço público (aqui entendido como via, rua pública, mesmo), situam-se no âmbito da dimensão política e nos eixos de relações sociopolíticas que se estabelecem e “fazem a cidade”, como afirma Lefebvre (2008). Surge, então, dessa ampliação da dimensão social de uma ação antes restrita ao âmbito do planejamento burocrático, a complexidade evidenciada do urbano, e a falta de negociações e diálogo para enfrentar os eventuais desdobramentos. O entrevistado IQ5 ao falar “da alma da cidade em sua essência”, reforça o que já foi destacado no contexto teórico, quando Claval (2001) afirma que o uso de um território não está vinculado somente às questões de poder de compra e sim à esfera política onde se estabelece o poder de uso, e ainda mais, avança na direção do agir coletivo, como amplitude de uma experiência.

US 2: Interações possíveis com o espaço urbano

Esta Unidade de Significado, ao caracterizar as formas pelas quais os atores sociais se relacionam e fazem uso do espaço em estudo, explica o conceito de urbanidades trabalhado no referencial teórico, ao situar a relação entre cidade e interação na temporalidade singular da experiência urbana. O aspecto principal da análise desta US é integrar nos depoimentos, o ambiente, a ação e o processo comunicacional, inerentes a um movimento de ocupação, na busca de um novo significado para a ação dos sujeitos e uma nova condição para um lugar. Ainda resgatar de que forma a experiência pode ser apresentada nessa relação com os modos de ocupação e que podem referenciar a própria mobilização.

O conceito de ocupação é aqui destacado ao estabelecer as manifestações que têm como objetivo “ocupar um espaço”, trazendo uma nova maneira de pensar e viver a cidade, que se justapõe ao urbanismo pautado em interesses políticos e econômicos e referenciado por Lefebvre (2008) quando traz três tendências do pensamento urbanístico, sendo a primeira definida como os “homens de boa vontade que buscam salvar o mundo”; a segunda, que contempla o urbanismo ligado à área pública, que busca soluções técnico-científicas a uma miríade da solução dos problemas; e a terceira que trata do “urbanismo dos promotores de vendas”, realizado na razão direta do mercado. Se estes são os modos usuais pelos quais se opera o compartilhamento do espaço urbano, os últimos anos trouxeram uma maior movimentação mundial sobre o direito à cidade e sobre os usos que dela se faz, além desse reconhecimento das condições históricas que fazem um lugar manter sua singularidade. Os informantes entrevistados revelaram perceber estas formas de uso e reconhecimento do lugar. “É tudo igual, não singular, não é único. E acho que os centros velhos das cidades ainda preservam isso. Essa possibilidade de coisas não uniformes, de frestas, de coisas para se pensar nesse urbanismo.” (IQ1, 2015). Assim como outro entrevistado que afirma:

A ideia de as pessoas se encontrarem lá e conversarem. Eu acredito realmente que a praça foi construída nesse pensamento de *placemake*, como um espaço cultural mesmo. Reunir as manifestações culturais, o que não está acontecendo lá. Estão se desviando um pouco da ideia inicial. Está sendo mais um lugar de encontro, o que já está legal, às vezes acontece. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Nos depoimentos que se seguem, pode-se identificar que há nos sujeitos que vivem a cidade uma percepção que ultrapassa as formas convencionais previstas do urbanismo oficial:

Acho que o poder público tem essa visão um pouco macro de poder realizar grandes obras; a população, por outro lado, tem essa ideia dessa construção feita com as

próprias mãos, nessa pequena escala, nesse urbanismo unitário que trata de pontos específicos, diferenciados da cidade. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Pode-se observar que há uma aderência às ideias de Lefebvre (2008), quando se afirma que a cidade é composta por duas forças que ocorrem na sociedade, a das relações estabelecidas a partir dos indivíduos e grupos sociais, denominada por ele de *ordem próxima*, e a que se define a partir das instituições formais, que ele determina como *ordem distante*, tal como destacado no Capítulo 1.

E essa confluência também está presente na Rua São Francisco e seu entorno, e que integra na sequência a Praça de Bolso e pode ser entendida como um objeto geográfico, natural e social, tendo de outro lado a sociedade em movimento (SANTOS, 2014), com suas ordens e poderes instituídos. É nesse fluxo que as ações ocorrem e representam o desejo de grupos que buscam alternativas que, no seu entendimento, podem gerar outras formas de viver a cidade tal como afirma IQ2.

O movimento Interlux foi um movimento de jovens universitários. Algumas vezes recebemos até críticas porque éramos vistos como jovens universitários de classe média que podiam ter acesso a computadores e podiam ficar vagando pela cidade, que moravam com os pais, a maioria não tinha filhos e eu me incluía nisso, eu estudava na universidade de música Belas Artes e no Estadual. Eu tinha outros amigos que estudavam na Universidade Federal do Paraná, que faziam filosofia lá também e outros faziam artes, sociologia. E tinha outras pessoas que não estudavam também. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

A proposta renovadora trazida por esse movimento, em 2005, se afina com toda uma tendência de ocupação, na compreensão de como a cidade pode ser esse espaço público de diferentes usos por diversos públicos, que tem sido entendida como uma proposta de um novo urbanismo, com inspiração nos modelos internacionais, partindo da ideia de que o planejamento das cidades não atende uma visão mais humanista, o que pode ser entendido na fala abaixo:

Esses jovens começaram a praticar a cidade como apropriação do espaço urbano. Andavam de *skate*, colavam cartazes, começavam a observar a cidade de outra maneira, a superfície, as relações, as possibilidades da cidade, e esses jovens criaram um ateliê no Alto da XV chamado Overall. Como foi fincado esse ponto lá, começamos a fazer as transformações nos arredores. A ideia era trabalhar na cidade, no nosso entorno mesmo, então ali no Alto da XY começamos a criar um tipo de jardinagem libertária plantando árvores frutíferas nos terrenos, nas esquinas. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

A afirmação de IQ2 apresenta também o início do processo de intervenção urbana que caracteriza este estudo, ou seja, a Praça de Bolso do Ciclista, ao refletir sobre a maneira com que alguns jovens iniciam, em 2005, este olhar sobre a cidade e suas representações.

Essa ação vai culminar, anos depois, na mobilização para a construção da praça. Também evidencia outros modos de manifestar como é possível sair dos limites para novas experiências urbanas, que se definem, por exemplo, através da “jardinagem libertária”. Ou ainda, a experiência de uma forma de ocupação traçada no desejo de trazer e fazer da rua um espaço de vida privada, tal como descreve IQ3, no desafio de que a rua é, sobretudo, pública, no sentido de pertencer a todos os cidadãos, e como negociações entre a população e os gestores públicos ou entre segmentos diferentes da própria população, que vão sempre precisar ocorrer, se sucedem ou são ao menos pensadas. Esse aspecto da ocupação é aqui destacado e vai se apresentar durante toda a análise, como um fator essencial de como se aborda, no processo comunicativo, a perspectiva argumentativa de Habermas, neste ir e vir de negociações e esferas públicas.

Coisas que você não imagina que podem acontecer na rua mesmo a céu aberto. Muitos aniversários de crianças foram comemorados ali, fechar a rua, colocar uma tenda em cima da mesinha com bolo e o resto é a rua. Nesse processo todo de ocupação, e inclusive de construção da praça e com todas essas comemorações, a gente perdeu um pouco o medo de fazer as coisas na rua e fica pensando “mas não tem como convidar quando alguém passa na rua”, mas quando você tem um grupo e esse grupo já estabelece um lugar, já estabelece um acordo, então quem está de fora é que tem que negociar e não você, ele tem que chegar e não consegue invadir esse espaço, ele tem que dialogar pra estar ali, então você começa a perder o medo de “ah na rua vai aparecer qualquer um”. Se a gente ocupar, se a gente estiver ali, se tiver um propósito e chamar as pessoas ele vai se definir como um ambiente que você deseja, provavelmente, sem muita utopia e isso eu via, eu vivi ali também. Então, eu vejo a ocupação da Rua São Francisco de forma belíssima e em processo ainda. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Esse movimento e ocupar a praça em si e a cidade num contexto geral pode-se dizer que se caracteriza como formas de urbanidades, conforme o entendimento trabalhado no Capítulo 1; e tal entendimento reforça a importância de que o processo de pensar a cidade seja cada vez mais direcionado para os fluxos que ali acontecem e não somente nas formas ditas racionais que representam o planejamento urbano. O que se observa, atualmente, são grupos que começam a buscar alternativas para o desejo de mudança em cidades ao redor do mundo, o que em Curitiba também se manifesta. A intenção desses grupos é que se retome a escala humana no ambiente urbano, onde praças podem ser espaços de convivência e também a revisão da mobilidade na cidade. Nesse sentido, também se defende que os carros não sejam a prioridade nas vias de acesso e que, sim, haja transporte coletivo adequado às demandas dos cidadãos, com a integração do pedestre e do ciclista. Essa movimentação vai-se configurando na interpretação que diversos atores urbanos fazem do viver a cidade.

É complicado, envolve um monte de coisas, mas o espaço público tem que ser mais público do que ele é hoje em dia. O próprio fato do automóvel, o dono de grande parte do espaço público, de toda a nossa cidade, de toda a nossa estrutura ser construída pra facilitar a mobilidade de automóvel, é um condicionamento que determina sua vida, as pequenas coisas de você poder andar na rua direito. Você não ter opção de andar de bicicleta. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

O que se mostra é o incentivo a uma reocupação do ambiente urbano pelas pessoas, o que caracteriza a busca de uma vida com mais intimidade e afeto, na qual os convívios, a escolha das relações, e também o jogo da presença, permitem o diálogo, a troca na alteridade para que estes sejam os mecanismos essenciais dessa renovação. A presença do ativista nesse processo vai então caracterizar um perfil, uma identidade e um poder que estabelecem toda uma linha diretiva nessa ação. Ou seja, a ação que poderá ser analisada na categoria Mobilização Social, permite que se afirme que as intervenções, e especificamente essa da Praça de Bolso, tem um núcleo central e organizado, que estabelece um rol de ações e prioridades, de forma a produzir união, elementos que se mesclam em todo este processo, e estão vinculados ao ativismo dos ciclistas.

Assim, os espaços onde as trocas relacionais acontecem são fontes de significado da experiência cotidiana dos sujeitos ali inseridos, o que se faz necessário dimensionar o quanto são complexos os “imaginários” que se constituem como parte da realidade das cidades.

Mas a praça tinha uma proposta de ser cidade para as pessoas, e ela é. Ela é uma praça que é ocupada por pessoas o tempo inteiro, é a cidade inteira que passa por ela, por ser no centro, são todas as pessoas daqui, são moradores, são pessoas da região metropolitana, são pessoas. Então, é pra cidade ocupar, ela está servindo o papel dela. Eu tenho a posição de que não é culpa de se ter um espaço público o modo como ele é usado, a questão é mais interpretar como ela está sendo usada, como é que um espaço público está sendo usado, pra que identifique, assim, alguma orientação, que se faça algum trabalho. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Os conteúdos dos informantes nesta unidade reforçam o quanto as relações no espaço urbano e público, bem como os usos possíveis destes, cruzam “a espacialidade particular das cidades e a temporalidade singular da experiência”, como destaca Netto (2012) (ver também página 29).

Eu acho que espaço não deve ter dono, essa noção de propriedade que destrói muito, então o espaço público é mais do que tudo isso. É você agir nele e interagir com ele, ele não pode ser determinado por uma pessoa ou um setor da sociedade e a praça foi uma ideia nesse sentido, porque o que a gente vê na maioria dos espaços públicos é justamente um cerceamento da liberdade, de você praticamente tentar classificar e especificar o que pode ser feito, ou o que vai acontecer como uma maneira de querer ter o controle, e as pessoas acabam agindo na ilegalidade ou acabam se escondendo. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Ainda, as interações que os espaços públicos podem proporcionar, bem como o acesso a eles e os limites ali estabelecidos, também são observados pelos entrevistados.

As pessoas vão pra rua e a ocupação da rua com todos os atores é muito saudável, você acaba tendo esse grande processo de interação, então eu acho que é um momento de repensar essa ocupação, mas acho que é um momento bom. [...] você vê o Passeio Público, que é sensacional, ser todo cercado, ele não é um espaço público, ele é um parquinho que abrem pra você usar de vez em quando. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Compreende-se que se faz necessário resgatar aqui o entendimento de Quéré (2010, p. 21) ao afirmar que “[...] essa reflexão sobre o conceito de experiência está orientada, em primeiro lugar, à resolução de problemas sociológicos – especialmente aqueles da organização da ação coletiva no espaço público (problemática da experiência pública)”. Sendo assim, os mecanismos relacionados à experiência, na perspectiva que está sendo abordada, reforçam que as situações em relato são as maneiras em que é possível organizar procedimentos que se revelam como resultados práticos da interação, como fica bem evidente na fala de IQ4 (2015), ao dizer que “é uma experiência você resgatar certas coisas que estão meio perdidas, não sei, dá pra achar vários motivos, mas a gente sente isso, de repente o cara que trabalha o dia inteiro atrás do computador quer bater pedra”.

Essa possibilidade destaca o quanto o ato de experimentar pode favorecer o “agenciamento dos sujeitos” (FRANÇA, 2010), estes aqui apresentados como um grupo organizado na busca de novos caminhos para o uso do espaço público. O que se identifica é a ênfase na dimensão objetiva da experiência, que se realiza no domínio da expressão, dos comportamentos.

A rua inteira são só essas duas quadras, que têm o mesmo visual, mas tem uma diferença de ocupação. Por exemplo, a quadra de baixo não pode mais ter som, a de cima pode, mas só dentro dos estabelecimentos, mas os empreendimentos daquela quadra não previram este “dentro”, então, eles não têm espaço. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Essa diferença, destacada pela informante IQ3, reforça aspectos da interface comunicacional presente nas interações dos encontros, das negociações entre grupos e seus objetivos, e expressas na ocupação da área em estudo, muito embora tais diferenças entre as quadras também vão moldando outras maneiras de interesses no uso do espaço urbano e público. Como afirma IQ3, as duas quadras da Rua São Francisco apresentam muitas diferenças e, entre elas, os empreendimentos localizados na quadra 1, que hoje inclui a Praça de Bolso, programam seus eventos, alguns com a condição de fazer uso do espaço externo,

buscando um jeito de encontro por meio da cultura e da boemia, e uma vocação que vem integrada nos usos das ruas e calçadas como formas de definir novas territorialidades.

É o *Big Bang*, assim, a causa é eficiente para algumas coisas. Eu vejo a construção da praça nesse momento, agora ela foi o *Big Bang*, foi a causa eficiente pra pensar o centro, pra mexer a sinergia estagnada. Hoje em dia todo mundo conhece a Praça de Bolso, seja pra falar bem ou pra falar mal, ela aparece na cidade, ela apresenta algo. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

A relação de um espaço urbano com a questão das urbanidades fica evidente nessa afirmação de IQ1, pois a produção do espaço ultrapassa o interesse econômico e se materializa na construção de um lugar, que se viabilizou por meio do ativismo e de formas de mobilização e comunicação, que permitiram trocas entre os sujeitos, na via tecnológica, interpessoal, grupal e coletiva. Ao se estabelecer a ocupação da Praça de Bolso por cidadãos protagonistas no vivenciamento do urbano, a sinergia gerada na experiência desloca a estrutura pensada da cidade para o encontro das relações que ali se constroem e tornam o lugar um espaço de significados, possível através de uma ação de mobilização, resgatando o viés do entendimento do que, de fato, move para a ação.

Essa ação pressupõe também uma ampliação das condições de usos previstas e dos limites, então pensados para o espaço, quando os sujeitos reconhecem que é possível ultrapassar, ainda que com regras e procedimentos, ou não, a disposição planejada de um território (LEFEBVRE, 2008, p. 83) pelos movimentos urbanos, que vão remexendo na tessitura urbana cultural, entre a construção da cidade e de quem mais também a constrói. Isso pode surpreender os mais experientes ou mesmo idealistas.

Os empreendimentos que estão ali nessa rua são diferentes da ocupação da rua agora, então isso é muito curioso, porque os lugares não estão tão lotados como a rua está, e eu acho que a rua e a praça viraram uma conquista desse povo que não se afina muito em uma palavra só, ela não tem um perfil só. E essa conquista, essa impressão que pode tudo, essa conquista do povo, pelo povo, por um espaço, fincamos uma bandeira, aqui não tem partido, não tem nenhum outro interesse senão estar aqui. Temos espaço para ocupar e eu acho que essa é uma conquista que muitos podem dizer que é deles também, é muito complexo. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Tornou-se uma área superlegal, diferente, daí naturalmente as pessoas foram chegando e ocupando e começou a inchar muito e acho que tem que criar outros pontos de pressão pra que ali mesmo fique mais tranquilo. Mas naturalmente as coisas vão se acomodando. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Não adianta pregar a ocupação do espaço público se for só pra um grupo. Então, existe trabalho até no ocupar, no vir a usar o centro, existe um trabalho, talvez não seja superagradável, da primeira vez, porque eu vou ter que dividir da primeira vez e agir de uma forma, mas é um trabalho educacional também. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

A responsabilidade caracterizada nas afirmações acima reforça, como se pode observar, que somente alguns informantes foram trazidos nesta etapa da análise, ao fazerem os relatos que permitiram as referidas inferências.

A dimensão relacional que toma forma em um lugar, como a Praça de Bolso e seu entorno, caracteriza claramente a questão de que a cidade media as relações e é, ao mesmo tempo, mediada por essas trocas interacionais que favorece, sendo, portanto, uma obra das mediações, permitindo que se avance nessa modelagem e se resgate o sentido de paisagem (SANTOS, 2014), onde entram os sujeitos, atores dessa intervenção.

A praça começou e ainda é ocupada por coletivos. Quando a gente viu, em dezembro [de 2014], tinha um grupo de jovens fazendo uma assembleia na praça. A gente olhou aquilo e disse “missão cumprida”. E eu acho que a ideia que se tinha da praça como palco de manifestação cultural, artística, política, ainda é isso. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Essa afirmação de IQ1, ativista que atuou no desenho e na ação deste processo, reforça que, nesse acolhimento mútuo, nessa ação de interesses compartilhados, é possível identificar, pela via das urbanidades, um território que foi evoluindo em suas definições e se tornando *locus* do cotidiano, no qual os atores vão também circunscrevendo suas marcas, seus jeitos, suas formas de linguagem. Essa constatação, de quanto essa ação foi capaz de mobilizar ações, descreve esse sentido de esfera pública, em que manifestações diversas aparecem como modo de justificar o quanto a vida se faz nesse urbano, nesse tecido urbano, que então acolhe as pressões e as intenções de ali compor territorialidades para novos encontros.

Ao se finalizar a análise desta unidade, é necessário esclarecer a intenção de mesclar e integrar as pontas de todas as demais categorias. Esta direção está justificada no entendimento de que o conceito de ocupação e o sentido das urbanidades e da experiência se fazem presentes em toda esta pesquisa, como uma linha central sistêmica que revela, na construção do tecido urbano, as contínuas mediações que a vida estabelece.

Categoria B: Mobilização social

Apresenta-se a seguir a análise da Categoria B – Mobilização Social, dividida em duas US:

a) *Causas da mobilização e aspectos político-ideológicos*: aborda os aspectos relativos à causa-mor dos cicloativistas, ou seja, o seu ideário focado na mobilidade urbana,

mais especificamente no uso da bicicleta como meio de transporte e no combate aos automóveis enquanto modal de transporte massivo da sociedade.

b) *O processo da mobilização em si*: traz a descrição de como se deu o processo da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista, seus aspectos práticos, bem como os desafios e ganhos de uma ação de intervenção coletiva.

A proposta deste item da análise é tornar claro como um grupo de cidadãos consegue dar concretude a uma ideia para a construção da Praça de Bolso do Ciclista. O critério a ser trabalhado nesta categoria segue o conjunto de afirmações dos informantes, havendo ênfase sobre alguns deles por serem ativistas ou empresários com maior participação na mobilização.

Esta primeira categoria – urbanidades e experiências – reflete o ambiente, o contexto, onde todo o processo em estudo ocorre, como também explicita os desafios da gestão urbana e os diferentes interesses que regem as peculiaridades de se viver a cidade.

US 1: Causas da mobilização e aspectos político-ideológicos

A US 1 da categoria B apresenta aspectos referentes à via política e ideológica, que Maffesoli (2014, p. 122) destaca como a “transcendência imanente”, que caracteriza o sair do individual em direção ao grupal. Desse modo, segundo o autor, todos os grupos estão fundamentados nessa transcendência, que ultrapassa a condição do indivíduo para surgir no grupo. No presente caso, o grupo é constituído pelos cicloativistas, considerando seu papel na ação para a construção da Praça de Bolso do Ciclista. Com esta análise, o que se busca é destacar de que forma essa ação ocorre a partir de um imaginário sobre uma cidade mais inclusiva para ciclistas e pedestres, por meio do lema “cidade para pessoas”. Esse chamado ocorre na fase inicial da mobilização, na convocação de outros públicos, principalmente nas interações, e também na sequência, durante a própria construção da praça, materializando-se nos cartazes colocados em pontos de acesso e visibilidade urbana.

A US caracteriza, desse modo, a busca de entendimento da dinâmica que antecede um processo de mobilização – de onde vem? – como uma nascente por onde brota a água, o líquido que permite, nesta metáfora, dar a liga para a massa que consolida a construção. Ou seja, algo que possa dar base de sustentação a todo um processo de intervenção e aos mecanismos que a configuram como mobilização.

Apropriando-se desse entendimento, é possível estabelecer um paralelo entre o engajamento dos cicloativistas envolvidos na construção da praça e a definição de Henriques et al. (2007) a respeito da mobilização, que pressupõe a reunião de sujeitos com objetivos e

sentimentos compartilhados, que trazem seus saberes e chamam a responsabilidade para a transformação de uma situação coletiva sociocultural que pode estar inserida nos mais diversos âmbitos: econômico, ambiental, de saúde, educativo etc. E ainda que essa situação possa ser compreendida como de interesse público, tendo como pressuposto a integração ao papel do Estado, ou seja, a função é atuar conjuntamente em questões que o poder público não consegue suprir. O público, ligado a um processo de mobilização, ainda segundo Henriques et al. (2007), se estabelece por meio de interesses diversos que competem de forma deliberativa, na busca de consenso e acordos que possam ser convenientes a uma maioria, ou a todos.

Por essa razão é que a atuação do coletivo na construção de algo comum é a característica mais evidente que fica registrada no imaginário popular, de acordo com IQ3, uma vez que a população não estabelece uma ligação direta entre a praça e a causa ciclista. O que prevalece é outro tipo de ideal, mais relacionado à ação colaborativa, não hierarquizada, independentemente do poder público, e que não está vinculada ao ganho individual, mas sim coletivo.

As pessoas não veem uma relação direta entre a praça e os ciclistas. Eles podem até falar da Ciclo Iguaçu, que tem uma placa lá, mas eles não conseguem ver o ciclista ali, eles conseguem ver, sim, um movimento que se juntou e se organizou pra construir uma praça. E pra quê? Eles construíram por uma ideia, por um ideal e não é pra ganhar alguma coisa em cima, ou seja, eu acho que ela fortalece tanto os movimentos e ela vira um espelho para as pessoas que estão acreditando e que acreditam que se elas se organizarem vão chegar num lugar muito concreto. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Para tanto, para analisar tal processo de mobilização, é preciso reconhecer a complexidade que emerge nesta pesquisa, considerando a abordagem de ocupação de um espaço urbano, no caso um terreno que passa a ser o lugar que se constrói a Praça de Bolso do Ciclista. E que, além disso, também é um espaço público que já traz a demanda da necessidade de integrar o que é comum e compartilhado entre os sujeitos envolvidos na mobilização e os demais atores que circundam este lugar quando transformado. Ao final, está se falando de um direito de ocupação que ultrapassa um determinado grupo, e se refere ao do ir e vir das diferentes tribos que fazem parte de uma metrópole como Curitiba.

Na perspectiva já indicada, o interesse público, quando trazido para o contexto de cidades, e ainda se pensarmos sobre o “direito à cidade” de Lefebvre (2008), adquire uma proporção complexa no cruzamento entre cidadãos, direitos e lógicas de uso, evidentemente porque a condição urbana destaca uma realidade de muitas faces. Talvez seja por essa razão, de diferentes interesses e perfis atuando no mesmo espaço, é que as ações por arte do poder público podem ser interpretadas por diferentes grupos como vagarosas e, dessa forma, surjam

iniciativas de intervenção que são independentes das ações governamentais, como ocorreu com a jardinagem libertária feita pelos ativistas.

Antes, esse grupo que construiu a praça, em momento anterior, se achava imbatível com o poder público por que resolvia criar as coisas sem autorização, com suas próprias mãos, e começou a ver a possibilidade de diálogo, também desgastante, difícil. Mas acho que ainda vale fazer algumas coisas sem autorização, pôr a mão na massa. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

A afirmação de IQ2, que, além de ativista, também é integrante do coletivo Interlux desde 2005, relata o modo de atuação do referido grupo, no âmbito de um pensamento ideológico, em ações que incluíam a jardinagem libertária e outros atos de intervenção urbana em vários pontos da cidade de Curitiba. Essa forma de agir do grupo no ambiente urbano traz em essência o questionamento sobre um urbanismo que tem sido refém de modelos de planejamento com raízes na revolução industrial (LEFEBVRE, 2008), como situa um dos entrevistados ao afirmar que “essas pessoas tinham essa visão do urbanismo unitário, essa aproximação, com a cidade, de flagrar, de se perder, de ter uma cidade microscópica, linear.” (IQ2, 2016).

Esse aspecto se torna ainda mais acentuado, ao se considerar que o espaço onde se situa a Praça de Bolso do Ciclista está na área central, histórica, de acesso irrestrito a todos os cidadãos. A análise anterior, da US 2 (na categoria sobre urbanidades), já destaca a ocupação no local pelo sentido da experiência urbana, e aqui se avança neste agir em torno de uma causa comum, que se configura como processo comunicativo e de mobilização. Essa participação dos sujeitos especifica a forma com que os movimentos podem ser articulados, se houver a interação que favoreça o diálogo. E também que as decisões compartilhadas sejam garantidas pelo volume de informações sobre o assunto que está sendo tratado, garantindo esse fluxo comunicativo. Outro aspecto importante é que nessa ação conjunta cada participante sinta-se incluído e com autonomia.

Essas características se tornam evidentes quando esse mesmo grupo que intervinha na cidade se organiza, em 2013, com o intuito de atender aos objetivos de uma cidade mais inclusiva e de promover novas formas de mobilidade urbana, numa ação coletiva. Com o desejo de estar junto e fazer algo concreto, realiza o Fórum Mundial da Bicicleta, que se configurou como um exemplo, conforme os próprios ativistas descrevem, de como um grupo unido e imbuído de um mesmo ideal, consegue construir, desenvolver e promover uma ação ou projeto coletivo.

Os ativistas IQ3 e IQ4 reforçam este pensamento de que é preciso identificar razões que ultrapassem o aspecto prático e cheguem a uma dimensão mais humanizada e afetiva, além de também permitir localizar de forma direta o motivo da ação:

A praça veio de um movimento muito maior, que era o movimento da bicicleta mesmo. A Associação Ciclo Iguaçu foi quem tocou a parte burocrática de falar com o poder público, de conseguir apoio, essa parte formal que precisa ter. A gente diz que a praça foi feita pelas pessoas, mas teve um pouco desse respaldo de ter uma instituição dos ciclistas, que também é uma instituição horizontal, que já vem com valores que vão se refletir na construção da praça e também o Fórum Mundial da Bicicleta que agregou muita gente em torno da causa da bicicleta, em mudar a cidade, em tornar a cidade mais amigável para os pedestres e para as pessoas, então a praça foi um marco disso, foi uma comoção que vinha antes, daí todo mundo se abraçou e foi feito em quase um ano. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Por ser um fenômeno, estava abrindo uma porta, uma possibilidade de entender o espaço público, a relação entre vizinhos. Como é que hoje você chega num bairro abre uma loja e não quer interagir com aquele lugar que você está, na região que você está? Isso não pode ser admitido hoje, você chega sempre estabelecendo reconexões, então você tem que assumir essas conexões que você traz. Eu acho que como espaço cultural, como um lugar que quer discutir o trânsito, quer trabalhar com uma consciência cidadã em vários sentidos, desde a tua capacidade de cultivar uma planta, do cultivo da cultura, de você trabalhar esses significados pra vida humana na tua sociedade, na tua vida pessoal, então discutir o lugar onde você está faz toda a diferença para a Bicicletaria e junto com a associação Ciclo Iguaçu, conquistando toda essa mobilização em volta, ou seja, transbordando pra Bicicletaria e além de considerar um impacto que a Bicicletaria e a Ciclo Iguaçu tem nesse endereço. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Nos depoimentos, é possível identificar o que transcende o individual e segue na direção de um coletivo para criar um espaço que possa dar destaque a esse sentido de urbanidade. E o conceito de urbanidade se adapta muito bem quando a pintura da tulipa gigante semeando a bicicleta, da artista Mona Caron, exposta na parede da praça, materializa numa linguagem urbana o sentido possível de uso de um lugar, uma paisagem e seus significados.

A realização dessa interferência urbana artística, já descrita, ocorre porque a artista esteve presente no Fórum Mundial da Bicicleta, que, ao ser viabilizado por meio da representação institucional de uma associação, no caso a Ciclo Iguaçu, reforçou a compreensão de que a mobilização permite trabalho e resultados. O caso da imagem da flor foi emblemático, segundo todos os informantes, quando foram vencidos inúmeros desafios para a realização do Fórum. Assim, após o término do evento, emerge entre o grupo organizador um desejo de continuidade e uma confiança de que era possível realizar mais, que vai desaguar nesta segunda fase de força realizadora para o grupo de ativistas: a construção da Praça de Bolso. Ou seja, o sentido novamente ultrapassa o individual e brota no coletivo, de forma expandida, tal qual a própria tulipa. Parte desse grupo tem ainda uma raiz (as ações do

grupo Interlux) antes do Fórum e foi se mobilizando desde 2005, reforçando cada vez mais esse desejo de atuar por uma cidade melhor.

Outro aspecto a ser considerado se relaciona com as esferas de poder e formas de organização que precisam ser acionados em um processo de mobilização, conforme afirmação do entrevistado ao situar que “eu acho que essas pessoas que construíram a praça tiveram que se relacionar com o poder público, foi uma coisa muito complexa com a construção da praça porque não tinha alguém da prefeitura responsável pela construção” (IQ2, 2016).

Pode-se verificar nas próximas falas dos entrevistados como eles situam o que ocorre entre o poder público, com sua força institucional a respeito do planejamento urbano, e os cidadãos, que trazem em suas interações, no meio urbano, seu modo de pensar e agir, exigindo, entre essas duas forças, negociações contínuas no uso dos territórios. Dessa forma, é possível refletir novamente sobre a ordem “próxima e distante” referenciada por Lefebvre (2008), ao observar o movimento das instituições e dos sujeitos em suas relações, quando estes recriam modos de experiências urbanas, de forma a transformar territórios em espaços, e estes em lugares que podem ser “denominados de urbanos ao favorecerem as aglomerações”, como afirma Mongin (2009, p. 240). De todo modo, cada uma dessas experiências urbanas, até por sua própria concepção, é única, ainda que sejam replicáveis, na medida em que os mesmos atores, em outro local, com o mesmo propósito, não teriam os mesmos resultados. Acredita-se que tal fato ocorra justamente pelo caráter de unicidade pertinente à experiência urbana.

Aí a galera deixava a mochila na Bicicletaria Cultural e ia fazer a mobilização lá na praça, então a gente sempre teve essa vontade de ir alfinetando ou sendo alfinetado, mas sempre tivemos essa relação com o que acontece em volta. Então, somado a esse capital humano que a Ciclo Iguazu tem por responsabilidade, por empatia, por construção também de algumas conquistas, acho que juntou essa química e resolveu bastante esse escoamento e virou a praça. Outro endereço e outros agentes fariam algo concreto provavelmente, mas muito diferente. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A análise dos depoimentos dos entrevistados permite evidenciar a mediação contínua que se estabelece na competição de interesses entre o que é a ordem próxima, dos grupos e das relações entre os indivíduos, e a ordem distante, das instituições que determinam parte ou muito dessas movimentações. Assim, é notável a linha limítrofe na disputa de poder e território, e é possível situar a materialidade da linha ideológica dos ciclistas ativistas na construção de uma praça e todo o mais que ela representa, conforme referendado por um dos entrevistados, ao situar que “a proposta era excelente, uma praça onde as pessoas pudessem utilizar mais, uma comunidade no centro da cidade, pessoas colocaram a mão pra fazer essa

praça já que o Estado não faz a parte dele, então a comunidade foi e fez a praça, bem bacana” (IQ8, 2015). Ou ainda quando outro entrevistado afirma que:

Uma das ideias que se difundia com a praça era você ser corresponsável e exercer uma política mais participativa, isso está dentro do discurso de quem estava ali. De você não esperar do poder público e agir, e o poder público ser apenas um instrumento para que você realize suas extensões. Não ficar esperando que ele construa ou determine o que deve ser feito, enfim, o que é uma corresponsabilidade. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

A maneira de participação descrita a seguir, de uma manifestação pontual, simboliza esse desejo de pertencimento do sujeito, mesmo de maneira fugaz. Nesse ato, ele manifesta sua identidade na causa, ou seja, este sujeito se sente integrado para fazer parte de uma experiência histórica de ação coletiva:

A pessoa olhava, achava bonito e ia embora, mas geralmente despertava um pouco o sentimento de “que legal, conheci uma Praça do Ciclista”. Foi uma grande propaganda da ideologia da bicicleta. Acho que até a gente não consegue medir o quanto foi benéfico pra essa ideologia, que a gente de alguma maneira representa. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Destaca-se nas afirmações que seguem, uma lógica que explicita maneiras de compreender a cidade e seus lugares, porque estes representam experiências possíveis para os sujeitos que, ao circularem de bicicleta, desenvolvem uma sensibilidade e uma sociabilidade inerentes a esse estilo de vida. E essas diferenças ideológicas e culturais permeiam a relação que os ciclistas têm com os espaços e com a mobilidade, porque carregam também o entrecruzamento de fatos e situações da vida cotidiana. Há também de se considerar o espírito coletivo que é tão marcante nesse processo, caracterizado pela sensação proporcionada pela experiência, que é capaz de transformar profundamente os atores ali envolvidos, como afirmam IQ4 e IQ5.

O afetivo...houve um reconhecimento da imprensa, houve uma mudança que, se gostaram ou não, existiu, então ela foi capaz de uma alteração tamanha e que todo mundo tem que reconhecer. E em tempos em que as pessoas delegam muito suas tarefas a um líder, a um governo, acho que esse coletivo ganha uma certa afinidade com as pessoas que ainda são descontentes e querem algumas mudanças, acho que ainda existe uma relação de afeto e respeito com algumas conquistas. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

O lúdico também era muito legal, estar construindo juntos, é uma coisa que resgata um pouco dos nossos ancestrais, aquela coisa do mutirão, que essa nossa pós-modernidade não dá conta. A gente tenta suprir isto consumindo, se criou o consumismo, mas não é a mesma coisa, algumas pessoas tentam buscar esta experiência. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Antes de ser artista eu tenho um pé muito mais dentro da antropologia do que qualquer outra coisa e o meu olhar é sempre antropológico, por isso que eu falo que essa minha experiência na praça me fez amadurecer muito mesmo, até pra ter esse

olhar experiente do comportamento do que são os clãs, as tribos que nós temos. Eu tenho questionado muito a nossa formação religiosa, tudo que é daquele tempo. Estou tentando perceber uma coisa muito mais atual, mais verdadeira, dessa geração que está aí. (Informação Verbal, IQ5).

As ideias contidas nesses depoimentos situam o valor do espaço e o quanto este está vinculado à sociabilidade, conceito bem marcado por Mafessolli (2014, p. 225) quando afirma que “existe um laço estreito entre o espaço e o cotidiano” e que certamente este permite, no encontro do outro, experiências individuais e coletivas que se interpõem e fazem um tecido urbano pleno de significado. E ainda favorece o entendimento de que é na proximidade e no pertencimento, na dimensão do afeto, que se possibilita o surgimento da consciência dos laços que fazem frutificar e garantir a continuidade das relações e sustentam um processo de mobilização. Sobretudo, são estes fatores que tornam aquela experiência tão viva dentro dos sujeitos e que faz surgir um desejo de continuidade, de que aquele espírito não acabe. Por essa razão, entende-se que emerge a vontade de se envolver em outro processo de construção coletiva, de modo a preencher o vazio deixado pelo fim daquela primeira experiência, como situa um dos entrevistados ao afirmar que “Não existia uma época pra acabar, é como andar de bicicleta, a coisa mais gostosa não é chegar, a coisa mais gostosa é andar e chegar até lá. A construção foi a coisa mais gostosa. Foi difícil dar por finalizada a praça.” (IQ2, 2016). Ou ainda, na reflexão de outro informante, conforme abaixo:

As pessoas que mais se engajaram, digamos, elas não se engajaram pela praça em si, por aquela ideia que a gente comentou, de todo um propósito de vida filosófico, da cultura da bicicleta ou da ocupação do espaço público, tanto que não parou somente na praça, essas pessoas continuaram com outras intervenções ou outras mobilizações pra que continue essa cultura. A praça não termina e nem inicia nada, ela só é mais um ponto ali, a gente chama de ponto de acupuntura urbana. Ela é processo, uma parte do processo. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Ao finalizar a análise dessa US, é interessante ressaltar a importância da proximidade com a cidade e seus aspectos urbanos que a bicicleta, enquanto forma de transporte, permite ao ciclista, e em especial a um cicloativista, que tem consciência maior do significado da escolha por essa forma de mobilidade. Essa aproximação com o sentir o urbano não fica restrita ao ato de andar de bicicleta, mas o viver sobre as duas rodas, que inclui um modo de pensar e de agir que não se restringe a um único espaço, mas sim ao quanto estes lugares por onde passa se fazem como recantos de sociabilidade que fundamentam o cotidiano. Da mesma forma isso se aplica, sob diversos aspectos, a quem anda a pé pela cidade, tendo a consciência deste ato de andar por espaços que lhe pertencem.

US 2: O processo da mobilização em si

A US 2 está relacionada diretamente com o núcleo do processo de mobilização e concentra as afirmações que descrevem como essa intervenção ocorre, buscando favorecer o entendimento do processo comunicacional que se estabelece para que as ações pudessem ser realizadas. Como já foi situado na parte introdutória desta categoria, é nela que se situa uma ideia, uma intenção e sua materialidade, como características do campo empírico; assim como é nela que se apresentam as questões centrais da mobilização, quais sejam: comunicação, convocação, visibilidade e participação.

De toda forma, antes de prosseguir nas inferências, opta-se por trazer a citação de Telles (1990), que destaca o espaço público – instância onde também se situa a Praça de Bolso – em dois aspectos, como segue:

Se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável e que, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem ter validade na dimensão privada da vida social. (TELLES, 1990, p. 31).

Essa referência traz dois aspectos do espaço público: o que nele é comum e o que nele é comunicável, e, no entendimento da pesquisadora, a direção apresentada nessa afirmação tem uma função estratégica, ao permitir situar o caminho interpretativo desta US, ou mais: permite clarificar como o processo de mobilização para a construção da Praça de Bolso pode ser entendido, uma vez que ele representa “aquilo que é comunicável” neste espaço público em estudo.

No referencial teórico deste trabalho, apresenta-se o quadro analítico-comparativo das dimensões das estratégias de comunicação para a mobilização, quais sejam: dimensão espetacular, dimensão festiva e dimensão argumentativa. Essas três dimensões serão a base de análise desta US, porque permitem localizar no espaço urbano da praça as suas possibilidades. Os depoimentos a seguir configuram a descrição da mobilização, que será analisada a partir das dimensões acima especificadas.

A afirmação exposta abaixo, de IQ1, um ativista que tem um papel de liderança no processo, resgata o viés motivador que antecede a construção da praça, bem como o que a fala de IQ2 reforça (abaixo) sobre toda a questão relacionada com o Fórum Mundial da Bicicleta e a presença da Mona Caron, que pintou uma tulipa na parede de fundo da futura praça. Tais fatos são marcos de um evento que faz parte da mobilização para a construção da praça, e que

materializa e, de certo modo, dá continuidade às ideias pensadas, discutidas e idealizadas a respeito do ciclismo, como modal de transporte, assim como seus efeitos na vida urbana. A atenção trazida por essas ações, dentro da dimensão do que pode ser chamado de espetacular (por chamar a atenção e provocar emoção ou arrebatamento), tem, na imagem da tulipa e na própria questão das urbanidades, uma proposta de visibilidade e interação, justificando o uso desse espetacular possível de ser utilizado como recurso em um processo de mobilização – parte-se aqui da premissa de uma compreensão de que não se está utilizando um pensamento mercadológico estratégico apenas para obter resultados. Nesse caso, a intenção dessa visibilidade ampliada por elementos ditos espetaculares (a tulipa, o evento) está relacionada diretamente ao objetivo de “convocar vontades e reunir sujeitos para a transformação de uma realidade” (MAFRA, 2006, p. 58).

A condição que se apresenta quando se traz essa dimensão, que propõe de alguma forma romper com certa rotina, tem relação com a ideia de que “a ruptura com o cotidiano faz aflorar a exigência de um saber” (RUBIM, 2003 apud MAFRA, 2006, p. 59). Essa condição pressupõe técnicas que permitam viabilizar este “momento excepcional”, de modo que possa provocar o sentimento de admiração. O desenho da tulipa gigante, na parede da praça, atende claramente a essa intenção de dar visibilidade à causa e marcar o território do espaço urbano que receberá a intervenção.

Mas é preciso conhecer também como se dá este início de mobilização coletiva, a partir do primeiro marco “espetacular”, o Fórum Mundial da Bicicleta:

A gente teve ali principalmente um núcleo de ativistas, quem era esse núcleo? Eram os mesmos que fizeram o Fórum Mundial da Bicicleta em 2013. Esse núcleo, que passou o ano de 2013 inteiro se organizando, se conhecendo, conversando pra organizar o fórum que ia acontecer em fevereiro de 2014, esse mesmo grupo, passado o fórum, continuou junto pra fazer a organização da construção da praça. Quando a gente começa a fazer a chamada da construção da praça, esse núcleo de *designers*, arquitetos, jardineiros, artistas, gente mais ligada a essas questões, começa a atrair muito mais gente. Aí pessoas que estão vendo essa ação, se juntam. Lembro um dia que cheguei e estava lá uma menina de uns 19 ou 20 anos com uma pá, superbonitinha.

Eu falei “nossa, o que a gente fez? Da onde surgiu isso?”. Esse núcleo fica muito mais amplo, mas continuou existindo durante os 10 meses da praça, uma responsabilidade, o Lourenço, o Galarza, Julian, Yasmim, Paulo, todo mundo muito imbuído em terminar o que a gente começou. (Informação verbal, IQ1, 2015).

Na continuidade, insere-se a vinda da artista de Rua da Califórnia, que, no âmbito da estratégia traçada pelo grupo, “espetaculariza” a mobilização, utilizando a força de uma imagem:

Durante o Fórum Mundial de Bicicleta, em fevereiro 2014, a gente já sabia que a pracinha seria construída, começou em abril ou março. Mas em fevereiro a gente já sabia que ia ter essa praça, a gente não sabia o projeto ainda, então estava fechado com tapume e escrito “em breve Praça do Ciclista” e aí rolou o fórum, estava no movimento muito rico dessa comunidade ciclística, que conseguiu se organizar pra criar um evento mundial aqui, conseguiram levantar recursos com uma rede, e conseguiram trazer a Mona lá de São Francisco, da Califórnia, compramos a passagem dela pra ela vir aqui inaugurar praça. E durante uma semana ela trabalhou aqui. Acho que foram duas semanas, uma semana antes e uma semana depois, ela conseguiu criar uma flor em que a bicicleta poliniza a praça. E foi algo belíssimo que surgiu. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

A ação descrita no depoimento de IQ2 situa, num primeiro estágio, o significado da presença da artista, citada pela sua maneira de atuar em contextos urbanos, criando um movimento de observar e marcar o lugar com o sentido de aproximação e de uma convergência comunicacional pela imagem. Assim, entende-se que essa ação, desde a sua produção, exigindo um guindaste para manter a artista em seu trabalho, torna o cenário um “espetáculo”. A imagem, marcando mesmo o território, ou melhor, a parede que faz um fundo para o espaço que será a futura praça, onde existem os tapumes, com adesivos que contam a história da Rua São Francisco e instalados na inauguração da referida praça, após a reforma, define um movimento inicial de toda uma ação de intervenção.

Na sequência, manteve-se a dimensão de espetáculo, através das ações continuadas de visibilidade no local, desde os cartazes e os chamados para os mutirões, bem como os eventos, reforçando a intenção de sentido, impacto e visibilidade em torno da ideia de ocupação daquele trecho do espaço público. Esses atores diretamente envolvidos são chamados aqui de “geradores”, de acordo com a concepção que Henriques (2007) faz sobre diferentes públicos em um processo de mobilização.

IQ3 explica a continuidade do processo de mobilização participativa e as negociações necessárias com as autoridades que representam aquele espaço público em ocupação:

Ao mesmo tempo começava um ano eleitoral, um ano de Copa, um ano bem dividido, com pessoas descontentes, com pessoas muito esperançosas por causa da Copa e da eleição, então o grupo foi uma efervescência de “nós podemos reconstruir esse espaço, já que é público, vamos propor e vamos participar”. Durante o fórum existiu um acordo com a Prefeitura e eu digo que essas pessoas, o Goura, o Fernando, inclusive a Yasmim e o Gabriel, podem dizer como é que foi decidido que aquele tapume ia sair e começaram a chegar às máquinas da Prefeitura, as máquinas mais pesadas para começar a abrir espaço e quando abriu era tudo muito novo, era um terreno que foi sendo cavado pra abrir espaço, nivelar e começar a construir alguma coisa ali, e nesse ínterim o Gabriel ia na Bicicletaria pra desenhar uma possível praça e nisso todo mundo foi dando palpite, inclusive eu, e ele também ia administrando bem essas informações e chegou na praça como ela está, ele fez uma maquete inclusive com esse projeto, mais para todo mundo poder entender. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Com a presença dos ativistas, que se autodenominam como o núcleo duro, o projeto é elaborado em cooperação com a Prefeitura, respeitando as competências técnicas específicas e já, desde suas etapas iniciais, vai destacando uma atuação fundamental em processos de mobilização, que são as decisões compartilhadas. É necessário mencionar que essa ação de planejamento da praça fica restrita pelos depoimentos ao grupo de ativistas, pelo fato dos outros atores (empresários e moradores/vizinhos) não terem participado desta etapa. O projeto que define a forma da praça, assim como a própria condição da construção, vem marcado pela visibilidade contínua (presente tanto nas práticas comunicativas e exemplo dos mutirões, como nas diferentes reportagens veiculadas pela imprensa local), sendo esta uma das características principais de um processo de mobilização, no qual se espera que cada ato feito, cada mudança que vai ocorrendo, ganhe a esfera de visibilidade e reforce a informação, de forma que, ao se ganhar uma identidade, possa mobilizar outros públicos.

As afirmações de IQ3 e a sequência de outros informantes evidenciam a questão dessa mobilização, com base na comunicação relacional, praxiológica, que está sendo utilizada na pesquisa, ao destacar “o espaço de visibilidade presencial” (MAFRA, 2006, p. 50), na medida em que é nessa construção da praça que há o compartilhamento da experiência, o compartilhamento de ideias e ações, o “estar junto” já trazido nas análises anteriores, como formas de sustentação de um processo de mobilização do qual a comunicação é parte fundante.

É esta comunicação através da interação que dava credibilidade, que essas coisas estavam acontecendo porque todo mundo que chegasse podia participar, podia falar como é que era, ou que estava acontecendo e aí é outro assunto, como é que é você gerencia como deve ser feito uma pavimentação sendo que apenas dois fizeram a oficina e todo mundo lá quer martelar e colocar sua pedrinha *petit-pavé*. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

É interessante observar a descrição acima de uma ação, como a de colocar as pedras *petit-pavé*, de assentar tijolos, ou de outras formas de participação, que caracterizam as experiências que fazem a confluência da chamada dimensão festiva, tendo na visibilidade a razão que incentiva a adesão dos cidadãos, ou dos legitimadores, conforme entendimento de Henriques et al. (2007), ao falar da dimensão dos públicos. Entende-se que essa transição entre os públicos (geradores, legitimadores e beneficiados) é que vai permitir que os atores mobilizados, ou em vias de participação, ao saírem da fase de observação ou de audiência, – passem a ser coparticipantes do processo. O que define, no caso da Praça de Bolso, a dimensão como festiva é como os eventos em finais de semana, realizados durante as fases de construção da praça, determinam encontros, integram o inusitado, permitem as trocas na

alteridade, reforçando o papel dos que se engajam no processo, bem como o dos participantes ocasionais, mas tendo, sim, a dimensão festiva bem caracterizada pela ação do encontro, da celebração e ação, ou mesmo de conversação apenas, em torno de um ponto físico, a praça, que representa uma ideia, um ideal, dentro da lógica urbana.

Considera-se ainda que os sujeitos que respondem a este chamado interagem e estabelecem um “convívio corpóreo”, como afirma Mafra (2006, p. 65), a fim de participar de atos relacionados com a causa em questão. Uma festa traz a oportunidade de que os sujeitos possam viver experiências lúdicas e com um teor marcado pelo sentir, sendo determinante o reconhecimento do que já tem sido reforçado neste trabalho sobre o processo de comunicação como o ato de “estar em relação”, ou mais promovendo a sociabilidade, que, conforme Simmel¹⁰ significa “uma forma de leitura das relações coletivas em sociedade” (Mafra, 2006, p. 67). Isso se traduz muito bem pela leitura do depoimento do IQ3:

Foi identificado no processo, que precisava se ocupar não só com aquele mutirão, mas com os familiares das pessoas que estavam no mutirão, estavam soltos ali em volta, então a gente começou a desenvolver, trazer brinquedos, fazer tapetes, fazer oficinas e peças de teatro e músicas, e nisso acabou virando realmente um mutirão, que trazia essas pessoas e essas pessoas traziam mais gente para o mutirão. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A experiência de construção coletiva associada ao aspecto lúdico agregou não só diversos perfis, mas também diferentes formas de participação e envolvimento, conforme relatam os entrevistados. “Tinha muita gente que era a primeira vez que estava passando e que estava em Curitiba passando uma semana e ajudou a construir a praça e foi embora, sumiu.” (IQ4, 2015). “Eu não participei diretamente, muitos amigos meus foram voluntários, puseram as mãos na massa, fizeram buraco, assentaram tijolos. Mas eu não participei. Mas acho que ajudei na divulgação, nas redes, no *blog* da marca, eu sempre falava da praça.” (IQ6, 2015). “Pra quem montou a praça foi uma realização pessoal, quem esteve lá com enxada, a mulherada com enxada na mão, puxando carrinho de mão.” (IQ8, 2015).

Houve um reconhecimento da imprensa, houve uma mudança que, se gostaram ou não, ela existiu. Então, a praça foi capaz de trazer uma alteração tamanha, que todo mundo tem que reconhecer e em tempos em que as pessoas delegam muito suas tarefas a um líder, a um governo, acho que esse coletivo ganha certa afinidade com as pessoas que ainda são descontentes e querem algumas mudanças, acho que ainda existe uma relação de afeto e respeito com algumas conquistas. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

¹⁰ SIMMEL, G. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, E. M. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

Mesmo que as ações desenvolvidas no processo de mobilização, referenciadas pelos depoimentos abaixo, de IQ3 e IQ5, sejam a força do processo, a possibilidade desse convívio, permeado de atividades que saem das tarefas rotineiras do cotidiano, é o que reforça os vínculos desse coletivo, nessa condição da experiência comunicativa, a partir desse social instalado nesse ponto da cidade. Nos relatos que seguem, aparece como as trocas relacionais podem estabelecer também esse vínculo interligado à atividade propriamente, na condição do que outros atores que ali interagem podem experimentar “algo” nesse fazer e nesse cooperar. Assim, para além da atividade e da ação concretas, enquanto mostra de um poder imanente que emerge por meio da liderança situacional, “Aí acontece como todo processo de trabalho, eu acho que a longo prazo, ou com tanta visibilidade, uma pessoa que está orientando e de repente ela começa a ganhar seus, não seguidores, mas é quem está ali sob sua orientação, sob sua liderança.” (IQ3, 2015).

A mobilização assim descrita, na ação e na interação, reforça a importância dos papéis que ali se destacam, que mesclam o poder e a identidade, como fatores marcantes para a condução de ações coletivas.

Eu era o mestre de obras, a praça só está construída porque tem toda essa galera, eles são fotógrafos, filósofos, *designers*, eu sou escultor, eu domino a construção civil, a estabilização de um solo, eu coordenei toda a parte da construção da praça, minha participação foi essa. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Ao avançar na caracterização de liderança, como se destaca nas afirmações de IQ3 e IQ5, é possível compreender que está incluída nos processos de mobilização a dimensão do agir numa perspectiva coletiva e o processo de identificação com a causa e com as formas possíveis de diálogo, bem como a descoberta de interesses comuns que favorecem essa confluência:

Isso que a gente descobriu, existe esse corpo, e às vezes anônimo, e a gente não está acostumado a isso, a gente está acostumado a um líder, está acostumado a um presidente, um governante, um representante. Quando você fala de um coletivo anônimo você não está acostumada a isso. Mas isso são os movimentos que eu vejo acontecerem ultimamente que tem força, que são aqueles picos que acontecem e depois se diluem no dia a dia, nas tarefas de cada um e é mais ou menos isso que aconteceu: um coletivo. Difícil destacar um e outro porque todos estavam aqui e fazendo aquilo que poderiam fazer mais de um dia. O pessoal começou a identificar e procurar gerar, gerar seu próprio espaço e ali foi construída uma mesa, uns alemães também chegaram, acho que passaram umas duas semanas aqui no mutirão e construíram uma mesa que até hoje é usada. (Informação Verbal, IQ3, 2016).

Associado à postura de liderança, é possível identificar, especialmente na fala de IQ5, o senso de responsabilidade em relação àquilo que estava sendo construído diante do

contexto de que aquele espaço, além de público, tinha como finalidade o uso da população de Curitiba como um todo. Por essa mesma razão, é que posturas de liderança e ordenamento durante a ação são fundamentais para que o processo siga e seja entregue em condições próprias para o uso.

Aparecia muita gente naquele processo da construção, pessoas que não conhecem esses processos tecnicamente, então eu falava “calma”, eu não deixei que nada saísse errado, só porque estava todo mundo com vontade de trabalhar, eu tinha que ensinar o processo, eu tenho habilidade e conhecimento científico e técnico sobre cada material, desde madeira ou vidro ao ferro, à ferramenta, à eletricidade, então isso é uma coisa que é a minha bagagem, então eu não deixava, eu coordenava todo mundo. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

O reconhecimento do valor do trabalho, da interação, das razões que podem mover um sujeito para a adesão a uma causa e, na sequência, como esse motivo aparece nessa completude é que referencia a descoberta da representação de se estar vinculado a um movimento social. No caso dos ativistas, há uma dimensão simbólica na sua própria causa, o ciclismo como modal de transporte urbano. Nessa pesquisa, a dimensão simbólica pode ser entendida como ampliada, porque traz para um espaço público a relevância das razões da mobilidade urbana. Assim, individualmente, também surge um sentimento de cumprimento de um propósito mobilizador:

Então eu fui me tocando de tudo isso, desse amadurecimento que você está me ouvindo falar, foi o ano inteiro, foram 10 meses, todo sábado e domingo, a minha vida era aqui. Então, isso que eu estou falando pra você, com essa propriedade, foi o que eu ganhei ali, esse discernimento do que estava acontecendo. A gente foi se tocando ao longo do processo que não podia perder a simplicidade com que nós começamos aqui. De estar ali por um propósito. O propósito era fazer uma praça para os ciclistas. Um ponto de partida para todos eles, todos os nossos eventos da bicicleta. E é pra mim, agora, fim. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

No depoimento a seguir, um fator essencial em todo o processo de mobilização aparece na fala de IQ5, destacando essa singular trajetória entre o público e o privado, ao reconhecer que esse agir coletivamente traz a integração do individual e do coletivo, manifesto na forma de vida do ativista, ao falar da ação mobilizadora na praça:

Foi o único momento da minha existência em que eu me tornei público, por que eu fiquei parecendo na reportagem, na televisão, foi uma massificação de mídia, jornais, revistas, faculdade, pessoas que fazem pesquisas de muitas coisas, era muito grupo que fotografava, entrevistava, e que foi na praça enquanto eu estava lá com a obra, então isso acaba deixando você público de certa forma. Esse é o resultado desse processo também, claro que é inevitável quando você começa a fazer uma coisa onde você aparece demais, começa a ser visto isso é inevitável. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

A fala a seguir revela o objetivo subjacente que ultrapassa os valores materiais e segue para a efetiva razão do ato de mobilizar, que reforça os valores inerentes aos projetos sociais que precisam e devem ser movidos pelo imaginário que convoca, como afirmam Toro e Werneck (1997), e que se expressa nesse ganho de visibilidade destacado.

Por exemplo, às vezes eu ouço de alguns amigos, de pessoas que eu considero, “mas você não vai ganhar nada e está todo sábado aqui”. Eu ficava ouvindo aquilo, não conseguia responder pras pessoas, não sabia o que responder, às vezes eu dava umas respostas bem ríspidas, tem umas perguntas idiotas que não fazem parte da minha percepção, eu respondia qualquer coisa mesmo. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Já a afirmação de IQ3 contextuliza uma maneira diferente de atuar, sem estar na linha de frente mas na retaguarda, destacando que, em um processo de mobilização, há diferentes papéis a serem entendidos, para que o conjunto da obra se faça.

Eu não consigo falar assim, eu gostaria de estar lá pra colocar as pedras e tudo mais, mas ou eu estava na Bicicletaria aproveitando que estava aberta pra cuidar e limpar e organizar e mexer no computador. A minha relação com a praça é de muito respeito pelo trabalho que eu acompanhei acontecendo, que eu acompanhei sendo realizado e eu sou testemunha. E toda vez que eu falava isso ninguém acreditava, ninguém falava que era essa minha postura, ainda ninguém me convenceu do que de fato eu fiz na praça, acho que eu dou os louros a todos os outros que estavam lá fora levantando, construindo. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A análise desta US da categoria B estabelece uma continuidade que permite que se vá decupando as diversas facetas do processo de mobilização social realizado para construir a Praça de Bolso do Ciclista, e, nessa fase, a questão essencial é poder compreender o que move a mobilização e a sustenta.

A terceira dimensão, a argumentativa, segue na categoria C, a da comunicação, reforçando a necessidade, para a sustentação da ação de mobilização e de seus resultados, de uma abordagem dialógica e argumentativa durante a realização de suas ações e eventos. Assim, nesta terceira categoria de análise, insere-se a comunicação no âmbito da ação.

Categoria C: Comunicação

Ação comunicativa

Do mesmo modo que as demais categorias, a Categoria C – Comunicação também é composta por duas unidades de significado, sendo:

- a) US 1: Ações comunicativas;
- b) US 2: Diálogos e conflitos ligados à comunicação.

Nesta etapa da análise, a intenção é situar a comunicação como o processo que constitui todos os outros processos sociais. Dessa forma, é importante o entendimento de que as interações comunicacionais é que permitem que os sujeitos compartilhem a construção de um sentido, e no caso, a Praça de Bolso do Ciclista, não apenas como espaço físico, mas como um ponto de interação urbana. As interações podem também favorecer as trocas entre comunicação e cultura urbana, abordada no aporte teórico (ver também p. 36). Os depoimentos obtidos nas entrevistas trazem relatos que explicitam os modos como a comunicação é compreendida pelos entrevistados e destacam o entendimento dos informantes de como as relações estabelecidas em um espaço público e urbano podem ser determinadas pela interação, ou como afirma França (2010, p. 40) caracterizam “a entrada do outro no processo da experiência”.

Esse cruzamento entre a comunicação e o conceito de experiência mostra que é na alteridade e nas questões interpessoais que os processos comunicativos precisam ser observados. Ainda, ao se trazer esse entendimento para as ações de um processo de mobilização, é essencial compreender que a comunicação é um “mecanismo complexo de articulação de comportamentos, previsões e escolhas de dois sujeitos” (FRANÇA, 2010, p. 45), assim como de um grupo ou de um coletivo em processo de mobilização.

As análises trazem a confluência das perspectivas informacional (ou epistemológica na nomeação de Quéré) e relacional, expressas também em uma linguagem urbana, dentro do modelo praxiológico de comunicação, que se constitui então no modo de refletir sobre os fenômenos sociais a partir do fluxo comunicativo que os constituem. A questão é contextualizar a ação, na direção de uma comunicação dialógica que estabeleça novos parâmetros no processo relacional, de forma a integrar os sujeitos em suas subjetividades na organização do mundo da vida. Essa compreensão se baseia nas reflexões de Louis Quéré¹¹ (1991), apud França (2003), que entende por abordagem comunicacional “o uso da noção de comunicação, como esquema conceitual para dar conta da atividade e da organização social, das relações sociais e da ordem social”. (p. 42). Assim, a comunicação no processo de mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista e seus usos é analisada a partir do entendimento de como as interações acontecem pelo viés da comunicação praxiológica.

A ação de mobilização da construção da Praça de Bolso do Ciclista, nessa configuração, não se situa nas questões internas dos sujeitos, e sim na sua forma de estar no mundo, nas trocas sociais e na gestão de saberes e desejos. A experiência também integra o

¹¹ QUÉRÉ, L. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. Réseaux: Paris, n° 46/47, mar- abr, 1991.

tema da mobilidade e do ciclismo no ambiente urbano, como um imaginário “que seja capaz de despertar a paixão” (TORO e WERNECK, 1997, p. 35).

Esse movimento pode ser relacionado com as dimensões espetacular e festiva utilizadas como estratégias comunicativas da intervenção (abordadas na análise da Categoria B). A intenção é demonstrar de que forma elas fundamentam o processo de mobilização e compreender em que medida as redes sociais cumprem a tarefa de amplificar a divulgação e massificar a adesão à causa proposta, ou seja, a construção da Praça de Bolso do Ciclista. Ainda há uma terceira dimensão, a argumentativa, que integra a proposta das três dimensões de Mafra, presente no Quadro 2 (ver também p. 56) que é abordada na US 2.

A terceira dimensão traz na sequência a especificidade dos diálogos e conflitos relacionados à comunicação. Entende-se que a dimensão argumentativa (MAFRA, 2006) é parte essencial da mobilização, como forma de consolidação de um processo que somente se fundamenta quando há espaço para a construção de práticas argumentativas. Essa mesma dimensão é um fator essencial ao se compartilhar ideias e fazer escolhas, na busca do consenso. No caso em análise, destacam-se as ações comunicativas utilizadas para sustentar uma ação mobilizadora, em um espaço urbano e público marcado por interesses diversos.

Considerando-se as reflexões acima, a afirmação de IQ4 destaca então a gênese do processo de mobilização e evidencia a conexão entre atores ligados anteriormente e que têm na figura institucional de uma associação de ciclistas a possibilidade de criar um movimento nas redes sociais, convocando para uma ação de aglutinação diante de uma causa.

O que iniciou foi a ligação da Ciclo Iguazu e do Fórum Mundial da Bicicleta, que já veio da organização deste evento e a atuação da própria Ciclo Iguazu, que também já tinha a comunicação das pessoas por *e-mail*. A partir daí, foi criada uma mídia social naturalmente, de maneira bem orgânica as coisas foram acontecendo. Eu acho que a própria praça, sendo construída no meio da cidade, já comunicava muito. Você vê o lugar em obras e todo cheio de interferências, que chamava atenção dentro de uma paisagem totalmente diferente, paisagem urbana, opressora, cercados de prédios e daí a praça tinha uma coisa, era um chamariz por si só. Era bem emblemático. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

O mesmo entrevistado reforça a ação comunicativa relacionada à paisagem urbana, em um espaço público que mantém a visibilidade necessária ao reconhecer que a tulipa gigante de Mona Caron é um *outdoor* que torna pública a ação e favorece que os cidadãos tomem conhecimento do que está sendo proposto por meio desta estratégia comunicativa.

A flor foi um marco ali do Fórum, já é um *outdoor* gigante para o conceito do que é a praça. É uma erva daninha que surge no meio da pedra e nasce uma bicicleta, flor bicicleta, então foi muito orgânico. As pessoas começaram a se interessar, a própria mídia aberta se interessou e começou a divulgar e eram mutirões, as pessoas chegavam e já iam fazendo. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

De modo a complementar essa reflexão, IQ2 (2016), ao referenciar “que foi com esses elementos visuais e com um estilo, um espírito de construção, o espírito social, ou seja, não foi só no visual, foi criado um espírito mesmo”, consegue situar de modo simples Ferrara (2008, p. 45) quando esta destaca que o capitalismo, ao transformar “a cidade no seu lugar característico”, faz surgir outra forma de manifestação que ultrapassa a questão do espaço social como relação e segue para a “dimensão do espaço público que reivindica outros vínculos comunicativos”. (FERRARA, 2008, p. 45).

A fala de IQ3 descreve uma proposta possível de vínculos comunicativos entre os diferentes atores envolvidos com aquele espaço:

Eu acho que não é a comunicação, acho que é a ação mesmo, ação e a permanência dessa história, talvez uma manutenção da praça, uma discussão do que é a revitalização do centro, talvez uma rede, daí a comunicação entra mais, como bater na porta mesmo da pessoa e falar assim “posso marcar uma reunião com você, eu tenho um negócio a duas quadras de você e eu estou pensando em fazer um evento junto, aí eu queria fazer uma linha e daí a gente divulga junto”. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

As ações comunicativas também se fizeram presentes, conforme os relatos dos informantes, em reuniões de planejamento e organização dos mutirões. Nessas ocasiões, o núcleo duro (como eles se autodenominavam) ou os geradores, na perspectiva de Henriques et al. (2007), definia quem estaria à frente de cada etapa e atividade, de modo que naturalmente as ações eram executadas a partir dessa preparação prévia. Apesar de algumas práticas de planejamento, como essa, se enquadrarem nesta US, elas são mais bem abordadas na próxima unidade de significado, pois se considera que os relatos sobre elas caracterizam a dinâmica dos diálogos que ocorreram.

Assim se explica esta dinâmica entre os geradores, conforme IQ2 ressalta:

A praça foi construída com a comunicação interna, entre as pessoas, os ciclistas, que trocavam *e-mails*, aqui pela loja, e fizemos um mutirão. Depois que a mídia, a imprensa, começou a cumprir aquilo que se propõe, nós começamos a divulgar pela rua e cresceu muito o movimento de atuações. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Essa afirmação evidencia a circularidade do processo comunicacional, ao contemplar os diferentes fluxos que integram o processo comunicativo. IQ4 também reafirma o papel da ação:

De alguma maneira você se comunica com o outro através dessas ações. Mas não como se a comunicação fosse a mobilização estritamente assim. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

Avançando nessa reflexão, quando IQ3 e IQ4 ressaltam que a mobilização se faz na ação (mas não apenas), é possível entender a comunicação praxiológica já detalhada anteriormente, mas aqui referenciada na fala de um ativista que expressa em seus depoimentos a forma de compreender a extensão de toda a ação proposta. De alguma maneira, esses depoimentos resgatam que há na mobilização um chamado, ou seja, pode-se aqui destacar a abordagem de Toro e Werneck (1997), em seu “imaginário convocante”, como forma de compreender este movimento que não tem uma via racional tão reconhecida.

A mobilização como um processo comunicacional. Ele é rápido, na base da ação, não é muito do discurso. Essa retórica pode ser desenvolvida depois, com um estudo, uma compreensão do que aconteceu, com alguma conexão de conceitos e de coisas que acontecem globalmente para contextualizar. Engraçado isso, acho que a convocação, a mobilização, ela acontece. Claro que as mídias têm um poder muito forte, se você alcançar cinco mil pessoas no *Facebook*, *por e-mail* pode garantir certo público, mas a mobilização em si ela é motivada e convocada. Então, acho que é isso, a mobilização envolve um incômodo, ela é outra questão a ser estudada, porque ela é um processo comunicacional, mas ela parte, ela acontece mesmo por um chamado, acho que não está muito pela mídia necessariamente, é um outro chamado que faz as pessoas se mobilizarem, imagina essa época que a gente está de megamobilizações. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

As afirmações seguintes evidenciam as ações comunicativas na paisagem urbana expressas em cartazes, grafites e placas que destacam o esforço para garantir a visibilidade, ao serem apresentadas em um espaço público, aberto, de acesso visual. Sob este aspecto, trazem a ideia da ação e da experiência, na medida em que os sujeitos, em seu cotidiano, ao se aproximarem de um determinado espaço, são chamados a um diálogo público (GONZAGA, 2008), ou seja, convocados para essa vivência de observar a cidade, para esse contato social diferenciado.

Acho que a Yasmin Reck (ciclotivista que foi responsável por planejar o uso do espaço durante os mutirões de construção da praça), foi a grande responsável pela comunicação, ela criou uma pintura de sinais, plaquinhas feitas à mão e uma linguagem da praça mesmo. Para que as pessoas que passavam comesçassem a entender o que estava acontecendo. E a praça virou espaço realmente de jovens. Ela tinha uma imagem muito legal no começo. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Além da comunicação visual estabelecida como fonte de contato e interação, as ações comunicativas têm também a intenção de estabelecer relações com outros atores envolvidos presentes no entorno, e que podem ser caracterizados como legitimadores ou beneficiados, de acordo com o mapa tridimensional dos públicos (FIGURA 2) de Henriques et al. (2007).

Aí a menina que é de comunicação, ela tem essa habilidade, ela organizava essas questões de quem ia falar quem não ia falar. Às vezes ela ia negociar com os comerciantes. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Quando IQ5 destaca esse modo de aproximação e negociação com os proprietários dos empreendimentos (que têm um papel híbrido neste processo, ou seja, além de poderem agir como legitimadores, podem ser caracterizados como beneficiados ou não), o fluxo comunicativo fica integrado nas diversas maneiras de estabelecer relações no espaço urbano, onde circulam os interesses mercadológicos (que nesta pesquisa já foram explicitados, pela caracterização da Rua São Francisco como um eixo gastronômico). Entende-se assim que os interesses diversos evidenciados devem estar sendo alvo de todo o processo comunicacional.

Os informantes IQ2, IQ3 e IQ5, todos ativistas, revelam na sequência um olhar sobre as redes sociais, caracterizando a sua importância dentro de todo o contexto. A afirmação específica de IQ2 salienta a dimensão informacional do *Facebook*, assim como as características de transmissão dos meios e as produções e os sentidos atribuídos a toda a experiência.

[...] o *Facebook* cresceu muito no número de visualizações, de pessoas que acompanhavam e ainda acompanham e eu acho que tinham muitos filmes que surgiram sobre a praça, os documentários, aquelas filmagens, e as *hashtags*. Agora estou pesquisando um pouco mais sobre essa comunicação e eu acho que é o que deve ser mais bem desenvolvida. Parece que existe um canal de *WhatsApp* dos usuários. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Esses relatos mostram a função de suporte ao processo continuado de mobilizar para os encontros de final de semana, durante o período de construção da praça, com a função de manter um canal ampliado, contínuo e compartilhado nessas interações virtuais. Com os *posts* nas mídias sociais se deu ainda mais visibilidade ao processo em realização, estimulando, com uma agenda das ações planejadas, a presença de um público mais ativo ou mesmo esporádico. Um fator evidente no depoimento de IQ3 é a da dimensão festiva, favorecendo a mobilização dos voluntários e reforçando também a ideia de proximidade, de “estar junto” (MAFFESOLI, 2014).

A rede social foi a base mais forte, é ali que a gente conseguia trazer as pessoas simpatizantes e os artistas que ali mesmo comentavam que eles iam estar naquele dia, que eles iam tocar naquela hora e isso gerava um compartilhamento de ação, as pessoas vinham também, sabiam que ia rolar esse evento. A praça virou um novo espaço para acontecer coisas, então era tempo de festa junina e as pessoas pensavam “onde dá pra fazer?”. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

O reconhecimento das redes sociais nesta etapa, conforme a fala abaixo do ativista IQ5 (que teve a tarefa estratégica de construção, porque todos precisavam de alguma forma

passar por sua orientação para “colocar a mão na massa”), destaca esse sentido relacional e reforça a circularidade do processo comunicacional, no qual se integra a dimensão informacional e a relacional, de forma a evidenciar a dinâmica das relações e gerar participação, conforme afirma Mafra (2006).

O processo se deu via *Facebook*, pensando bem, não houve nenhuma dificuldade, a mobilização foi muito boa, a comunicação era via mídia, começaram a aparecer pessoas que a gente não conhecia e hoje a gente tem um clube de amigos: eu passo pela São Francisco e todo mundo diz oi, tem pessoas que eu não sei nem quem são, que eu não lembro o nome, mas todo mundo veio, não era nenhuma galera do nosso meio, da nossa galera, era da cidade, de outros bairros, que estavam ligados nessas questões, que andam de bicicleta, isso piscava nas redes sociais. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

O próximo depoimento de IQ5, situando uma ação relacional relativa a uma tarefa braçal, pode ser interpretado por essa participação, por modos até peculiares de participar como o sugerido pelo informante em seu diálogo com um voluntário, explicitando-se a comunicação praxiológica, nesta forma de vida em sociedade.

E aí a galera vinha, e as pessoas perguntavam “o que fulano faz, o que ciclano faz”? As pessoas paravam e me perguntavam “o que eu tenho pra fazer, como eu posso ajudar”? E eu perguntava de volta: “Você sabe contar piada? Se você souber contar piada fica em torno da gente, traz biscoitinho e fica aqui, enquanto a gente trabalha você fica contando história”. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Ou ainda, como destaca IQ4 na fala abaixo, ao descrever uma forma integrada de participação, na qual situa o papel de um ativista, que pode ser caracterizado como reeditor social (TORO e WERNECK, 1997), integrando uma ação comunicativa à tarefa e, ao mesmo tempo, na ação comunicacional da mobilização, reafirmando o sentido da aproximação com a causa, pela interação.

Claro que a tarefa ditava um pouco do ritmo, você vai erguer o muro, você vai seguir certo ritmo, mas a maioria das pessoas vinha pra se divertir. Por isso que algumas pessoas foram chaves, por exemplo, o Lourenço é o cara que fez o muro, então ele tocava o muro, ele tinha o compromisso maior de estar ali organizando. Mas daí as pessoas vinham ajudar e se divertir, se conhecer. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

É interessante também o depoimento de IQ1, que destaca de outro modo o sentido da visibilidade urbana, integrada a um veículo circunstancial no processo midiático, considerando que a linguagem visual, ou novamente o “diálogo urbano”, se integra aos circulantes na área, através do transporte público. A fala revela a compreensão de um ativista no papel de produtor social, ressaltando seu entendimento de que a circulação de um veículo de transporte público que proporciona aos usuários a observação da paisagem permite que o

usuário desse transporte tenha a percepção de uma eventual atitude de participação na dinâmica urbana.

Eu lembro de uma coisa que eu curtia: observar o ônibus expresso. As pessoas ali passando e todo mundo olhando com olho grande pra praça, porque o ônibus para ali, e todo mundo ficava olhando e no final de semana seguinte tinha aquela curiosidade “o que aconteceu agora, quem que fez isso”? Então eu acho que isso gera uma comunicação. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Na fala abaixo, a questão espacial evidenciada por IQ4, ao localizar o centro da cidade como área de convergência e de interesse de todos os cidadãos, também remete à questão da visibilidade e de como os meios de comunicação permitem o reconhecimento da ação que está sendo desenvolvida em um espaço urbano de uso público, no qual toda a forma de intervenção que ocorre deveria ser noticiada.

Eu acho que a ocupação, o próprio lugar, foi a maior mídia que teve. Eu acho que os jornais, a imprensa mesmo começou a se convencer que algo estava acontecendo e não era no bairro, porque acho que se esta ação fosse no bairro seria mais difícil pra eles alcançarem esse lugar, era o centro, então mais cedo ou mais tarde alguma transformação seria colocada, então eles estavam ali já se antecipando, mostrando que estão atualizados. Acho que a mídia principal foram as redes sociais, a digital e depois a impressa, um reconhecimento já. (Informação Verbal, IQ 4, 2015).

A seguir, as duas afirmações de IQ3 salientam como as mídias apresentam suas interfaces no processo comunicacional, com as redes sociais mostrando um uso plenamente justificado no âmbito do processo de mobilização. Mas a fala leva à reflexão de que o processo de mobilização precisa avançar para além das mídias sociais:

É porque a comunicação em um *post*, se a rede social é a base maior de mobilização de convidar as pessoas, essas redes sociais não estão dando conta de dar as informações e passar a experiência do que é mesmo participar e fazer aquilo ali e depois que fazer se mantiver nessa conexão. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Ou seja, há uma compreensão da perspectiva praxiológica da comunicação de forma clara, a partir das práticas estabelecidas no processo, que transcende as mídias sociais, porque justifica a utilização de outras linguagens e expressões visuais e gráficas que compõem também o processo comunicativo da mobilização, permitindo uma aproximação cada vez maior da comunicação no interior do processo social do qual é constituidora.

Acho que vamos encontrar outro suporte e não vamos falar necessariamente de redes sociais, a gente vai falar de produção, de crônica, de cartaz, de produção de arte, de um projeto acadêmico e aí sim entra comunicação, mas acho que a transformação vem daí nesse *hall* de onde a comunicação passou, onde ela reergueu outro vocabulário e não aquele que convoca as pessoas nas redes sociais. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Por outro lado, o IQ4 salienta também a forma com que a cultura e as artes se apresentam como processos integradores, para se alcançar os objetivos do processo de mobilização, com atores que, por meio de seus atos criativos, buscam sensibilizar seus grupos de interesse para percepções sobre formas de pertencimento, motivando para a causa, referendando valores, enfim, legitimando as ações propostas de forma a favorecer uma linguagem comum, coletiva, uma linguagem das diversas tribos urbanas:

Porque isso uniu muito as pessoas, o fazer, você estar construindo coletivamente. E outra coisa que incluiu bastante foi a cultura, as manifestações culturais, a música, a pintura e tudo mais assim, é uma galera, um movimento que procura mais essa produção, essa dedicação, depois terminou, deu uma esfriada, mas acho que é cíclico também. (Informação Verbal, IQ4, 2015).

A mobilização pela construção da Praça de Bolso do Ciclista gerou diversas pautas de interesse jornalístico que puderam ser trabalhadas pela imprensa local. Também gerou pautas com apelo de *marketing* e publicidade, além de anúncios de oportunidade nos órgãos públicos, em especial a Prefeitura, uma vez que a cidade foi citada em diferentes veículos de imprensa, incluindo o setor de turismo, por conta da praça. Essas formas de divulgação jornalística ou de *marketing*, quando bem conduzidos e apresentando uma continuidade, podem garantir a visibilidade do processo mobilizador, o que explica a importância das parcerias e negociações frente aos interesses compartilhados.

Gravaram uns vinte segundos “ah aqui é a Praça de Bolso! Venha”. E começou a entrar como propaganda e a coisa começou a tomar uma proporção. Aconteceu isso durante a construção da praça. Daí mesmo esse ano [2015], saiu matéria na *Trip*. Na revista de bordo da TAM sobre Curitiba, aparecia a Praça de Bolso. Mesmo a prefeitura, em vários momentos, falou da praça como “olha só o processo, Curitiba inovadora”, daí o IPPUC falava da “Curitiba Inovadora” e falava da praça. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

As afirmações apresentadas daqui em diante foram selecionadas por mostrarem aspectos que integram um conjunto de reflexões que permitem localizar a relação comunicativa no âmbito do processo de mobilização da Praça de Bolso do Ciclista.

As afirmações de IQ2 e IQ3, abaixo, referenciam seu entendimento sobre uma forma comunicativa peculiar de chamar a atenção utilizada para a causa, por meio do uso de plaquetas no ambiente da praça, que foram sendo instaladas de acordo com a possibilidade e o cronograma estabelecido. Tais plaquetas chamavam a atenção sobre o lugar, gerando uma mudança contínua no que comunicar, que, de certa forma, acompanhava os avanços que ocorriam no processo. De outra maneira, reflete também o desafio da comunicação e como potencializar os efeitos de uma determinada ação.

Eu acredito ainda que as coisas aconteceram de uma forma mais “fera”, que a gente fez como as plaquinhas, eu acho que a comunicação é uma disciplina que pode ser estudada, pode ser desenvolvida, e existem ferramentas pra isso, a gente fez da maneira que podia fazer, não sei se foi o maior potencial que conseguimos extrair. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Esses lemas eles servem de coro pra manter esse ritmo que nem em uma tribo, mas realmente para se comunicar a gente descobriu essas placas penduradas e tinha a arte urbana na parede que a gente tinha previsto, tinha um plano de que a cada três meses, três artistas grafiteiros pudessem ocupar ali e nisso a gente estaria escoando muito dos artistas urbanos todos naquela região, seria um painel. O outro passo seria a manutenção. Então a própria cidade foi dando conta de ocupar este espaço. Chega uma hora que eles mesmos pegaram e fizeram uma segunda camada e terceira camada porque a cidade tem a sua pele e todo mundo tem direito sobre essa pele e então eu acho que não sei... Uma mídia urbana, bastante urbana. (IQ3, 2015).

Observe-se ainda como IQ3 destaca as placas e a forma de trabalhar com os artistas da arte urbana, criando um ritmo na produção e novos “diálogos públicos” (GONZAGA, 2008) e, ao mesmo tempo, situa a questão da complexidade das relações em um ambiente urbano, ao descrever sobre a metáfora das peles e de como todos têm o direito de estar e se manifestar. Essa afirmação situa a questão da continuidade e dos usos, que será analisada na parte sobre os vínculos, na etapa três da análise.

Retoma-se ainda aqui, mais uma vez, a referência à imagem da tulipa gigante, a partir do entendimento de IQ1, ativista que pode ser categorizado como produtor social por sua forma de atuação diante de todo o processo. Sua fala remete à afirmação de Toro (1996, p. 34) quando o autor afirma que mobilização “não significa levar uma multidão às ruas”, e sim que ela existe quando um conjunto de reeditores em seu trabalho cotidiano está tomando decisões, desenvolvendo discursos e atuando em função de um imaginário.

A bicicleta alada saindo da flor é uma semente, então a pracinha também foi uma semente daí a gente vê a expansão da cultura da bicicleta, a expansão da cultura do espaço público, eu acho que eram sementes que agora começam a germinar, umas já estão maiores. E a Mona [Caron] é meio profética. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Os depoimentos seguintes se referem à produção de um documentário durante o processo de mobilização em estudo. As falas sobre este documentário trazem os aspectos simbólicos por meio da experiência das crianças diante das ações ocorridas no local e situam a temporalidade na vida dessas crianças. Deve-se considerar que a vivência e a experiência ali estabelecidas ultrapassam a própria ação e seguem na direção de uma noção de pertencimento inerente ao universo infantil, quando as crianças se reconhecem capazes e responsáveis, materializando a autonomia também desejada pelos sujeitos adultos, que se propõem construir algo de acordo com suas crenças e valores e conseguem atingir seus objetivos.

E acho que foi muito rico pras crianças, o filme que o Rafael Bertelli fez mostra umas cenas de criança brincando, trabalhando com a mão na massa, e pra elas acho que foi uma coisa muito concreta, de base, que elas poderiam construir a cidade que elas moram. E assim foi o desenvolvimento da praça. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

A produção do documentário situa também as dimensões comunicacionais, quando se refere a um registro informativo, como também a uma produção com as características possíveis em suporte audiovisual que permitissem uma comunicação com os elementos da realidade, ao mesmo tempo que trouxesse questões subjetivas ligadas a aspectos emocionais:

A gente queria duas coisas com o filme. A primeira era ter um registro, uma narrativa nossa, de tanta gente falando sobre a praça, vamos guardar pra gente. E acho que ele captou muito bem o espírito, a emoção do ocorrido. A outra coisa era inspirar ações semelhantes. A gente sabia que registrar, fazer um filme vai contar a história da praça, o *case* do momento, que foi muito único. Até questionei várias vezes já, não sei se a gente conseguiria recriar aquela atmosfera, eu acho que como metodologia sim, como prática de desenvolvimento de políticas públicas até que sim, mas aquilo que aconteceu ali, daquele jeito, é muito único. Enfim, cada coisa tem a sua magia. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

O entendimento do IQ1 sobre o audiovisual produzido é de que ele ultrapassa os limites criativos de expressão, tentando registrar a condição excepcional do ocorrido, do lugar da experiência e da comunicação, que permitiram, efetivamente, o “agenciamento dos sujeitos” (FRANÇA, 2010, p. 40), porque tal processo emancipa, mobiliza, move para além do que está estabelecido. Daí ser possível concordar com o informante: está na magia do encontro.

Diálogos e conflitos ligados à comunicação

Esta unidade finaliza uma das etapas da análise sobre as categorias propostas e suas Unidades de Significação, a partir dos depoimentos coletados nas entrevistas e levando em conta todo o contexto analisado. A Unidade 2, denominada *diálogos e conflitos*, destaca um aspecto fundamental do processo comunicacional, que é a perspectiva dialógica, sem a qual não ocorre a mobilização, ou esta não se sustenta.

Os depoimentos aqui analisados remetem às negociações e ações entre os diferentes atores durante a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista, bem como alguns depoimentos que remetem à continuidade do processo pelos usos deste espaço e seu entorno. É preciso ter em vista que um espaço urbano e público como este aqui analisado deve ser entendido neste contexto para que os sujeitos ali reunidos, em suas diferentes identidades, possam construir uma identidade coletiva (ver também p. 53). Algumas questões, aqui

apresentadas, relacionadas aos conflitos, podem evidenciar a necessidade de que se avalie em que medida a mobilização incluiu ou não os interesses comuns, ao tratar de um tema segmentado no espaço público urbano, como é o caso do cicloativismo.

O que é interessante é que na época da construção da praça um dos ativistas trouxe um cientista político para conversar e ele falou ali da polis, da república, da praça, foi muito interessante a fala dele. Foi bem na época da campanha, foi muito legal o cientista político falando sobre a praça, muito bom. “Ele contou a história das origens das praças da república, ser para fazer, da praça ser o plenário, ser a casa do povo, as câmaras”. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

O depoimento anterior, de IQ2, ao relatar um fato e um posicionamento relacionado à praça e de que forma esta pode ser um espaço público e de manifestações, permite que se traga a definição da esfera pública:

[...] que pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, [...] a esfera pública constitui principalmente uma estrutura *comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, o qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 1997, p. 92).

O entendimento de que a praça pode ser este *lócus*, onde os atores trazem seus argumentos diante de alguma intenção, e assim, na perspectiva do agir comunicativo, estabelece uma condição de formas de fala que possam ser apresentadas de maneira a manter a “*compreensibilidade geral*” (HABERMAS, 1997, p. 92) nas relações comunicativas do cotidiano.

Dessa forma, entende-se que uma prática comunicativa que estabeleça a sintonia, diante das ações rotineiras de qualquer natureza e objetivos, pode favorecer as relações e os resultados a serem alcançados em diversos processos, entre eles o de mobilização social. As afirmações, abaixo, dos informantes IQ2 e IQ5, situam momentos das atividades relacionadas à construção da praça, que evidenciam essa situação de produção em um ambiente de cooperação, onde a menção à comunicação interna pode sugerir este fluxo comunicativo, que favorece as rotinas estabelecidas em um cronograma de atividades.

Existiam mutirões que a gente organizava pra fazer a parede atrás da praça, daí fizemos reuniões pra definir quem era responsável e tal. E a coisa começou a acontecer, mas naturalmente, o pessoal chegava sábado e no domingo e tinha gente trabalhando ali. E começou a criar um grupo menor, só pra materiais, pra trabalhar, e essa comunicação ficou interna. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

Em seguida, a afirmação de IQ5 avança no sentido de especificar a necessidade de se manter um canal aberto com os participantes, voluntários, para buscar a melhor maneira de

dar concretude às ideias, reforçando a questão de se tratar de uma interferência em um espaço público. A dimensão argumentativa de Mafra (2006) fica assim instaurada como condição para dar sustentação à própria mobilização que ali ocorre:

Toda terça-feira sentávamos pra ter uma reunião, pra fazer um levantamento, desenhar um cenário, dizer o que tinha sido o mutirão no final de semana, que aconteceu isso, aquilo, aquele outro não funcionou, isso não funcionou aqui e lá, galera reclamou disso. Como é que a gente faz? Vamos conversar com a galera, a gente sabe o tempo inteiro, a questão da comunicação é muito importante, se você vai fazer alguma coisa você tem que falar o que vai fazer, se você não fala eu não posso adivinhar. Então, eu sempre sinalizei a galera nesse sentido “olha, estamos fazendo algo que é público, nós não somos donos do espaço então vamos perguntar para as pessoas”. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Os depoimentos que seguem trazem referências à praça em construção, às relações estabelecidas com outros atores e apresentam aspectos que não apareceram ainda nas análises, ou seja, as percepções e as razões de descontentamento com o processo de construção da praça e seus usos.

A informante IQ10, que acompanhou todo o processo porque reside e trabalha em seu negócio na primeira quadra há 10 anos, traz em seus depoimentos uma variável de aceitação de toda a ação, reconhecendo alguns benefícios, mas também deixando nas entrelinhas de suas falas uma condição de impotência diante de alguns fatos que a desagradam. “Muitas pessoas não queriam que construíssem a pracinha ali. Quem sou eu pra dizer não faça nada. Não sou prefeito, não sou governador, não sou nada.” (IQ10, 2016).

A respeito da revitalização da Rua São Francisco, a entrevistada afirmou ter apreciado aquela ação: “Eu gostei dos grafites, até pouco tempo ainda tinha, mas agora está tudo pichado. Eu adorei a minha porta, era cheia de bonequinho cabeleireiro. Agora eu tenho só a fotografia porque a portinha já destruíram.” (IQ10, 2016).

Essa afirmação se refere aos grafites feitos nas portas das lojas (ver também p. 98) e demonstra um misto de aceitação e insatisfação por parte da informante com relação ao processo, ou seja, ela apresenta uma forma diferenciada de percepção das razões da construção da praça em comparação ao relato dos ativistas. “Agora é mista, todo mundo senta, todo mundo conversa, é como qualquer outra praça, na Tiradentes, aqui no Passeio Público, formou uma praça. Tem pessoa boa e pessoa ruim, cada um senta no que quer.” (IQ10, 2016).

Um ponto que revela aceitação sobre a mudança é quando IQ10 faz referência a alguns tipos de atividades ali realizadas, remetendo, então, aos usos que começaram a surgir no local da praça. “As pessoas se reuniam aí na frente, conversavam. A praça ficou bonita,

antes passava filme, agora faz tempo que não passa. Tinham conversas, bater papo, vinham se reuniam, faziam lá o que tinha que fazer.” (IQ10, 2016):

A posição de IQ10, em sua percepção como circulante constante neste espaço, sugere o quanto está presente a vivência e a experiência urbana, trazidas em diversas formas na dissertação.

Ainda que reconheça as vantagens de uma intervenção que permite a convivência com diferentes públicos, essa informante, enquanto moradora, começa a evidenciar aspectos de insatisfação.

Você tem que pedir licença para entrar em casa, uns levantam, outros ficam sentados na calçada e ainda ficam bravos. Como o brechó ali também, o rapaz mora em cima, como a confeitaria Blumenau também. Porque se a gente for pagar aluguel pra morar e trabalhar a gente não consegue, eu fiquei aqui mais porque para o meu menino é mais fácil. (Informação Verbal, IQ10, 2016).

É importante apresentar uma das falas de IQ5, ativista já mencionado, que desempenhou um papel central na tarefa de construção da praça. Seu depoimento reforça a necessidade do diálogo frente a uma intervenção em um lugar que é de todos, salientando a dinâmica fundamental na comunicação que integra os diferentes, bem como a vitalidade presente nas relações, que incluem o conflito como condição inerente na busca de resultados melhores.

Isso está acontecendo há mais de dez mil anos. O cara quando começou a pintar a caverna ele já começou a se comunicar. É extremamente necessário, as rixas, as brigas, isso é vida, e visceralidade, a coisa não está parada, estamos vivendo, tem vida, então a comunicação é sim muito importante, ela faz isso, ela ajuda a fazer a transformação. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Na sequência, a afirmação de IQ7, empresária que investe na região a partir da intervenção realizada na Rua São Francisco como eixo gastronômico, destaca que “esse pra mim foi o grande erro de comunicação do projeto, trouxe pessoas de fora, mas não envolveu, não conversou com nenhum morador, em nenhum momento dialogou com nenhum morador.” (IQ7, 2015). Avançando, então, na análise, afirma-se como a comunicação, enquanto “prática constituidora da vida social” (FRANÇA, 2003, p. 37), poderia ter facilitado um processo de diálogo a respeito dos conflitos que emergem na gestão de interesses de cada um, buscando-se priorizar os interesses comuns.

A afirmação de IQ9, a seguir, sobre a utilização desse espaço, salienta as diferenças de compreensão no uso dele, lembrando que Ferrara (2008, p. 45) afirma que, ao se

ultrapassar um espaço social em direção a um espaço público, é necessário estabelecer outros “vínculos comunicativos”.

Olha, tiveram algumas coisas boas, também não posso dizer que foram todas as apresentações ruins, nada disso. Apresentações do tipo poesia ou outra coisa, coisas bacanas. Agora você traz ali uma pessoa pra ficar batendo um negócio, o dia inteiro, um absurdo, duas ou três horas pra ficar tocando, pra quem seria essa música? (Informação Verbal, IQ9, 2016).

A seguir, quando IQ7, empresária, relata um conflito ocorrido no espaço físico da praça e seu entorno, relacionado à linguagem urbana expressa nas pichações.

Essa pichação é um reflexo da comunicação com certeza, eu não posso dizer que não é válido, é sim, só que eu me sinto encurralada. A gente fez uma reunião na praça quando começou o movimento dos pichadores virem aqui e que teve uns movimentos mais agressivos na rua. Rolaram brigas aqui, alguns assaltos, brigas de gangue. Aí a gente convocou à noite o pessoal do *hip-hop* e do “picho” que resolveram ficar na reunião porque a gente queria promover uma discussão, que a praça tinha sido feita num sistema voluntariado, o comércio estava aqui e que agora parece que essas pessoas que estavam frequentando o lugar queriam acabar com o que tinha sido feito por outras pessoas que frequentavam o local em outro momento. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

A fala acima, de IQ7, nos leva à observação de Ferrara (2008, p. 64), que afirma que “espacialidade, visibilidade e comunicabilidade constituem manifestações simultâneas, dialogantes e expansivas [...], e completa seu pensamento de que nesse contexto “representar o mundo é uma forma de transformá-lo em texto passível de leitura e, sobretudo, de produzir um modo de conhecê-lo, ao lê-lo como território da cultura”. (2008, p. 64). A fala de IQ7 também situa, de certo modo, a maneira estabelecida nestes “diálogos públicos” (GONZAGA, 2008), de contrapor a abordagem das ações feitas e os usos estabelecidos para o espaço, ainda destacando a maneira de outras tribos marcarem seus territórios com seus diferentes entendimentos e visões de mundo.

O depoimento de IQ7 traz ainda outras contribuições, ao reconhecer a urgência de uma ação comunicativa, que possa ser mediada pela Prefeitura de Curitiba, entendendo que os interesses que estão em pauta no espaço público que integra a Praça de Bolso do Ciclista, na perspectiva dos diversos atores ali presentes, não podem prescindir de um diálogo.

Acho que se não foi feito um plano está na hora de ter um, seja pra continuar a revitalização ou pra largar mão, mas as pessoas têm que saber o que está acontecendo, moradores, comerciantes, e acima de tudo, o papel da Prefeitura, nesse sentido, é provocar um diálogo, uma conversa entre todas as partes interessadas. Eu sinto também que a Prefeitura ajudou no antagonismo entre comerciantes e moradores. Ao invés de fazer uma mesa redonda com todo mundo porque o objetivo de todo mundo é o mesmo, pra mim e pra um morador, eu quero tornar isso aqui um ambiente mais sadio pra ser ocupado, pra se morar. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

A demanda apresentada no depoimento acima remete, mais uma vez, à Habermas (1997, p. 93), quando afirma que “qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se em um espaço público, constituído através da linguagem”. Ou seja, a situação pede uma ação efetiva na busca de uma solução. E tendo em vista o desafio do tema, é essencial que as falas sejam feitas em uma abordagem que favoreça a busca do entendimento e do consenso.

A complexidade se amplia por se referir a um espaço urbano situado no centro e na região histórica de uma grande metrópole. Ainda pode-se recorrer a Ferrara (2008, p. 65), inspirada na reflexão do autor americano John Brookshire Thompson a respeito das trocas presenciais, quando ela afirma que nas “[...] praças ou jardins públicos, a espacialidade se concretiza na relação com o outro e na interação face a face (THOMPSON, 1998, p. 77)¹² em que o indivíduo se identifica à medida que se confronta com o coletivo que lhe impõe as diretrizes de valores e comportamentos adequados ao social”.

A reflexão é ampliada ainda pelo IQ7, no que se refere à escola situada na primeira quadra da Rua São Francisco, ou seja, uma observação feita por um morador/vizinho de todo este ambiente. Seu depoimento ressalta aspectos relacionados à importância do diálogo e à amplitude do conflito instalado, considerando que a escola, como ator institucional que mantém sobre sua responsabilidade um grupo de cerca de mil alunos entre os três turnos, não foi consultada, nas formas possíveis de se instalar ou não todos esses empreendimentos comerciais, com as características até agora descritas. Além da escola, o síndico de um prédio residencial, em frente a ela, também é citado por estar insatisfeito. Ressalta-se nessas falas as questões sociais de segurança já citadas, que fazem parte ainda da fase anterior à revitalização e que, no entendimento específico de alguns dos moradores/vizinhos consultados nesta pesquisa, era uma situação mais aceitável do que toda a nova modelagem trazida para esse espaço.

Isso causou um impacto na escola e foi um problema, porque as pessoas estão do lado de fora, as pessoas estão falando, então há o barulho e não foi uma coisa que na época a gente pensou que iria acontecer, mas aconteceu e automaticamente foi uma rivalidade entre o comércio e a escola, por exemplo. Encerrou qualquer diálogo com a gente por que pra eles não deveria existir nenhum bar, porque tem uma lei estadual que diz que tantos metros da porta da escola não poderiam existir bares. Essa foi uma coisa que a diretora sempre falou “eu quero vocês fora daqui porque vocês atrapalham o andamento da escola”, mas a gente dizia “professora não tá melhor do que os craqueros? [sic]” e ela dizia “não eu prefiro os craqueiros [sic]”. Ela chegou a afirmar isso mais de uma vez, como o seu Luiz, que hoje conversa junto, quer ajudar

¹² THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

no processo, ele é o síndico desse prédio, ele cansou de falar “eu preferia quando tinha um monte de craquento [sic] dormindo na minha porta porque me incomodava menos”. Eu sempre tentava dialogar “vamos achar um meio termo das coisas, porque a gente tem o alvará, a Prefeitura deu pra gente investir aqui, a gente não vai sair daqui, vocês não vão sair daí e a gente vai ter que achar um jeito de conviver”. Porque o município pode observar essa lei ou não é uma decisão do urbanismo mesmo, a escola aparentemente não tem alvará, pra Prefeitura a escola não existe, é uma escola estadual. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

Em outro depoimento, do IQ7, que reconhece a importância da escola, reforça-se uma questão que é a da marginalização, da exclusão, que envolve um ponto crucial nos processos de mobilização. A intenção é sempre integrar valores, de incluir para avançar no compartilhamento de interesses públicos e sobre o que significa a presença de uma escola naquele espaço. Os alunos, em alguns casos, além de serem jovens e adultos, têm uma característica social adicional de jovens em situação de risco, o que implica que precisam de orientação e supervisão ampliadas em muitos casos. Quando este quadro está instalado nas condições descritas, fica quase impossível uma convivência pacífica, além de trazer para o processo de mobilização uma variável que não se ajusta, ou seja, de que maneira uma ação de mobilização pode ser assim excludente.

Então, a escola faz um super trabalho, só que daí vem outros movimentos sociais do poder público, das pessoas, pra poder dialogar, porque a escola deveria ser integrada nesse movimento de revitalização e não foi, ela foi marginalizada. Até por nós ela foi marginalizada, pelo uso que os bares fizeram, eu estou disposta a fazer, mas não é o meu papel, puxar esse diálogo, puxar essa integração. Quem dá os alvarás? Quem dá? É a gestão municipal que tem que fazer isso, que tem que integrar a gente. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

Ainda segundo IQ7, a forma com que os procedimentos relacionados ao funcionamento das áreas de comércio dos bares e restaurantes mantêm o ciclo de funcionamento ativo não permite a vida normal dos moradores, apresentando conflitos de interesses o tempo todo.

No final de semana, uma hora da manhã é um horário mais que suficiente pra fechar, porque uma hora a gente fecha, leva mais uma hora pra dispersar. Existem pessoas que moram aqui. Existe um processo de gentrificação, mas a gente tem que pensar. Tem muita gente que surfou naquela onda, ficavam abertos até duas, três da manhã com música pra fora. Então, esse conflito veio com os moradores em função disso. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

Na fala de IQ9 também se destaca a figura do síndico do prédio residencial, localizado na primeira quadra da Rua São Francisco, em frente à escola, e como esse também apresenta conflitos. Ele é citado por outro informante, dando-se destaque aos efeitos das ações

no cotidiano das pessoas que ali somente residem, reforçando a impossibilidade do diálogo com os atores e desta forma precisando atuar em regime de “guerra”, segundo o comentário.

Coitado desse síndico do prédio aqui na frente, ele é uma pessoa que não se conforma, porque eles não dormem, porque a entrada do prédio dele é invadida. Ele tenta, ele coloca uma faixa, mas o pessoal não respeita aí ele se irrita e joga água sanitária para o pessoal manchar a roupa. Esse tipo de situação que acaba virando uma guerra. Isso é guerra. Uns jogam água, são coisas assim que você liga, a Polícia vem de vez em quando. Quando ela vem todo mundo pegou o seu celular e começou a filmar e dizer que a Polícia estava com abuso de autoridade. Mas ela está no seu direito de revistar e prender a pessoa. (Informação Verbal, IQ9, 2016).

As afirmações apresentadas mostram como as percepções se contrapõem nesta relação da ocupação e do uso dos espaços. E quando IQ3 situa conflito e confronto e se faz a conexão com a citação de IQ9, há uma mesma situação entendida de modos diferentes, o que pode acontecer quando não se incentiva os diálogos. Para Mafrá (2006, p. 81), o caminho está em “mobilizar a racionalidade”, quando o autor destaca a dimensão argumentativa do diálogo. Sem tal diálogo ocorre um possível esvaziamento dos sentidos que favoreceriam a deliberação de um modo participativo na busca de alternativas e soluções. E diante do processo de mobilização para a construção da praça, que ampliou seus usos, a divisão nas relações entre os sujeitos ali reunidos amplia o distanciamento.

Confronto não, conflito sim. Acho que uns achavam que o espaço ia atrapalhar a mobilidade dos moradores, outros falaram que é justamente o contrário, porque estavam dando segurança aos moradores, que ia ampliar porque estava trazendo visibilidade para a região, os estudantes falavam que aquilo era bom porque era um espaço não tão marginal, como eram as calçadas e os meios fios, outros falaram que não teria que ser na frente de uma escola, para não distrair os estudantes, tinha tudo, então existia conflito, mas confronto cai num problema mais social, de cidade mesmo. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

A seguir, na reflexão de IQ11, percebe-se um avanço nos questionamentos, considerando que esta informante (ver também QUADRO 3) mudou-se do local, após uma permanência de sete anos, em função da revitalização (o aluguel subiu de 700 reais para 5 mil reais) e, mais especificamente, pelos impactos gerados pela construção da praça. Ela traz, então, em diversos depoimentos, e neste especificamente, sua insatisfação com todo o processo e destaca a ausência de diálogo com os atores.

Ninguém nos procurou. A única vez que nos chamaram foi quando já tinha a problemática lá. A praça estava lá, os barzinhos estavam lá e o prefeito queria saber como que a gente se sentia, como os moradores estavam se comunicando com a gente, se estava dando problema ou não, o que precisava ser melhorado. Depois que estava ferrado tudo ele queria fazer mais ferração ainda. (Informação Verbal, IQ11, 2016).

Retoma-se aqui o fator da revitalização e a construção da praça na ótica de IQ9, que, como morador/vizinho, traz uma primeira opinião sobre o espaço, e o comentário que faz se refere à imagem do tapume com o painel da história da Rua São Francisco, quando da inauguração da rua pela Prefeitura Municipal, e em seguida, ao citar a construção da praça, momento em que começaram os conflitos relacionados à falta de respeito com a realidade da escola.

Aí veio a revitalização, ficou bonito, foi iluminado, ficou aquele painel que fizeram ali, ficou maravilhoso e daí veio a praça. Com o surgimento da praça, desde o primeiro momento a gente começou a ter problema por causa do barulho. Porque nunca essa escola foi respeitada como escola por ninguém, nem por Prefeitura, por ninguém que quis revitalizar essa rua. Nunca levou em consideração que aqui existia uma escola, nunca que as pessoas que idealizaram essa praça levaram em consideração que aqui tinha uma escola. Porque desde o princípio nós avisamos que eles colocavam documentários que eles eram ativistas e que eles tinham que fazer aquela movimentação chamar as pessoas pra fazer ali, passar os filmes e fazer até uma lavagem cerebral, desculpa falar assim, mas não se levou em consideração em nenhum momento. A gente pedia “licença, baixa o som, não pode ser outro horário?”; era como se isso aqui não existisse. Foi assim desde o primeiro momento. Não teve [consulta], foi olhando pela janela, escutando, vendo a movimentação das pessoas, foi assim que ficamos sabendo. (Informação Verbal, IQ9, 2016).

A seguir, outro depoimento de IQ9 reflete sobre a atitude diante de ações reivindicatórias levadas aos órgãos competentes e mescla entendimentos contraditórios. Pode-se pensar que há certa anuência por parte dos órgãos competentes em relação ao funcionamento das ações na praça e na Rua São Francisco, não priorizando as razões de impedimento explicitadas nos pedidos. A recorrente ausência de comunicação dialógica e de uma base de negociação dos diversos interesses ali envolvidos amplia o distanciamento entre os atores em uma pequena área, tendo em vista que estes fatos ocorrem na primeira quadra e assim não facilitam o entendimento das razões positivas desta resignificação do espaço público.

Então nós fizemos um abaixo-assinado na época e fomos pedir para a Prefeitura que eles respeitassem a gente. Porque a gente chamava a polícia e não resolvia. Nós fizemos outras ações no Ministério Público, em outras instâncias, pra gente poder resolver essa situação. Na Prefeitura a gente conseguiu que, de acordo com aquela lei que perto de uma escola não pode ter som alto a 200 metros, pelo menos quando acontecesse algum show na Praça do Ciclista que tivesse a nossa anuência. Mas o pessoal que administra a Praça do Ciclista ele não leva em consideração isso. As únicas pessoas que pedem a nossa anuência é o pessoal da Fundação Cultural. (Informação Verbal, IQ9, 2016).

O entendimento de IQ9, na citação abaixo, pode reforçar a compreensão de que o maior interesse se daria em função da revitalização. Sendo que os negócios ali instalados poderiam ser beneficiados, por meio de uma leitura ligada à lógica de mercado, vinculada a

um setor histórico e que carrega um imaginário relacionado ao turismo, sem que sejam consideradas outras variáveis do processo.

Nós, como escola, não fomos chamados, quem foi chamado era porque tinha interesse, eram as pessoas do comércio, as pessoas envolvidas nessa situação, não acredito que foram chamados, por exemplo, o síndico do prédio, pra participar disso. Foi realmente chamado só quem tinha interesse nessa construção. Não sei se é isso. (Informação Verbal, IQ9, 2016).

As ações relatadas por IQ9 ocorreram no formato de eventos que permitem que se retome uma reflexão feita nas categorias anteriores no que se refere ao viés do festivo e se considere a importância das atividades lúdicas e com significado, dentro das ações de mobilização. Ao mesmo tempo, lembra-se que no mesmo território os eventos seguem na direção específica dos negócios; a praça apresenta essa dualidade depois da inauguração.

Então eles também acharam que podiam trazer os eventos que eles queriam. Então, se fosse, porque nós temos aqui na escola as nossas aulas de arte, a gente poderia muito bem integrar, inclusive a gente tem com a própria Fundação Cultural, que nos liga aqui e nos oferece “olha está tendo passeio, está tendo museu, está tendo várias apresentações, vocês não querem trazer os alunos?”. (Informação Verbal, IQ9, 2016).

Sabe-se que somente durante a fase específica de construção de mobilização para a construção da praça é que houve um movimento mais harmonioso ou de compreensão do que poderia ser uma forma interessante revitalizar o lugar, por meio do espetáculo e da festa, como já analisado anteriormente. Quando, após a inauguração da praça, deixa-se de buscar essa manutenção do compromisso com a causa, há perda considerável de oportunidades de se contemplar outras maneiras de manifestações culturais ou de se criar atividades que possam favorecer o próprio aprendizado de quem está ali presente diariamente, como os alunos adultos da escola. Estes precisam entender caminhos diferentes para aplicar o conhecimento adquirido, além de poderem ter também experiências urbanas passíveis de tornar esse espaço um lugar de significados, como o pretendido pelo imaginário convocante dos editores e reeditores do processo de mobilização. Enfim, perde-se a chance de reafirmar a cidade como espaço para todas as pessoas.

Quantas vezes tem uma peça de teatro, um ensaio que precisa de gente e tal? A gente sempre teve uma parceria com eles [Fundação Cultural], porque por ser uma escola com jovens e adultos a gente sempre está indo nos lugares que têm apresentações culturais, se tivesse algo parecido aqui na praça a gente desceria com os alunos. Não tem problema nenhum. Está tendo aqui uma apresentação de teatro de duas horas, uma música que vai tocar ali, um saxofone, mas uma coisa que realmente faça diferença. Agora pra ficar ali só naquilo o tempo todo só pra vender a bebida e o consumo não dá, né? (Informação Verbal, IQ9, 2016).

A fala de IQ6, empresária, reforça a necessidade de que se estabeleçam outros modos de solução para os problemas comuns, quando afirma que “o pessoal começou a fazer *showzinho* na praça e a escola tem aula. Mas *shows* sossegados, mas teve alguns dias que colocaram som superalto e começou a atrapalhar a escola. Acho que era questão de conversa e bom senso.” (IQ6, 2015). Ou ainda quando comenta que as ações feitas na região tiveram a intenção apenas estética: “Foi feita a questão de deixar bonitinho e foram embora, e não se conversou com o resto. E essa conversa que a gente tenta, chama. Ficar correndo atrás é bem difícil.” (IQ6, 2015). Ela ainda diz: “Poucos têm iniciativa. Se a maioria sentasse, pois as conversas são bem difíceis.” (IQ6, 2015). Tal fala remete, apesar do desafio, à necessidade de se atuar na dimensão argumentativa, na qual os atores pudessem manifestar suas opiniões e fortalecer a unidade enquanto grupo que segue na mesma direção. Ainda que possa parecer utópico, é necessário seguir nesse caminho, para que se possa chegar à realidade mais próxima desse ideal.

A fala de IQ1, ao solicitar o auxílio da Guarda Municipal, traz sua interpretação de toda a ação realizada, no sentido de demonstrar a dificuldade em manter um canal aberto de opiniões e decisões sobre que mecanismos podem facilitar a vida na cidade, com a integração dos interesses diversos.

Eu lembro que até quando estava aquele clima chato, horrível, feio, eu passei na Guarda Civil Metropolitana e falei “dei uma passada ali e a galera está pichando, está estranho ali” e o guarda respondeu “pois é, os caras criaram uma praça ali sem conversar com a Guarda Civil, aquilo ali virou um mocó, vocês podiam ter conversado com a gente antes”, mas qual o dever da Guarda Municipal? (Informação Verbal, IQ1, 2015).

A reflexão de IQ3, retomando uma forma de entendimento que demonstra a maneira com que o grupo de ativistas entende o espaço público e as formas possíveis de diálogo, reforçando a presença, o “ser urbano”, como maneira de se comunicar.

Como eu vejo a ocupação do espaço urbano? Bom, eu sou uma mídia, eu sou uma mensagem que eu quero mandar para os outros, pra cidade, então acho que é uma coisa. Se eu interfiro nesse lugar de uma forma depreciativa, eu acho que ainda é um diálogo. Eu vejo esse lado mais do humano mesmo, eu acho que é alguma coisa que tem que ser ouvida nesse lugar. A falta de cuidado com o espaço público é talvez um reflexo da falta de cuidado, não que ela tenha com ela mesma, mas que o espaço está tendo com aquela pessoa. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Uma ausência de diálogo...Então o espaço não é tão público assim, talvez seja isso, quando ele não é cuidado pelas pessoas. Existe talvez uma opressão, existe talvez uma condição onde as pessoas tenham que se afinar quando na verdade está dizendo que aquilo é pra elas. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Quando não há o entendimento de que são as possíveis interações que permeiam o tecido cotidiano (que permitem a descoberta de modos de interpretar o estar agindo no mundo da vida), perde-se a oportunidade do convívio e da solução dos problemas comuns.

Eu acho que agora é um momento diferente, é um amadurecimento em que as coisas podem acontecer também em contato com o poder público e é nessa nova esfera que a gente está atualmente com essas pessoas. Com esse canal aberto de comunicação pra reivindicar, propor coisas quando eles não sabem fazer, mas também pra pôr a mão na massa. (Informação Verbal, IQ2, 2016).

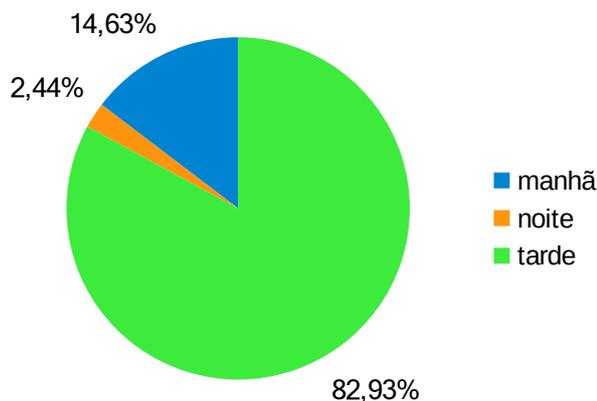
A condição necessária apresentada por IQ2 é que de algum modo os atores do poder público passam a entender que é na interação e convergência que ocorre a experiência comunicacional, capaz de ultrapassar a maneira conflituosa que se estabelece quando não se avança na direção do agir comunicativo, o qual alinha os objetivos pela cooperação.

5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E PÚBLICO

A análise apresentada a seguir foi realizada a partir dos dados obtidos por meio das respostas aos questionários empregados na primeira e segunda quadras da Rua São Francisco. Foram aplicados 41 questionários aos transeuntes das duas quadras da referida rua, entre os dias 13 e 18 de janeiro de 2016, em períodos variados do dia, com concentração maior de aplicações no período da tarde. Foram utilizadas duas opções de gráficos (pizza e colunas), de modo a mostrar com mais clareza a distribuição das dimensões estudadas, permitindo a identificação visual dos dados.

A apresentação dos gráficos busca ilustrar e compreender o perfil das pessoas que frequentam a Rua São Francisco nos dias atuais, bem como as razões de estarem naquele local, suas percepções em relação à revitalização da rua e à construção da Praça de Bolso do Ciclista. Apesar de não se tratar de amostra probabilística, os dados apresentam-se relevantes para a pesquisa, principalmente para identificar as relações entre os frequentadores e as transformações ocorridas nos últimos dois anos naquela região.

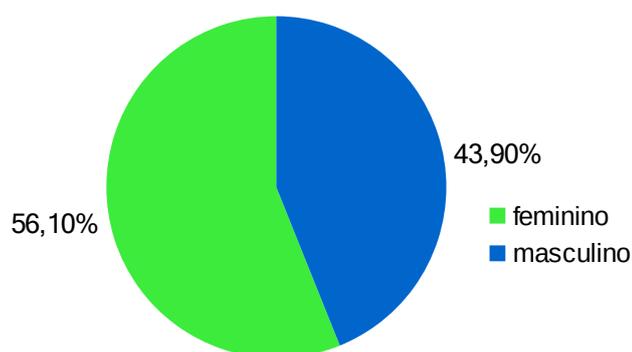
GRÁFICO 1 – PERÍODO DO DIA EM QUE OS QUESTIONÁRIOS FORAM APLICADOS



FONTE: A autora (2016).

Os questionários foram aplicados em diferentes momentos do dia. A predominância pela coleta durante o período vespertino em relação ao matutino (GRÁFICO 1) ocorre por conta da maior presença de frequentadores durante essa parte do dia. A porcentagem de aplicações noturnas indicada do Gráfico 1 ocorreu devido ao fato de algumas aplicações realizadas no período vespertino terem se estendido até o início da noite.

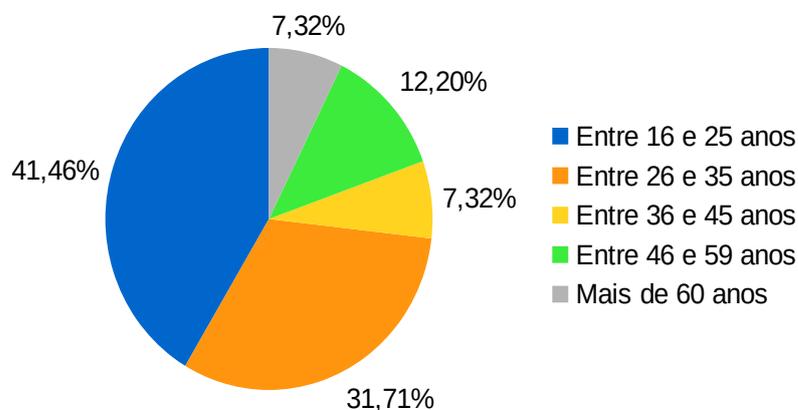
GRÁFICO 2 – FREQUENTADORES POR GÊNERO



FONTE: A autora (2016).

A aplicação dos questionários não buscou priorizar um gênero em detrimento ao outro. As abordagens seguiram o critério da aleatoriedade e contaram com a disponibilidade do transeunte em aceitar participar da pesquisa. De todo modo, observa-se (GRÁFICO 2) que a amostra contempla participações de ambos os sexos, com certa prevalência pelo gênero feminino.

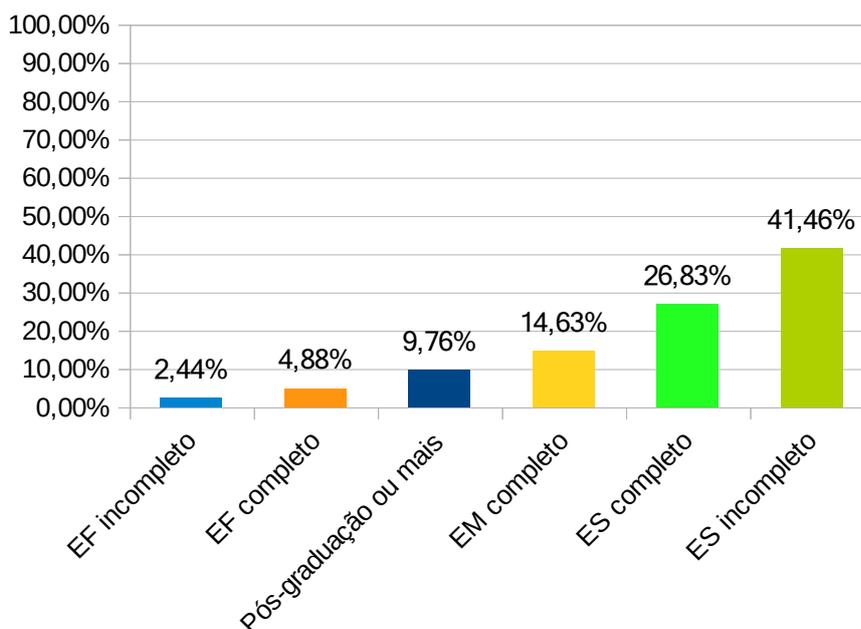
GRÁFICO 3 – FAIXA ETÁRIA DOS FREQUENTADORES



FONTE: A autora (2016).

A faixa etária dos frequentadores questionados é consideravelmente variada (GRÁFICO 3). Interessante ressaltar que a porcentagem maior é de adolescentes e jovens, entre 16 e 35 anos, que somados correspondem a 73,17% do universo total da amostra coletada. Contudo, os 26,84% restantes correspondem aos frequentadores com mais de 36 anos, o que mostra que apesar da predominância dos jovens, o público mais maduro também está presente na Rua São Francisco, nos períodos do dia estudados.

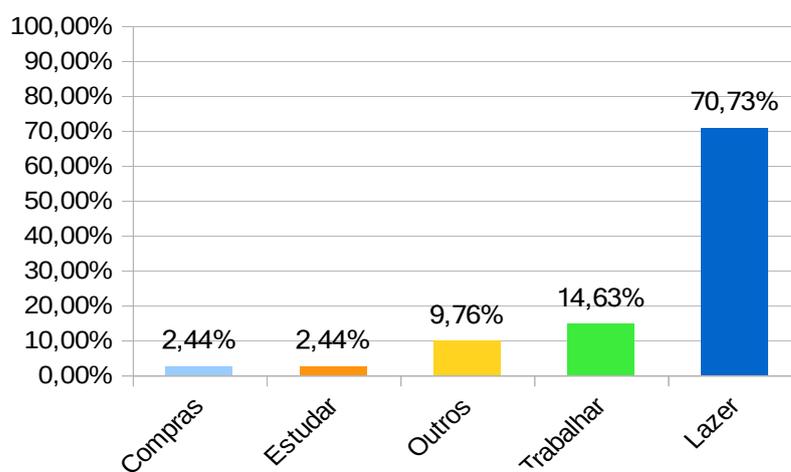
GRÁFICO 4 – FREQUENTADORES SEGUNDO A ESCOLARIDADE



FONTE: A autora (2016).

No quesito escolaridade, há predominância por frequentadores com Ensino Superior Incompleto ou Cursando o Ensino Superior (41,46%), ou seja, a maior parte do público que circula pela rua é de jovens universitários (GRÁFICO 4). Na sequência, aparecem os frequentadores com Ensino Superior Completo (25,83%) e Ensino Médio Completo (14,63%). Apenas 7,32% da amostra correspondem a pessoas com nível de instrução baixo, ou seja, que tenham concluído ou não o Ensino Fundamental.

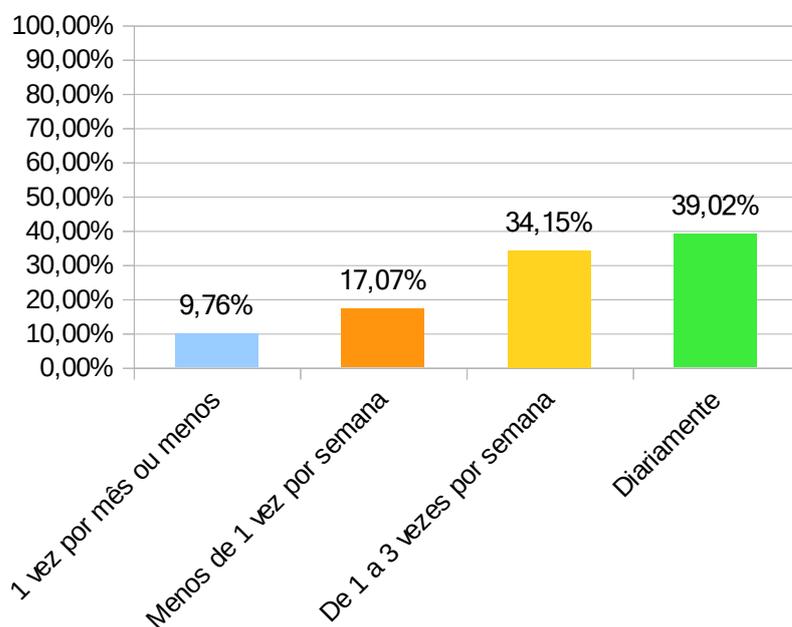
GRÁFICO 5 – RAZÕES PARA FREQUENTAR A RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: A autora (2016).

Entre as razões para frequentar a Rua São Francisco, conforme indicado nas amostras, a ampla maioria (70,73%) corresponde a atividades de lazer (GRÁFICO 5). A segunda razão mais indicada foram atividades de trabalho (14,63%), seguida de outras (9,76%) que, conforme relatado nos questionários, seriam atividades de passagem, como parte do deslocamento pela cidade. A maior porcentagem, correspondente a atividades de lazer, converge com a proposta da revitalização da Rua São Francisco, que era justamente explorar sua vocação de eixo gastronômico.

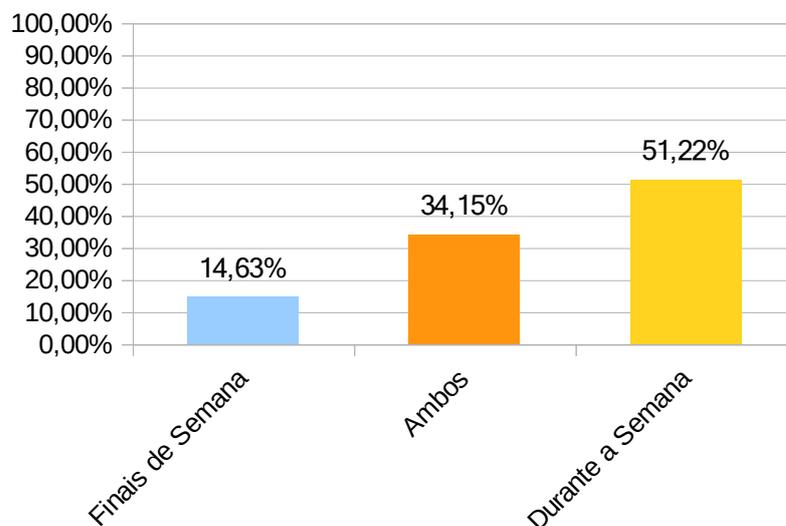
GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA NA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: A autora (2016).

Quando questionados com qual frequência os transeuntes compareciam à Rua São Francisco, 39,02% informaram que o fazem todos os dias e 34,15% disseram de uma a três vezes por semana (GRÁFICO 6). Dessa maneira, fica evidente o caráter de lazer da região, uma vez que a maioria dos frequentadores (73,17%) vai à rua semanal ou diariamente, e 70,73% vão por razões de lazer (GRÁFICO 5). Ao analisar tais dados é possível observar que os conflitos ocorridos em diferentes momentos na Rua São Francisco sejam, em parte, ocasionados pelo choque de usos daquele local, uma vez que, além dos bares e restaurantes, há prédios residenciais em ambas as quadras.

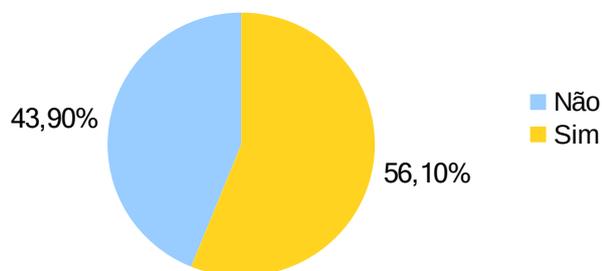
GRÁFICO 7 – FREQUÊNCIA CONFORME O DIA DA SEMANA



FONTE: A autora (2016).

Um dado interessante é que, na amostra coletada, há mais frequentadores nos dias úteis do que aos finais de semana (GRÁFICO 7). Assim, as atividades de lazer (conforme indicado no Gráfico 5) não são exclusivas do final de semana, pelo contrário, ocorrem mais nos dias úteis. A alternativa “ambos” foi colocada no questionário porque durante a realização do pré-teste observou-se que alguns frequentadores tinham o hábito de ir à Rua São Francisco tanto de segunda a quinta-feira quanto nos finais de semana (considerado como sexta-feira, sábado e domingo). Acredita-se que tal condição seja proporcionada pela localização da rua, ou seja, as pessoas que estão no centro da cidade para trabalhar, estudar, etc., dirigem-se à Rua São Francisco para se divertir.

GRÁFICO 8 – PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE FREQUENTAVAM A RUA SÃO FRANCISCO ANTES DA REVITALIZAÇÃO

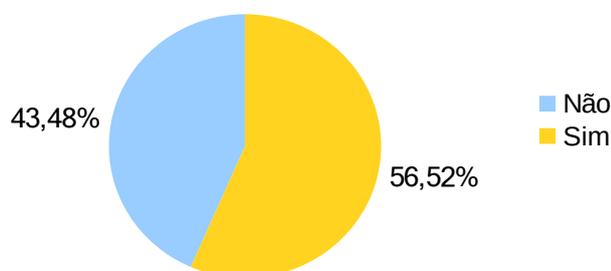


FONTE: A autora (2016).

Outra informação importante obtida na amostra é que 43,90% das pessoas informaram que não frequentavam a Rua São Francisco antes da revitalização, ou seja, tornaram-se frequentadores após esse processo (GRÁFICO 8). Já entre as pessoas que frequentavam a Rua São Francisco há mais de dois anos (período que contempla a revitalização), todas observaram mudanças no local, seja em relação aos aspectos estruturais e arquitetônicos ou à mudança do público frequentador.

Considerando o público que já era frequentador antes da revitalização, 56,52% informaram que começaram a frequentar mais a rua depois desse processo (GRÁFICO 9). Ou seja, para a maioria das pessoas que já frequentavam a rua, a revitalização, de alguma maneira, fez com que elas se sentissem confortáveis em se dirigir àquele local.

GRÁFICO 9 – PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE PASSARAM A FREQUENTAR MAIS A RUA SÃO FRANCISCO APÓS A REVITALIZAÇÃO

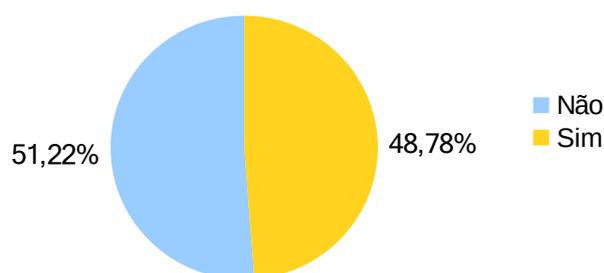


FONTE: A autora (2016).

Voltando ao universo total das amostras coletadas, 48,78% dos frequentadores informaram que souberam da mobilização a respeito da construção da Praça de Bolso do

Ciclista e 51,22% afirmaram desconhecer esta iniciativa, o que mostra uma diferença ínfima entre os públicos, evidenciando que as práticas comunicativas sobre a ocupação da praça conseguiram atingir uma parcela significativa de frequentadores (GRÁFICO 10).

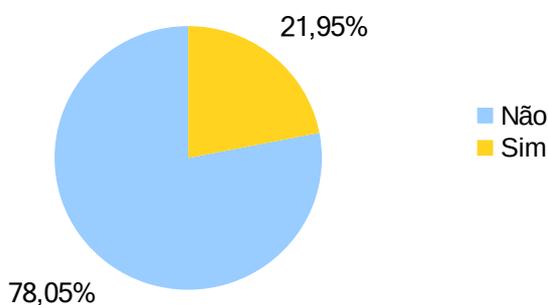
GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE SABIAM DA MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



FONTE: A autora (2016).

Com relação à participação no processo de construção da Praça de Bolso do Ciclista, 21,95% responderam afirmativamente e 78,05% negativamente (GRÁFICO 11). Isso mostra que apenas uma pequena parcela sentiu-se mobilizada a ponto de contribuir com o processo. As contribuições dos frequentadores, segundo eles, ocorreram no momento dos mutirões.

GRÁFICO 11 – PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE PARTICIPARAM DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA

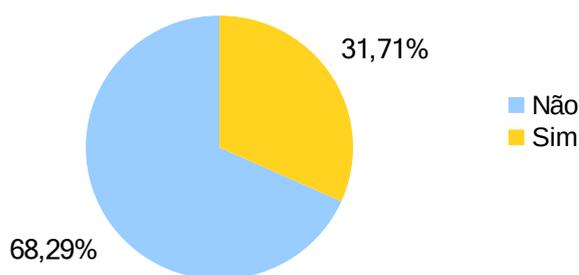


FONTE: A autora (2016).

Ao se considerar o universo total de frequentadores da Rua São Francisco (independentemente da frequência antes ou depois da revitalização, da participação ou não da

construção da Praça de Bolso do Ciclista), apenas 31,71% afirmaram que criaram um vínculo com aquele local (GRÁFICO 12). Esse dado evidencia que, para a maioria das pessoas, não basta frequentar a rua e/ou participar de alguma atividade de intervenção urbana no local para que se crie um vínculo (no sentido de pertencimento). Outro fator interessante a se ressaltar é que as transformações estéticas promovidas pela revitalização e pela construção da praça não foram suficientes para que as pessoas estabelecessem uma relação de fazer parte do local. É inegável que, entre os ativistas que participaram da construção da praça, há uma relação mais próxima de pertencimento, no entanto, isso ocorre apenas com uma parcela menor entre os frequentadores do espaço.

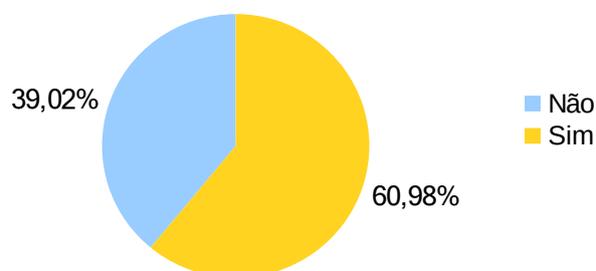
GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE CRIARAM VÍNCULO COM A PRAÇA DE BOLSO E SEU ENTORNO



FONTE: A autora (2016).

Uma das questões tinha o propósito de identificar se a mobilização para a construção da Praça de Bolso passou uma mensagem de cuidado com aquele espaço urbano, ou seja, se intervenções dessa natureza transmitem a outras pessoas a ideia de que qualquer lugar dentro da cidade pode ser cuidado e mantido pelos próprios cidadãos. E como pode ser observado (GRÁFICO 13), 60,98% da amostra, portanto uma parcela expressiva dos frequentadores acredita que sim, que a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista passou uma mensagem de que existem formas de cuidado com aquele espaço urbano.

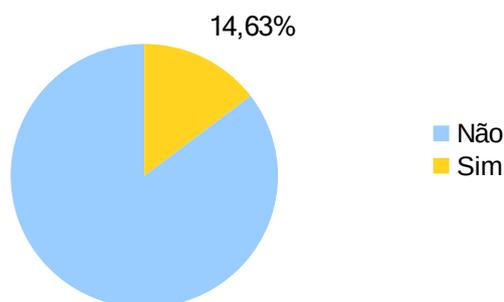
GRÁFICO 13 – PORCENTAGEM DE FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LOCAL



FONTE: A autora (2016).

Os dados coletados também evidenciam que, no universo dos frequentadores da Rua São Francisco, a intervenção em um espaço urbano não é uma prática ou um hábito, tendo em vista que apenas 14,63% afirmaram já ter exercido tal prática (GRÁFICO 14).

GRÁFICO 14 – PORCENTAGEM DOS FREQUENTADORES QUE JÁ PARTICIPARAM DE ALGUMA INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO



FONTE: A autora (2016).

Ao fazer um comparativo entre os frequentadores de cada quadra (GRÁFICO 15), observa-se que, na primeira quadra, 40% dos respondentes afirmaram ter criado um vínculo com o lugar e 60%, não. Já na segunda quadra, 23,81% afirmaram ter criado vínculo em contraposição a 76,19%, que não criaram. Isso mostra que a porcentagem de frequentadores que criaram um vínculo com o local é maior na primeira quadra, talvez até pela proximidade com a própria Praça de Bolso do Ciclista.

GRÁFICO 15 – COMPARATIVO ENTRE QUADRAS DOS FREQUENTADORES QUE CRIARAM OU NÃO VÍNCULO COM O LUGAR



FONTE: A autora (2016).

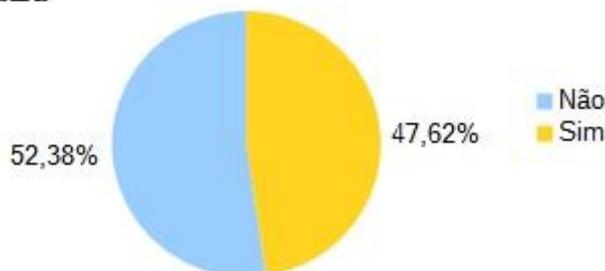
Em um segundo comparativo entre as quadras, observa-se que a ampla maioria (75%) dos frequentadores da primeira quadra acredita que a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista passou uma mensagem de formas de cuidado com o lugar (GRÁFICO 16). Por sua vez, 52,38% dos frequentadores da segunda quadra não acreditam nessa hipótese. Essa comparação evidencia certa diferença de opiniões e posicionamentos entre os frequentadores da primeira e da segunda quadra da Rua São Francisco; tal diferença foi observada, ainda que de maneira pouco evidenciada, durante a aplicação dos questionários.

GRÁFICO 16 – COMPARATIVO ENTRE QUADRAS DOS FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LUGAR

1ª quadra



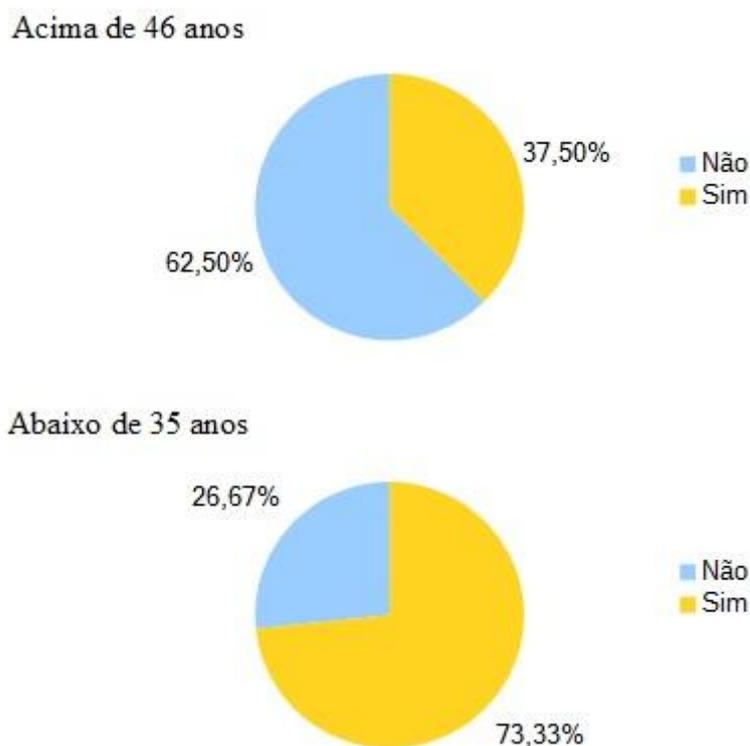
2ª quadra



FONTE: A autora (2016).

Outro comparativo interessante com relação ao fato da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista ter ou não passado uma mensagem de formas de cuidado com o lugar foi observado a partir da faixa etária (GRÁFICO 17). Enquanto que para 37,50% dos frequentadores acima de 46 anos a mobilização não passou a mensagem de formas de cuidado, 73,33% dos frequentadores abaixo de 35 anos acreditam que sim. Esse dado ressalta que, entre os frequentadores mais jovens, a mobilização e a própria intervenção no espaço urbano demonstram uma forma de cuidado com a cidade, enquanto o público mais maduro não percebe isso da mesma forma.

GRÁFICO 17 – COMPARATIVO ENTRE FAIXA ETÁRIA DOS FREQUENTADORES QUE ACREDITAM QUE A MOBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA PASSOU UMA MENSAGEM DE CUIDADO COM O LUGAR



FONTE: A autora (2016).

As análises elaboradas a partir de cada gráfico e seus dados permitem que se estabeleça nesta etapa uma conclusão sobre a validade da elaboração dos questionários na fase posterior da construção da praça. As informações obtidas a partir da aplicação dos questionários demonstram que 70,73% dos frequentadores buscam a região para atividades de lazer, como uso da Rua São Francisco (enquanto área de entorno da Praça de Bolso do Ciclista), e essa constatação alinha-se com a proposta prevista da revitalização, considerando a rua como um eixo gastronômico, e as mudanças havidas no local podem favorecer a circulação na região.

A faixa etária dos frequentadores é variada, com predominância de adolescentes e jovens entre 16 e 35 anos, que somam 73,17%. Entre os frequentadores questionados, 60,98% acreditam que a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista passou uma mensagem de cuidado com aquele espaço urbano.

Comparando as duas quadras, a maioria dos frequentadores da primeira (75%) acredita que a mobilização passou uma mensagem de cuidado com o lugar. Em contrapartida,

na segunda quadra, a maioria (52,38%) dos frequentadores não acredita nessa condição. Ainda com relação à mesma questão, considerando o universo geral das duas quadras, a maioria do público mais jovem (73,33%), ou seja, abaixo de 35 anos, acredita na mensagem de cuidado passada pela mobilização. Por outro lado, para a maioria (37,50%) dos frequentadores mais velhos, ou seja, acima de 46 anos, a mobilização não passou tal mensagem.

Essa realidade se constitui em uma nova fase para a região, e o que fica evidente é que a escolha do lugar, como espaço de lazer, de encontro, de aglomerações como modos de estabelecer a vida no lugar, justifica o que tem sido bem marcado em todas as análises, que é o “estar junto”. Esse fato ultrapassa as razões mercadológicas dos empreendimentos que ali se localizam, na medida em que a rua se torna o ambiente para se reunir, conversar, e os bares e restaurantes cumprem em parte esse papel. Além dessa compreensão relacionada ao lazer, aliada aos empreendimentos, há a convergência de interesses de diferentes grupos e tribos que se manifestam nessa ampliação do território da praça. De todo modo, alguns empreendimentos, ao ali se instalarem, já consideraram a rua como extensão de sua área específica e confirmam o desafio e a necessidade de como as negociações devem ser feitas para atender aos circulantes e moradores, reforçando a questão de que é um espaço público da cidade onde deve vigorar o direito de todos.

5.3 ANÁLISE DOS VÍNCULOS

Esta pesquisa consiste em três etapas analíticas, sendo a primeira relativa às inferências a partir dos conteúdos obtidos nas entrevistas em profundidade, organizadas em três categorias, com suas respectivas Unidades de Significado (USs). A segunda etapa situa os públicos presentes após a intervenção na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, em suas razões de uso e frequência nessa região, com base na aplicação de 41 questionários, e com os quais não se teve a intenção de quantificar a amostra e sim dar suporte à evolução da investigação qualitativa. E a terceira etapa, relativa a este tópico, é aquela que contempla a análise dos vínculos ligados ao processo de mobilização social, com base na proposta de Henriques et al. (2007), utilizando-se os resultados obtidos na primeira etapa de análise.

Assim, esta terceira etapa apresenta de que forma se estabelecem determinados vínculos, propostos pelos autores citados acima – além de mais um vínculo proposto pela autora deste trabalho –, em relação a vários aspectos do processo de mobilização social, de forma a se verificar a sustentação ou não desses aspectos. De acordo com os autores trazidos no referencial teórico, o processo de mobilização social para sua efetiva realização não pode prescindir de mecanismos que favoreçam a compreensão dos modos possíveis de se

estabelecer vínculos, bem como da própria condição de pertencimento, que são essenciais para a continuidade desses projetos.

No decorrer da pesquisa, ao se definir os entrevistados escolhidos a partir do critério de *snowball*, buscou-se identificá-los segundo o mapa tridimensional dos públicos proposto por Henriques et al. (2007). No entanto, após a análise das entrevistas, pode-se afirmar que os perfis de ativistas, empresários e moradores/vizinhos se enquadram em parte em cada dimensão, não se podendo enquadrá-los em uma única delas. De acordo com os depoimentos, os ativistas podem ser reconhecidos como geradores do processo de mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista. Essa inferência está fundamentada, por exemplo, quando o grupo organizador do Fórum Mundial da Bicicleta se reconhece capaz de seguir na direção de outra ação mobilizadora, neste caso, a construção da praça.

Os empresários foram caracterizados inicialmente como legitimadores. Os três entrevistados que compõem este perfil, na fase da construção, desempenharam tarefas que legitimavam aquele processo. Entretanto, um desses empresários (IQ8) representa um papel híbrido, por ter trabalhado em um dos estabelecimentos da Rua São Francisco durante a mobilização e ser atualmente um empresário que também mora no local. Tal característica traz para a sua tipologia um cruzamento diante de suas próprias ações e julgamentos sobre como o processo foi e é conduzido, e que aparecem nos seus depoimentos.

Os vizinhos/moradores se enquadrariam como beneficiados, uma vez que não são legitimadores nem geradores, porém estão na área de abrangência da ação mobilizadora. Dentro da proposta do mapa tridimensional dos públicos, os beneficiados se referem àqueles que estando próximos ao objeto da mobilização podem receber os benefícios dessa ação, neste caso a praça. Porém, de acordo com esta análise, esse grupo de entrevistados não se considera beneficiado, tendo em vista que, na opinião deles, a localização espacial é totalmente prejudicial ao seu cotidiano devido aos usos feitos da praça e seu entorno a partir da realidade, essa caracterização da escala de públicos se apresenta de forma didática, como afirmam os próprios autores (HENRIQUES et al., 2007). Na prática, a intenção é que ocorra uma movimentação nessas dimensões, uma vez que elas devem ser relacionadas à escala de vínculos, que pressupõe uma evolução no comprometimento dos atores envolvidos e que pode ser melhor compreendida a partir da Figura 1, sendo somente dessa forma que se pode pensar na continuidade e corresponsabilidade preconizadas como vínculos por Henriques et al. (2007).

FIGURA 8 – ESCALA DOS NÍVEIS DE VINCULAÇÃO



FONTE: HENRIQUES et al., (2007).

A intenção desta terceira etapa de análise é apresentar uma reflexão de como os vínculos propostos pelo autor (FIGURA 8) estão contemplados no caso da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista, acrescentando alguns depoimentos para integrar com o que já foi elaborado nas análises das categorias. Essa integração dos vínculos, como forma de ampliar o entendimento de como a intervenção realizada traz desdobramentos nas formas de convívio e proximidade urbana, é que permite o avanço em termos de continuidade de propostas inseridas em processos de mobilização. Dessa maneira, pode trazer outras variáveis ao conjunto necessário para a manutenção de uma ação dessa natureza, além de permitir, como manifestaram alguns dos entrevistados, a busca de alternativas para a fase que se instala após a inauguração da praça.

NÍVEIS DE VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO
Localização Espacial	Localização (real ou virtual) dos públicos em relação à área de atuação do projeto.
Informação	De diversos níveis de detalhamento, veiculadas ou não pela mídia, oficiais ou não e de diferentes naturezas (vinheta, <i>slogan</i> , dados de pesquisas, etc.).
Julgamento	Posicionamento por parte dos públicos em relação ao projeto. Está ligado a juízos de valor.
Ação	A contribuição (direta ou indireta) dos públicos em relação aos objetivos do projeto. Pode ser pontual, eventual ou permanente e se materializar por meio de ideias, produtos, serviços, estudos, etc.
Coesão	São as ações interdependentes e interligadas, que possuem o mesmo alvo, realizadas pelos públicos para que os objetivos do projeto possam ser alcançados.
Continuidade	Ocorre quando as ações passam a ser permanentes, num processo contínuo.
Corresponsabilidade	Os públicos desenvolvem uma relação de pertencimento em relação ao projeto, entendendo a sua atuação como parte fundamental deste, assumindo, assim, um sentimento de responsabilidade.
Participação Institucional	Quando a atuação dos públicos é materializada por meio de convênios e contratos, muito embora esse não seja um objetivo principal dos processos de mobilização, uma vez que esta condição o descaracterizaria enquanto sistema aberto e flexível.

FONTE: Adaptado de HENRIQUES et al., (2007).

Primeiro vínculo: Localização espacial

A *localização espacial* relativa ao objeto desde processo de mobilização lhe dá muito significado por ter sido uma ação urbana desenvolvida no centro comercial e histórico da cidade de Curitiba, enfatizando um modo de pensar e viver a cidade, e poder trazer, para um espaço urbano e público, razões para se estabelecer a proximidade e o convívio entre as pessoas, questão já destacada na análise das categorias.

A espacialidade da praça, por estar situada no âmbito da própria revitalização proposta para a região, na qual a Rua São Francisco aparece como tendo vocação para compor um eixo gastronômico, faz com que sua localização ultrapasse as razões específicas de uma ação de mobilização, interligando estas ações fortemente com sua dimensão territorial, que integra o ajuste dos interesses do turismo e do consumo. Assim a localização espacial, como vínculo proposto no processo mobilizador, situa interesses diversos reunidos em uma pequena área urbana, duas quadras de uma rua, ou mais especificamente a primeira quadra.

Em seu escopo estão relacionados interesses econômicos precisos que incluem novos empreendimentos imobiliários e o conjunto de bares e restaurantes ou negócios que

puderam/podem ser instalados a partir desta intervenção da revitalização ampla e, na sequência, durante a instalação da Praça de Bolso, com todo o esforço já exposto.

A mobilização e a construção da praça dialogam de alguma forma com todas estas variáveis e apresentam, ao se relacionar com estas interfaces, vantagens e desafios. Sob a ótica dos negócios toda ação que crie movimento, circulação, vida ativa neste entorno, é em tese bem-vinda. Por outro lado, uma ação realizada em um espaço com visibilidade passa a ter uma área ampliada de intervenção. A praça e a Rua São Francisco, neste sentido, compõem um espaço, mesmo que seja como referência de entorno.

Considerando-se então as características de espacialidade e sociabilidade, a localização está fortemente vinculada ao processo de mobilização, pois não é possível dissociar a causa do espaço. Assim mesmo, o espaço pode e deve ser também compreendido, a partir do referencial teórico que situa os conceitos de território, espaço e territorialidade, integrando com aspectos das urbanidades, enquanto experiência do viver o urbano. Como afirma Maffesoli (2014, p. 222) “a experiência do vivido em comum é que fundamenta a grandeza da cidade.” E a efervescência do espaço com a construção da praça e os seus usos, está posta com sua sedução e contradições, mas contendo acima de tudo um fluxo interativo, no qual a comunicação se coloca como pressuposto para a constituição do social.

Segundo vínculo: Informação

A *informação*, como elemento que permite o acesso de todos os interessados ao processo de mobilização social, para se inteirarem sobre o que vai acontecer, ou o que está acontecendo, também permite definir as causas e a direção do processo em curso, tanto na fase da mobilização quanto após seu término.

No caso em estudo, o processo informacional teve a peculiaridade de estabelecer como canal de informação a própria praça, por sua visibilidade urbana central, como já ficou claro na análise das categorias.

No âmbito das mídias sociais digitais, o *Facebook* teve um papel fundamental em todas as convocações para os mutirões semanais e outras ações, e, após a inauguração, os eventos que começam a ocorrer também são divulgados por essa rede, além de representarem uma forma de ocupação contínua do espaço. O GT da praça, um grupo criado no *Facebook*, ficou com a tarefa de gerir as novas ações a serem desenvolvidas após o término da ação

mobilizadora principal. Um anúncio¹³ publicado no jornal local em fevereiro de 2015 apresentou um dos ativistas como embaixador da praça, sendo uma das formas encontradas para dar sustentação informacional ao processo.

A reflexão de IQ1, ao resgatar o significado das atividades com as crianças na praça, reforça os valores ali presentes, mais uma vez utilizando da rede social de informações para ampliar o número de pessoas a se envolverem no processo.

As minhas filhas passam por ali, a Praça de Bolso na cabecinha delas já existe, o aniversário delas ano passado [2014] foi ali, no meio da rua, então é claro que existe um desejo que essas energias se equilibrem. Ontem mesmo eu criei uma conversa no *Facebook* e comecei a adicionar pessoas que têm essa vontade, esse carinho, que topam fazer alguma coisinha lá. E daí eu fui ver, no final, tinham 45 pessoas. (IQ1, 2015).

O lançamento do documentário da Praça de Bolso do Ciclista ocorreu em fevereiro de 2015, com uma apresentação no local. Ele representa um resgate de todo o processo de mobilização e construção e dá continuidade dos usos sobre a praça e seu entorno, constituindo, por si só, um registro informacional de memória.

O processo informacional que se estabeleceu foi de impacto, na medida em que a construção da praça teve visibilidade nas maneiras escolhidas para gerar conhecimento e adesão, mas assim mesmo com um recorte de segmentação, pois não houve a amplitude e a profundidade de uma campanha, o que pode ter gerado certa fragmentação entre os possíveis legitimadores e beneficiados.

Terceiro vínculo: Julgamento

O *juízo* de como o processo ocorre e pode ser avaliado pelos atores, de forma a justificar a adesão à causa, está presente nas categorias analisadas, na maneira com que as informações foram trazendo consistência para o processo decisório.

Ao se localizar a escolha e as formas de participação, é necessário considerar todo o referencial de conhecimentos e valores que podem de algum modo influir no modo como cada sujeito estabelece suas escolhas e que forma percorre o sentido das interações que ocorrem dentro de um espaço social.

No caso da Praça de Bolso, no âmbito da ideia de experiência urbana, o processo de mobilização apresenta razões para a adesão a ele, que passam pelo imaginário convocante e pelas diversas formas de diálogo que se estabelecem, favorecendo a sociabilidade neste

¹³ GAZETA DO POVO. Política cidadã. Curitiba: 14 fev. 2015. Propaganda publicada no jornal Gazeta do Povo.

território urbano no qual as relações se constroem. Como afirma Maffesoli (2014, p. 219-220), “[...] devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com os outros”. Assim, desde a organização anterior do grupo de ativistas, outros atores foram sendo chamados de diferentes maneiras a participarem de uma ação que traz como razão intervir e criar o convívio em um espaço público.

Essa característica de se relacionar, atribuída à ação, traz para o vínculo do julgamento toda a dimensão simbólica que está presente na praça. As relações fortalecidas entre os ativistas que referenciam o significado de “estar junto” vão sendo ampliadas para outros atores, frequentes ou circunstanciais, para este cotidiano compartilhado.

O vínculo julgamento está ligado à questão da avaliação de todo o processo de mobilização, que, por apresentar diversos momentos, não é fácil de se ajustar aos diferentes públicos envolvidos. Há depoimentos, por exemplo, ligados aos fatores de conflitos que apresentam um julgamento negativo de toda a situação; outros revelam o desejo de se buscar na negociação a via de soluções compartilhadas. Evidencia-se, assim, como o vínculo julgamento situa os valores e crenças que estabelecem diálogo, conflito ou confronto, em momentos diferentes e consecutivos de um processo mobilizador. Ainda mais quando tal processo se desenvolve no centro de uma cidade, que, em tese, tem espaços que pertencem a todos.

No sábado agora começou também esse projeto de novo, então o dia inteiro vai ter brinquedos para as crianças e termina sempre com chorinho, com samba, na rua mesmo, e essa é a vontade de trazer, definir como público as famílias e os moradores ali. Essa é a proposta dos comerciantes. O ideal é que haja uma mesa bastante interdisciplinar e institucional da FAS [Fundação de Ação Social], da saúde, do turismo, da URBS, da COMEC, da CONSEG, a Guarda Municipal, a Associação dos Empresários, todos esses órgãos estudem e consigam começar a dialogar e encontrar a saída, porque cada um vai fazer sempre uma coisa, mas tinha que ser mais articulado. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

Esse depoimento de IQ3 situa no âmbito da continuidade das ações, a importância de que os diversos atores busquem soluções que atendam o privado, o público e o coletivo.

Em um processo de mobilização e de continuidade de ações, a exclusão de determinados atores, como a escola no caso do espaço em estudo, são fatores que criam dissonância nos fluxos comunicacionais e rompem a coesão, fazendo com que surjam com mais força julgamentos dissonantes. Nesse caso, quando emergem conflitos a partir dos fatos e demandas de mudanças e soluções, o ator a ser chamado deveria ser a Prefeitura Municipal,

como canal de intermediação e de autoridade diante das decisões negociadas e cumpridas ou não cumpridas, como a esfera de poder.

Quarto vínculo: Ação

A *ação* se concretiza na própria construção da praça e aparece descrita em diversos momentos desta dissertação, revelando a forma de organização do grupo, as articulações feitas, a disciplina do núcleo duro diante do objetivo estabelecido. A ação de mobilização tem prática inspiradora da artista urbana Mona Caron; o reforço de como as pessoas, ao se encontrarem, estabelecem relações que tornam melhor a vida na cidade. As descrições já feitas sobre a mobilização e o percurso etnográfico especificam os passos desse feito, bem como as fotos que ali estão auxiliam ainda mais nessa compreensão. A apresentação aqui mais resumida deste vínculo não quer dizer que ele não seja bastante significativo, pois é quase o cerne da mobilização, e sim significa o cuidado de não trazer a repetição de informações. A afirmação de IQ5 pode dar a dimensão de toda a ação desenvolvida e suas especificidades, bem como as motivações e os modos de se manter o que foi construído.

As pessoas próximas da gente achavam a gente maluco por fazer uma coisa assim “mas vocês estão ganhando pra fazer isso?”, a gente vai trabalhar e não vai ganhar nada. As pessoas ficavam rindo. A percepção foi de surpresa, era meio assim, ninguém nunca mete a mão pra fazer uma coisa pública, a não ser que seja pra você mesmo. Aqui é uma coisa no centro da cidade, é uma praça, é pública, não é da gente, é claro que eu cuido dela, vivo passando ali de bicicleta, cato lixo, a gente está sempre arrumando, não tem como desvincular. *Petit pavê* é a minha assinatura, está ali no cantinho do muro, eu desenhei, eu criei a imagem, a galera aprovou e eu coloquei o *petit-pavê*, aquilo é a minha obra de arte. Aquele muro onde está o grafite fui eu que construí, aquilo ali eu construí para as pessoas, é uma honra ter participado e agora cuidar de lá. Se eu tive a pachorra de fazer isso para as pessoas eu vou cuidar também para as pessoas. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

A descrição detalhada do entrevistado acima pode ser relacionada aos vínculos de julgamento, informação, localização, corresponsabilidade, coesão e continuidade, ou seja, em uma única afirmação, é possível entender um processo e seus desdobramentos, que integram, também, os demais depoimentos já apresentados.

O vínculo ação deve ser considerado forte no processo de mobilização estudado, porque que dá materialidade a um plano, permite que se compreenda a extensão de um ato que pressupõe os processos interacionais e comunicacionais, para a obtenção dos resultados, ou seja, a praça pronta. A noção dos mutirões continuados em todos os finais de semana, a partir de maio de 2014, mesmo com a inauguração da praça em setembro do mesmo ano, permaneceu em outras atividades como as diversas apresentações artísticas no local. O filme

Praça de Bolso do Ciclista, produzido por um dos ativistas em fevereiro de 2015, destaca a intensidade de toda a ação, ainda mais na forma de documentário.

Quinto vínculo: Coesão

A coesão é o vínculo que situa as maneiras possíveis dos atores operarem, interligados em seus objetivos e, nesse caso, se referindo ao nível de engajamento e compromisso do grupo e dos outros autores envolvidos na construção da praça e seus usos. A questão trazida por Henriques et al. (2007) é que a coesão contemple ações que sejam integradas e sequenciais, ou seja, não estejam desconectadas e ou fracionadas, perdendo o sentido de conjunto e integração.

No caso da Praça de Bolso é possível identificar essa coesão desde a fase posterior à mobilização, quando dos relatos do grupo Interlux, como um coletivo que atuava com a jardinagem libertária e outras ações, com alguns participantes que compõem o núcleo duro dos ativistas. A própria dinâmica do Ciclo Iguaçu, enquanto associação, requer a unidade para poder atuar no real sentido de um grupo associativo. A questão relacionada com o cicloativismo representa uma causa configurada que integra essa coesão que, ao ir além dos associados, se amplia para aqueles que, mesmo não sendo ativistas, podem reconhecer valor nessa forma de se unir em torno de uma causa em uma cidade, que passa a integrar mais os cidadãos, ou parte deles, ao constituir estas “pequenas frestas urbanas”, como afirma IQ1 (2015).

É possível aqui situar o conceito de identidades coletivas (HENRIQUES et al., 2007), porque o coletivo por si só já estabelece a coesão, ao reforçar de que é por meio do “estar junto” que se avança para o sentido da união. Até porque essa comunidade, mesmo que não esteja presente no mesmo território, sustenta seus objetivos comuns, que vão além do espacial em direção à unidade solidária, e ultrapassa a temporalidade de uma ação específica. A coesão está então bem caracterizada em toda a ação de construção da praça pelos diferentes atores que circularam no processo, garantindo um fluxo interacional consistente e focado na tarefa.

Em contrapartida a coesão entre outros atores do entorno, que integram os entrevistados que compõem o grupo de empresários e os moradores/vizinhos, não apresenta essa ligação, não estando presente da mesma forma. O depoimento de IQ3 explicita outros comportamentos e também o próprio julgamento sobre a ação que estava sendo desenvolvida.

A intenção de trazê-lo aqui, no vínculo coesão, favorece o retratar diferentes modos de outros atores vivenciarem toda a ação.

Ah, eu percebi que era um fenômeno. Uma curiosidade é como as pessoas se revelaram. Porque tinha muito morador que passava e a gente não vê esse morador em outro lugar, porque parece que não tem ainda esse lugar a ser preenchido, tem muito morador que chegava e eu estava ali fazendo a graminha, por exemplo, e já era o finalzinho da obra, eu já estava fazendo a graminha e aí chegou uma pessoa e ficou olhando e disse “posso te ajudar?” e eu “claro! Já fiz ali, você faz aqui”. Aí chegou outra pessoa, outro menino e falou assim “tem mais grama aí, posso fazer?”. E esse pessoal era morador aqui da rua ou do prédio, coisa que hoje, depois de tanto auê, não sei se é unânime, mas tem muito morador que tem incômodo com os barulhos da praça, mas esses outros moradores, que eu acho que não são os mesmos, eles se revelaram nesse momento, onde tinha algo a se fazer, pra participar e é muito diferente dos outros moradores que não eram nem moradores mesmo, estou falando dos comerciantes mesmo, que viam aquilo acontecer, que viam trazer mídia pra região, que estavam vendo que aquilo não fazia mal nenhum, que estavam eles também sendo testemunhas de todo mundo, então não era um auê com monte de jovens sem nada pra fazer, eles podiam falar isso. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

O julgamento de alguns atores de que a ação poderia ser uma atividade de desocupados, um grupo sem nada para fazer, evidenciada neste relato, demonstra o desafio, inerente aos movimentos de mobilizar em torno de um objetivo de interesse público, e o grau de entendimento da causa e adesão.

Ao mesmo tempo, a proximidade aparece como alternativa, como sentido para compartilhar algo de interesse comum, que seria uma praça para todos ficarem, ou seja, de uso coletivo e, dessa maneira, interessante para muitos.

A forma como o processo ocorre após a inauguração da praça é que torna a condição de coesão mais complexa, na compreensão sobre como esse espaço público deve ser utilizado, por se tornar em alguns momentos um território de disputas. As diferenças se estabelecem e trazem outra responsabilidade para todos os até então envolvidos nesse processo. A questão que se instala é entender a melhor forma de fazer com que seja realmente possível tornar a praça um espaço de uso compartilhado, constituindo ainda a integração dos grupos que desejem ali estar, por diferentes momentos ou razões.

Sexto vínculo: Continuidade

A *continuidade* se efetiva quando as ações realizadas, articuladas pelo grupo já mencionado pelas parcerias e adesões obtidas, se constituem em uma modelagem de interações, pelas características dos atores, e revelam aspectos que serão as prováveis vias de sustentação e permanência. Ou seja, o processo de continuidade em qualquer processo de

mobilização se desenha na própria ação e nas razões que a moveram. Nesse caso, marcar a causa da bicicleta, mas pelo caminho do convívio, da proximidade e dos encontros, construindo-se uma praça com a função de aglutinar. É nesse interagir, na proximidade que favorece o entendimento de que é possível continuar e a razão de se continuar, que o processo se sustenta. Esses fatores podem ser identificados no depoimento de um dos informantes, quando afirma: “Você tem que criar um vínculo com este espaço pra você dizer que você o ocupa e pra isso tem que haver algum diálogo, ou ‘eu preciso desse espaço’ ou ‘esse espaço faz parte da minha história e eu amo esse espaço’, tem que ter algum vínculo” (IQ3, 2015). Ou ainda, quando a mesma depoente relata uma ação de continuidade na forma de utilizar um lugar na esfera pública, que favorece a aplicação dos novos modos da visibilidade de uma causa.

Olha, depois da praça, a gente sempre recebe o Colégio Medianeira na Bicletaria uma vez por ano, a gente recebe do oitavo ano ao nono ano e depois da praça a gente instaurou uma nova oficina, a gente sempre convida pra fazer uma oficina de horta, de intervenção artística, de intervenção urbana. Mas desta vez, desde a praça, a gente colocou outra oficina que se chama *SignPainting* que é você exercitar o teu lema, o teu desejo de falar alguma coisa numa placa, e na verdade essa é a mídia que as grandes mobilizações usam e todo mundo anda com cartaz *hashtag* alguma coisa, porque ele sabe que é só na foto que eles vão se comunicar. Não funciona mais assim, ninguém mais segue andando e cantando hino, falando um lema, nem mais “menos gasolina, mais adrenalina”, “mais bicicleta, menos carro”, “mais amor, menos motor”. (Informação Verbal, IQ3, 2015).

De todo modo, situar a questão da continuidade quando o tema é gestão urbana de um espaço público, que inclui também a manutenção desse espaço, fica bem evidente tanto no depoimento a seguir quanto nos outros já evidenciados nas categorias de análise e, de um modo geral, nas informações coletadas sobre a insatisfação com a forma de sustentação do lugar.

Se existiram movimentos iniciais por parte dos ativistas para incentivar os usos do local, como os eventos com música, que causavam ruídos para a escola ali situada e moradores, fica evidente que, em uma primeira fase, após a inauguração da praça, do final de janeiro de 2015 em diante, começam também os desafios sobre o uso do espaço pelos atores já presentes, bem como por outros grupos que começam a circular, marcando seu território e sua forma de entendimento de ocupação, que, inclusive, exigiriam o cuidado permanente da polícia no local. O depoimento de IQ1, a seguir, traz esta reflexão sobre o entendimento de que a continuidade de cuidados com o lugar não pode ser destinada apenas ao grupo que agiu na mobilização da construção.

A praça ela continua na mídia assim, de um jeito ou de outro. Claro que você vai ter nos últimos meses várias matérias falando da questão da violência da juventude, da São Francisco, mas que é um momento que está acontecendo. O ponto que eu vejo se você pensar o tema do Jaime Lerner, da acupuntura urbana, o que é acupuntura? É você apertar um ponto e ver se a energia vai irradiar ali talvez doa mais não é mesmo? Mas daí essa energia que estava estagnada está se desdobrando. Eu vejo isso assim. Ahh, mas vocês abandonaram a praça, cara a gente trabalha, tem filho, tem... não pode agora ficar cuidando da praça pra sempre. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Esse fato, muito embora esteja situado na relação de continuidade, mostra que há interligação direta com a questão da corresponsabilidade, uma vez que todos poderiam “ajudar a cuidar, lógico que temos grande responsabilidade nisso, os moradores, comerciantes, mas acho que os frequentadores também têm. É uma rua pública. Quando quebram luminária é dinheiro público que é gasto” (IQ6, 2015).

O entrevistado IQ8, de modo geral, reforça a importância de que sejam feitas ações que tragam a integração dos diversos grupos ali presentes no uso do espaço da praça. Uma das ideias é promover atividades para jovens que possam aprender a costurar, ou outras atividades relacionadas ao universo da moda, como forma de ressignificar a permanência dos jovens que ali circulam e que podem ter acesso a cursos para ocupar a praça de maneira criativa e produtiva, validando positivamente esse lugar público de convergência urbana. Mas, o entrevistado também critica que, na fase de manutenção, em que a rua é diariamente lavada pela Prefeitura em função da sujeira que fica ao final das circulações noturnas em frente aos estabelecimentos, a praça em si não é incluída na limpeza, segundo ele.

A afirmação de IQ1, para finalizar a questão da continuidade, aborda de maneira abrangente aspectos da diversidade presente em um espaço público, que integra toda a população e no qual os limites precisam ser estabelecidos para a possibilidade do convívio.

Mas eu acho que esse conflito essas questões todas começam a surgir muito daí. Daí você começa a ter assim pô a galera cheirava cocaína ali na praça as seis da tarde, galera passando droga a torto e direito, daí você começa a ter umas coisas que como que um pai vai vir com uma criança num cenário assim como que um idoso do centro vai lá sentar um pouquinho, daí falta essa noção de diversidade mesmo pública a gente tem que se respeitar tem que se restringir de algumas liberdades individuais pra garantir a convivência, porque se me der na telha eu posso fumar em qualquer lugar eu gosto de cheirar vou cheirar em qualquer lugar então calma aí talvez essa ação ofenda outras pessoas que estão aqui. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

Em retrospectiva, o entendimento por parte dos entrevistados é de que há uma revitalização física estrutural, mas, como reforça o informante IQ6: “sobre os problemas de segurança e sociais não teve iniciativa nenhuma. A iniciativa só foi urbanística e o que se tem na região é uma questão social e de segurança” (IQ6, 2015). Essa questão social e de

segurança, muito embora não seja um tema a ser abordado, ao ser destacado pelos entrevistados de diferentes maneiras, emerge como um quesito essencial a ser tratado em qualquer condição de melhoria urbana proposta pelas instituições responsáveis, porque está relacionado diretamente à vinculação possível das pessoas a um lugar, no caso específico a Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno. Essa questão faz parte do conjunto de ações realizadas e que precisam fazer parte de um ciclo contínuo de cuidados. A reflexão de IQ7, a seguir, reforça esse sentido de continuidade essencial, quando ele afirma:

Mas eu me questiono julgar esse processo da praça como um case de sucesso, eu não consigo avaliar aquilo como deu certo. Como um case de sucesso, que é o que muita gente acabou usando, porque não é um sucesso que é acabado, não é um processo acabado, é um processo que perdura, que continua. A revitalização é um processo que é contínuo, se você ficar cinco anos se esforçando e largar três anos, tudo volta a ser o que era antes, é um processo contínuo, então não é um *case* de sucesso ainda. Tem que ser sempre, não é um processo acabado nem vai ser acabado, acho que muito mais que usar como um case de sucesso é usar um case de questionamento como que a gente desenvolve daqui pra frente, não olhar pra trás só. Olhar o agora. (Informação Verbal, IQ7, 2015).

A continuidade fica assim caracterizada como um vínculo inerente a todo o processo de mobilização, e que vai além dele, no qual é preciso reconhecer que uma ação de intervenção pela via da mobilização em uma cidade tem como premissa essa reavaliação e retomada contínua do processo por todos os atores envolvidos.

Sétimo vínculo: Corresponsabilidade

A *corresponsabilidade* fica evidente na forma com que o grupo então mobilizado, como a Associação (Ciclo Iguaçu), a partir do Fórum Mundial da Bicicleta, passa a ter consciência de sua força na obtenção de resultados e se move para essa nova ação, que traz a possibilidade de realizar o que de alguma forma foi abordado no evento, ao destacar novos modos de mobilidade urbana, como forma de ampliar a visibilidade e a corresponsabilidade frente ao tema.

A *corresponsabilidade* está relacionada, então, em como o grupo, além de se sentir corresponsável por uma ideia maior, mundial, reproduzindo-a de alguma forma na cidade de Curitiba, soube também buscar coadjuvantes para o processo. Nesse sentido, a própria Prefeitura é corresponsável assim como todos os participantes, não integrantes do grupo original, que, de alguma forma e em algum momento, participaram do processo de mobilização e construção da praça. Cada mutirão nos finais de semana, durante os dez meses de trabalho contínuo, teve atores que vinham pelos chamados realizados em diferentes canais,

para muito trabalho e para a experiência de cooperar. O agir em conjunto na construção do muro, no fazer tijolo, no cavar a terra, no doar um bolo representam ações que traziam a materialidade de que é possível fazer, desde que haja o sentimento de que todos são responsáveis pelo resultado final, independentemente do tamanho da tarefa feita, como cita em algum momento o ativista IQ5: até quem soubesse contar piada para distrair quem carregava pedra seria bem-vindo.

A afirmação de IQ5, novamente, situa um dado importante sobre a questão do compartilhamento com o poder público e explicita a importância e o desafio do trabalho voluntário, que exige o mesmo compromisso de situações convencionais nos processos produtivos e de gerenciamento das ações. Assim aparece a Prefeitura Municipal de Curitiba, em sua corresponsabilidade, quando autoriza que um espaço urbano possa integrar a operação de diversos atores para construir uma praça, um equipamento público.

E eu era bravo, todo mundo me respeitava por que eu brigava mesmo, eu não deixava fazer de qualquer jeito, eu mandava desfazer e fazer de novo, um gostava, outro não gostava, mas sempre tinha oportunidade de chegar e de pedir desculpa não ficar chateado comigo, mas eu tinha que garantir a qualidade porque nós tínhamos uma coisa que pra mim é muito séria, o fato da gente ter conseguido aval da Prefeitura pra fazer uma coisa pública, nos colocou numa situação jurídica delicada. Porque se a gente não faz essa merda direito e alguém se machucar, vai em cima da Prefeitura e a Prefeitura vai em cima da gente. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Pode-se caracterizar esse vínculo como forte, pois foi a aproximação feita pelos ativistas junto ao poder público, no caso a Prefeitura Municipal de Curitiba, em uma relação diferente, em um sistema que dá poder, que possibilitou o empoderamento do cidadão. É dessa forma que se configura a condição de coordenar e sustentar uma tarefa dessa ordem, caso contrário, a ação não teria ocorrido. O sistema proposto cria uma proximidade entre as partes, para viabilizar esta fusão de interesses, no qual outros atores, inclusive construtoras, e também os empreendimentos que estavam se instalando na rua, passam a ter esse sentido da corresponsabilidade.

Acho que é uma forma errada do poder público cobrar as coisas. Mais do cuidado. É. Mas eu acho que na São Francisco e Riachuelo também uma conexão do eixo boêmio cultural que tá muito claro a conexão desse eixo do Centro Histórico do Largo da Ordem, Trajano Reis, Paula Gomes, então essa nossa Lapa Curitibana, essa é a nossa praia a vida boêmia enfim dos malucos dos poetas de tudo da vida. E também acho que o poder público tinha que olhar isso com mais carinho com mais atenção e consideração. (Informação Verbal, IQ1, 2015).

A afirmação de IQ1 destaca o desafio já bem explicitado da convergência nos usos dos espaços urbanos, que pressupõe a composição de um contexto com interfaces a serem

integradas. É necessário o entendimento de que forma um eixo boêmio cultural, que se alinha com a proposta da gastronomia e com seus impactos frente aos usos, não foi previsto quando da modelagem dos interesses iniciais dentro de um planejamento urbano tradicional, sem as consultas que poderiam favorecer as negociações da realidade. A integração precisa ser exercida, reforçando a busca do entendimento orientado na comunicação, como tem sido mencionado nesta pesquisa.

Oitavo vínculo: Participação institucional

Neste processo de mobilização não há, inicialmente, uma participação institucional formal, no sentido tradicional do termo instituição, conforme define a sociologia clássica, uma vez que a Prefeitura Municipal de Curitiba, a principal instituição formal envolvida, entra no processo a partir do momento da definição do espaço de construção da praça, já que se trata de uma área pública.

Mas existe o que se pode chamar de um grupo já fortemente organizado, que faz parte da associação Ciclo Iguaçu, e que, após o Fórum Mundial da Bicicleta, se move em direção a construir um espaço que reforce a ideologia da bicicleta enquanto meio de transporte, no sentido de tornar a cidade mais humana, expressa através do chamado “cidade para pessoas”.

Bom, nos primeiros meses, toda sexta-feira, segunda-feira e terça-feira nós sentávamos ali na Bicletaria Cultural e juntava todo mundo e fazíamos uma avaliação de como foi e fazíamos roteiros do próximo fim de semana, durante a semana e o final de semana, e nós mobilizávamos todas as coisas que nós precisávamos para o final de semana, providenciarmos cada profissional, cada coisa que precisávamos cada um fez o seu papel. Era um grupo forte, ainda é um grupo forte, ele não acabou. (Informação Verbal, IQ5, 2015).

Essa organização evidencia uma estrutura, uma maneira de atuar que vem se consolidando no tempo, ou seja, essa sinergia estabelecida para uma tarefa, conforme descrita no depoimento acima, vem de um processo continuado, podendo remeter a uma característica “institucional”, no sentido organizativo do processo. O que se pode observar é que há um coletivo de ação, um grupo aberto e flexível, próprio da cultura ciclista. E o que pode ter favorecido esta dinâmica foi uma base “institucionalizada”, representada pela Associação Ciclo Iguaçu.

De outro modo, em um segundo momento, que segue a instauração da ideia de mobilização, é possível identificar o papel institucional na figura da Prefeitura Municipal de

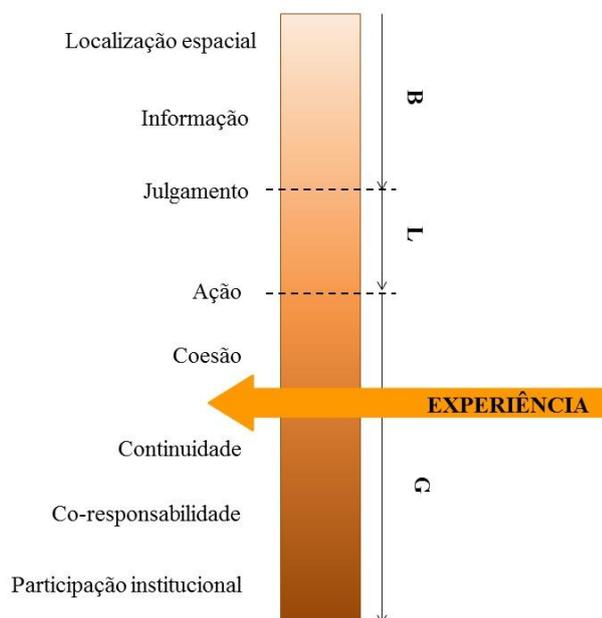
Curitiba, através de seus órgãos IPPUC, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Obras e de Trânsito. A árvore do ipê roxo, plantada no centro da praça, veio do Horto Municipal, bem como a participação de arquiteto do IPPUC, que discutiu o conceito da praça juntamente com os ciclistas. Assim, fica evidente, em depoimentos que contextualizam a forma de atuação feita, que o processo mobilizador se configurou como uma parceria, uma participação compartilhada, mas sem contratos formais, para que fosse possível dar a concretude necessária a todo o trabalho proposto. Além disso, em afirmações diversas de ativistas e dos outros entrevistados, é possível observar que a Prefeitura se beneficiou do ganho de imagem proporcionada pela construção da praça, como uma cidade inovadora, em momentos que o projeto teve visibilidade e ganhos positivos.

Ainda, o que se pode inferir, é que houve decisão e apoio, no caso da Prefeitura Municipal de Curitiba, para que a ocupação ocorresse a partir de um grupo de ativistas, buscando trazer, num projeto de mobilização, a ideia de que a cidade pode ultrapassar o sentido do urbanismo na gestão urbana e seguir na direção das urbanidades, claramente trabalhada no teórico e nas categorias relacionadas diretamente ao urbano, nesta pesquisa. Dessa forma, esse vínculo pode ser caracterizado como um vínculo forte para todo o encaminhamento realizado, mesmo sem o estabelecimento de “contratos formais” citados na definição de vínculo estabelecida por Henriques et al. (2007).

Um outro vínculo: a experiência

Além dos vínculos já analisados a partir da Figura 8 (Página 171), propostos por Henriques et al. (2007), sugere-se a inclusão de um novo vínculo no processo de mobilização, a partir do entendimento da autora, que permita localizar, neste caso, em uma intervenção urbana, a *experiência*. Essa proposição vem do entendimento e da observação de que o vínculo com a causa, após as dimensões festiva e espetacular, não pode prescindir de que se consolidem as relações, e este é o maior desafio, porque, para sustentar as diferenças, evidentes na alteridade, é fundamental essa dimensão da experiência, efetivada na comunicação dialógica, que favorece as trocas necessárias para sustentar as fases subsequentes de continuidade de um projeto de mobilização, que depende fundamentalmente do compromisso que se consolida nas relações.

FIGURA 9 – PROPOSTA DE NÍVEIS DE VINCULAÇÃO PARA PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



FONTE: Modificado de HENRIQUES et al. (2007).

Ao se considerar a experiência como elemento vinculante no processo de mobilização, leva-se em conta a comunicação praxiológica como a abordagem que acentua a importância e significado da dimensão dialógica frente ao fluxo comunicativo. Como Toro e Werneck (1997) colocam, um projeto de mobilização social apenas se sustenta por meio dos fluxos da comunicação. Ao se levar esta premissa para o caso aqui examinado, a construção da Praça de Bolso e seus usos, é necessário incluir a dimensão da experiência, elemento também inerente ao processo comunicacional, neste caráter da ação mobilizadora e, aqui especificamente, uma ação mobilizadora urbana, que pode favorecer a troca entre os sujeitos na cidade e sustentar a continuidade de um diálogo.

Destaca-se, portanto, o desafio da proposta, ao se trazer a “ênfase na dimensão objetiva da experiência, que se realiza no domínio da expressão, dos comportamentos” (FRANÇA, 2010, p. 40), uma vez que esta não se coloca somente na dimensão da ação e da subjetividade. Assim, “a experiência não se resume aos estados internos de um indivíduo e não pode ser explicada nem reduzida a uma esfera individual e subjetiva, se é social, impessoal, ela está, por outro lado, intimamente relacionada com o processo de constituição e posicionamento dos sujeitos” (FRANÇA, 2010, p. 43).

Entende-se que, em qualquer circunstância de uma prática social na qual se pretenda o estabelecimento de um vínculo, se pressupõe a necessidade da comunicação dialógica, como integração das diferenças. Quando a questão está situada no contexto urbano, no qual as relações circulam entre o público e o privado, para se sustentarem sem os limites de interesses excludentes, é fundamental a dimensão argumentativa e a interlocução entre os atores.

A comunicação, enquanto primeira fase de concretude de um projeto de mobilização, promove a visibilidade das ações e garante a aproximação com a causa, permitindo as interações expressas nas dimensões festiva e espetacular. A segunda fase constitui-se na legitimidade, que não pode prescindir da argumentação como parte estruturante daquilo que se almeja permanente. Assim, o sentido de permanência das relações na mobilização e nos usos da Praça de Bolso segue na direção dessa lógica do processo relacional e dialógico. Dessa forma, reforça-se aqui o agir comunicativo destacado por Habermas (1997), orientado para o entendimento entre as partes, e é o que de forma mais gradativa possibilita o caminho para que se obtenham resultados efetivos de longo prazo, marcando a experiência como vínculo em direção à continuidade. Entende-se que, ao não ser possível estabelecer a condição da experiência, enquanto agenciamento do sujeito, como já reforçado neste trabalho, existe o risco de descontinuidade.

Desse modo, pode-se afirmar que é por meio da comunicação relacional, dialógica, ou seja, práxis dos sujeitos em seus espaços de vida e em seus usos do urbano, que se acredita na continuidade em direção à corresponsabilidade e à participação institucional. Entende-se que o momento, após a fase de mobilização (que permite a intervenção, a interação), pressupõe o confronto, as diferenças trazidas para a relação e, somente assim, para a efetiva reflexão sobre a prática e como esta deve seguir. Nesse ponto, a busca do entendimento se faz essencial para efetivamente sustentar o vínculo, sendo este o desafio da continuidade das relações necessárias e possíveis. As ações de aproximação e interação de uma fase espetacular, como bem trabalhado nas análises, seguem na direção da argumentação, que, não somente racional, apresenta as intersubjetividades que trazem a condição paradoxal na comunicação. Portanto, o novo vínculo permite aferir se ocorreu a aproximação das organizações/coletivos de ação e instituições formais que promoveram a mobilização com os demais atores envolvidos no processo, de modo que as relações de poder entre as partes estejam calcadas em decisões compartilhadas, em relação aos interesses públicos e coletivos. O caso da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista evidencia que um processo dessa natureza exige algo a mais que não está presente na escala de vínculos: explicitar a experiência de forma específica nos processos de comunicação, de forma a trazer

a reflexão sobre o ato social. Quando se situa a experiência de forma específica, como um vínculo, o que se propõe é ir além da experiência que se configura em toda a ação de mobilização, caracterizada na escala de vínculos. A intenção é marcar que o desafio da sustentação de processos de mobilização reside exatamente neste ponto, da experiência do ato comunicacional enquanto possibilidade de manter as relações de continuidade. Esse aspecto é trazido pelos autores no intuito de reconhecer a importância dessa etapa, porém não se avança nesta via do como fazer. Portanto, ao se entender que é a comunicação dialógica que pode favorecer o entendimento, defende-se que a ausência desta abordagem, no caso analisado, produziu os dilemas sobre os usos da praça e da Rua São Francisco entre alguns atores que se sentiram excluídos, e que trazem em seus depoimentos a ausência dessa prática reflexiva que poderia sustentar a coesão.

A proposta aqui apresentada não pretende esgotar as interfaces do assunto, e sim trazer uma reflexão relacionada a uma experiência comunicacional num ambiente urbano, onde se materializa a possibilidade e o desafio dos diálogos em níveis que permitam a ação mediada também pela tensão em processos decisórios.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao se chegar à etapa final da tarefa estabelecida no início desta pesquisa, que buscava entender como é possível se mover em direção a um sonho, *através de um imaginário que se materializa em um primeiro momento como uma tulipa gigante num paredão urbano, com uma bicicleta alada*, concretiza-se também um sonho. Como descrito nas páginas introdutórias, a busca do “reencantamento do mundo” (MAFFESOLI, 2005) era algo que movia um desejo de entender esta dimensão humana de novos modelos e ações para viver melhor.

Encontra-se um caminho, traduzido na forma de pensar, agir e materializar de um grupo, de um coletivo, no cicloativismo. É a compreensão de que a junção de três fatores, que estabelecem essa ligação com a vida urbana, se faz através da perspectiva de Mongin (2009, p. 294) e traduz, em palavras, o passeio proposto nesta conclusão: “lugar, mobilidade e mobilização coletiva caminham juntas”. A palavra não escrita nesta tríade se materializa como via constituinte de todas as interações aí possíveis, ou seja, a comunicação.

No primeiro capítulo desta dissertação, situa-se a dimensão de cidade, enquanto espaço, historicidade e materialidades que a compõem em termos estruturais. O conceito de urbanidades foi incluído no sentido de caracterizar o meio urbano nas relações, explicitando de que forma compõem o cotidiano e seus significados.

Um ponto destacado é a tessitura dos autores pela complexidade do entendimento da vida na cidade, frente a direitos e diferenças. Desse modo, localiza-se a importância da cultura de uma cidade que privilegie a integração entre o urbanismo imobiliário e os espaços de convivência, que podem trazer, então, essa cultura de uma cidade híbrida. Para garantir esses fluxos, em direção a uma vida urbana mais humana, é necessário que a mobilidade seja um fator central dessa conexão. Afinal, é esse ir e vir, esse direito à circulação, que demonstra quanto uma cidade é pensada e planejada para as pessoas.

A comunicação, como prática que constitui a vida social, vem no segundo capítulo teórico, fundamentando os processos relacionais e de interação, que são a base de uma prática urbana e de mobilização social. Portanto, a experiência e a comunicação praxiológica caracterizam a relação, que faz com que o sujeito defina escolhas e assim se mobilize.

Do mesmo modo, é a experiência que permeia os processos de mobilização social nas dimensões festiva e espetacular rumo à argumentação (MAFRA, 2006). Por sua vez, é a condição argumentativa, fundamentada no diálogo (HABERMAS, 1997), que possibilita o aspecto duradouro da ação. Assim, considerando tais premissas, é possível vislumbrar a

concretização do imaginário convocante defendido por Toro e Werneck (1997) quando afirmam que a mobilização não significa atuar com as multidões, e sim mover vontades, de modo que o sujeito não aja apenas pelo lado racional, mas também na paixão pela causa ou, mais, no que o afeta. E nesse ponto, essa experiência, que agencia o sujeito, traz o ciclo comunicacional, que se retroalimenta.

A observação participante – enquanto um dos procedimentos metodológicos adotados no estudo etnográfico – permitiu o acompanhamento de ações durante a construção da Praça de Bolso nos momentos de mutirão e em diálogos com os ativistas, bem como a presença em eventos após a sua inauguração, nos quais se observou a fase dos usos da praça e seu entorno. O percurso etnográfico e a descrição da mobilização (com fotografias que auxiliam no reconhecimento do lugar, das ações comunicativas e das práticas relacionais) mostram como esse processo ocorreu. Do mesmo modo, as entrevistas e os questionários complementam os dados, que servem de base para a análise qualitativa.

Assim, o rigor da pesquisa científica também avança através da ideia de Mongin (2009), na tríade lugar, mobilidade e mobilização coletiva, que, sustentada pelo processo comunicacional, dá a base para esta conclusão. Ao situar-se o primeiro ponto, o lugar, a relação que se estabelece é temporal, porque a questão está relacionada com o resgate que se faz no processo de revitalização do Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente a Rua São Francisco, como entorno da Praça de Bolso do Ciclista. A Rua Riachuelo, como marco do processo de revitalização, está na área ampliada de abrangência, assim como o Paço da Liberdade, peça fundamental dessa transformação. Como destacado no quarto capítulo, a revitalização, enquanto um plano integrado de toda a área central histórica, é o vetor de uma mudança estrutural: se ela não tivesse ocorrido, não haveria ambiente para a intervenção na Praça de Bolso do Ciclista. O percurso etnográfico estabelece um entendimento significativo da realidade atual, de modo a descrever e ilustrar claramente esse território.

Retomando as perguntas norteadoras elencadas no início deste trabalho, entende-se que foram respondidas no desenvolvimento desta pesquisa.

- Como se dá o processo de comunicação/interação e de que maneira este vem contribuindo para a ressignificação de espaços urbanos no Centro Histórico de Curitiba, mais especificamente na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno?
- Quais as interações que se estabelecem neste espaço urbano e como os grupos de sujeitos envolvidos (ativistas, empresários e moradores/vizinhos, bem como os frequentadores/circulantes) experienciam a ressignificação do lugar?

Essas perguntas ficam respondidas quando se verifica, nos relatos dos depoentes, o entendimento das ações comunicativas em suas materialidades. Compreende-se que o processo comunicacional estudado nesta pesquisa, relativo à intervenção na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, se fez de diferentes formas, pelos comunicados de apropriação do espaço em questão, tais como as práticas comunicativas específicas no ambiente da praça, nas paredes de seu entorno, em cartazes, nos eventos, nas oficinas e caminhadas. Essas ações, tanto convocando quanto chamando a atenção para o que estava acontecendo, reforçaram os encontros durante os finais de semana, ou seja, os mutirões para a construção da praça. As diferentes mídias também trouxeram alguma visibilidade ao processo, assim como as redes sociais e a página do *Facebook*, foram essenciais para a consecução dos resultados nessa fase. Esse conjunto configura a comunicação em suas dimensões informacional e dialógica, que compõem os depoimentos.

Na sequência, as perguntas que se referem ao processo de apropriação da Praça de Bolso e seu entorno pela comunidade (Como tornam aquele espaço um território com novas significações para quem o habita – vivência e experiência –, mesmo que temporariamente? E se estabelece aí um sentido de territorialidade para vários segmentos da comunidade? Como também se os vínculos estabelecidos pelo processo de mobilização social permitiram o estabelecimento de experiências urbanas significativas?) são respondidas nas entrevistas e também nos questionários, e evidenciam como ocorrem novas territorialidades, ou seja, as formas de uso, tanto durante a fase de construção da praça quanto em sua continuidade, destacando também que os vínculos com o lugar se fazem a partir dos ativistas, que, de algum modo, continuam conectados, e dos empresários, que buscam alternativas para a efetiva viabilidade de seus empreendimentos. Em relação aos moradores e circulantes, os interesses divergem quando trazem a insatisfação diante dos impactos ocasionados pelas ações de intervenção. Destaca-se a urgência de que se observe essa nova territorialidade que se constitui e a exigência de que sejam colocados em diálogo os aspectos que definem as faces que a praça e o seu entorno passam a apresentar na vida dos que ali residem e circulam.

Ao final, as duas últimas questões também são equacionadas, quando evidenciam quais conflitos emergiram do processo e como eles poderiam ter sido contornados ou pelo menos minimizados no âmbito da mobilização social. E o processo de revitalização nas áreas do Centro Histórico de Curitiba, mesmo que estabelecido para atender, principalmente, objetivos de mercado (empresariais e turísticos), pode conduzir a novas formas de arranjos sociais, políticos e educativo-culturais?

A questão que exige também o enfrentamento dos conflitos está relacionada a depoimentos analisados em US específica, evidenciando de que modo esses conflitos estiveram presentes em variados momentos, tendo como convergência a necessidade de uma maior abertura na comunicação entre todos os atores. A pergunta final está direcionada ao desafio da continuidade de um projeto de intervenção em um espaço urbano e público, e é respondida pelos movimentos que surgem na utilização do espaço, ou seja, nos usos e no entendimento que fazem parte da continuidade do cuidar da região, determinado por diferentes interesses que aumentam a necessidade de um fluxo comunicativo que seja facilitador dos processos e conflitos que se estabelecem. E essa ação depende exatamente da construção compartilhada de interesses que incluam, além de questões pontuais mercadológicas, diretrizes que permitam um desenho avançado na mescla entre negócios, cultura, educação e a vida na cidade. A comunicação é situada como força constituidora desse processo. O entendimento até aqui explicitado destaca que há comprovação do *pressuposto* da pesquisa: a comunicação praxiológica seria a forma de sustentação de uma intervenção urbana feita pela comunidade, *pressupondo-se* também que essa ação é um processo de mobilização social com repercussões culturais, políticas e educativas nas formas de ocupação e uso do espaço urbano e público.

Considerando o arcabouço teórico e a estrutura metodológica proposta, acredita-se que foi atendido o objetivo geral de compreender quando e como há mobilização social na apropriação de um espaço público, entendendo-se a comunicação como fenômeno que permite a interação e a ressignificação cultural coletiva urbana, pois os depoimentos mostram o entendimento do que é mobilização por parte dos cicloativistas, como também os outros públicos relatam o reconhecimento do processo coletivo de construção da praça. Do mesmo modo, trazem a compreensão do desafio da comunicação, que ultrapassa as mídias digitais como canal de informação e se estende às outras linguagens expressas na própria praça, como os cartazes, os convites para os mutirões e mesmo as ações de grafite, como “diálogos urbanos”, bem como as interações face a face, que também fazem parte do tecido social e comunicacional desse composto.

De modo específico, o primeiro objetivo, de descrever etnograficamente o espaço de revitalização urbana em estudo e os atores sociais envolvidos no processo, foi contemplado no quarto capítulo, em que se apresentou não só o reconhecimento da Rua São Francisco, chegando à Praça de Bolso do Ciclista, mas também a descrição da mobilização em si. Em relação ao segundo objetivo específico, de identificar que ações comunicacionais foram utilizadas para criar uma nova territorialidade coletiva no Centro Histórico de Curitiba, mais

especificamente na Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno, evidenciam-se as ações de visibilidade na própria praça e o papel das mídias sociais, que promoviam e ampliavam a adesão aos mutirões, bem como algumas ações dos parceiros dando reforço aos eventos – por exemplo, a divulgação na imprensa.

O terceiro objetivo específico, de verificar os conflitos ocorridos entre os diferentes atores envolvidos no processo (neste caso, ativistas, empresários e moradores/vizinhos), está contemplado na análise da categoria de comunicação, mais especificamente na Unidade de Significado dois, que aborda os diálogos e conflitos, estabelecendo a correlação entre os atores. A ausência de uma comunicação orientada para o entendimento tem favorecido os conflitos, principalmente após a inauguração da praça, que estão interligados com as novas ocupações, episódicas e freqüentes, por diferentes grupos, tornando o diálogo mais distante e complexo. Esse fator foi observado na aplicação dos questionários, ficando evidente, nos relatos dos entrevistados, a proposição de um novo plano de intervenção emergencial, com os atores ali presentes, na busca de soluções para os dilemas que surgem nas aglomerações e criam situações de insatisfação para ativistas, empresários e moradores/vizinhos.

O quarto objetivo específico, de compreender em que condições a comunicação pode contribuir para o processo gerador e de circulação de sentidos nesse espaço urbano coletivo, de forma a favorecer novos usos e manifestações no local, também pode ser verificado através dos depoimentos de ativistas, que, após a construção da praça, compreendem o papel essencial da comunicação, considerando ainda a via cultural como um canal de diálogo e como uma proposta integradora para a rua.

Assim sendo, as falas dos entrevistados foram organizadas em seis Unidades de Significado, que agrupam os principais temas abordados pelos informantes. Por meio de uma análise interpretativa, com base no interacionismo simbólico, identificou-se que, de modo geral, os depoentes relatam que o plano de revitalização não privilegiou um diálogo com os diferentes atores ali presentes, sendo apresentado de uma forma pronta e não consultiva. Ainda sobre esse aspecto, há uma crítica ao termo *revitalização*, mais especificamente por parte dos ativistas, que questionam o significado de dar vida a um lugar que tem vida. Contudo, entendem que as melhorias ocorridas se referem às reformas estruturais e, quando trazem a iluminação como uma característica de melhoria, entende-se que essa condição está relacionada a um aspecto funcional e estético, de circulação com mais segurança. No entanto, a ampliação das calçadas, apesar de ter sido considerada um benefício para os pedestres, se mostrou um desafio para os comerciantes, uma vez que a logística de entrega de mercadorias não foi prevista.

Outro fator evidenciado é a questão dos usos do espaço, mais ligada à fase da construção da praça, considerada um momento agradável e bonito, de união, principalmente em função das crianças ali presentes. Em contrapartida, após a inauguração, quando se reconhecem efetivamente as razões para essa construção, tem início o desafio de integrar os diferentes perfis que começam a fazer parte desse espaço público e urbano. Nessa categoria, os eventos estão relacionados a uma função de lazer da praça e interligados com todos os bares e restaurantes do entorno. Esses eventos, que aqui se apresentam de forma um pouco mais comercial, quando trazidos para a mobilização social, cumprem o papel de organizar os grupos em volta da causa, criando, através da festividade, do lúdico, uma razão para estar junto e, desse modo, consolidar um processo mobilizatório.

A característica festiva, recurso utilizado das duas maneiras, já depende de um processo de negociação e diálogo para se definir de que forma os interesses diversos podem ser atendidos integralmente. Evidencia-se, aqui, um primeiro aspecto que incita a divergência e não o diálogo, criando-se cultura não coesa num ambiente pequeno, em que qualquer ação impacta fortemente as relações entre os atores.

A questão da ocupação do espaço por diferentes atores revela, ainda, quanto a ideia de uso e direito do espaço urbano pede, novamente, entendimentos que não podem ser individualizados em pequenos grupos, inclusive precisando de esferas de gestão pública para intermediar mais adequadamente os limites desses usos. Entende-se claramente o perfil dos ativistas quando se referem ao espaço urbano ou à construção da praça: para eles, o lugar, enquanto espaço de convívio e compartilhamento, é um espaço de todos. Os depoimentos reforçam a noção do direito à cidade. Nessa via, a complexidade também se destaca, tendo em vista a maneira pela qual a ocupação feita pelos cicloativistas indicou a outros grupos a liberdade de ocupar o espaço de acordo com os seus modos de vida.

Assim, compreende-se que o conceito de ocupação carrega uma ambiguidade que está regulada por diferentes compreensões e pela decisão sobre o uso. A Praça de Bolso do Ciclista, mesmo durante as atividades de mobilização, quando se explicita o lema “cidade para pessoas”, pode remeter à pergunta “quais pessoas?” E aí, novamente, situa-se o desafio: quem define quais pessoas? Ou de que forma a comunicação pode ser situada neste momento? Isso já rebate no próprio discurso de que uma cidade para pedestres e ciclistas é mais inclusiva. A forma com que se estabelecem as inclusões não é clara, e o tema mobilidade fica segmentado ao cicloativismo, de modo intrínseco ao pensar e ao agir que move um grupo com esse perfil ideológico.

Tais aspectos, ligados às crenças, valores e estilo de vida dos cicloativistas, estabelecem certa independência em relação às instituições formais que definem o urbanismo, e alguns relatos demonstram que ativistas (em uma fase anterior ao processo de construção da praça) assumiam um papel de interventores na cidade, em pequenos espaços, criando jardins e novas frestas como respiros urbanos. Por outro lado, eles reconhecem, a partir do processo de mobilização, que são necessárias negociações com o poder público, como forma de regular melhor os interesses.

Essa coesão expressa no núcleo duro, que se move a partir do Fórum Mundial da Bicicleta, traz como característica a organização, a funcionalidade, a determinação do fazer acontecer. Há certa liderança estabelecida independente de um grande líder, o que, se for trazido para a esfera da comunicação, demonstra um modo de se comunicar implícito (quase como se tivessem estabelecido acordos anteriores), inerente a esse processo ideológico. Quando esse mesmo modo de operar se torna público, o que poderia se transformar em um aprendizado para muitos, mesmo não ativistas, na verdade, é percebido por outros atores como postura de autossuficiência, impedindo a aproximação de outros grupos.

Os mutirões se configuram culturalmente em processos de mobilização como um fator estratégico, porque trabalham essencialmente com a ação ou, no âmbito da abordagem aqui trazida, são momentos de experiência e como tais mantêm o ciclo da interação. Assim, os mutirões são o ponto central e complexo dessa experiência, porque remetem ao trabalho voluntário, continuado, com paixão para a ação. Esse conjunto de fatores ressalta novamente o desafio das interações e a composição de interesses. Portanto, é possível destacar a experiência como uma questão vinculada particularmente aos mutirões, mas trazida para todas as ações de mobilização em qualquer contexto, como uma contribuição significativa desta pesquisa. Essas ações organizadas, que precisam ser conduzidas de acordo com os modelos de gestão convencionais, permitem que se conclua que, no entendimento aqui apresentado, pela via da experiência e da comunicação praxiológica, a tarefa em um processo de mobilização se localiza na comunicação, e essa constatação pode permitir que, ao se conduzir uma ação dessa natureza, a mobilização possa ser compreendida da forma que é. A abordagem da experiência, como a proposta de um vínculo complementar na escala de vínculos de Henriques et al., (2007) vem então pelo entendimento de que o processo de mobilização, para a sua continuidade, depende da maneira com que os vínculos foram sendo fortalecidos e atingem a corresponsabilidade. Essa relação depende da qualidade das interações ocorridas e de que forma, nesta experiência comunicativa, é possível fortalecer o vínculo, ou seja, de que modo a comunicação praxiológica pode favorecer que se ultrapassem os desafios presentes na

sustentação de um projeto e sua causa. Essa questão, conclui-se, vai depender essencialmente do processo comunicacional, que sensibiliza, mobiliza e, dessa forma, traz o que foi destacado a partir de autores como Quéré (2010) e França (2010): essa experiência objetiva e social permite que o sujeito se coloque e faça escolhas, havendo então o agenciamento enquanto sujeito mais responsável por seus atos, o que melhora sua condição de participação em projetos sociais.

Para finalizar, a intenção é destacar que mesmo uma palestra pode trazer essa condição da experiência. Esta vem na utopia, em um imaginário que move a condição humana e urbana, e permite que se retome um sonho com seus desafios, que compõem o entendimento construído nesta pesquisa. Pede-se licença para incluir, muito mais do que uma citação, a memória da palestra¹⁴ de Maffesoli.

Os grupos menores podem trazer a dimensão simbólica, numa configuração que favoreça “a constituição de uma rede mística, com fios mais sólidos, que permite falar do ressurgimento do cultural na vida social. Eis a lição que nos dão essas épocas de massas. Épocas como essas se apoiam principalmente na concatenação de grupos com intencionalidades estilhaçadas mas exigentes. É isso que proponho chamar de reencantamento do mundo.

O reencantamento agora é possível na concretude de uma pesquisa científica, consolidando todo o significado da comunicação neste contexto. Uma palestra que mobiliza, uma causa com visibilidade, um livro, uma tulipa gigante. São grupos que se movem, buscam meios de chegar a um lugar de encontro nas praças, nas ruas, nos bares, e querem se reconhecer, estar junto. A bicicleta é um modo, porém o que ultrapassa os pequenos núcleos em sua organização funcional é a intensidade de suas interações, capazes de sustentar as razões.

¹⁴ MAFFESOLI, M. **O reencantamento do mundo**. Curitiba, 2005.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. Na trilha da urbanidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, DF: Relume Dumará, Sebrae, 2004.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, p. 46-60, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/zYdNEd>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOLETIM Paço da Liberdade [do] Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Curitiba, n. 5, 2009. 4 f.
- BOLETIM Paço da Liberdade [do] Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Curitiba, n. 55, 2014. 4 f.
- BRAGA, A.; GASTALDO, E. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **Famecos**, n. 39, 2009. p. 78-84.
- BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Hj4aM0>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade. Volume 2**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, F. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. **Proj. História**, v. 18, 1999. p. 103-106.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- CURITIBA. Lei nº 9800/2000, de 3 de janeiro de 2000. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-curitiba/906873/lei-consolidada-9800-2000-curitiba-pr.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- DORFMAN, P. F. Rua São Francisco consolida vocação gastronômica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 mar. 2014. Bom Gourmet, online. Disponível em: <<http://goo.gl/EP1Nu7>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/yBoRyF>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FERRARA, L. D. **Comunicação Espaço Cultura**. São Paulo: Annablume, 2008.

FINO, C. N. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. In: ESCALLIER, C.; VERÍSSIMO, N. (Org.). **Educação e Cultura**. Funchal: DCE – Universidade da Madeira, 2008, p. 43-52.

FRANÇA, V. R. V. Crítica e Metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. **Matrizes**, v. 8, n. 1, 2014. p. 101-116.

_____. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: SOUZA LEAL, B.; CAMARGOS MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 39-54.

_____. L. QUÉRÉ: dos modelos de comunicação, **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 5, n.2, p. 38-51. 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAEML, K. S. **A relação entre lugares e não-lugares na cidade**: um estudo da apropriação do serviço de acesso à Internet nos Faróis do Saber de Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GONZAGA, M. M. Um olhar sobre as práticas comunicativas urbanas: os diálogos públicos no centro de Belo Horizonte. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 4, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2008, p. 1-13. Disponível em: <<http://goo.gl/IKrjkj>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GUIMARÃES, L. **Rua São Francisco**. 2011, 1 álbum, 4 fotografias, color. Disponível em: <<http://goo.gl/dfyt2v>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 57-123.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/6xiYKJ>>. Acesso em: 15 set. 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUES, M. S. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da corresponsabilização. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Projeto Marco Zero**. Disponível em: <<http://goo.gl/h4SFkG>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

JOSÉ, B. C. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos** – A instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo – 1975-2000. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **RBCS**, v. 17, n. 49, jun. de 2002.

LOPES, F. **Revitalização da Rua São Francisco**. 2013. 1 álbum, 18 fotos, color, várias dimensões. Disponível em: <<http://goo.gl/jRrEih>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação), **Revista Famecos**, nº 20, 2003. p. 13-20.

_____. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massas. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAGNANI, J. G. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. In: MOREIRA, A. da S.; COHN, G. (Org.). **Sociedade global**: cultura e religião. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____; TORRES, L. de L. (Org.). **Na metrópole**: Textos de antropologia urbana. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MALDONADO, A. E. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das Ciências da Comunicação. **Ciberlegenda**, nº 10, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/0fzjIK>>. Acesso em: 08 set. 2015.

MÄNNICH, C. **Centro histórico de Curitiba**: múltiplas percepções. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATOS, F. L. de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da cidade Porto. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 17-33, jul. 2010.

MATOS, H. H.; NOBRE, G. Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidade e democracia. **Organicom**, ano 10, nº19, 2013. p. 16-26. Disponível em: <<http://goo.gl/iMRkvB>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

MILES, M. Uma cidade pós-criativa?, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 99, 2012. p. 09-30.

MONGIN, O. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Uma cidade chamada cotidiano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 11. 10 mar. 2013.

MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J.; FREITAS, M. J. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito imperativo. **Cidades: Comunidades e Territórios**, Lisboa, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

NOVELLI, A. L. R. Pesquisa de opinião. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, D. **Praça de Bolso do Ciclista**. 2014. 1 álbum, 405 fotografias, color, várias dimensões.

_____. **Praça de Bolso do Ciclista e Rua São Francisco**. 2016. 1 álbum, 89 fotografias, color, várias dimensões.

PEREIRA, F. H. Conversando com jornalistas – A perspectiva do interacionismo simbólico. In: MAROCCO, B. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012. p. 31-46.

PINENT, C. E. da C. Sobre os mundos de Habermas e sua ação comunicativa. In: **Revista da ADPPUCRS**, Porto Alegre, n. 5, p. 49-56, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.adppucrs.com.br/informativo/Habermas.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

PROSSER, E. S. **Arte, representações e conflitos no meio ambiente urbano**: o *graffiti* em Curitiba (2004-2009). Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

QUÉRÉ, L. O caráter impessoal da experiência. In: SOUZA LEAL, B.; CAMARGOS MENDONÇA, C.; GUIMARAES, C. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 19-38.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

ROSA, M. A.; KAUCHAKJE, S. A imagem da cidade e o viver em Curitiba: dimensões sobre sua gestão. In: FERRARA, Lucrécia; DUARTE, Fábio; CAETANO, Kati. (Org.). **Curitiba: do modelo à modelagem**. São Paulo: Annablume – Champagnat, 2007.

RUBIM, A. A. C. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, V.; WEBER, M. H. PAIVA, R.; SOVIK, L. (Org.). **Livro do XI Compos, 2002: estudos de comunicação, ensaios de complexidade**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RÜDIGER, F. Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica, **Revista Famecos**, v. 21, n. 2, 2014. p. 395-417.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção da cidade para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Projeto para Revitalização de Espaço Comercial do Centro de Curitiba: modelo shopping a céu aberto**. Documento interno. 16 p. s/d.

SENNET, R. **The culture of new capitalism**. Londres: Yale University Press. (Edição brasileira: **A cultura no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006).

SILVA, H. A. **Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso**. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, J. M. Interfaces: Michel Maffesoli, teórico da Comunicação, **Revista Famecos**, nº 25, 2004. p. 43-48.

SILVEIRA, M. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, C. A. da. (Org.). **Território de ação social: sentidos de apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SIMÕES, A. Centro histórico ganha novos ares. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 set. 2012. Vida e Cidadania, online. Disponível em: <<http://goo.gl/U1IX1C>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SODRÉ, M. Comunicação: um campo em apuros teóricos, **Matrizes**, nº 2, 2012. p. 11-27.

_____. **As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, L. A. C de. **Entre as transformações na paisagem e o sentido de lugar**: o caso do Paço da Liberdade (Curitiba, Paraná, Brasil). 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TELLES, V. da S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, jan./jun. 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/iBO1iA>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

TESSER, G. J. **Ética e Educação**: Uma reflexão filosófica a partir da Teoria Crítica de Jürgen Habermas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

TORO, J. B. Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania. In: MONTORO, T. (Org.) **Comunicação e Mobilização Social**. Brasília: UnB, 1996. p. 26-40.

_____; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos - Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, Unicef, 1997.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa de comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 98-109.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio. Londrina: Eduel, 2012.

VALVERDE, M. Comunicação e experiência estética. In: SOUZA LEAL, B.; CAMARGOS MENDONÇA, C.; GUIMARAES, C. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 57-71.

VÉGAS, C. Marginalidade é rotina na Riachuelo. **Paraná Online**, Curitiba, 26 jan. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/IewP4A>>. Acesso em: 12 set. 2015.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

YAMAMOTO, E. Y. As matrizes epistêmicas da comunidade na Comunicação: uma genealogia. In: FRANÇA, V. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (Org.). **Teorias da Comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-147.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ATIVISTAS

Roteiro de entrevista – Ativistas

Nome:

1. A revitalização do Centro Histórico ocorrida na Rua Riachuelo, na Praça Tiradentes e na Catedral, por exemplo, fizeram alguma diferença para se trabalhar, morar ou frequentar esta região?
2. Na sua visão, qual o objetivo por parte do poder público e outras instituições em promover tais mudanças?
3. Como ocorre a revitalização da Rua São Francisco?
4. Qual foi a sua participação no processo de mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista?
5. Como recebeu informações sobre este processo de mobilização? A população recebeu informações adequadas sobre o processo?
6. Descreva como ocorreu o processo de mobilização, que dificuldades, facilidades e resultados apareceram. E qual a sua avaliação deste processo?
7. Qual foi o papel do poder público neste processo de mobilização?
8. Durante esta fase de mobilização quais públicos estiveram presentes na construção da praça?
9. Observou se houve algum conflito entre os diferentes públicos durante esta etapa? Se sim, descreva de que forma ocorreu.
10. A comunicação pode contribuir para gerar novos significados nos espaços urbanos, a ponto de favorecer transformações culturais? De que maneira?
11. Quando a mobilização para a construção da praça termina com a inauguração, em termos de comunicação, o que permanece?
12. A experiência durante a mobilização para a construção da praça pode favorecer a continuidade deste processo de apropriação/ocupação da rua, da praça?
13. Em que medida esta experiência fez sentido e continua fazendo sentido?
14. Levando em conta a experiência com a Praça de Bolso do Ciclista, como compreende a apropriação dos espaços públicos e seu uso pela população?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – MORADORES

Roteiro de entrevista – Moradores

Nome:

1. Há quanto tempo mora no entorno da Rua São Francisco? Pretende continuar morando?
2. A revitalização do Centro Histórico ocorrida na Rua Riachuelo, na Praça Tiradentes e na Catedral, por exemplo, fizeram alguma diferença para se trabalhar, morar ou frequentar a região?
3. Na sua visão, qual o objetivo por parte do poder público e outras instituições em promover tais mudanças?
4. O que você pensa sobre a revitalização da Rua São Francisco?
5. Como você recebeu informações sobre a mobilização para a construção da praça? Acha que a população recebeu informações adequadas sobre este processo?
6. Acompanhou a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista? Se sim, participou de alguma forma deste processo? Por quê?
7. Esta etapa da construção interferiu na sua rotina? Se sim, de que modo?
8. Observou se houve algum conflito entre os diferentes públicos durante esta etapa? Se sim, descreva de que forma ocorreu.
9. Este processo trouxe transformações para este espaço? Se sim, quais?
10. Quando a mobilização para a construção da praça termina com a inauguração, em termos de comunicação, o que permanece?
11. Levando em conta a experiência com a Praça de Bolso do Ciclista, como compreende a apropriação dos espaços públicos e seu uso pela população?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESÁRIOS

Roteiro de entrevista – Empresários

Nome:

1. Há quanto tempo tem este empreendimento nesta região e qual é o seu tipo de negócio?
2. Você acredita que a revitalização do Centro Histórico ocorrida na Rua Riachuelo, na Praça Tiradentes e na Catedral, por exemplo, fizeram alguma diferença para se trabalhar, morar ou frequentar a região?
3. Na sua visão, qual o objetivo por parte do poder público e outras instituições em promover tais mudanças?
4. O que você pensa sobre a revitalização da Rua São Francisco?
5. Como você recebeu informações sobre a mobilização para a construção da praça? Acha que a população recebeu informações adequadas sobre este processo?
6. Acompanhou a mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista? Se sim, participou de alguma forma deste processo?
7. Esta etapa da construção interferiu no seu negócio? Se sim, de que modo?
8. Observou se houve algum conflito entre os diferentes públicos durante esta etapa? Se sim, descreva de que forma ocorreu.
9. Este processo trouxe transformações para este espaço? Se sim, quais?
10. Quando a mobilização para a construção da praça termina com a inauguração, em termos de comunicação, o que permanece?
11. Levando em conta a experiência com a Praça de Bolso do Ciclista, como compreende a apropriação dos espaços públicos e seu uso pela população?

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO

FREQUENTADORES

LOCAL DA APLICAÇÃO: () 1ª QUADRA () 2ª QUADRA

DIA E HORA: _____

BAIRRO QUE MORA: _____

OCUPAÇÃO: _____

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

IDADE: () 15 A 20 ANOS () 21 A 25 ANOS () 26 A 30 ANOS () 31 A 35 ANOS
() 36 A 40 ANOS () 41 OU MAIS

ESCOLARIDADE:

() Analfabeto () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo () Pós Graduação ou mais

1. Desde quando frequenta a Rua São Francisco e as proximidades?

() NO ÚLTIMO MÊS () NOS ÚLTIMOS 3 MESES () NOS ÚLTIMOS 6 MESES
() HÁ 1 ANO () HÁ MAIS DE 2 ANOS

2. O que costuma fazer nesta rua e proximidades?

() LAZER () COMPRAS () ESTUDAR () TRABALHAR () OUTROS: _____

3. Com qual frequência você circula pela Rua São Francisco e proximidades?

() DIARIAMENTE () DE 1 A 3 VEZES POR SEMANA
() MENOS DE 1 VEZ POR SEMANA () A CADA 15 DIAS
() 1 VEZ POR MÊS OU MENOS

4. Esta circulação costuma ser:

() DURANTE A SEMANA () FINAIS DE SEMANA

5. Observa mudanças na Rua São Francisco dos últimos 2 anos para cá? Se sim, quais as mais evidentes?

() NÃO
() SIM Quais: _____

6. Você frequentava a Rua São Francisco antes destas mudanças?

() NÃO () SIM

Porquê? _____

7. Passou a frequentar mais depois da revitalização?

() NÃO () SIM

8. Ouviu falar da mobilização para a construção da Praça de Bolso do Ciclista?

NÃO SIM

9. Se sim, através de que meios?

MENSAGENS NA PRÓPRIA PRAÇA EVENTOS/ENCONTROS

JORNAIS RÁDIO TELEVISÃO REDES SOCIAIS

OUTROS: _____

10. Chegou a presenciar e/ou participar de alguma atividade da construção da Praça de Bolso do Ciclista?

NÃO

SIM Qual: _____

11. Após a revitalização da Rua São Francisco e a construção da Praça de Bolso do Ciclista, criou algum vínculo com este lugar?

NÃO SIM

Por quê? _____

12. A mobilização ocorrida para construção da Praça de Bolso do Ciclista passou uma mensagem de ocupação /apropriação e cuidado com o espaço público como um dever e um direito do cidadão?

NÃO SIM

Por quê?: _____

13. Já realizou ou realiza alguma atividade colaborativa/voluntária neste local?

NÃO SIM

Por quê?: _____
